

José Rubens Mascarenhas de Almeida

América Latina: transnacionalização e lutas sociais no alvorecer do século XXI



da luta armada como política (o caso EZLN)

E-book



EDIÇÕES UESB





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Reitor

Prof. Dr. Paulo Roberto Pinto Santos

Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Félix Ferreira

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof^a Me. Maria Madalena Souza dos Anjos Neta

Diretora da Edições UESB

Manuella Lopes Cajaíba

Editor

Jacinto Braz David Filho

COMITÊ EDITORIAL

Prof^a Dr^a Almiralva Ferraz Gomes (DCSA/VC)

Prof. Dr. Antonio Jorge Del Rei Moura (DTRA/Itapetinga)

Prof. Dr. Cláudio Lúcio Fernandes Amaral (DCB/Jequié)

Adm. Jacinto Braz David Filho (Edições UESB/VC)

Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (DELL/VC)

Prof. Me. Jorge Luiz Santos Fernandes (DCSA/VC)

Prof. Me. Josenildo de Sousa Alves (DS 1/Jequié)

Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida (DH/VC)

Me. Manuella Lopes Cajaíba (Edições UESB/VC)

Prof. Dr. Marcos Antonio Pinto Ribeiro (DQE/Jequié)

Prof^a Me. Maria Madalena Souza dos Anjos Neta (PROEX/VC)

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação Editorial e Normalização Técnica

Jacinto Braz David Filho

Editoração Eletrônica

Ana Cristina Novais Menezes (DRT-BA 1613)

Capa

Arte gráfica: Luiz Evandro Ribeiro (DRT-BA 2535)

Fotos (capa e miolo): Júlio Alberto Pavese

Xilogravuras: Niños del EZLN

Revisão de linguagem

Maria Dalva Rosa Silva

José Rubens Mascarenhas de Almeida

**América Latina: transnacionalização e lutas
sociais no alvorecer do século XXI – da luta
armada como política (o caso EZLN)**



Vitória da Conquista
2017

Copyright © 2017 by Autor.

Todos os direitos desta edição são reservados a Edições UESB.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Λ444a Almeida, José Rubens Mascarenhas de.
América Latina: transnacionalização e lutas sociais no alvorecer do século XXI – da
luta armada como política (o caso EZLN). / José Rubens Mascarenhas de Almeida. –
Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017.

219 p.
E-book.

ISBN 978-85-7985-120-9

1. América Latina – Lutas sociais (Século XXI) – História. I. Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia. II. T.

CDD: 320.98

Catálogo na fonte: Elinei Carvalho Santana – CRB 5/1026
Biblioteca Universitária Professor Antonio de Moura Pereira
UESB – Campus de Vitória da Conquista

Editora filiada à:



Campus Universitário – Caixa Postal 95 – Fone: 77 3424-8716
Estrada do Bem-Querer, s/n – Módulo da Biblioteca, 1º andar
45031-900 – Vitória da Conquista-BA
www2.uesb.br/editora – E-mail: edicoesuesb@uesb.edu.br

Para Esmeraldo de Almeida (Dadinho), meu pai,
plantador primeiro de sementes no pó,
às quais veio se juntar,
não sem muita relutância.

Para Regina, minha mãe;
para Nalva, Camilo e Lorenzo – companheira e filhos,
plantadores de sorrisos e saudades
regados por solitudes
nas paragens da grande “Sampaulo”,
cidade que aprendi a gostar.

Aos zapatistas que,
na aurora do século XXI,
ousaram viver e resistir aos seus desafios.

E para todos os que não se renderam ao
canto da sereia do neoliberalismo.

*Bienvenue à l'indéfinition**

* Palavras do Subcomandante Marcos à revista *Croissance*, 396, setembro de 1996.



Llamamos a todas las mujeres y a los hombres que en México y en el mundo luchan por la democracia, la libertad y la justicia, para que nos movicemos en torno de esta demanda fundamental de todo ser humano: el respeto a la mujer.

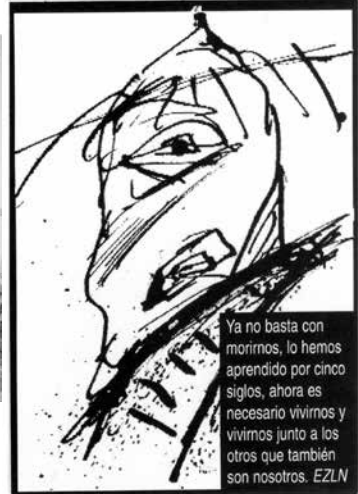
E.Z.L.N.



La esperanza es esa rebeldía que rechaza el conformismo y la derrota.

EZLN





Quando o mundo dormia, os deuses convocaram uma
assembléia na qual acordaram fazer o mundo, os homens e as mulheres.

Fizeram os primeiros homens de ouro e ficaram felizes porque
eles eram fortes e brilhantes. Porém, logo se deram conta de que os
homens de ouro eram muito pesados e não podiam mover-se, nem
caminhar, nem trabalhar.

Então, decidiram fazer outros homens, agora de madeira. Estes
podiam caminhar e trabalhar.

Mas os deuses observaram que os homens de ouro obrigavam
aos de madeira a carregarem-nos e trabalharem para eles.

Para remediar a situação, criaram os homens de milho, que
acabaram tornando-se os homens e mulheres verdadeiros,
que falavam a língua verdadeira...

Os homens de ouro eram os ricos,
os de pele branca;
os de madeira eram os pobres,
os de pele morena...

E os de milho eram de todas as cores, porém, ninguém o sabia
por que eles, os homens e mulheres verdadeiros, não tinham rosto¹...

¹ Zibechi (1995, p. 13-14), citando a lenda dos “*bombres de maiz*”. O desfecho é do Subcomandante Marcos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
PREFÁCIO	23
INTRODUÇÃO	27
1 DA DOMINAÇÃO ECONÔMICA	31
1.1 A TRANSNACIONALIZAÇÃO CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA.....	31
1.2 IMPERIALISMO, UMA NECESSÁRIA REVISÃO.....	39
1.3 O IMPERIALISMO E A AMÉRICA LATINA.....	44
1.4 A AMÉRICA LATINA E SUAS MARCAS.....	52
1.5 A AMÉRICA LATINA NOS ANOS 80/90.....	54
1.6 ESTADO NACIONAL E TRANSNACIONALIZAÇÃO NO MÉXICO.....	66
1.7 CHIAPAS EM CHAMAS.....	80
2 DA RESISTÊNCIA LATINO-AMERICANA	87
2.1 A TRANSNACIONALIZAÇÃO CAPITALISTA E O ADVENTO DAS NOVAS LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA.....	87

2.2 GUERRA DE GUERRILHA: DA LUTA ARMADA COMO ARMA POLÍTICA.....	90
2.3 DA BASE SOCIAL DOS MSRS LATINO-AMERICANOS....	95
2.4 MOVIMENTOS SOCIAIS REVOLUCIONÁRIOS NO MÉXICO INSURGENTE.....	105
2.5 A SUBLEVAÇÃO.....	109
2.6 A EMERGÊNCIA DO EZLN.....	115
2.7 EZLN: RUPTURA E CONTINUIDADE.....	119
2.7.1 A controversa “Sociedade Civil”.....	122
2.7.2 O Ezln e a questão da legitimidade.....	126
2.7.3 A Repressão.....	131
2.7.4 O papel da Igreja.....	147
2.7.5 Marcos: o mito e o homem.....	152
3 DA IDEOLOGIA.....	157
3.1 A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DOS SUJEITOS SOCIAIS.....	157
3.2 A IDEOLOGIA DOS OPRIMIDOS.....	167
3.3 MATRIZES IDEOLÓGICAS EZELENISTAS.....	177
3.4 MATRIZ CULTURAL MAIA.....	184
3.5 MATRIZ FILOSÓFICA OCIDENTAL MODERNA E CONTEMPORÂNEA.....	186
3.6 MATRIZ ZAPATISTA.....	189
3.7 MATRIZ MARXISTA.....	192
4 CONSIDERAÇÕES NÃO CONCLUSIVAS.....	199
REFERÊNCIAS.....	207

APRESENTAÇÃO

O presente livro é o resultado parcial de estudos e discussões acerca da atual recomposição capitalista e do decorrente surgimento de novos Movimentos Sociais Revolucionários (MSR) de contestação da ordem na América Latina, especialmente os de tática guerrilheira – o que faz com que aqui privilegiemos o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). De forma mais geral, detém-se no exame do processo de transnacionalização capitalista e na inserção da América Latina nesse contexto, o que tem provocado, concomitantemente, discursos contra-hegemônicos por parte de alguns de seus agentes políticos. Nesse enfoque, o objeto central de reflexão é o EZLN em sua trajetória, sua base social indigenocamponesa, seu processo de construção ideológica, seu construir/desconstruir contínuo na incansável e dinâmica busca de constituição de suas matrizes num discurso capaz de tramar contra as premissas neoliberais dominantes.

A escolha do tema está vinculada à necessidade de aprofundamento da discussão acerca das condições sociopolíticas e econômicas de espoliação capitalista nessa “nova ordem”. Argui-se aqui que o ressurgimento do fenômeno da luta armada como manifestação política na América Latina, na conjuntura de implementação das políticas neoliberais nas sociedades periféricas do capitalismo mundial, põe a nu as assimetrias

socioeconômicas perpetuadas pelo processo histórico de acumulação capitalista a que está submetida a classe trabalhadora internacional, em especial o segmento indígena-camponês. Arrazoa-se também que as lutas sociais que ressurgem – e se insurgem – em suas mais diversas formas negam o fim da história tal qual abertamente proclamava Fukuyama (1992)¹ e apontam para alternativas fora do modelo hegemônico.

Fruto do último quartel do século que se findou, a ação coletiva ezelenista representa não uma abstração, mas o ato político concreto de um movimento social historicamente localizado (temporal, geográfica e culturalmente), marcado pela resistência de setores subalternos do capitalismo – atualmente em fase de hegemonia financeira, coadjuvada pela ideologia neoliberal –, num quadro que exige de quem ousa compreendê-lo especial atenção às condições objetivas dos agentes indígenas e camponeses no conjunto da sociedade mexicana e desta no seio do capitalismo mundial. Assim, esta abordagem transita entre o particular e o geral, concebendo o primeiro como parte do todo concreto. Nesse sentido, enfatizam-se os seguintes aspectos:

- a) As aspirações dos setores sociais que o envolvem, compreendendo a realidade que os cerca e concebendo sua organização política como fruto de uma construção circunscrita em determinado tempo e lugar históricos;
- b) A manifestação da sua dinâmica ideológica (no sentido teórico e prático);
- c) A concepção dos valores culturais que o marcam, definindo ruptura e continuidade no seio das lutas sociais na América Latina, especialmente no México;
- d) A distinção do que é inerente à tradição guerrilheira como resistência política e o que é derivado da estrutura de classes em que se encontram envolvidos os indígenas na América Latina, tomando a devida precaução em não reduzir o EZLN a definições puramente classistas ou meramente culturalistas,

¹ Um dos “papás” do neoliberalismo. O receituário das “reformas” que preconizou nos anos 80 e 90 encontra-se hoje confrontado com uma crise terminal, merecendo *mea culpa* de sua parte (acerca ver FUKUYAMA, 2005).

atentando para o fato de que cada movimento cria suas próprias representações, seus próprios simbolismos como fruto de sua história;

- e) As condições materiais históricas a que estão submetidas as bases sociais do Movimento.

No que se refere à linha de tempo aborda-se, especialmente, o crepúsculo do século XX até o alvorecer do XXI, período marcado pela recomposição capitalista provocada pela crise dos anos 70 e seus consequentes reajustes estruturais, entendendo que parte desse processo abriu possibilidades de rupturas sociais, como a gestação e emergência pública do EZLN (evidenciada na ocupação de San Cristóbal de Las Casas e divulgada na *Primeira Declaração da Selva Lacandona* (1/1/1994). Esta delimitação, no entanto, não impede referências a outras conjunturas, quando julgadas necessárias a uma melhor compreensão do fenômeno abordado.

No que diz respeito à construção/desconstrução do discurso contra-hegemônico ezelenista, adotamos, como ponto de partida, as contribuições de Karl Marx e Antônio Gramsci, tomando de empréstimo a Göran Therborn seu modelo analítico da ideologia na sociedade capitalista.

Para o exame dos aspectos sociopolíticos e econômicos, são utilizadas tanto fontes primárias (declarações, discursos, cartas e comunicados ezelenistas, documentos produzidos nas mesas de negociação entre governo e EZLN, assim como estatísticas oficiais e extraoficiais, anuários econômicos, relatórios do Banco Mundial, leis e decretos governamentais), quanto secundárias: bibliográficas, jornalísticas e audiovisuais diversas, culminadas nas análises de formuladores contemporâneos nem sempre concordes no que se refere à linha teórica e aos pontos de vista acerca do fenômeno ezelenista, o que implicou diálogos e contrapontos, evidenciando divergências intelectuais e – por que não dizer – políticas. Nesse sentido, concordamos com Anderson (1987, p. 9) quando afirma que não há lugar para fideísmos no conhecimento racional.

Ao abordar a problemática da luta armada hoje, constata-se, na literatura corrente que versa acerca da luta guerrilheira latino-americana, uma marcada parcialidade, profundos preconceitos e arraigado eurocentrismo, com exceções. No geral, trata o assunto mecânica e abstratamente, ressaltando suas limitações no que se refere aos aspectos tático-estratégicos, reduzindo-os a especulações acerca do possível disparate em relação à tecnologia, o que tem levado à incompreensão das suas variadas formas, dos seus diferentes conteúdos, das suas semelhanças e diferenças, das continuidades e rupturas, dos mecanismos que as articulam com sua realidade sociopolítica, econômica e cultural. Assim, tal literatura permite apenas uma visão parcial e restrita do fenômeno, levando tanto a direita como parte da esquerda², a tratar os assuntos referentes à tomada do poder pela via armada – assim como os movimentos sociais que fazem tal opção – como “anomalias” esquerdistas, quando não atingem expressões extremas de concebê-la pelo viés terror-centrista, acatando, subservientemente, as indicações advindas do império estadunidense³.

Preconceituosa – e oportunista –, a literatura referida não compreende que, no rol da pluralidade de formas de resistência evidenciadas no cenário latino-americano, por sua condição política estrutural, certos setores sociais estão impedidos de vislumbrar a luta institucional como via de transformação da sociedade. Nessa falta de compreensão, acaba rejeitando qualquer possibilidade de concepção de luta armada como parte constitutiva de significativas manifestações de resistência política na região.

Para romper-se a redoma de tabus na qual foi inserida a luta de resistência guerrilheira latino-americana nos meios acadêmicos e políticos, assim como a sua decorrente descaracterização, pensa-se que o primeiro passo a ser dado é se tentar uma investigação comparativa dos movimentos

² Ressalva-se, aqui, a análise dos setores ligados ao marxismo-leninismo que concebem a luta armada como estratégia revolucionária, o que os difere da maioria, de caráter socialdemocrata atual.

³ No âmbito institucional, os países centrais do capitalismo alimentam uma lista de supostas organizações “terroristas”. Em 2002, esta lista relacionava 33 organizações políticas de diversas partes do mundo. Acerca, acessar o site do Departamento de Estado dos Estados Unidos (<http://usinfo.state.gov/>) e, para obtenção da lista completa e atualizada, ver: <http://terrorismo.embaixada-americana.org.br/?action=artigo&idartigo=524>. Acesso em: 23 set. 2008.

sociais armados de tática guerrilheira na América Latina. Um ato de ousadia, por se tratar de uma empresa de grande envergadura e tarefa fora das possibilidades deste trabalho. Aqui se aspira uma sucinta abordagem da guerra de guerrilhas na América Latina, especialmente no México, ressaltando o papel da construção de uma ideologia contra-hegemônica por parte dos setores sociais subalternos no âmbito do neoliberalismo, o que nos levou a entender o movimento ezelenista chiapaneco como principal objeto de investigação.

Por seu lado, o objetivo do presente trabalho não é preencher as lacunas existentes no campo sociológico e político, aqui apontadas, mas entender e ressaltar os aspectos negligenciados nas reflexões acerca da luta social que faz uso da luta armada como forma de resistência; contrapor à negação das utopias, atitude típica do pragmatismo daqueles que se fecham às possibilidades políticas e sociais apresentadas fora do âmbito institucional⁴; e contestar a dissimulação “globalizante” e suas consequências para os setores sociais pauperizados da periferia do capitalismo, frente à atual fase de reordenamento do processo de acumulação capitalista, em sua ânsia de romper os liames da atual crise sistêmica. Como se observa, não é pretensão dessa obra parecer academicamente indiferente aos fatos que a atual conjuntura apresenta.

Nas três partes em que se encontra dividido este livro, a primeira enfoca o processo de transnacionalização capitalista enquanto ação imperialista do capital, dando ênfase à conjuntura das reformas neoliberais dos anos 80/90, que propiciou a deflagração do movimento ezelenista e a decorrente repressão suscitada por parte do Estado mexicano. A segunda parte focaliza a resistência latino-americana – principalmente a que faz uso da luta guerrilheira como arma política –, sua principal base social, as condições materiais a que está historicamente submetida e o advento do que é aqui denominado de novos MSRs, com primazia para o EZLN. A terceira e última parte aborda o processo de constituição dos sujeitos sociais, mais especificamente, o movimento ezelenista em sua construção

⁴ A esse respeito, a obra de Castañeda (1994), é uma eloquente referência. Do ponto de vista histórico, uma série de autores que se aventuraram escrever sobre movimentos sociais no pós-queda do muro de Berlim pode ser elencada.

ideológica, ressaltando seus principais matizes. Por fim, são tecidas considerações provisoriamente finais, e são registradas as referências nas quais a pesquisa se amparou.

Reafirma-se a despreensão de oferecer respostas acabadas para o processo de transnacionalização capitalista ou para o conflito chiapaneco, muito menos pistas para os MSRs. Pelo contrário, no atual estágio de correlatos processos, ambos evocam mais incertezas, perplexidade e questionamentos que respostas, sendo a indefinição, ainda, a sua tônica⁵. Esse complexo contorno de uma realidade tão rica de subjetividades torna a mais brilhante das teorias numa visão desprovida de significado que não seja o de referência, por sua incapacidade de abarcar a totalidade do processo. A compreensão do EZLN, nesse sentido, esbarra-se nos limites e alcances dos movimentos sociais contemporâneos em sua tentativa de apresentar alternativas à atual conjuntura de domínio capitalista.

Por fim, registra-se a colaboração de diversas pessoas e instituições que, de formas distintas, contribuíram para que este trabalho se realizasse: a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, pela oportunidade proporcionada de realização do mestrado e da publicação do seu produto; a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, através do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, pela receptividade de seus professores que, em sua maioria, tornaram-se amigos de diversas ocasiões; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos com a qual foi beneficiado o pesquisador durante o período, garantindo suporte financeiro; a família do autor, pela compreensão quando a pesquisa exigia constantes – e às vezes longas – ausências; o Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS), de forma especial a Ilse Gomes, por contribuir como interlocutora leal, amiga e sempre disponível; os professores Marcelo Ridenti e Vera Chaia, membros da banca de qualificação da dissertação de Mestrado, que contribuíram com importantes considerações; o companheiro de jornadas políticas Flávio Novaes, pela interlocução franca e aberta; a Julio Pavese

⁵ Dessa concepção compartilham Ramos (1996); Le Bot (1997); Machado (1996); Ortiz (1997); e o próprio Subcomandante Marcos (vide epígrafe). Concorde-se, por outro lado, com Ramírez (1996, p. 15) para quem o trabalho das exatidões é de preocupação da polícia.

(Baiano), companheiro de viagem a Chiapas, responsável pelas ilustrações fotográficas contidas neste livro; e, por fim, o professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, orientador da dissertação, sempre responsável, interessado, interlocutor sincero nas discussões e amigo autêntico.

Reconhece-se a insuficiência das teses aqui levantadas. Em nenhum momento deve ser imputada a terceiros, senão ao autor, sublinhando as dificuldades representadas pelo ato de escrever acerca de processos contemporâneos extremamente complexos e em desenvolvimento. O desafio foi aceito, apesar dos riscos. Ao assumi-los, o autor faz suas as palavras de Berger (1995) quando diz que “El acto de escribir no es más que el acto de aproximarse a la experiencia sobre la que se escribe: del mismo modo, se espera que el acto de leer el texto escrito sea otro acto de aproximación parecido”.

PREFÁCIO

Pesquisa e crítica na lavra de um autor combativo

Minha amizade com José Rubens Mascarenhas de Almeida nasceu juntamente com a discussão sobre o projeto de pesquisa do qual resultou uma excelente dissertação de mestrado em Ciência Política, a principal base em que se apóia este livro cuja importância não pode ser exagerada. E prosseguiu ao longo da elaboração de uma alentada tese de doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais, recém-defendida com o entusiasmo e a erudição presentes em tudo o que realiza (ALMEIDA, 2009).

José Rubens M. de Almeida, pesquisador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais), é, em primeiro lugar, um grande professor que alia didática, companheirismo e conhecimento cada vez mais profundo em suas atividades docentes na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista. Sempre que visitei essa Universidade, no âmbito do Convênio de Mestrado Interinstitucional UESB/VC-PUC/SP, pude testemunhar o carinho e a admiração que estudantes e colegas dispensam a esse professor de ideias claras e atitudes firmes.

A generosa combatividade de Mascarenhas de Almeida não se restringe aos muros da academia. Hoje se tornou comum a justa reverência aos que tomaram na luta contra a ditadura militar brasileira, mas, quando praticamente não se tocava neste assunto, fui à inauguração, em 9 de julho

de 1998, na Praça Tancredo Neves, em Vitória da Conquista, de um dos primeiros monumentos em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos da Bahia. Lá estive a convite do autor, um dos partícipes daquela iniciativa, organizada pelo LABOR – Assessoria, Pesquisa e Documentação.

Historiador experiente e, como se vê, voltado para atividades de caráter transdisciplinar, Mascarenhas de Almeida articula grande capacidade de pesquisa empírica, inclusive trabalho de campo, e aguda reflexão teórica. Isso lhe possibilita evitar os riscos da especulação desprovida de qualquer vínculo com o real e, ao mesmo tempo, do culto ao anedótico, atitude que, mesmo quando voltada para o pitoresco, até porque exótico, impede a inserção do particular na totalidade à qual pertence e em cujo interior se torna inteligível.

Esta perspectiva metodológica orienta a análise que Mascarenhas de Almeida faz de um dos mais importantes e intrigantes dentre os inúmeros movimentos sociais que vicejam na América Latina contemporânea. Afinal, o Exército Zapatista de Libertação Nacional evita o recurso à via institucional e recorreu às armas, o que lhe possibilitou escapar da invisibilidade que seus adversários adorariam lhe impor. Mas, em um aparente paradoxo, o mesmo EZLN talvez seja o movimento social mais impulsionado, de dentro e de fora, pela ideologia quase que em estado puro. Sua principal força não advém dos poucos fuzis de que dispõe ou de recursos materiais proporcionados por algum “Estado delinquente” ou “organização terrorista” sucedâneos, no imaginário da direita, do “comunismo internacional”. Origina-se da determinação de homens e mulheres que, nas comunidades chiapanecas, participam do movimento; e da imensa autoridade moral de que ele desfruta em todo o México, país mergulhado na mais profunda degradação, e em praticamente todo o mundo.

Para entender essa situação admirável em um mundo onde os valores mais dignos tendem a se dissolver no processo de mercantilização das relações sociais, o autor examina a atual fase do imperialismo, considerado intrínseco ao modo de produção capitalista. Nesse contexto de transnacionalização do capitalismo e hegemonia da grande finança é que adquirem inteligibilidade os movimentos neocamponeses, especialmente

na América Latina. Dentre estes, os movimentos de camponeses indígenas. E, aí sim, o EZLN.

Esse movimento de abstração-concreção, que, certamente, o leitor acompanhará com atenção e prazer, possibilitou a feitura deste livro apaixonado, indignado, esperançoso e, ao mesmo tempo, preocupado com o rigor científico.

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida
Professor do Departamento de Política e Programa de Estudos
Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.
Pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS).

INTRODUÇÃO

É aurora do século XXI quando os preparativos deste livro são finalizados (dez/2009). Eventos expressivos ocorrem de forma acelerada em escala mundial, apontando tanto para imprevisibilidades históricas quanto para a fragilidade dos enunciados neoliberais de fim da história e, conseqüentemente, das lutas de classes – e de outros fins escatologicamente prenunciados – procurando evidenciar que o capitalismo derrotou o seu coveiro (para utilizar, de ponta-cabeça, a metáfora engelsmarxiana do Manifesto Comunista).

Num impulso contrário à retórica neoliberal, a própria história pede passagem. Na América Latina, uma série de governos vinculados aos meios populares (Equador, Bolívia, Venezuela) tem ressurgido, impondo pequenos retrocessos nas ações imperialistas do grande capital, antecipando, na região, o fim da era Bush. No México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) reafirma-se ao completar 25 anos de existência e 15 de emergência pública, sobrevivendo ao que denominam Guerra de Baixa Intensidade (GBI) – grau que só pode ser realmente medido pelos ezelenistas – em seus Municípios Autônomos⁶, cercados por forças militares e paramilitares. Na sua trajetória, testemunhou, em 2006,

⁶ Representam uma conquista para os zapatistas, não só pelo fato de não ficarem sob as regras e leis governamentais, mas por poderem exercitar uma forma autônoma de gestão e de reafirmação de sua cultura: são as *Regiones Autónomas Pluriétnicas*, onde a população em rebelião não paga impostos e eletricidade, além de elegerem suas próprias lideranças nos parâmetros de sua cultura política.

a deflagração da Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca (APPO), um conjunto de mais de trezentas organizações agrupadas em torno de reivindicações no campo da educação, deflagrando uma “Nova República”.

Na Bolívia e no Equador evidenciam crises políticas profundas (com fortes ameaças de guerra civil) como parte da herança nefasta do Consenso de Washington – proeminência vívida contemporânea do imperialismo que aprofunda as discrepâncias sociais e atenta contra a pluralidade étnico-cultural que caracteriza esses países. Contra o domínio neoliberal, políticas nacionalistas na Bolívia de Evo Morales; no Equador ascende o movimento de maioria indigenocamponesa, movimentos de resistência à ordem do mercado financeiro que solapa as riquezas produzidas pelos trabalhadores da periferia capitalista.

Na Colômbia, as guerrilhas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN) mostram que a luta armada clássica ainda tem seu lugar na América Latina.

Na Venezuela, o *Bolivarianismo*, resistência calcada em ideias nacionalistas, aponta para outras formas de inserção na divisão internacional do trabalho que não a da entrega das riquezas nacionais ao grande capital internacional, o que tem levado o país a conflitos diplomáticos com o imperialismo estadunidense, que busca controlar suas reservas petrolíferas recorrendo, inclusive, ao expediente do golpe militar. Uma aliança tácita sul-americana se esboça, capitaneada por Hugo Chávez, envolvendo Venezuela, Bolívia, Cuba, Uruguai e Equador, acenando para possibilidades de aproximação com a Argentina. Esta, por sua vez, também passa por profunda crise econômica, pelos mesmos motivos de inserção no reordenamento capitalista internacional: dolarização e rapinagem financeira a que foi submetida sua economia. Hoje, as manifestações de *Piqueteros* e ocupações de fábricas são sinais da busca por saída das pressões dos organismos internacionais após um *default* ousado, de sua dívida externa, desafiando a lógica dos organismos financeiros multilaterais dominados por Washington.

Em Cuba, menina dos olhos dos movimentos revolucionários latino-americanos, sinais evidentes de que a sociedade não suporta mais

o isolamento imposto pelo histórico bloqueio econômico de mais de quarenta anos, embora as pressões do populismo eleitoral dos EUA arrefeçam com doses homeopáticas de abertura. Não obstante o desgaste provocado pelas pressões e a atual configuração geopolítica mundial, a Revolução Cubana continua vista como referência política continental, com Castro ainda aparecendo como o maior estadista latino-americano vivo, apesar de afastado do comando oficial de seu país.

O Brasil mostra que aprendeu a lição de casa imposta pelas instituições multilaterais, pelos grupos financeiros e grandes corporações internacionais. A tecnoburocracia instalada no Estado, cujas preocupações centrais pautam-se nos interesses do capital financeiro, passa por intenso desgaste político e descrédito; estatísticas macroeconômicas mascaram índices sociais, indiferentes ao quadro de profundas discrepâncias sociais oriundas de sua inserção no receituário neoliberal. Uma série interminável de ocorrências envolvendo corrupção parlamentar – inclusive da base de apoio do bloco no poder – indica para a continuidade dos históricos métodos governistas, envolvendo a cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT) e aliados de natureza heterogênea, a mediar alianças inclusive com setores políticos visceralmente conservadores. No âmbito de sua política externa, o país tem mostrado intenções de liderar a América Latina, o que tem gerado certos ciúmes por parte de alguns líderes políticos da região. Nesse intuito, motivado pela tentativa de consecução de uma vaga no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), o Estado brasileiro lidera a MINUSTAR (sigla original do francês para a *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïiti*, relativa à “Missão de Paz” das Nações Unidas), enviando tropas àquele país caribenho, o que tem gerado comentários, no exterior, de que o Estado brasileiro se encarregou da execução do papel sujo dos EUA na região. O Haiti, por sua vez, continua em sua histórica sina de nação ocupada por forças estrangeiras como a espiar seus pecados por um passado de resistência contra a dominação internacional.

Enquanto o quadro latino-americano de resistências evidencia-se em encontros frequentes do Fórum Social Mundial, no crescimento dos

movimentos ecológico-ambientalistas, nas ocupações (de sem-teto, de sem-terras e de fábricas), nas fortes e contundentes manifestações contra os avanços da transnacionalização capitalista e nas revoltas populares reafirmando os rumos dos movimentos sociais, o mundo inteiro assiste à crise que atormenta o capitalismo. Um cenário avassalador se descortina: assustador desemprego estrutural; alto índice de falências empresariais; vaivém das bolsas; caos na saúde, na educação, na segurança; corrupção desenfreada; ascensão e reafirmação do crime organizado; ressurgimento da xenofobia em grau alarmante; envelhecimento das principais instituições de Bretton Woods, revelando o desgaste do atual sistema monetário e financeiro mundial.

Completando o cenário, guerras contra o Afeganistão e o Iraque – caracterizadas por imensas perdas humanas, materiais e financeiras – acarretam grandes desgastes ao imperialismo, gerando forte desconfiança e prolongando a guerra civil que a ocupação estadunidense trouxe consigo; no Oriente Médio, genocídio israelense contra palestinos, tendo o militarismo sionista israelense a aquiescência dos EUA – seu protetor –, derrotado em sua última tentativa de exterminar o Hezbollah, no Líbano; no eixo das relações internacionais, a EUA/Rússia encontra-se marcada por conflitos diplomáticos provocados pela penetração do primeiro nas regiões petrolíferas estratégicas internacionais e pela corrida armamentista reinaugurada pelos neoconservadores estadunidenses.

O panorama geral mostra que, distante da visão idílica de uma nova ordem mundial pacífica e próspera para o conjunto da sociedade humana sob a égide da liberal-democracia e do mercado capitalista, o que se presencia é um caótico quadro socioeconômico e político cujo desfecho pode não ser o fim do capitalismo, no entanto, indiscutivelmente, não se trata do fim da história. A pergunta central é: o EZLN pode ser uma referência política no conjunto desses fatos?

1 DA DOMINAÇÃO ECONÔMICA

1.1 A TRANSNACIONALIZAÇÃO CAPITALISTA NA AMÉRICA LATINA

Por acaso, será honesto, a cada crise, deixar morrer à míngua os trabalhadores para salvar os dividendos dos acionistas?
(ZOLA, 1996, p. 197).

Desde os tempos da expansão ultramarina ibérica, a América foi inserida, geográfica e economicamente, através das aspirações mercantilistas, no processo de mundialização capitalista, tendo o Estado burguês como mola propulsora. Ao avançarmos no tempo, vemos que não é exagero afirmar que a internacionalização capitalista foi posta em prática desde os primórdios da existência dos Estados-Nação, num processo em que, desde as suas origens, o capital – enquanto relação social – buscou integrar os diversos mercados nacionais num negócio mundial, intensificando, mais ou menos, esse procedimento, segundo sua necessidade de acumulação e reprodução.

Os interesses econômico-mercantis, uma vez abençoados e incorporados à cruzada ideológica desencadeada pela Igreja – instituição milenar que, apesar do se evidente descenso, não mais possuía o mesmo poder que tinha no feudalismo, quando atuava como um Estado dentro do Estado – fusionaram-se abertamente com os do Estado Nacional numa entidade multifacetada: espiritual e secular. A sociedade pactuada

entre Estado e Catolicismo possibilitou a estruturação de instituições fortes – e confiáveis do ponto de vista mercantil –, capazes de levar a cabo o processo de anexação do “Novo” ao Velho Mundo, vislumbrando o acúmulo de riquezas por parte de sua burguesia, através dos mais primitivos dos meios: rapina (de metais preciosos e matérias-primas) e exploração absoluta da força de trabalho (sob o regime de servidão e escravidão). Estas duas instituições se perpetuaram na relação centro/periferia desde a origem do sistema dominante. Assim, o pecado original americano tinha como ideologia e referência civilizacional o cristianismo, pretensamente filantrópico do “Velho Mundo” para com o mundo pagão.

Ao desenvolverem-se as forças produtivas – destaque para o papel da tecnologia – nos centros europeus mais desenvolvidos (com proeminência para a Inglaterra), importantes transformações econômico-sociais, políticas e culturais se deram, imprimindo uma dinâmica própria ao sistema capitalista concorrencial, diferenciando, assimetricamente, a correlação de forças estabelecida na luta de classes tanto no âmbito intra como internacional. Nesse ínterim, a contraditória cadeia de exploração calcada na relação capital/trabalho, motor das lutas de classes, apesar dos muitos circuitos que teceu, continuou essencial. A nova correlação de forças entre os dois pólos pendeu para a subsunção do segundo em relação ao primeiro.

Assim, o setor fabril foi fortemente incrementado por recursos advindos da rapinagem proporcionada pelos três pilares da acumulação primitiva de capital (o tráfico negreiro, o espólio de metais preciosos da América e o comércio triangular), dinamizando a circulação monetária – através do surgimento de novas formas de troca – e saciando a fome da indústria nascente por matérias-primas e produtos primários, fazendo surgir um, mesmo incipiente, mercado consumidor de produtos maquinofaturados.

Com o desenvolvimento do capitalismo, tais relações tenderam a internacionalizar-se, integrando a economia numa escala mundial, incorporando continentes inteiros nessa famélica corrida por matérias-primas abundantes e baratas, recursos minerais e mão de obra, transmutados

em superlucros para a nova classe social dominante. Nesse processo, a exportação de capitais promoveu uma rápida evolução e expansão dos meios de transporte, o que amorteceu os custos de deslocamento de pessoas, mas principalmente de materiais primários e de mercadorias, ampliando, por sua vez, as possibilidades de novos mercados. Um forte crescimento demográfico se deu – motivo de alarmes para aqueles que adotavam a teoria malthusiana que previa incompatibilidade entre demografia e produção de alimentos – aumentando a oferta de força de trabalho a ser explorada pela indústria nascente.

Conjugado a isso, emergiu um sistema bancário pujante, voltado para o crédito e para os grandes negócios. Estes, por sua vez impulsionados pela conformação das sociedades por ações, permitiriam uma nunca dantes vista concentração de produção e capitais, cada vez mais tendente à inversão fora da Europa. Estavam dadas as condições do que Hobsbawm (1988) denominaria “a era dos impérios”. Todos os elementos (técnicos, demográficos, econômicos e financeiros) desta etapa de desenvolvimento capitalista viabilizaram mudanças profundas nos processos produtivos, marcando a sociedade com uma nova divisão (de extensão internacional) do trabalho, voltada para o processo de acumulação capitalista. O resultado foi uma ação expansionista que, pelas características peculiares da conformação econômica, política e militar mundial, explodiria em atividades de exploração de áreas até então livres das relações capitalistas, por parte do capital monopólico internacionalizado.

A Inglaterra foi o país que deu partida a esse processo, cuja trajetória histórica testemunharia o surgimento de novos aspirantes à liderança mundial no âmbito industrial, mais destacadamente os Estados Unidos da América, Alemanha, França, Bélgica e Japão. Paralelamente surgia, no interior das economias industrialmente mais desenvolvidas, um pequeno número de grandes empresas, industriais e financeiras, a concentrar poder econômico. A emergência desses novos atores imperialistas acirrou rivalidades entre eles pela posse de riquezas e espaços de acumulação capitalista. Na corrida por mercados, algumas nações ficaram para trás e outras se enfrentaram em guerras interimperialistas que, no xadrez

da correlação de forças internacionais, acabaram favorecendo algumas em detrimento de outras. Nesse acerto de contas entre as grandes potências que protagonizaram a conjuntura das primeiras décadas do imperialcapitalismo multipolar, eclodiram duas grandes guerras, como atos de uma mesma peça: conflitos interimperialistas que tiveram papel decisivo como divisor de águas da corrida imperialista pela hegemonia⁷ mundial.

Após a II Grande Guerra, o domínio econômico inglês encontrava-se superado pelos Estados Unidos, agora comparados à Inglaterra vitoriana, apesar da grande superioridade deste à época no que diz respeito ao alcance global (acerca ver Hobson, 1981). De todas as grandes potências industriais envolvidas no conflito, somente uma tirou proveito real da situação: os EUA. Um mundo fora semidestruído e só este país se cacifou para reorganizar aquele estado de coisas. A Conferência de Yalta⁸ fora o juiz incumbido pela divisão do espólio da II Guerra Mundial, repartindo o globo em áreas de influência das grandes potências imperialistas: a América Latina coube aos Estados Unidos. Estes logo trataram de cuidar de seu território, envidando esforços no sentido de elaborar estratégias de domínio, como a Doutrina Truman, filha legítima da Doutrina Monroe⁹, mas caracterizada por forte tonalidade anticomunista.

Uma vez derrotado o inimigo comum maior, o nazifascismo, adveio a Guerra Fria e seus desdobramentos, forçando uma nova configuração geopolítica de áreas de influência, na qual a águia norte-americana passou a apontar suas afiadas garras para os rincões mais remotos da América Latina, numa correlação de forças pautada na unipolaridade. Seu arsenal (bélico,

⁷ A categoria hegemonia, construída por Gramsci, é entendida aqui como a representação da capacidade de direção do domínio ideológico, econômico, militar e político-cultural consentidos. Nesse sentido, implica que se operou uma transição no papel da burguesia enquanto classe dominante, transformada também em classe dirigente. O uso da força demonstra que a hegemonia é fruto da coerção mais o consenso produzido pela sociedade civil como se fosse o mesmo desejo da sociedade geral, dando às manifestações contrárias uma aparência de casos isolados. É esse o sentido dado aqui ao domínio estadunidense, tendo este país ocupado, sistemicamente, o lugar dominante/dirigente do atual bloco histórico.

⁸ Ocorrida em fevereiro de 1945, entre os líderes das três maiores potências mundiais aliadas da II Guerra (Winston Churchill, Franklin Roosevelt e Josef Stalin, representando, respectivamente, Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética). Ali se redesenhou o mundo pós-guerra. Para uma abordagem estrita da Conferência, ver Conte (1986).

⁹ Conjunto das políticas aplicadas pelo então presidente dos EUA, James Monroe (1817-1825), que se opunha à tentativa de recolonização das nações americanas recém-emancipadas por suas ex-metrópoles. Seu lema era “a América para os americanos”.

econômico-financeiro, industrial e cultural¹⁰) o consagraria, quarenta anos depois, como potência imperialista mundial dominante.

Em Bretton Woods¹¹ foram criados, sob a liderança estadunidense, os dois motores da ordem financeira mundial que entrariam em vigor no pós-guerra, estabelecendo um sistema monetário e financeiro realmente mundial: o Fundo Monetário Internacional (FMI)¹² e o BM¹³, hoje blindados (e brindados) e inimputáveis, só respondendo por seus atos perante os executivos dos governos que os compõem (BORÓN, 2002, p. 62), ficando impunes, portanto, os danos sociais causados por suas políticas econômicas. Ao GATT¹⁴ caberia a função de interagir com as esferas financeiras – numa relação de controle destas sobre a comercial, estabelecendo políticas de vinculação entre empréstimos financeiros e contratos comerciais – de modo que o planejamento econômico-monetário do pós-guerra ficasse a cargo dos EUA. A blindagem que privilegiou o baluarte financeiro-comercial acabou por permitir o vale-tudo na corrida pela acumulação capitalista mundial.

Assim, padrões de desenvolvimento tecnológico e constituição de novos aparatos jurídico-institucionais (normas e organismos) de caráter transnacional foram, deliberadamente, forjados com o fito de adequar as economias nacionais a essa nova configuração político-econômica e disseminar relações capitalistas sob o véu nebuloso de ideologias traduzidas

¹⁰Os meios de comunicação dominantes nos países periféricos tinham (e têm) como modelo o *american way of life*, com Hollywood, no campo cinematográfico, dando as cartas no que se refere à exportação da expressão cultural estadunidense.

¹¹Conferência realizada entre os dias 1º e 22 de julho de 1944, em Bretton Woods, New Hampshire, Estados Unidos, reunindo 730 delegados de 44 países então em guerra. Espécie de pré-ONU da economia, ali se discutiu o que deveria ser a “nova ordem econômica mundial”. Para Galbraith (1983, p. 224), a Conferência não se deu entre nações, mas das nações com Keynes.

¹²Originalmente tinha o caráter de instituição supervisora do sistema monetário internacional, com a função de aportar recursos financeiros em países com problemas no balanço de pagamentos. Apresentava, teoricamente, uma proposta algo diferenciada do Banco Mundial, destinada a empréstimos de curto prazo. No início da década de 1990, o FMI contava com mais de 150 Estados-membros, a grande maioria deles “em desenvolvimento”, submetidos às diretrizes da pequena minoria capitalizada.

¹³Fundado em 1944 – à época Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – tinha a função, subjetivamente, de disponibilizar empréstimos às nações necessitadas de crédito a longo prazo, cujo intuito era investir em infraestrutura. Na década de 1990, suas funções, assim como as do FMI, estavam descaracterizadas em relação às originais. Desde a sua fundação, os EUA são sócios majoritários. Para Sampson (1981, p. 14), o controle dessas duas principais instituições financeiras internacionais encontra-se nas mãos de poucas nações, lideradas pelos EUA, detentores de cerca de 20% dos votos.

¹⁴*General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), criado em janeiro de 1948. Atualmente responde pela nomenclatura de Organização Mundial do Comércio (OMC).

nas retóricas de apelo à paz, combate ao comunismo, ao narcotráfico ou ao terrorismo. Tais aparatos foram pré-concebidos para exercer a função de controle mundial em várias áreas, principalmente a das finanças. Daí, o FMI, o Banco Mundial e o GATT tornaram-se instituições-pilares de um sistema econômico internacional aberto que teria o dólar como padrão de intercâmbio mundial, desbancando o ouro e inaugurando, pela primeira vez na história, um sistema monetário e financeiro realmente internacional. A intenção era desfazer, pelo menos parcialmente, para mercadorias e capitais, as fronteiras nacionais e implantar estruturas burocráticas de controle estatal.

O empecilho à hegemonia mundial estadunidense encontrava-se somente na alternativa da economia planificada dos países ditos socialistas, ficando a disputa sujeita à correlação de forças internacionais, as quais tinham os parâmetros circunscritos no âmbito da Guerra Fria, cujo resultado final levaria ao esfacelamento da URSS, deixando de herança aos EUA a privilegiada condição de única superpotência planetária.

Do ponto de vista estritamente militar, os EUA passaram à condição de nação cujos exércitos ocupavam a Europa Ocidental e o Japão; sua força aérea controlava o espaço; seus marines, já há certo tempo, adentravam países da América Latina sem pedir licença, ficando incômodas bases militares (hoje elas ocupam os quatro cantos do planeta¹⁵). Além disso, tinham o domínio da tecnologia nuclear – monopólio da bomba atômica, então principal artefato bélico na esfera armamentista internacional – e uma enorme vontade política de uso, como o demonstraram contra Hiroshima e Nagasaki. Tal domínio passou a ser empregado como arma de pressão nas negociações internacionais, garantindo-lhe confortável posição na bipolaridade da Guerra Fria.

Do ponto de vista econômico, sua produção industrial correspondia a mais de 60% da produção mundial, com uma estrutura que passou incólume pelo processo da II Guerra sem ter sofrido nenhum estrago, ao passo que seus possíveis e potenciais concorrentes encontravam-se com

¹⁵ Segundo a versão digital de *El Habanero*, de 12/04/2004, os Estados Unidos possuem mais de setecentas bases militares em 130 países de todo o mundo, com um contingente em torno de 250 mil soldados. Ver “Outro tipo de ejército”. In: <http://www.elhabanero.cubaweb.cu/2004/abril/nro950_04abr/soc_04abr409.html>. Acesso em: 16 ago. 2008.

seus parques industriais desorganizados e/ou destruídos pela guerra. O Programa do Lend Lease¹⁶ e as reparações de guerra os transformaram em credor absoluto dos Aliados. Quando o conflito dava seu último suspiro por entre a poeira das bombas atômicas atiradas sobre o Japão, as estatísticas econômicas apontavam os EUA como o grande vencedor da II Guerra Mundial.

Na condição de detentores da maior parcela das reservas mundiais de ouro¹⁷ e do prestígio galgado pelo dólar como principal moeda de reserva internacional e unidade padrão de cálculo de valor – fruto da Conferência de Bretton Woods (1944) –, os Estados Unidos da América galgaram o status de banqueiro mundial. Conforme o estabelecimento da nova hegemonia ocidental, tal Conferência estabelecera novidasas regras de convivência econômica e se encarregara da parte comercial e financeira do negócio. Assim, o novo sistema monetário ali formatado instaurou uma ordem pautada na concessão de crédito para financiamento da dívida externa, mecanismo através do qual controlaria os países produtores de matérias-primas e alimentos. A competição de mercado, a fusão de empresas – independentemente de nacionalidade ou fronteira geográfica –, a formação de grandes conglomerados através do GATT, já se constituía um mapa pré-definido. Padrões de desenvolvimento tecnológico e constituição de novos aparatos jurídico-institucionais de caráter transnacional foram deliberadamente forjados, tendo os EUA à frente, justamente para adequar as economias nacionais à nova configuração que buscava espalhar as relações capitalistas por todo o planeta. Aliado a isto, o país constituía-se no principal mercado para os produtos primários da periferia capitalista, incluindo aí a América Latina.

¹⁶ Programa de Cooperação militar envolvendo os EUA e quase todo o resto do mundo. Na América Latina, todas as nações – exceto a Argentina – cooperaram com a nova potência. Na Europa, os acordos de *Lend Lease*, juntamente com os demais referentes à reconstrução continental, custar-lhe-iam a renúncia à sua organização econômica como centro imperialista e a adaptação produtiva ao *modus operandi* das empresas estadunidenses. Nas palavras de Winston Churchill, “o ato mais sórdido que uma nação pôde fazer a outra”. Disponível em: <<http://www.winstonchurchill.org/i4a/pages/index.cfm?pageid=699>>. Acesso em: 17 ago. 2006.

¹⁷ Padrão de riqueza mundial até 1944, só substituído pelo dólar quando da liberalização desta moeda como reserva de meios de pagamento internacional, em 1973, pelo então presidente estadunidense Richard Nixon. Mesmo assim, o ouro (juntamente com o dólar e outros bens intercambiáveis) figura, até hoje, com tal função, assim reconhecido no mercado internacional.

As transformações por que passou o capitalismo durante o “breve século XX” – para usar um termo de Hobsbawm (1995) –, inclusive as manifestações de suas crises – cada vez mais longas – e de seus ciclos de prosperidade – cada vez mais curtos –, apontam para uma fórmula em que os ajustes no sistema devem ser vistos como fatores intrínsecos à sua forma de organização, reprodução e resultante concentração de riquezas. Como todo e qualquer sistema, o capitalismo necessita, constantemente, reproduzir-se, seja implementando reformas, seja redefinindo trajetórias frente às tensões que se lhe apresentam. Isto pode explicar o movimento de substituição de elementos representativos de sua dinâmica, como os que desenvolvem o papel de agentes de sua reprodução. Assim, a condição em que saiu dos dois conflitos mundiais permitiu aos EUA não só a sua consolidação enquanto potência mundial em substituição à Grã-Bretanha, mas também como o espaço geoeconômico e político no qual afluiria a grande pujança e quantidade de capitais produzida no mundo. Numa magistral análise do quadro da rede imperialista das relações internacionais de sua época, Magdoff (1978, p. 117) afirma que

os Estados Unidos, como líderes, têm poder econômico para invadir a indústria e os mercados de seus principais parceiros de negócios e aliados político-militares. Têm os recursos para manter no mundo uma posição militar dominante. [...] E podem ser banqueiro mundial e fornecer a moeda de reserva em razão de sua força econômica e militar, que obriga a cooperação de outras nações industrializadas.

Àquela altura dos fatos, parte do cenário da atual transnacionalização já se encontrava consumado. Tal ordem de coisas viria a sofrer um profundo desgaste nos anos 70, quando se evidenciaria a crise capitalista do pós “anos dourados”. Isto fez com que o capitalismo necessitasse, ainda, do Estado keynesiano por mais algum tempo como atenuante dos estragos da II Guerra e amenizador das circunstâncias sociais a que foram relegadas as camadas populares antes do amadurecimento da crise que fundaria o predomínio do capital financeiro. Arrighi (1996),

acertadamente afirma que, como teria se passado nos ciclos comerciais genovês e holandês e no capitalismo de predomínio inglês, toda transição de hegemonia veio antecedida por um processo de crise financeira, evento que acaba por permitir a substituição de uma fração de classe no poder por outra. No caso do ciclo estadunidense de substituição da Inglaterra, o processo se repetia.

Assim, em relativas poucas palavras, a atual fase de transnacionalização de predomínio financeiro dessa conjuntura capitalista é a expressão de um mesmo fenômeno histórico: o imperialismo, hoje concebido pelos ideólogos burgueses pelo eufemismo “globalização”, mediatizado como novo paradigma socioeconômico denominado de “pós-modernidade”. Nada de novo no *front*, já que nenhuma dessas novidosas nomenclaturas refletem a natureza e o conteúdo real do fenômeno, ficando apenas na esfera das ideias, escamoteando sua essência imperialista, tal como previsto por Lênin (1986a) no início do último século do milênio passado.

1.2 IMPERIALISMO, UMA NECESSÁRIA REVISÃO

O termo imperialismo não é algo esvaziado de sentido e não foi, originalmente, produzido no interior de formulações teórico-ideológicas de caráter crítico. Surgiu na Inglaterra por volta dos anos 70 do século XIX e só passou a constar do vocabulário político e jornalístico europeu nos anos 90 daquele século (HOBSBAWM, 1988, p. 92), sendo amplamente utilizado para glorificar o expansionismo britânico no período. Nesse sentido, a versão “rodhesiana”¹⁸ de “imperialismo social” é bastante eloquente.

A primeira tentativa de abordagem crítica do imperialismo foi realizada por Hobson em seu clássico livro publicado em 1902¹⁹. Por possuir uma perspectiva democrática radical, ele não se inscrevia na

¹⁸Referência a Cecil Rhodes, grande banqueiro e imperialista britânico.

¹⁹Referência a John Atkinson Hobson (1858-1940), teórico e político, um dos líderes do chamado Novo Liberalismo ou Liberalismo Social inglês da segunda metade do século XIX. Hobson extrapolou a concepção liberal-reformista puramente individualista e esforçou-se numa perspectiva mais social. Durante a Primeira Guerra Mundial, era um pacifista e reformista declarado, defendendo e propagando a ideia de criação de uma sociedade de nações. Acerca da obra, ver Hobson (1981).

tradição marxista²⁰, o que não impediu que influenciasse cientistas sociais, políticos e economistas que se interessaram pelo tema, como Lênin²¹ e até Keynes²². Seu conceito de monopólio permitiria a estudiosos e críticos do capitalismo dar os primeiros passos em direção à construção da categoria analítica imperialismo, sendo apropriada por uma série de autores marxistas, operando como conceito de importância fundamental para a análise das mutações do sistema no período de transição do século XIX para o XX. A propósito, não é novidade na história a apropriação de termos ou conceitos produzidos no interior de um determinado campo teórico-ideológico por outro. Talvez o exemplo mais importante disso seja o da apropriação marxiana da teoria do valor-trabalho que, como se sabe, remonta a Adam Smith (ALMEIDA; ALMEIDA, 2006).

Na trajetória histórica do sistema capitalista, o imperialismo sempre foi entendido como a expansão do Estado-Nação para além de suas fronteiras, assim como a instituição de relações coloniais que envolvem, através de diferentes retóricas, outras nações como periferia de um sistema civilizacional eurocêntrico. Ao cimento ideológico da arguição colonialista foi adicionado um aparato estatal de apoio militar, econômico e cultural eficaz.

Na acepção moderna, no entanto, o imperialismo não se restringe à aquisição de colônias, ações políticas e militares de determinados governos no sentido de proteger interesses de sua classe dominante. É muito mais complexo. Constitui-se uma inter-relação que envolve as atividades econômicas – doméstica e externa – da indústria (desde as produtoras de bens duráveis e de processamento de alimentos até a bélica), ações militares, diplomacia internacional e as investidas do capital financeiro, com vistas a garantir o funcionamento normal do sistema capitalista. Sua função é garantir as condições necessárias de concentração de poder econômico nos centros capitalistas avançados. Magdoff (1978, p. 189) didaticamente afirma que

²⁰ A propósito, Marx falecera em 1883, quando o termo imperialismo ainda não havia adquirido sua conotação econômica e política, fato que explica tal ausência em sua teoria.

²¹ Sua principal obra a respeito do imperialismo (LÊNIN, 1986a) tornou-se referência obrigatória a quem se aventure pelo tema.

²² Acerca, ver Fomperosa, Jesús. *Nota del traductor*. In: Hobson (1981, p. 7).

esse poder torna-se uma necessidade para a segurança do capital investido e fonte básica de aumento de lucros [...] para além das fronteiras nacionais, para controlar e influenciar fontes de matéria-prima, controlar e influenciar mercados e obter mais altas taxas de lucro, através de mão-de-obra barata e outros “inputs”.

Esse controle garante a eliminação dos concorrentes potenciais, como também o domínio dos conflitos entre as grandes corporações das principais nações industriais. Assim, Magdoff alertava para a harmônica inter-relação existente entre as esferas econômica, política e militar na corrida imperialista. Concebe-se daí que, falar de imperialismo implica referir-se à expansão do capital enquanto relação social que assegura o domínio do primeiro sobre o fator social; sugere abordar o desenvolvimento econômico através da exportação de capital, com o fito de investimento tipicamente capitalista e fundado no princípio do processo produtivo industrial, o que propicia a inserção das relações capitalistas, via industrialização, nos países periféricos; significa, finalmente, fazer referência à trajetória do capitalismo, buscando dar conta da dimensão sistêmica da inter-relação que envolve seu conjunto. Nesse sentido, tem razão Magdoff (1978, p. 69) quando afirma que “o imperialismo não é uma matéria de escolha para a sociedade capitalista; ele é o meio de vida dessa sociedade”.

O fenômeno imperialista é parte desse todo sistêmico que, em certos momentos históricos, aparece como imerso em relações paradoxais e contraditórias – como atualmente, entre as frações da classe burguesa (industrial x financeira) – que pretende equivocadamente quem o vê de forma superficial²³. Historicamente, as finanças atuaram no desenvolvimento do capitalismo como uma parceira leal e necessária ao capital industrial na sua trajetória de concentração do poder econômico, numa relação simbiótica em que uma *viceja com o êxito da outra* (MAGDOFF, 1978, p. 190). Nesse procedimento, tanto a esfera política quanto a econômica e a militar, se

²³ Serve como registro o pseudo paradoxo entre as atividades capitalistas da esfera produtiva e financeira contidas na afirmação do megapresidente brasileiro Antônio Ermírio de Moraes, presidente do Conselho de Administração do Grupo Votorantim: “sou favorável àquele que vem ao Brasil para produzir e não àquele que vem para especular” (Vide revista *Vida Executiva*, n. 15, ano 2, p. 82, ago. 2005). Destaca-se que, apesar da veemência da afirmação, seu autor tem investimentos econômico-financeiros nos dois setores da economia.

inter-relacionam sistemática e harmonicamente em uma só estratégia. No entanto, apesar das camuflagens, a centralidade da relação capital-trabalho representa, em última instância, a sua essência. Assim, a exportação de capitais é levada a cabo com o fito de investimentos tipicamente capitalistas, independentemente do setor em que o recurso é aplicado. A desconexão entre um setor e os demais é apenas aparente.

Claro está que o imperialismo não tem hoje a mesma configuração da compreensão clássica de início do século passado, no entanto, não se transformou em seu contrário, como propõe a mística neoliberal ao afirmar que, em sua substituição teria surgido uma “economia global”, muitas vezes generosa, na qual todas as economias são interdependentes, como o afirmam Hardt e Negri (2001). Não obstante diversos autores críticos recorrerem ao vocábulo *globalização* procurando ressignificá-lo de modo a contribuir para a inteligibilidade da atual fase de reestruturação capitalista, como é o caso, por exemplo, de Ianni (1992), Chossudovsky (1999; 2004), Mézaros (2003), Dos Santos (2003-2004) e dos teóricos que se inspiram no “paradigma” da economia-mundo, entre eles Wallerstein (2004), atingindo historiadores de reputação ilibada como Hobsbawm (2007), problemas permanecem.

De fato, o imperialismo sofreu mudanças profundas. Na época de Lênin, o capitalismo de base industrial só era dominante nas formações sociais imperialistas e esse mundo imperialista era multipolar e permaneceu assim até o final da segunda grande guerra. Na sequência, tivemos quase meio século de bipolaridade que se esboroou rapidamente com o colapso da URSS. Atualmente, nos deparamos com um mundo unipolar, ao menos no que se refere ao impressionante poderio bélico dos EUA. Hoje, as relações de produção capitalistas literalmente se planetarizaram. Inúmeras formações sociais dependentes transformaram-se em importantes pontos de ancoragem do capital industrial. Em outros termos, recorrendo ao conceito de capital como relação social, o processo de exportação de capitais para investimento tipicamente capitalista e fundado no processo produtivo resultou, ao longo do século XX, no espraiamento de relações sociais deste tipo, a começar pelas de produção. Obviamente, não se criou

uma soma de formações sociais autônomas. Essas relações perpassam as formações sociais, articulando-as de um modo novo, imprimindo ao capitalismo novas configurações.

Outra importante alteração se refere ao extraordinário aumento dos Estados Nacionais no centro e, principalmente, na periferia do sistema. Ao contrário do que ocorria na época de Lênin, constituiu-se, especialmente ao longo da segunda metade do século XX, um mundo de Estados-Nações dependentes dos atores imperialistas, cuja configuração levou à hegemonia dos Estados Unidos. Por outro lado, algumas das suas características essenciais permanecem, perpetuando a reprodução concentradora do capital. Mais: elas se intensificaram.

Na América Latina, com a Revolução Cubana evidenciaram-se mudanças na estratégia de dominação no conjunto do continente através de mecanismos diversos, sempre embasados na Doutrina Monroe. Incluem-se nesses mecanismos, intervenções militares²⁴ diretas, políticas (através da diplomacia), econômicas (bloqueios e “diplomacia” do dólar, dívida externa, etc.); e indiretas (através de grupos contrarrevolucionários locais, invasão cultural, etc.). A partir daí, os EUA reforçaram seu papel jurídico nas relações internacionais, buscando legislar para o mundo²⁵, salvaguardado pela supremacia de um suposto direito supranacional, a permitir-lhe, através de seu poder de constrangimento, promover sanções econômico-financeiras e político-militares, como no caso, entre tantos outros, de Cuba. Esses traços se evidenciam, ainda hoje, em processos como o das condenações de Milosevic e Saddam Hussein, o atentado jurisprudente denominado MIA²⁶ e a objeção veemente por

²⁴Muitas das intervenções estadunidenses buscam justificativas no seu papel de polícia do mundo. Nos documentos de Santa Fé I (1980) e II (1988), evidenciam-se as metas imperialistas estadunidenses para a América Latina. O primeiro é permeado de ideologia anticomunista; o segundo ratifica o anticomunismo e agrega os temas do terrorismo e do narcotráfico, ficando clara a situação subjacente ao papel de polícia do mundo a resguardar os interesses da burguesia de seu país.

²⁵As origens dessa ação encontram-se na Doutrina Monroe (1823), embasados na qual os EUA tentaram forjar uma jurisprudência internacional fundamentada em princípios de “direito global” e “justiça internacional”, buscando dar eficácia jurídica a seus saques imperialistas.

²⁶Do original inglês *Multilateral of Investment Agreement*. Trata-se de um projeto de proteção e controle internacional dos investimentos capitalistas pelas transnacionais, que se pretendia um novo marco jurídico supranacional cujo objetivo central era criar, juntamente com os principais membros da OCDE – centro nevrálgico capitalista mundial – uma jurisprudência internacional hegemônica pelos EUA. Através dele pretendia-se transformar os Estados-Nação em simples agentes econômicos sem nenhum tipo de prerrogativa nas cortes internacionais e implantar o princípio de não reciprocidade entre as duas partes que o firmassem. Acerca, ver Borón (2002).

parte dos Estados Unidos com relação à constituição do Tribunal Penal Internacional²⁷. Possivelmente este é o sentido da “hegemonia benigna” estadunidense entendida por Nye Jr. (2002, p. 18).

1.3 O IMPERIALISMO E A AMÉRICA LATINA

Na América Latina, por sua realidade política marcadamente instável, a crise econômica mais geral dos anos 60, evidenciada no fracasso da Aliança para o Progresso, foi politizada nos golpes militares²⁸ – ação de grupos ligados ao capital monopólico internacional – perpetrados em quase todo o hemisfério, abrindo caminho para a ascensão de outra fração da classe burguesa ao poder: a financeira. Tais golpes restabeleceram, por certo tempo, as condições de reprodução capitalista, favorecendo as burguesias – nacional e estrangeira – em detrimento dos trabalhadores e criou as bases do neoconservadorismo liberal da atualidade (nesse contexto, o Chile de Pinochet foi transformado no primeiro laboratório do neoliberalismo).

Nesse contexto, os Estados Nacionais foram seduzidos pela burguesia financeira internacional a financiarem seus processos produtivos, seu comércio e suas dívidas, aprofundando sobremaneira sua desfavorável interdependência. Consequência disso foi, por um lado, que, à medida que estas economias necessitavam de capital, aumentavam-se os riscos de um *default*, como aconteceria futuramente à Argentina; e, por outro, que as taxas de juros da dívida acabaram transferindo grandes montantes de capital do setor produtivo para o especulativo, e dos Estados Nacionais

²⁷ A concepção de um Tribunal Penal Internacional (TPI) foi pensada desde 1937, quando a *Sociedade das Nações* elaborou uma convenção com este fim. Acerca, ver: (BLISCHENKO; ZHDANOV, 1983, p. 258). Sua execução, no entanto, adquiriu corpo no *Estatuto de Roma*, adotado em 17/07/1998, na Itália. Pelos preceitos do TPI, o julgamento de crimes de guerra cometidos por qualquer chefe de Estado poderia ser solicitado por qualquer cidadão do mundo. No entanto, como esta concepção de TPI implicava a perda de controle da esfera de influência estadunidense sobre as consequências de todas as suas ações imperialistas foi pelos Estados Unidos rejeitada em 06/05/2002. Em magistral ensaio, Zaccagnini (2004) põe a nu as preocupações estadunidenses sobre as possibilidades jurisdicionais que acarretariam às suas ações a constituição do TPI.

²⁸ A Doutrina de Segurança Nacional foi o guia dos golpes militares implantados na América Latina: Guatemala (1954), Paraguai (1954-1989), Honduras (1956), República Dominicana (1965), Brasil (1964), Peru (1962 e 1975), Bolívia (1971-1975), Equador (1971-1978), Chile (1973-1990), Argentina (1976-1983) e Uruguai (1973), El Salvador (1979). Acerca do Estado militar na América Latina, ver os significativos trabalhos de Rouquié (1984) e Rossi (1982).

periféricos para os centrais. Sob as botas militares e a batuta de Washington, a crise sistêmica – representada pela queda na taxa de lucros – foi varrida para debaixo do tapete, resguardada por uma ferrenha censura aos meios de comunicação e pela terrível repressão a toda e qualquer manifestação política contestatória por parte da classe trabalhadora. Na década de 1970, a crise econômica intensificou-se com as tensões energéticas de 1973/1979, tendo como estopim a guerra entre Egito e Israel, que elevou o preço do barril de petróleo cru em 400%: a Quarta Guerra Árabe-Israelense alterava as expectativas do mercado petrolífero de então.

Nesse ínterim, eclodiu um conflito no interior das frações de classe burguesa (entre o capital industrial e o financeiro), como reflexo das tensões monetárias evidenciadas nos anos 60. Como decorrência, o dólar entrou em queda, provocando um processo inflacionário que parecia incontrolável, deteriorando as relações comerciais em termos de intercâmbio intrapaíses. O resultado disso foi a sangria de capitais desde a periferia que levou a América Latina a uma década inteira de produção perdida (1980), com conseqüente agravamento de seus índices sociais.

Essa crise mais geral e a resistência popular à ditadura acabaram levando à derrocada os regimes militares existentes então, no mesmo jogo de efeito dominó em que emergiram, dando início a um processo de “redemocratização” nos moldes burgueses, agora em doses homeopáticas. No entanto, os militares não entregariam o poder sem antes esfacelarem, violentamente, os movimentos armados de contestação sistêmica no continente, aqueles que, de forma radical, ameaçavam também o regime de propriedade privada. O capitalismo tinha de ser preservado, qualquer que fosse a fração de classe que alçasse ao poder. Assim, parece não ser exagerado afirmar que, em última instância, a crise energético-monetária dos anos 70 criou as condições políticas que permitiram o processo de transnacionalização capitalista, concentrada no campo financeiro que hoje se evidencia.

A hegemonia do capital financeiro sobre o produtivo mudou o padrão sistêmico de riquezas, reproduzido agora por corporações e organizações financeiras, num entrelaçamento estrutural que enfatizou a

monetização da economia – sobretudo com a reestruturação da dívida externa latino-americana no fim dos anos 80. Por outro lado, o domínio do capital financeiro deteriorou as condições de vida social (miséria, analfabetismo, precarização, desemprego, etc.); política (acesso cada vez mais seletivo às instâncias de poder; índices de corrupção, patrimonialismo, nepotismo em patamares que assustam à própria burguesia); e econômica (falta de acesso às riquezas produzidas; profunda concentração de renda²⁹, desemprego estrutural, entre outros) no mundo inteiro.

Assim, o setor industrial, pressionado pelas tensões e desequilíbrios oriundos do mercado financeiro, passou a ter um desempenho cada vez mais exíguo, agravando a taxa de desemprego, o que implicou uma queda nos salários reais, decorrências da elevação das taxas de acumulação e concentração de capitais. Mais uma vez, quem pagou o preço da crise capitalista foi a classe trabalhadora. O grande capital, por motivo – e apesar – da queda da taxa de lucro do setor industrial, resguardou-se e prosseguiu seu processo cumulativo em outro setor, quando não os coadjuvou.

Assim, grandes fortunas se concentraram na periferia, principalmente na esfera especulativa, através da sistemática aplicação de políticas favorecedoras do grande capital por parte do Estado burguês. Analisando a lista dos bilionários da Revista Forbes³⁰ vemos o quanto o setor financeiro passou a predominar sobre o industrial, aumentando seus ganhos através da especulação, trazendo sérias instabilidades às economias periféricas.

Ao se comparar alguns dados desse processo e contrastá-los com os índices sociais, tem-se uma noção do problema. Tomando o México como

²⁹ Em artigo intitulado “Chile: capitalistas disfrutaron de su democracia a costo de extrema explotación de trabajadores”, de 20/06/2001, o periódico comunista revolucionário *Desafío* fez um breve e sucinto balanço das consequências desse processo: “En 1976, tres años luego del golpe, los salarios reales bajaron hasta un 35% por debajo de su nivel de 1970. Fue solamente en 1981 que aumentaron hasta el 97.3% del nivel de 1970, para recaer hasta 86.7% en 1983. En el 1970, cuando el izquierdista Salvador Allende llegó a la presidencia, el número de pobres en Chile era de un millón. Para el 1992, 7 millones vivían bajo el nivel de la pobreza (la población actual de Chile es de casi 15 millones). Para el 1987, Pinochet terminó de ser útil no por la miseria y opresión de las masas trabajadoras, sino porque su política comenzaba a hacer daño a toda la clase capitalista, beneficiando sólo a unos pocos de sus acólitos y su familia cercana”. Disponível em: <<http://www.plp.org/de01/de0620.html>>. Acesso em: 10 set. 2007. Em relação ao resto do mundo não foi diferente. A informação do Resumo do *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005*, p. 17, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) confirma que “Os 500 indivíduos mais ricos do mundo têm um rendimento conjunto maior do que o rendimento dos 416 milhões mais pobres”. Ver: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh2005/rdh2005_resumo.pdf>. Acesso em: 11 out. 2005.

³⁰ Acerca, ver: <<http://www.forbes.com/lists/html>>.

exemplo – não como um caso isolado, mas como um país entre tantos outros latino-americanos – os números confirmam a tese. Esse país, entre as décadas de 1980/1990³¹, foi o que mais nomes forneceu para o seleto clube dos bilionários da região, ao passo que os indicadores sociais se tornavam cada dia mais alarmantes, denunciando um processo de concentração de riquezas poucas vezes visto na história do país. A financeirização da economia reforçava, ao extremo, as disparidades sociais: a dívida (externa e interna) e o dinâmico fluxo de capitais propiciado pela especulação monetária, pelos avanços tecnológicos no âmbito da informática e das telecomunicações fornecem os indicadores mais evidentes. Tomando por base o ano de 1987, os dados empíricos registrados no primeiro ano de publicação da *Lista Forbes* dos maiores ricos do mundo, vê-se que, desse rol, apenas uma família mexicana constava. Durante o governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), no entanto, a participação do México no *ranking Forbes* cresceu espetacularmente. Diz Fuser (1995a, p. 66) que, em 1991

estrou na lista Emilio Azcárraga, dono da Televisa [...] com um patrimônio de dois bilhões de dólares. O número de bilionários mexicanos subiu para sete em 1992. No ano seguinte chegou a treze. Em 1994, o último ano do salinato, o México brilhou na lista da Forbes com nada menos do que 24 bilionários, num total de 358 fortunas contabilizadas no mundo inteiro. Carlos Slim Helu, que encabeça o time dos mexicanos, aparece como quarto homem mais rico do planeta, com um patrimônio de 6.6 bilhões de dólares.

Em 1999, doze anos depois de publicada a primeira Lista, a mesma fonte dava a conhecer os sete homens mais ricos do México de então, atribuindo aos mesmos uma riqueza que somava 20 bilhões e 400 milhões de dólares, fortuna equivalente, à época, à mesma soma recebida por todos os seus compatriotas. Ao se verificar a fortuna do homem mais rico do país, o megaempresário Carlos Slim Helu (dono, então, de 24% das ações da principal cadeia de televisão em língua espanhola, a Televisa,

³¹ Ressalva para o epíteto de “década perdida” – os anos 80 – para o conjunto da América Latina; os anos 90 não foram dessemelhantes.

dentre outros empreendimentos) viu-se que sua fortuna fora acrescida de 800 milhões de dólares em relação à soma publicada em 1998 (8 bilhões). Somente a cifra em que se viu aumentada sua fortuna representava quase o total do orçamento anual da maior universidade da América Latina, a *Universidad Nacional Autónoma de México*, ou uma quinta parte do orçamento governamental para financiar os programas de combate à pobreza extrema no país (AMADOR, 1995). Em 2003, o nome de Carlos Slim Helu figurava na 35ª posição geral; em 2004, na 17ª; em 2005, na 4ª; em 2006, na 3ª, com uma fortuna de mais de 30 bilhões de dólares; e, por fim, na edição de 2007, na 2ª maior fortuna do mundo. Numa região em que a maioria da população vive na mais contundente miséria, a opulência exibida pela centralização de capitais em tal patamar evidencia um constrangedor e paradoxal cenário.

Ponderando tais informações, percebe-se um quadro escandaloso de transferência de riquezas, ocorrido concomitante à aplicação das políticas neoliberais que concentrou, cada vez mais e numa velocidade estonteante, opulência nas mãos de um grupo cada vez mais seletivo e distribuiu a pobreza e a miséria para um número cada vez maior de pessoas. Não por mera coincidência esse diminuto clube sempre esteve ligado – com relações perenes, fortuitas ou coadjuvadas – ao setor financeiro. O panorama delata que, com o avanço da tecnologia, aprofundou-se o processo de concentração de capitais, deixando para trás a retórica tão decantada da “divisão do bolo” que tanto a burguesia cantarolou nos anos de chumbo na América Latina. Os números mostram que os setores de serviços, do complexo industrial-militar e o especulador financeiro foram os eleitos pelos grupos que ocuparam o bloco no poder em todo o planeta. Percebe-se que a corrupção (no âmbito estatal e privado) ganhou força, sistematizou-se e foi competente o bastante para protagonizar todos os aparelhos de Estado – em alguns casos mais que em outros – como forma de enriquecimento para os grupos que se alçaram à condição de “emergentes” na atual conjuntura. Mais que nunca na história, a corrupção ganhou espaço, na América Latina como alhures: aonde chegavam as relações capitalistas ali também se instalava, refletindo a mercantilização das relações sociais no campo político.

Nesse último aspecto, tanto o Brasil quanto o México podem ser citados como fortes referências. Nesses países, enormes fortunas constituíram-se durante os governos de Salinas de Gortari (1988-1994), Ernesto Zedillo (1994-2000) e Vicente Fox de Quesada (2000-2006), no México; e de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luis Inácio Lula da Silva (2003-), no Brasil, apesar da profunda crise que caracterizou o período (ALMEIDA, 1999).

Ao se analisar as maiores riquezas concentradas por área de investimento no Brasil, adotando a mesma fonte, nota-se que a lista de bilionários da Forbes de 1996 elenca 10 ricos, distribuídos nas seguintes áreas de investimentos: Construção civil (03), Telecomunicações (02), Banco e seguros (02), fontes diversas (02), Comércio (01). Ao se comparar esta lista com a de 2005, apreende-se que o número de bilionários teve a baixa de um nome, no entanto, a grande novidade é que todos os nove nomes restantes tinham vínculo – direto ou indireto – com o capital financeiro, denunciando a transferência de riquezas do setor industrial e de serviços para o especulativo.³² Contabiliza-se, ao se somar as contas bancárias desses nove felizardos, uma riqueza total de 50,5 bilhões de Reais³³, o que dá outra “amostra grátis” da concentração capitalista na periferia do sistema.

Esses dados, por mais atomizados que possam parecer, dão uma noção do volume de capital, da velocidade de seus fluxos, da sua concentração em setores específicos intrapáises em que se distribuíram no período. Outros números revelam a reprodução das relações tipicamente centro/periferia, facilitadas pela liberalização das “fronteiras” que atravancavam o livre fluxo desses capitais em esferas onde antes os interesses burgueses locais eram resguardados pelo Estado-Nação. Assim, tomando por base os dados da Lista de 2005, referindo-se ao continente americano como um todo, ao totalizar os números da opulência individual, chega-se à seguinte conclusão: do total de 690 nomes, 386 são americanos;

³² Acerca, ver: BUCCO, Rafael Bravo. Yes, nós temos bilionários. *Revista Universo Masculino*, n. 7, maio de 2005. Também disponível em: <<http://www.ilheusamado.com.br/?q=node/4134>>. Acesso em: 22 dez. 2008.

³³ Idem.

destes, 345 são estadunidenses³⁴ contra 41 de todo o resto do continente. E se, dessa lista, se destacar os vinte mais ricos dentre os ricos, só os EUA detêm onze nomes, ou seja, mais de 50%, detendo uma fortuna de U\$ 521.9 bilhões, o que importa quase um terço de toda a riqueza dos 49 países listados. Saindo do âmbito individual para o empresarial e estendendo os dados de forma a não se basear apenas no número de empresas contidas no *quantum* da lista (400), mas no total do faturamento (quase U\$ 5.5 trilhões), tem-se que as vendas das empresas estadunidenses representaram U\$ 1.739 trilhões, ou seja, um terço do valor registrado.

Caso sejam confrontados dados do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) com os dos países componentes do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e cotejados, paralelamente, com a configuração mundial, vê-se que a conformação sanciona a premissa da concentração de capitais em determinados centros geopolíticos e econômicos. Na lista das 400 maiores empresas de 2003, somente o NAFTA concentra quase a metade delas em grandeza mundial (179); intrabloco, os EUA detêm quase 88% desse número: Estados Unidos (157 empresas), Canadá (18) e México (4).³⁵

Ao se comparar os dados da Lista *Forbes* das 400 maiores empresas do mundo, de 2002, vê-se que, no âmbito intraperiférico latino-americano o Brasil não se encontrava representado; na lista de 2003 registrava-se a presença de apenas uma empresa brasileira: o Banco do Brasil (do setor especulativo, apesar de constituir-se, formalmente, como de “fomento”); em 2004, eram sete empresas, e, destas, três do setor bancário. O México tinha duas empresas na Lista, todas elas do setor comercial. Em 2005, as maiores riquezas mexicanas concentravam-se no domínio das

³⁴Em 2003, os EUA detinham 222 nomes na lista. Na lista de 2007, contabilizou-se 374 ricos, ou seja, mais de 39% do número deles, com o agravante de que, em montante de valores, se concentram nos EUA. Na lista de 2006, existiam 793 pessoas com mais de um bilhão de dólares. Ver: <<http://www.forbes.com/lists/html>>.

³⁵Empresas de peças e componentes (na maioria do setor eletroeletrônico): Cânon, Casio, Kodak, Ericsson, Hewlett Packard, IBM, Motorola, General Electric, Philips, Samsung, Sanyo, Sony; e automotivo: BMW, Ford, General Motors, Honda, importadoras de suas matrizes estrangeiras, que instalam plataformas produtivas nos países periféricos pagando salário inferior ao daqueles que produzem nas matrizes. No caso mexicano, as maquiladoras exportam o produto final para o país de origem da empresa ou para outros em que sejam competitivos. Essas empresas existem desde 1965, somando, no final de 1994, mais de duas mil, como resultado do impulso dado pela eliminação das alíquotas de importação a partir da implantação do NAFTA.

telecomunicações – três das quatro (75%) listadas são do setor. Os demais países da América Latina (exceto Argentina e Venezuela) não constavam da lista de 2005.

Entre tantas outras informações, esse quadro demonstra que a concentração de capital estabelecida – quer intra ou interpaises – não é linear e depende da posição em que se situa a economia nacional na divisão internacional do trabalho. Como a economia dos países da periferia centra-se mais na produção de *commodities* (de baixo valor agregado no mercado internacional) e no capital industrial (levado a sucateamento pelas políticas econômicas dos Estados Nacionais, favorecedoras dos interesses especulativos), o número de magnatas cresce muito lentamente se comparado ao de países mais desenvolvidos tecnologicamente e detentores de capital. Em suma, também na configuração imperialista da “globalização”, a acumulação de capitais na periferia se reproduz mais lentamente que nos centros capitalistas.

Em todos os aspectos, a relação interpaises estabelecida na “era da globalização” ratifica a tese do imperialismo. Os dados dos anos 80/90 espelham algo semelhante ao processo de concentração que se delineou desde meados do século XX, guardadas as suas peculiaridades, destacadamente a intensidade, a velocidade e o volume de capitais. Houve uma pronunciada tendência à concentração e ao controle monopólico por parte de um número cada vez menor de empresas³⁶. À época (terminada a II Grande Guerra), em nível mundial as grandes nações estavam – quase todas – debilitadas pelo conflito, à exceção dos EUA; a riqueza estava mais disseminada nesse país, ao passo que hoje se centraliza monopolicamente, tendo indivíduos – ou um pequeno número destes – ou empresas concentrado riquezas semelhantes ao Produto Interno Bruto (PIB) anual de um ou mais países periféricos. Os dados conferem razão à ideia de inexorabilidade do papel do Estado na acumulação/concentração capitalistas que – através de políticas facilitadoras dos fluxos de capitais na relação interpaises – propicia uma extraordinária centralização de capitais em determinados espaços geoeconômicos e geopolíticos. O capital, apesar de não ter pátria, continua resguardado pelo Estado Nacional – este mais

³⁶ Acerca, ver Baran (1984).

interventor que nunca – apesar dos discursos em contrário. Um Estado que não se esquiva em desrespeitar tratados e convenções internacionais e subverter o princípio de autodeterminação dos povos quando se trata de defender capitais detidos por sua burguesia.

A inserção nacional no contexto internacional capitalista é fator importante nesse processo de transferência e acumulação de riquezas. Nesse cenário, o sistema do capital atua de forma a refletir, na periferia, as relações que reproduzem seus interesses, resguardando as peculiaridades periféricas. É na configuração da divisão internacional do trabalho que o sistema capitalista concentra, nas nações centrais, posições privilegiadas de acumulação ampliada de capital através de políticas imperialistas ante os países periféricos. Nesse processo, a dívida externa é, historicamente, instrumento por excelência, da sangria das riquezas nacionais dos países da periferia a garantir privilégios às classes dominantes dos centrais.

1.4 A AMÉRICA LATINA E SUAS MARCAS

No princípio, era o senhor, e o senhor era branco.
(OLIVEIRA, 2003)

Na história da América Latina, desde os tempos da colonização europeia (espanhola e portuguesa), os povos indígenas foram inseridos nas sociedades brancas, cristãs e de cultura ocidental como mão de obra escrava ou como massa pagã a ser cristianizada pela Igreja Católica, sócia incontestada da empresa colonial. Os interesses econômico-mercantis foram incorporados e abençoados pela cruzada ideológica construída no seio da instituição milenar, possibilitando saciar a sede e a fome de metais preciosos, matérias-primas e mão de obra, pilares da acumulação primitiva de capitais, tendo, na grande propriedade, seu espaço de reprodução. A usurpação das terras dos povos indígenas deu-se sob o olhar conivente de um Estado meio secular/meio espiritual, oriundo de uma sociedade branca, cristã e mercantil, imersa em profundas contradições sociais. Uma vez tendo destruído ou incorporado a organização social desses povos, os ibéricos passaram a perseguir-los e explorá-los, apoderando-se de imensidões

territoriais. Exploração, enfermidades, fome e miséria redundaram o maior genocídio da história da sociedade humana, provocado pela burguesia europeia nascente. A grande propriedade agrícola seria, por cinco séculos, a característica fundamental da vida econômica de toda a América Latina. No pós-Revolução Mexicana, um decreto do governador de Durango reconhecia o problema, considerando como

o principal motivo de descontentamento entre o povo de nosso Estado, que o obrigou a levantar-se em armas em 1910, a falta absoluta da propriedade individual; e que as classes rurais atualmente não possuem meios de subsistência, sem nenhuma esperança para o futuro, exceto a de servir como peões nas fazendas dos grandes proprietários que monopolizaram a terra do Estado (apud REED, 1968, p. 74).³⁷

O casamento do regime em que foi organizada a produção colonial (*plantation*), com o catolicismo – religião oficial do Estado – coroou a unidade entre economia e política no novo continente e fincou as bases dos quinhentos anos de exploração porque passaria a América Latina, cuja herança colonial eternizaria a questão agrária como estopim das lutas sociais no continente. Nessa perspectiva, o EZLN é, hoje, o herdeiro histórico, representando a mais eloquente manifestação de resistência contra a cultura capataz do *sombrero* (chapéu de abas largas), espólio colonial do poder econômico e político das lideranças que detêm a propriedade dos meios de produção no México.

Desse modo, a conformação em que foi inserida a América Latina na divisão internacional do trabalho implicou num desenvolvimento industrial enviesado para o conjunto da região, tendo o capital estrangeiro comandado, historicamente, este processo, ao ponto de grandes acontecimentos na economia – como a crise dos anos 30 – imporem um modelo de desenvolvimento de fora para dentro dos Estados Nacionais. Assim foi que se levou a cabo a industrialização da região sob o regime

³⁷Pelos atos da Revolução de 1910, Luis Terrazas, proprietário de terras no Estado de Chihuahua, região norte do México, possuía mais de 2,5 milhões de hectares (ROUQUIÉ, 1991, p. 292). Reed (1968, p. 123) registra uma desapropriação por parte do Governo Constitucionalista de uma faixa em torno de sete milhões de hectares, pertencentes a inúmeras empresas comerciais da família Terrazas.

de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), padrão que determinaria a inserção da América Latina no capitalismo internacional, até sua superação, nos anos 80, no âmbito das políticas neoliberais.

1.5 A AMÉRICA LATINA NOS ANOS 80/90

Hei, anos 80, charrete que perdeu o condutor. Hei anos 80, melancolia e promessas de amor. [...] Pobre país carregador dessa miséria dividida entre Ipanema e a empregada do patrão, varrendo lixo pra debaixo do tapete que é supostamente persa pra alegria do ladrão.

(Raul Seixas)

Articulado pela contraofensiva neoconservadora liberal, o fim do século foi coroado por um reordenamento das forças produtivas e das relações de produção, interpondo-se entre mais uma crise e um ajuste, apesar da introdução das “maravillas” tecnológico-científicas, que como tales no pueden ser digeridas por el sistema, pues elevan las contradicciones interiores del mismo, a niveles antes insospechados” (PLA, 1996, p. 7).

Frente às suas crises estruturais e conjunturais, o capitalismo tem elaborado as mais diversas políticas, culminando nas contemporâneas “reformas neoliberais” dos anos 1980/1990. Oriundo da *Sociedade de Mont Pélerin*³⁸, o ideário neoliberal dos anos 1940 encontrou solo fértil para expandir-se a partir da década de 1970, quando da emergência da crise energético-monetária que se estabeleceu a partir daquele período. Um dos expoentes de Mont Pélerin, Hayek³⁹ receitava, então, um “remédio” amargo para o sistema capitalista, cujo receituário prognosticava o uso da concorrência como princípio sobre o qual deveria pautar a economia, elegendo o mercado como seu regulador. Tal vaticínio excluía certos tipos de intervenção coercitiva na vida econômica, mas admitia outros que, às vezes, podiam “auxiliar muito consideravelmente no seu funcionamento”, exigindo, inclusive, “determinadas formas de ação governamental”. Seu prenúncio reduzia a ação governamental à criação de condições em

³⁸ Sociedade formada pelos precursores do neoliberalismo, fundada em 1947, na Suíça, da qual participaram, entre outros, Friedrich Hayek, Milton Friedman e Karl Popper.

³⁹ Referência a Friedrich August von Hayek, economista britânico de origem austríaca, autor de *O Caminho da Servidão* (1943), cuja tradução só chegou ao Brasil em 1946. Prêmio Nobel de Economia em 1974.

que a concorrência fosse “tão efetiva quanto possível”, restringindo-se ao fornecimento dos serviços indispensáveis e que não compensasse o investimento da iniciativa privada (HAYEK, 1946, p. 67-71).

Para Anderson, a receita de Hayek vinha num só sentido: o da manutenção de um Estado forte o bastante, cuja capacidade permitisse romper o poder dos sindicatos e quaisquer organizações operárias – responsáveis pela queda nas taxas de lucro, por suas reivindicações salariais e condições de trabalho – e controlar a moeda; por outro lado, “parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo” (ANDERSON, 1995, p. 11). As medidas deveriam ser severas e marcadas por uma profunda disciplina orçamentária que levasse em conta uma austera contenção dos gastos com bem-estar social e que restaurasse a taxa “natural” de desocupação, ampliando o exército de reserva de mão de obra como tática impiedosa, que levaria à quebra os sindicatos. O corolário dessas medidas deveria ser o implemento de reformas fiscais (disseminadas na América Latina desde os anos 70 até os 90), “imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos”, o que significava “reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas”. O efeito colateral desses “remédios” resultaria num antídoto contra a “intervenção anticíclica e a redistribuição social”, anomalias que teriam, desastrosamente, deformado “o curso normal da acumulação e do livre mercado”. O crescimento seria uma consequência “natural” da estabilidade monetária e dos incentivos restituídos por essas reformas (ANDERSON, 1995, p. 11).

Desde os anos 70, quando o conjunto de tais políticas ganhou corpo com as crises monetário-energéticas, a América Latina tornou-se seu laboratório, o que foi levado a cabo através da implementação – a punhos de ferro – das políticas liberais vaticinadas. O conjunto de tais medidas, segundo Petras (1997a), pode ser assim resumido: estabilização (de preços e das contas nacionais), privatização (dos meios de produção e empresas estatais) liberalização (do comércio e dos fluxos de capital), desregulamentação (da atividade privada, o que implica também nos direitos sociais dos trabalhadores) e austeridade fiscal (restrição aos gastos públicos).

A partir dos anos 80, o capitalismo mundial passou a operar de forma ainda mais centralizada e burocrática, exibindo uma nova correlação de forças em nível internacional. A concatenação e sistematização de políticas econômicas interestatais hegemônicas pelos EUA, ditas “neoliberais”, ditadas pelo Consenso de Washington⁴⁰ (doravante CW) foram impostas aos países endividados da periferia capitalista, buscando enfraquecer os Estados Nacionais no sentido de quebrar as barreiras nacionalistas⁴¹ e facilitar a penetração do capital estrangeiro nessas economias. Assim, a burguesia internacional se permitia continuar concentrando capitais e mantendo as condições para a sua exportação, mesmo sob os auspícios da crise.

Por trás do receituário do CW estavam os interesses das grandes corporações transnacionais dos países desenvolvidos (principalmente dos EUA), sob a batuta do BM, do FMI, da OMC e do G7 (formado por ministros da Fazenda das maiores potências industriais: Alemanha, Estados Unidos, Japão, Canadá, Inglaterra, Itália e França), móveis do domínio estadunidense. Nos anos 80, tais interesses eram personalizados pela dupla Reagan/Thatcher, signatários do Estado estadunidense e inglês, respectivamente.

A perspectiva interveniente do Estado é compreensível nesse cenário, mas soa estranha quando, no discurso predominante, prevalece a ideia de que a instituição devia ser mínima e não interventora. Também soa estranho o discurso de que o Estado deveria abandonar os gastos públicos (referindo-se às suas responsabilidades sociais), quando, na prática, o então presidente dos EUA aumentara em mais de cinco vezes o déficit público de seu país. Estranho, mas explicável: esse mesmo endividamento alavancava o movimento financeiro dos anos 1980, aprofundando a estabilidade internacional de um sistema cujo equilíbrio se encontrava comprometido.

Para a periferia, especialmente para a América Latina, os anos 80 seriam a década das “reformas” – apropriação exitosa por parte dos

⁴⁰ Acerca, ver Batista (1994).

⁴¹ É eloquente a afirmação do resumo do *Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005*, na p. 31, de que as “barreiras comerciais mais elevadas do mundo estão erigidas contra alguns dos países mais pobres”. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh2005/rdh2005_resumo.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2009.

ideólogos neoliberais de uma das mais caras bandeiras dos movimentos sociais, só que numa releitura no sentido de desresponsabilização do Estado de suas funções relativas à segurança social, previdência, saúde, moradia, educação. O canto da sereia soou magicamente aos ouvidos dos agentes de políticas públicas dos países latino-americanos e foi incorporado aos discursos eleitoreiros, seduzindo, inclusive, parte daqueles que se diziam de esquerda – principalmente os desiludidos pela queda do muro de Berlim. Tal esquerda assumiu o discurso das “reformas” no contexto de relações interestatais e repetia euforicamente chavões como: “desregulamentação” (referindo-se ao sistema financeiro, relações trabalhistas); “liberalização” (dos fluxos de mercadorias, tecnologia e capitais⁴²), como se tratassem de grandes novidades. Esse discurso vibrou sonora e eloquentemente à cata de alento em espaços geoeconômicos livres das amarras estatais nos países da periferia capitalista.

As consequências sociais desse processo mostraram-se catastróficas em curto prazo. A implantação dessas políticas – ortodoxas do ponto de vista econômico – na periferia do sistema, ao permitir a legalização do controle oligopólico da economia, gerou uma concentração e centralização de capitais em proporções nunca dantes vista na história do capitalismo mundial⁴³, destruindo, de forma trágica e violenta, a organização da vida tradicional. Se, do ponto de vista macroeconômico, as medidas neoliberais implantadas obtiveram um relativo êxito, não se pode dizer o mesmo das consequências sociais, que se mostraram desastrosas em curto prazo, atingindo diretamente as camadas populares.

Quando, na década de 1980, a crise financeira – identificada como crise da dívida – se abateu sobre vários países da América Latina, limitando a capacidade de financiamento via entrada de capitais, foi imposta a produção de *superávits* comerciais a título de transferência de capitais e

⁴²Se, em 1975, cerca de 80% das transações de divisas – troca de moeda nacional – estavam dirigidas à realização de negócios na economia real (importação/exportação de petróleo, carros, construção de fábricas, etc.), e os 20% restantes eram de caráter especulativo (compra e venda de moedas com o intuito de auferir lucros conforme a variação de seus valores), os dados do final do século mostraram que já estava em marcha uma franca especulação monetária. As transações internacionais de dinheiro passaram dos 20% para 97,5%, restando 2,5% para as transações de divisas, ou seja, predominio incontestável das transações especulativas (monetário-financeiras). Acerca, ver: *Enciclopédia do mundo contemporâneo*. (São Paulo: Publifolha, 1999, p. 69).

⁴³Acerca, ver Chesnais (1998).

recursos. Os indicativos sociais daquele período causaram medo. As crises do Brasil na década citada, do Chile (1982-1983), da Argentina (1991) e do México (1980-82; 1994), podem ser apontadas como saldo de balanço dessas “reformas”, jogando a classe trabalhadora – e também a média – dos países periféricos num processo estarrecedor de empobrecimento⁴⁴. Esses setores sociais se viram num turbilhão de desocupações, precarização, rebaixamento de salários e de destruição dos parques postos de trabalho existentes.

O receituário vaticinado pelo CW⁴⁵ contra a queda nas taxas de lucro constituía-se de doses cavalares de “flexibilização” e “desregulamentação”, que buscavam, em meio à crise, garantir a acumulação burguesa através da implementação de políticas econômicas. Visavam, em seu conjunto:

a) Abertura econômica da periferia, processo executado através da redução das barreiras comerciais às inversões estrangeiras. Uma das características contraditórias das políticas de abertura comercial foi a convivência da paradoxal liberalização econômica com o protecionismo dos mercados das economias industrialmente desenvolvidas (nitidamente EUA e Europa), através de políticas sistemáticas que atendiam aos interesses do grande capital. Tal proteção atingia, especialmente, os setores agrícola, têxtil e de couros, justamente os responsáveis pela criação de trabalho para as camadas mais pobres e de menor educação dos PEDs (Países em Desenvolvimento);

b) Supressão de todo e qualquer controle de mercado e do sistema financeiro⁴⁶, facilitando o fluxo de capitais através do dismantelamento do setor público (educação, saúde, segurança, previdência) privatizando os ativos estatais (sistema de bancos e empresas⁴⁷) e, ao mesmo tempo,

⁴⁴O surgimento do *El Barzón*, no México, e as manifestações da classe média argentina quando da imposição da crise nos dois países constituem significativos exemplos – talvez os mais emblemáticos, mas não os únicos – das consequências da aplicação das medidas preconizadas pelo CW.

⁴⁵Acerca ver Petras (1997a), Anderson (1995), Borón (2002) e Batista (1994), entre outros.

⁴⁶Inclua-se a eliminação de legislação de controle ou restrição aos investimentos estrangeiros diretos, dos monopólios estatais e das reservas de mercado.

⁴⁷As empresas estatais, acusadas de ineficiência administrativa, deveriam ser transferidas para a iniciativa privada que, portadora de *know-how*, resolveria os problemas técnicos e gerenciais presentes naquelas. Por sua vez, os recursos levantados pela venda de tais empresas seriam empregados no pagamento da dívida pública. Nenhum dos argumentos vingou: sob o controle privado, as empresas estatais são, hoje, campeãs de reclamação dos consumidores e o dinheiro advindo de sua privatização constituiu-se de papel podre, não empregado no fim propagado.

enfraquecendo as resistências de ordem econômica. Nesse sentido, foi levada a cabo uma reforma cambial pautada na mais irrestrita liberdade de mercado, na supressão das barreiras tarifárias e na redução das alíquotas de exportação, atendendo aos interesses do capital financeiro internacional;

c) Desregulamentação da vida econômica. A reforma trabalhista ensejada, gradativamente despojou direitos trabalhistas historicamente conquistados, instituiu maior jornada de trabalho sob menor remuneração salarial, precarizando as condições de trabalho e minimizando os custos para o desligamento dos trabalhadores;

d) Redução dos gastos sociais (saúde, moradia, educação, assistência social, previdência, segurança...) por meio de disciplina fiscal capaz de corrigir o *déficit* público. Isso se daria por meio de reformas que ampliassem a base tributária, de maneira a aumentar a arrecadação e fomentar *superávits* primários com intuito ao pagamento dos serviços da dívida externa⁴⁸ e da estabilização macroeconômica (monetária e financeira);

e) Estabelecimento de maior proteção à propriedade privada (principalmente a intelectual), através de legislação que seguisse o comércio internacional, amparando, assim, a tecnologia das grandes inovações – de alto capital agregado – de posse dos oligopólios.

A engenharia central daqueles ajustes se apoiava na ideia de que o financiamento externo, sustentado predominantemente por endividamento avalizado por *superávits* primários oriundos, em grande medida, do setor agrário, equilibraria as economias periféricas. As conseqüências foram, por um lado, redução da oferta de bens-salário no mercado interno, concentrando mais riqueza nas mãos da burguesia financeira, nacional e internacional (vide balanços dos bancos e o surgimento de novos bilionários); e a penetração do capital transnacionalizado, principalmente estadunidense, europeu e japonês, cujas presenças se justificavam a título de modernização dos parques industriais das nações emergentes, criação de emprego para a população e investimentos advindos dos grandes centros. No cômputo final, acabaram enchendo as contas bancárias de setores cada

⁴⁸Um dos efeitos colaterais da retirada desses serviços da esfera de responsabilidade público-estatal pouco ou nada aventado é que, tendo eles saído da condição de responsabilidade social e passados à condição de serviço, são transformados em produtos de natureza comercial cuja finalidade é produzir lucros para a esfera privada, ampliando as possibilidades mercadológicas da acumulação de capital.

vez mais diminutos, pela via da especulação financeira – ou da associação capital industrial/financeiro –, e sucateando as economias nacionais. A retórica escondia o caráter especulativo do capital aportado na periferia sob a rubrica de investimento, sem realmente sê-lo. E a América Latina viu, nas primeiras dificuldades de pagamento, tal qual um vespeiro, uma revoada de capitais voláteis.

Por uma série de fatores econômico-financeiros, tecnológicos, militares, culturais e políticos⁴⁹, os EUA reforçaram o seu papel de principal lócus do capital-dinheiro. O capital, sendo apátrida, mostrou ter centros-geoeconômicos e geopolíticos situados, dos quais emana seu domínio, seja naquilo que afirma Nye Jr. (2002), na esfera dos dois poderes: o bruto (Hard power) e o brando ou ideológico (Soft power), seja na concepção genuinamente gramsciana do consenso do subjugado, que lhe dá segurança e garantias de reprodução.

No âmbito estrito da política, o papel do Estado foi a tônica das polêmicas dos anos 80. O receituário neoliberal preconizado por Hayek (1946) e levado às últimas instâncias por colegas e contemporâneos seus desde a Sociedade de Mont Pélerin da primeira metade do século XX, ficaria de herança para os seus futuros discípulos da Universidade de Harvard ou Universidade de Chicago, nos EUA. Sua forma de implementação na América Latina deu-se, invariavelmente, através do uso da violência institucional, apesar dos discursos de Ernesto Zedillo afirmando, em seus arroubos neoliberais, que “está quedando atrás em América Latina el autoritarismo que oprimía la vida política; el estatismo que desalentaba la vida económica, y el paternalismo que inhibía la vida social” (“Urge fortalecer a partidos: Zedillo”. In: *La Jornada*, México, 14 nov. 1996).

Para aplicar as políticas “liberalizantes”, o Estado foi total (no sentido de totalitário e interventor), interferindo ferozmente não só no âmbito econômico, mas também no político. Assim foi no Chile, país

⁴⁹Ascensão militar no pós-II Guerra (através do monopólio da bomba atômica); as reparações dos estragos da Guerra acabaram tornando-o credor do mundo; detentor de metade das reservas mundiais de ouro; sua hegemonia nas instituições econômico-financeiras multilaterais (BM e FMI); e seu domínio comercial configurado no Gatt; controle de reservas de matérias-primas e energéticas dos países da periferia; dominação econômica através da dívida externa; dólar como padrão de riqueza mundial, entre outros fatores.

pioneiro na região, onde as *reformas* neoliberais se deram sob a sangrenta ditadura do general Augusto Pinochet, auspiciada pelas agências estatais estadunidenses; no Peru de Alberto Fujimori, no início da década de 1990, onde os “ajustes estruturais” foram implantados sob as botas militares, o Congresso Nacional e o Judiciário foram debelados, maculando pilares imprescindíveis ao liberalismo burguês; na Bolívia, o preço da implantação das medidas vaticinadas pelo CW custou à institucionalidade “democrática” o apelo a uma das importantes armas da ditadura, o “estado de sítio”, ressuscitada sem nenhum constrangimento, contra as manifestações da Central Obrera Boliviana (COB), a maior central de trabalhadores do país, posta na ilegalidade; no Brasil, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, não hesitou em apelar para o Exército na repressão à maior greve de petroleiros da história do país, em maio de 1995; no México, país que não sofreu nenhum golpe militar nos moldes de seus vizinhos de continente, a *ditadura perfeita*⁵⁰ do Partido-Estado cumpriu um papel idêntico por meio do tradicional autoritarismo que marcou e marca a história mexicana por mais de 70 anos⁵¹.

Merece destaque nesse processo a inegável contribuição política da ofensiva neoliberal do relatório da Comissão Trilateral⁵², que se apropriou da expressão “crise de governabilidade”, cunhada pela esquerda de então⁵³, reformulando o problema da democracia nas sociedades industriais avançadas⁵⁴.

Aliás, ainda está por ser examinado o intrigante nexos entre os processos políticos e econômicos “liberalizantes” implementados na América Latina dos anos 80-90 e a contundente repressão estatal às organizações políticas operárias e populares, aos movimentos nacionalistas, especialmente aqueles que cultivavam ideologias antiimperialistas, no

⁵⁰ Frase cunhada por Mario Vargas Llosa, escritor peruano (apud FUSER, 1995a, p. 13). A ditadura perfeita alude ao caráter da “democracia” mexicana, que se mostra em duas facetas: uma eleitoral, mantida mediante fraudes e corrupção, geralmente financiada por narcotraficantes e pelos EUA; e outra, marcada por um autoritarismo personalista, corporativo e clientelista, financiado por setores conservadores do PRI, que agem numa espécie de neocaudilhismo – marca tão frequente na cultura política mexicana.

⁵¹ Período em que o Partido Revolucionário Institucional (PRI) se manteve no poder, até o momento da publicação deste livro.

⁵² Acerca, ver Moraes (1996) e, sob uma ótica diferenciada, Chossudovsky (1999).

⁵³ Ver Offe (1984); O’Connor (1977); Habermas (1980); Held (1987).

⁵⁴ Acerca, ver Almeida (2005, p. 43-65).

centro e na periferia. O princípio da liberdade econômica não implicou o da liberdade política e social. A nova rodada de transnacionalização capitalista, contraditoriamente pregava a liberdade, mas negava os seus princípios políticos liberais (ALMEIDA, 2005).

Prostrada no aparelho estatal, a fração burguesa latino-americana ligada ao capital monopolista internacional tratou de introduzir novas tecnologias capazes de ampliar e garantir o processo de acumulação capitalista mesmo quando caía a taxa de lucros. No sistema produtivo ampliou a base do capital constante (informática, automação e robotização) e reduziu os investimentos no capital variável; na comunicação, imprimiu maior velocidade à informação, buscando aumentar a rotação do capital e garantir, assim, maior taxa de lucros; introduziu novos produtos no processo de fabricação de compostos químicos, substituindo antigos componentes (aço, vidros, couros, borracha) com o intuito de baixar os custos da produção e dar maior liberdade de escolha de matérias-primas. Em decorrência, esses processos tecnológicos invadiram as esferas da produção social (agricultura, indústria, transportes) e da circulação de mercadorias (comércio, bancos, setores de serviços em geral), expandindo a capacidade produtiva e as possibilidades de exploração da força de trabalho, através do aumento do desemprego estrutural. A implicação dessa reestruturação produtiva foi uma mudança na composição orgânica do capital, deslocando para a esfera do capital constante a sua concentração, em detrimento do capital variável. Garantia-se, assim, a taxa de lucro capitalista.

Os avanços tecnológicos implementados pela recomposição capitalista trouxeram à luz uma ideologia de caráter tecnocrático, cuja função foi transferir para o campo técnico questões de cunho eminentemente político, atuando de forma despolitizadora e apresentando uma visão parcial e deturpada da realidade. Segundo esta, os problemas sociopolíticos e econômicos latino-americanos eram consequência da incapacidade (mais preciso, da “incompetência”) dos países dessa região, que não conseguiam acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas em nível mundial. Além de reafirmar a economia de mercado

como forma de organização econômica sob a orientação política da democracia representativa burguesa como fim peremptório da organização sociopolítica e econômica mundial, tais ideólogos buscaram explicar as “anomalias” capitalistas (os insucessos sistêmicos de nações falidas, diria Fukuyama [1992]), por uma suposta questão cultural. Isto justificaria, por exemplo, o fato do “Extremo Oriente ter se dado melhor em termos econômicos do que a América Latina” (FUKUYAMA, 2005, p. 14). Para esse autor, muitos países asiáticos têm longa tradição de instituições e Estados relativamente fortes, coisa que falta à América Latina. Nessa perspectiva, se a questão não é meramente técnica, é de ordem subjetiva. Fukuyama solapa a verdade quando abstrai de sua “teoria” a história, a política e a economia.

Ao se analisar a situação mexicana de dezembro de 1994/janeiro de 1995, momento histórico do surgimento do EZLN e da profunda crise econômica que assolou o país, compreende-se os interesses do olhar “modernizante” dos ideólogos neoliberais estendido na direção dos países “emergentes”. Num rápido balanço do México de então, Chesnais (1996, p. 31-32) escreveu: “O ano de 1995 registrou uma queda de 5% no PIB e uma taxa de inflação de quase 50%. O desemprego alcançou 25% da população ativa, enquanto os salários sofreram uma perda de poder aquisitivo da ordem de 55%, e mais dois milhões e meio de pessoas caíram abaixo do limite de ‘pobreza extrema’”. Contrastando as perspectivas de Chesnais e Fukuyama, pergunta-se a este último: se a questão é de ordem cultural, como explicar o fato de o México ser apresentado pelos ideólogos neoliberais ao mundo como modelo de economia (o que deve presumir que as instituições do país eram fortes) e pouco tempo depois estar sofrendo uma das mais profundas crises de sua história? O que fez com que suas instituições envelhecessem tão precoce e aceleradamente?

Fato é que, como medida compensatória, o Estado aprofundara o desemprego estrutural⁵⁵ no México de 1995, como medida para amenizar

⁵⁵O jornal *Folha de S. Paulo*, de 21/06/1995, no caderno de “Tendências Internacionais” publicava manchete intitulada “México tem desemprego recorde”, em que registrava uma taxa de desemprego na casa dos 10,5% (abril) em relação à taxa de março daquele ano, atingindo, naquele momento, 6,3% da População Economicamente Ativa (PEA), índice só superado em janeiro de 1987. Além disso, o subemprego grassava cerca de quatro milhões de mexicanos. No mesmo jornal e mesmo caderno, na data de 17/08/1995, outra manchete destacava: “PIB do México tem queda de 10,5%”, dando destaque também para a queda das reservas internacionais do país.

as consequências da crise (conhecida como “efeito tequila”) para as taxas de lucro. Nesse mesmo sentido, recursos pontuais foram sugeridos através de medidas de acomodação da classe trabalhadora à lógica política e econômica neoliberal. Assim foram encetadas as reformas macro e microeconômicas anunciadas por Ernesto Zedillo, em maio daquele ano, cuja responsabilidade ficou a cargo do então recém-criado *Consejo Mexicano para la Productividad y la Competitividad*⁵⁶. Esse Conselho promoveu reformas econômicas pautadas nos dados cedidos e analisados pelo *Sistema Integral de Información del Mercado Laboral* fundado em quatro linhas de ação: produtividade, competitividade, capacitação e desenvolvimento de estratégias. Essencialmente, o mesmo receituário prognosticado para toda a periferia do capitalismo pelo CW. Como parte não nova das táticas burguesas conhecidas na história do México, o projeto deveria ser levado a cabo por uma aliança entre empresários, operários e camponeses. Chegou-se mesmo a falar em “Revolução Microeconômica”⁵⁷, o que, em última instância, pautou-se num processo quantitativo e positivista.

Para o tecnocratismo reinante, o que se apresentava como sucesso devia aplausos às políticas neoliberais; em contrapartida, os fracassos deviam ser avaliados como disfunções próprias, “imperfeições do mercado” ou incapacidade de adaptação à nova conjuntura. Assim foi que o México e a Argentina passaram, num curto espaço de tempo, de paradigmas a desastres econômicos, por motivo de “incapacidade tecnocrática e corrupção”, nunca pelas contradições e fragilidades do receituário neoliberal. Receituário, aliás, que hoje recebe críticas contundentes dos mesmos profetas da economia de mercado e da democracia representativa burguesa, como Francis Fukuyama e Joseph Nye Jr. Um exemplo eloquente no que se refere à crise mexicana é o conteúdo do comunicado final do G7 de Halifax, em julho de 1995. Afirmava ele que a culpa pela crise não era das possíveis contradições das políticas neoliberais, mas dos mexicanos, “que não souberam ‘adaptar-se bem’, que não entenderam

⁵⁶ *La Jornada*, México, 24 de maio de 1995.

⁵⁷ Acerca, ver: VALDÉS, José Enrique López. *Las Estrategias de la Revolución Microeconómica en el umbral del Siglo XXI*. México, D.F.: Instituto de la Integración Iberoamericana, v. 3, sep. 1993. Em 2008, o discurso retornou de forma crítica. Acerca, ver: CARDOSO, Víctor. *Concamín y Coparmex, insatisfechas con el gobierno*. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2008/08/29/index.php?section=economia&article=030n1eco>>. Acesso em: 15 jun. 2009.

as regras do jogo e que, junto com outros países em situação parecida, devem ser submetidos a uma tutela ainda mais severa pelo FMI” (apud CHESNAIS, 1996, p. 32).

Em Fukuyama, encontra-se a tentativa de justificar o fracasso das políticas de “reformas” como resultante de problemas “estruturais” dos Estados em que foram aplicadas. Diz ele, inclusive, num *mea culpa* de reconhecimento de parte dos equívocos que, “em muitos países, a reforma econômica liberalizante deixou de cumprir sua promessa. De fato, em alguns países, a ausência de uma estrutura institucional adequada os deixou em situação pior depois da liberalização do que se esta não tivesse ocorrido” (FUKUYAMA, 2005, p. 20). No entanto, o problema, ratifica ele, está relacionado à fragilidade da estrutura institucional desses países.

Como se vê, a retórica neoliberal é frágil quando tenta explicar – e justificar – a aplicação de tais políticas na periferia do sistema. Tal ideologia mascara seu fim que é o de concentrar, ainda mais, riquezas nas mãos da burguesia (hoje de hegemonia financeira) em detrimento do altíssimo custo social para os povos dessas regiões. As consequências estão postas e são inequívocas, apesar do discurso em contrário. O resultado é o presente quadro de crise econômica, social e moral que atinge a sociedade capitalista mundial, diante do qual a burguesia não aponta respostas plausíveis para as desastrosas consequências socioambientais produzidas por sua sociedade e por seu domínio econômico⁵⁸. E não aponta, simplesmente, porque a atual crise, por ser intrínseca ao capitalismo, não pode ser resolvida nos marcos do mesmo, restando reformas parciais e conjunturais de adequação. Nesse contexto, tem muita importância o que afirma Galeano (1996, p. 12):

Los medios de comunicación de la era electrónica, mayoritariamente puestos al servicio de la incomunicación humana, nos están otorgando el derecho a elegir entre lo mismo y lo mismo en un tiempo que se vacía de la historia y en un espacio universal que tiende a negar el derecho a la identidad de sus partes. Se hace cada vez más unánime la adoración de los valores de la sociedad de consumo”. [E agrega]: “la invitación al consumo es una invitación al delito. Leyendo las páginas

⁵⁸ A respeito, ver: Altvater (1995).

policiales de los diarios se aprende más sobre las contradicciones sociales que en las páginas sindicales o políticas. Allí están los alegres mensajes de muerte que la sociedad de consumo emite.

Leite (1995), com certa razão, afirma que o México não aprendeu as lições da história: “Não é com Naftas (ou com mercosuis) que se constrói uma economia”. De qualquer forma, uma coisa parece sensata nessa conjuntura: a necessidade que determinados movimentos sociais tiveram de dar uma resposta criativa contra o espectro social que se descortinou perante seus olhos.

1.6 ESTADO NACIONAL E TRANSNACIONALIZAÇÃO NO MÉXICO

A sua piscina tá cheia de ratos, suas ideias não correspondem aos fatos. O tempo não para. Eu vejo um futuro repetir o passado. Eu vejo um museu de grandes novidades. O tempo não para, não para não, não para!
 (“O tempo não para” – Cazuya e Arnaldo Brandão)

Ao mirar o processo de recomposição capitalista do pós-II Guerra, Hobsbawm (1995, p. 272), concebe que, a partir da década de 1960, a economia mundial passou de uma conotação internacional a uma transnacional, operando

um sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem um esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores. [...] Três aspectos dessa transnacionalização foram particularmente óbvios: as empresas transnacionais (muitas vezes conhecidas como “multinacionais”), a nova divisão internacional do trabalho e o aumento de financiamento *offshore* (externo). Este último não só foi uma das primeiras formas de transnacionalismo a desenvolver-se, mas também uma das que demonstraram mais vividamente a maneira como a economia capitalista escapava do controle nacional, ou de qualquer outro.

Para Almeida (1995, p. 17), no entanto, o processo teria ocorrido de forma diferenciada. Esse “escape” não teria se dado, pelo simples

fato de a ideologia nacional inserir-se na estrutura do capitalismo. Ele supõe “a existência de um nexos estrutural entre nação e capitalismo, na medida em que esse modo de produção constitui classes sociais distintas e antagônicas como uma comunidade cujo interesse é representado pelo Estado burguês”. Nesse sentido, seu raciocínio sinaliza para a existência de contradições entre o modo de funcionamento do sistema capitalista em nível internacional e nacional, sendo a ideologia nacional mais um mecanismo de reprodução da sociedade capitalista, cujas condições são cimentadas nesse mesmo espaço. Para ele – e aqui se toma sua tese como ponto de partida – o “Estado capitalista funciona de um modo nacional” (p. 48). Não existe contradição nessa premissa assim como não existe contradição entre ditadura ou democracia enquanto regimes políticos no processo de acumulação capitalista.

Concebendo a implementação das políticas neoliberais como parte da cartilha originada nos países centrais do capitalismo, vê-se que México e Argentina foram os países da América Latina onde mais profunda e aceleradamente essas medidas foram aplicadas e, não paradoxalmente, esses países acabaram sofrendo as decorrências mais profundas da subserviência de suas classes dominantes. Tomando como parâmetro a América Setentrional, mais especificamente a relação México-NAFTA, vê-se que, na prática, este último é um mecanismo de disseminação das políticas imperialistas estendidas internacionalmente pelas instituições multilaterais radicadas em Washington. Com objetivos tais como garantir fluxo livre de mercadorias, serviços e capitais, o México foi anexado ao Tratado de Livre Comércio (TLC), apesar das diferenças econômico-sociais⁵⁹ entre este país e seus novos sócios, o Canadá e os EUA. O Estado Nacional atuou aqui não como um empecilho à economia global – como afirmava Hobsbawm – mas como assegurador das condições, senão propícias, necessárias à reprodução das estruturas capitalistas de produção.

⁵⁹ Como exemplo podem ser citadas as discrepâncias entre o Produto Nacional Bruto e a renda *per capita* dos países que envolvem o NAFTA. Em 1995, o México registrou um PIB de US\$ 250.038 milhões e uma renda *per capita* de US\$ 3.320; o Canadá e os EUA, respectivamente, um PIB de US\$ 568.928 milhões e 6.952.020 milhões, e uma renda *per capita* de 19.380 e 26.980 mil US\$ (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 225-247).

Na atual conjuntura internacional, o papel do Estado estadunidense é o exemplo perfeito da importância do aparelho estatal como instrumento de classe, interventor e essencial no processo de dominação burguesa, quer no âmbito das relações nacionais, quer no das internacionais. Apesar do discurso burguês de fim do Estado-Nação, ensaiado pela ofensiva conservadora neoliberal, o atual reordenamento político e econômico veio reforçar a tutela mundial por parte dos Estados Unidos da América em todos os planos: econômico, político-militar e ideológico.

Nesse contexto de imperialismo globalizacionista, as possibilidades de inserção das nações periféricas no “mercado” internacional só se processam se de forma condicionada às políticas gerais da reprodução capitalista e segundo os interesses dos países centrais. Qualquer projeto de inserção da periferia tem de atender a esse pré-requisito. No caso específico da América Latina, a primeira condição exigida foi a de uma suposta “modernização” nos moldes do maior consumidor dos produtos ali ofertados: os EUA. Ratificando a condição plasmada historicamente pela acumulação mundial, a burguesia latino-americana aderiu à nova reestruturação sistêmica, operando a substituição do bloco no poder por sua fração financeira. Para tanto, aderiu, nos anos 90, à oferta de capital financeiro proporcionada pelo mercado estadunidense e europeu. No interior desse processo, foi eloquente o discurso da então Secretária de Estado estadunidense, Madeleine Albright, quanto ao teor da relação de domínio estabelecida entre os EUA e a América Latina, e que hoje se explicita, em maior escala na relação EUA/Mundo. Disse ela: “Um dos principais objetivos de nosso governo é garantir que os interesses econômicos dos Estados Unidos possam ser estendidos na escala planetária” (apud RAMONET, 1998, p. 45).

Ao ouvi-la, vê-se que, contrariamente ao que afirmou Hobsbawm, o Estado continua tendo uma forte e contundente presença no ordenamento político, econômico e social, apesar da cartilha neoliberal impor aos países periféricos um modelo no qual a instituição deve ter sua ação minimizada. A contradição entre a retórica e a prática se acentua se analisada a emenda para o soneto cantarolado por Fukuyama (1992) desde “El último hombre

y el fin de la historia”, quando preconizava o Estado mínimo – concepção tão antiga quanto as preocupações de Say⁶⁰ referentes ao peso do Estado. Nesse sentido, sob espetacular performance midiática, o Estado-Nação passou a centro do debate político daquilo que seria efemeramente denominado de “globalização”, no âmbito das relações internacionais.

Assim, no último quartel do século XX, o Estado sofreu um sistemático e contraditório processo de criminalização, sendo julgado incapaz de administrar suas empresas. Por outro lado, administrava competentemente narcodólares e tráfico de artigos bélicos, como demonstrado no episódio contrarrevolucionário estadunidense conhecido por “Irã-Contras”, na Revolução Nicaraguense, com festivas condecorações e honrarias para os envolvidos⁶¹. Se, no discurso predominante na década de 1990, o Estado tinha que ser mínimo, no novo século – tal como constata Fukuyama (2005) –, deve ser forte, mas atendo-se a uma condição: não tão forte que torne possível ser totalitário, nem tão fraco que não sustente suas instituições.

Para além de todas as contraditórias ilações do discurso ainda hegemônico, o Estado continua tendo um papel central na história não só dos países periféricos, mas, ainda mais preponderante nas nações centrais do capitalismo. Ao se tomar como objeto de análise o aparato estatal estadunidense, percebe-se que este protagonizou, no último quartel do século XX e início do XXI, ações internacionais unilaterais, em detrimento dos organismos supranacionais, num contexto em que a hegemonia cedeu lugar à supremacia. As Guerras do Golfo (1980/1991), a invasão do Afeganistão (2001) e, mais recentemente, a guerra contra o Iraque (2003) – esta última a despeito do entendimento em contrário por parte dos organismos políticos multilaterais como a ONU⁶² – o reafirmam. Com tais atos, o Estado Nacional – contrariando quem proclamava seu fim –

⁶⁰Jean Baptiste Say (1767-1832), economista francês e formulador da chamada a Lei de Say (que entende que, para uma fundação efetiva para a demanda, é necessária uma prévia fonte de oferta). Como liberal defensor de que foi das leis do mercado, defendia a não intromissão do Estado na economia.

⁶¹Acerca, ver Chossudovsky (2004, p. 20).

⁶²Criada no final da Segunda Guerra Mundial, numa conjuntura em que os EUA necessitavam de estabilidade para implantar seu projeto de hegemonia, a ONU visava exatamente evitar a repetição das mazelas geradas no seio da guerra, traduzidas pelo desprezo ao direito internacional por parte das grandes potências.

estadunidense suplantou a principal referência moderadora internacional, expondo-a à sua maior crise de legitimidade. As decisões unilaterais tomadas pelos EUA mostraram a fragilidade da ONU enquanto órgão multilateral e expuseram o fato, constrangedor, de que só era considerada legítima quando era hegemônica por este país.

O Estado é, atualmente, uma instituição não só vigente como também sólida, ora assumindo um papel autoritário e totalitário, como traduz a fala da Secretária de Estado e as intervenções militares estadunidenses no mundo; ora uma função mais discreta, quando diz respeito às medidas protecionistas de suas economias. Diferentemente do que concebe Hobsbawm (1995), as fronteiras de Estado no capitalismo transnacionalizado não constituem complicadores para as atividades econômicas pelo simples fato de que não existem barreiras intransponíveis quando se trata da acumulação capitalista, tal qual tem sido demonstrado atualmente. Para que sua assertiva tenha validade, esta deve ser historicamente situada.

Como se vê, são eloquentes os contrapontos ao fim do Estado-Nação. Exemplo oportuno é o do México. As consequências do aprofundamento da transnacionalização capitalista nesse país fizeram emergir suas contradições socioeconômicas, desmascarando as deformações estruturais que historicamente o acompanham, marcadas por um crescimento macroeconômico em detrimento de altíssimos custos sociais. As “reformas estruturais” ali implementadas com o intuito de transformar o país num modelo de economia para a periferia capitalista foram coadjuvadas por um desemprego crescente, mecanismo que exacerbou as disparidades socioculturais e provocou profundos distúrbios ambientais. As consequências atingiram, em cheio, os setores sociais mais pobres do país (campo onde os indígenas são inseridos como os mais desfavorecidos entre os pobres). Três são os motivos dessa condição: 1) não competem no mercado de mão de obra por não terem a qualificação nos padrões de interesses da sociedade burguesa; 2) não se trata de cultura de consumo, não constituindo um mercado potencial; 3) não exploram suas riquezas visando o lucro ou a acumulação, mas unicamente a sobrevivência.

Já na década de 1980, a economia mexicana foi abertamente liberada ao capital internacional, que levou a cabo uma onda de privatização de empresas estatais e aplicou políticas de juros altos visando remunerar, de maneira satisfatória, capitais estrangeiros que ali aportavam a título de investimento. Nunca é demais lembrar que essa década acabou por se tornar, para os países da América Latina como um todo, a “década perdida”, consequência da crise da dívida e da sangria de recursos representada pelo agravamento da onda especulativo-financeira. Segundo Hinkelammert (1989, p. 30), no entanto, a crise que explode em 1982, trata-se da mesma crise contida pelos petrodólares dos anos 1970.

Assim como nos demais países da periferia capitalista, também para o México os anos 80 foram “a década perdida”, quando registrou uma crise profunda, capitaneada pela tensão da dívida e pela sangria de recursos, representada pelo pagamento dos seus serviços. A economia mexicana buscou driblá-la através da exploração de suas reservas de gás natural e petróleo⁶³, o que propiciou certo crescimento econômico ao país, o que contribuindo para o adiamento de mobilização política mais radical por parte da esquerda mexicana, assim como da organização dos movimentos políticos de ultraesquerda. Tal processo se estenderia até 1993, quando do intento de privatização de áreas da produção elétrica, do setor energético (gás natural), química secundária (sob o domínio da PEMEX – Petróleos do México) e petroquímica, através da venda de ações na Bolsa de Valores. Parte destas iniciativas não foi levada a cabo na década de 1980. Agora, o Estado culminava seu projeto privatista.

Chegada a década de 1990, pós-crise de endividamento, a América Latina se viu outra vez envolvida numa grande oferta de capitais, o que permitiu camuflar a verdadeira situação socioeconômica da região (SCHWARTZ, 1995; FFRENCH-DAVIS; GRIFFITH-JONES, 1997). Os fluxos financeiros davam aos indicadores macroeconômicos uma aparência positiva quando, na verdade, as taxas de crescimento anual do continente

⁶³Sua produção petrolífera (plataformas Mérida III, situada próxima à capital de Yucatán; e Samalayuca II, adjacente à Ciudad Juárez, junto à fronteira dos Estados Unidos) registrava, em 1980, 97.434 bilhões de toneladas, crescendo para 140.840 bilhões, em 1994, mantendo uma taxa média anual de crescimento de 2,6%. No que diz respeito ao gás natural, sua emissão do CO² cresceu de 260 milhões de toneladas, para 333 milhões (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 239).

caíam vertiginosamente. Foram anos marcados pela neoliberalização da economia latino-americana como um todo, transformando o México na mais nova cobaia dos reordenamentos capitalistas e levando-o à sua pior crise econômica⁶⁴ dos últimos 50 anos, ao mesmo tempo em que os ideólogos neoliberais vendiam ao mundo a imagem de um país modelo de economia para o conjunto da região.

O impacto da crise financeira sofrida pelo México no ano de 1995 figuraria, juntamente com a queda cambial do dólar e o fim da guerra da ex-Yugoslávia, como as principais preocupações dos governantes dos países membros do então G7 (Alemanha, Estados Unidos, Japão, Canadá, Inglaterra, Itália e França)⁶⁵. Especulavam-se mudanças no sistema financeiro internacional, cobrando mecanismos de “vigilância multilateral” e disciplina das políticas fiscais e monetárias dentro do G7, tamanha era a preocupação que causara a crise mexicana ao “planeta financeiro”⁶⁶. As inquietações confluíam para a necessidade de implemento de melhorias no sistema de controle de crises do esquema financeiro mundial (a crise mexicana foi o primeiro sinal das consequências nefastas dos investimentos de curto prazo e de caráter especulativo, o chamado capital volátil, na periferia) a tempo de serem tomadas as necessárias medidas, assim como levantar os recursos para a sua debelação. Manchete do periódico *La Jornada*, de 15 de junho daquele ano, afirmava que

el presidente de la Comisión Europea empezó el jueves una reunión de tres días en la cual deberán decidir la creación de un mecanismo de alerta y control de las crisis financieras, bajo la responsabilidad del Fondo Monetario Internacional (FMI), cuyos medios de intervención serán aumentados, señaló el director general del organismo multilateral, Michel Camdessus.

⁶⁴O próprio presidente do *Banco de México* concebeu aquela como a “peor crisis económica de su historia”. Ver: Cuéllar e Silva (1998).

⁶⁵ Em sua reunião de 18/06/1995, o então G7 buscou fechar um acordo para a reforma do sistema financeiro internacional a partir de mudanças graduais e profundas de seus organismos multilaterais, começando pelo FMI e Banco Mundial. Segundo o ministro do Quebec, Pierre-Marc Johnson, a crise era fruto da fraude e da especulação financeira mundial (*La Jornada*, México, 19 jun. 1995). O mesmo argumento seria utilizado pelos ideólogos neoliberais, anos mais tarde, quando da crise de Cingapura.

⁶⁶Palavras usadas pelo Chefe de Estado da Indonésia, Suharto, então presidente do grupo de Países Não Alinhados (*La Jornada*, México, 15 jun. 1995) e 6ª maior riqueza pessoal registrada pela *Forbes* em 1997 (cerca de 16 bilhões de dólares).

Até que as intenções do então G7 se concretizassem, o governo estadunidense – então Bill Clinton na Presidência – teve que intervir para salvar seu parceiro de TLC, “sacrificando-se” a enviar ao México um empréstimo de 20 milhões de dólares, o que lhe custou uma contenda no Congresso⁶⁷.

Voltando aos dados da crise, se o PIB mexicano dos últimos sete anos da década de 1960 crescera a uma taxa média anual de 7%, nos doze anos anteriores a 1994 caiu para 1.7%. Sua PEA (População Economicamente Ativa), que mais que duplicara entre os anos 1963 e 1981, voltou a cair no período 1982-1994, apesar do aumento populacional em mais de um terço (contava, em 1980, com 67 milhões de pessoas, atingindo, em 1995, 91.8 milhões) (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 225-231). Em junho de 1996, a Associação Nacional de Indústrias de Transformação (ANIT), denunciava que 80% das pequenas e médias indústrias mexicanas – representantes de 90% do parque industrial do país –, encontravam-se endividadas com a Fazenda⁶⁸. A dívida externa mexicana que, em 1980 alcançava a cifra de 57.378 bilhões de dólares, em 1995 quase que triplicou, atingindo a astronômica cifra de U\$ 167.743 bilhões, o que representou, nesse mesmo ano, 69,9% do Produto Nacional Bruto (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 257), levando seus serviços à franca ascensão (tendo quase duplicado) entre os anos 1981-1994.

Quadro 1: México – INDICADORES MACROECONÔMICOS
Taxas anuais de crescimento (média). (%)

Indicadores Econômicos	1963-1970	1971-1981	1982-1994*
Pib Real	6.9	7.0	1.7
PEA	1.7	4.1	3.6
Serviço da Dívida	2.3	3.3	5.5

* Cifras preliminares.
Fonte: Cardenas (1996).

⁶⁷ *La Jornada*, México, 5 mayo 1995.

⁶⁸ Manchete de um diário mexicano estampava em meados de 1996. “80 por ciento de la pequeña y mediana industria, endeudada con Hacienda, advierte la ANIT”. *La Jornada*, México, 28 jun. 1996.

Apesar da crise que perpassou a economia mexicana nos anos 90, os índices macroeconômicos apontavam para um crescimento das exportações em torno de 20% no período (1980-1995), saindo de uma taxa média anual de 12.2% (década de 1980), para 14,7% nos primeiros cinco anos da década de 1990. Tais percentuais e estatísticas macroeconômicas, no entanto, aludiam às consequências, mas ocultavam as causas. Eram referenciais enganadores se relacionados ao crescimento das importações do mesmo período. Se compararmos a taxa média anual de incremento das importações mexicanas da década de 1980 (5,7%) com os primeiros cinco anos da de 1990, veremos que ela mais que triplicou, atingindo o patamar de 18.7% anuais, causando sérios danos ao seu balanço de pagamentos (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 253). As decorrências diretas desse processo levaram, entre outras coisas, ao sucateamento de parte do parque industrial mexicano, condicionando seu crescimento anual a uma taxa média de 1% – mesma da década de 1980, a “perdida” – mantida nos primeiros cinco anos da de 1990; em contrapartida, teve diminuído seu percentual de participação na ocupação da mão de obra total (de 29% na década de 1980, para 24% na de 1990).

A agricultura foi o setor econômico especialmente atingido pelo processo de neoliberalização mexicana. Nos anos 80, 37% da mão de obra total do país encontravam-se ocupados em atividades agrícolas; já nos anos 90, esse índice caiu para 29%. Tais dados mereceram do *Congreso Agrario Permanente (CAP)*, em julho de 1998, a temerosa afirmação de que a projeção do Governo Federal, no que diz respeito à produção agropecuária, não poderia ser cumprida, por dois fatores essenciais: as más condições climáticas e o impacto negativo da queda na geração de empregos⁶⁹. No que diz respeito à taxa média anual da mão de obra em todo o país, caíra de 3,5% na década de 1980, para 2,8% no período 1990-1995 (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 231). O excedente de trabalhadores sem ocupação foi perambular pelas ruas das cidades, engrossando as filas de desempregados ou ocupando-se em pequenas atividades no campo da “economia informal”, massa recheada, especialmente, pelos trabalhadores

⁶⁹“Aumentarán a 17 millones de toneladas las importaciones de alimentos al disminuir la producción: CAP”. *La Jornada*, México, 9 jul. 1998.

tecnicamente menos qualificados. Pelo andar da carruagem, para a economia mexicana a “década perdida” não havia sido somente a de 1980. A distribuição da renda no país dá uma noção da situação.

Quadro 2: MÉXICO – População com renda menor que dois Salários Mínimos

Estado	Total (%)
Chiapas	80.08
Oaxaca	78.73
Hidalgo	73.70
Yucatán	73.61
Zacatecas	72.70
Puebla	72.41
Veracruz	71.85
San Luiz Potosí	71.14
Campeche	68.07
Guerrero	67.81
Tabasco	65.49

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática do México (INEGI). Ordem de apresentação por Estado invertida, para apresentação dos dados com base na renda. Disponível em: <<http://e-México.gob.mx>>.

Os indicadores econômicos citados dão conta de apenas alguns sintomas de um México que já apresentava, desde 1992, os sinais de sua inserção no reordenamento capitalista. Traduziam sinais de uma profunda crise que, evidentemente, foram ocultados pela imprensa burguesa, nacional e internacional. Ao mesmo tempo, a propaganda pró-transnacionalização usava medidores macroeconômicos em detrimento dos demais indicadores, esquivando-se de toda e qualquer abordagem crítico-analítica. Assim foi que, em meados de 1992, a *Gazeta Mercantil* publicava matéria na qual o então presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (ABECITRUS), Adermeval Garcia, elogiava o México por ter conseguido seu “passaporte” para o “Primeiro Mundo” ao associar-se ao NAFTA. Afirmava ele, categoricamente, que

[...] não se esperam dificuldades no México, já que o Partido do Governo detém folgada maioria e este país é o maior interessado [...]. Os reflexos na economia de Salinas de Gortari, altamente positivos, serão também um freio à migração desordenada para os EUA e auxiliarão no combate ao tráfico de drogas. Em suma, bom para todos os participantes (GARCIA, 1992).

Equívoco, desinformação ou retórica neoliberal, a análise carecia de fundamento, responsabilidade e coerência. Diferentemente do que fazia crer o presidente da ABECITRUS, naquele ano o México já apresentava claros sinais das consequências do reordenamento internacional, e pioraria: do total de sua população economicamente ativa – 35 milhões de trabalhadores – dois milhões encontravam-se desempregados e 13 milhões conseguiam seu precário sustento na economia informal. Segundo dados do Anuário Econômico Geopolítico Mundial (1996), o número de pessoas que vivia em estado de extrema pobreza naquele país quase que duplicou entre 1987 e 1993, passando de 13 milhões para 25 milhões. Segundo o informe do Banco Mundial, intitulado *América Latina y la crisis mexicana: nuevos desafíos*, nos últimos 15 anos a população do país em situação de pobreza e de extrema pobreza cresceu de 20,5 para 31,03 milhões, um aumento significativo de 51,36 por cento, num lapso de tempo relativamente curto. Porém, equivocadamente o *Informe* diagnosticava a crise mexicana como produto da tensão social que “creó un alto grado de incertidumbre que afectó adversamente a los mercados financieros y contribuyó al desencadenamiento de la crisis” (AMADOR, 1995), retórica desmascarada pela existência do *El Barzón*⁷⁰.

Com uma taxa de juros que em 1995 chegou a 120%, uma inflação na casa dos 52% – com a contrapartida de um aumento de salário mínimo de apenas 23% – a renda da classe média mexicana despencara. O resultado foi que quase um milhão de pequenos agricultores, microempresários e profissionais liberais endividaram-se com os grandes bancos (VITALE, 1996, p. 38). As desigualdades sociais acentuaram-se de forma insuportável

⁷⁰Movimento político de contestação, nascido no seio da classe média pauperizada, contra a abertura econômica representada pelo NAFTA, envolvendo 19 dos 32 Estados mexicanos. *Barzón* é a reata de couro usada para prender o arado ao carro de boi. A metáfora é relacionada à situação da classe média frente à taxa de juros cobrada pelos bancos, que a força a trabalhar em vão.

entre os anos 1994 e 1995. O país contava com uma média nacional de pessoas sem acesso a água potável de 13%; 30% da população não tinham direito a saneamento; a taxa de mortalidade infantil era de 33 por mil nascidos vivos; e, no referente à educação, o analfabetismo feminino era de 13% contra 8% do masculino (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 235-237).

Do ponto de vista político, o PRI⁷¹ encontrava-se imerso em sua pior crise, aprofundando sua já evidente autofágica cisão, quando as fissuras da “ditadura perfeita” começaram a emergir. Luis Donaldo Colosio seria a primeira vítima direta desse processo. Por questionar o autoritarismo do Partido-Estado, implantado há quase três quartos de século no México, e por reprovar a fraude eleitoral como forma de perpetuação no poder, suas posições acabaram aprofundando as roturas internas do Partido, deixando incomodado o campo conservador priísta, que acabou por assassiná-lo. Sua execução, com forte conotação política foi, posteriormente, atribuída ao segmento partidário ligado a Carlos Salinas de Gortari⁷². Nas eleições de 1988, quando da vitória de Salinas sobre Cuauhtémoc Cárdenas, as evidências de fraude eleitoral foram, mais uma vez, fortíssimas, mas como o vencedor era um discípulo da Harvard, os próprios EUA e suas ONGs – autoproclamados representantes da transparência – fecharam os olhos a tão obscuro processo. O desfecho final foi que boa parte dos homens que compunham o bloco no poder – inclusive o próprio Salinas de Gortari e seu irmão – saía da cena política mexicana sob denúncias de envolvimento com o narcotráfico, em assassinatos e corrupção.

Por seu lado, conjecturas vinculam poderosos narcotraficantes com o sistema político mexicano (leia-se PRI) e a polícia, levantando fortes indícios de uma aliança tripartite (Narco/PRI/Estado) com influências e vínculos profundos na sociedade mexicana, já se falando, nos corredores da DEA (polícia estadunidense antidrogas), em “colombianização do México”. Segundo a polícia antinarcóticos dos EUA, em torno de mil toneladas de cocaína têm sido enviadas do México para os EUA nos

⁷¹Partido Revolucionário Institucional. Criado em 1929, sob a nomenclatura de Partido Nacional Revolucionário, depois Partido da Revolução Mexicana passou, finalmente, à atual denominação em 1946. Desde a data de sua fundação se encontra no poder, sob contínuas denúncias de fraudes eleitorais.

⁷²Acerra, ver Fuser (1995).

últimos 20 anos, deixando às autoridades mexicanas uma porcentagem média de comissão de 20% (apud CEVALLOS, 1995). Para Avilés (1996), a ligação entre o Cartel de Calli e o *staff* do Estado mexicano é explícita. Afirma ele que, diferentemente

daquele de Medellín, empresa rústica, dirigida por indivíduos, de preferência frustrados, o Cartel de Calli é uma empresa moderna dotada de uma estrutura interna semelhante às das grandes multinacionais. Ele é recrutado dos quadros do mais alto nível e desenvolve uma estratégia altamente mais complexa e elaborada. Isto porque, bem antes da invasão do Panamá, o cartel dos irmãos Rodríguez Orejuela, estabeleceu negociações com as mais altas autoridades do México, para firmar suas bases no sul deste país.

Também relevante foi a declaração do diretor da DEA, Thomas Constantine, apresentada à agência estadunidense de notícias *United Press International (UPI)*, em 15 de junho de 1995, tornando público o fato de que, entre 70 e 75% de “toda la cocaína que llega de Colômbia ahora pasa a través de México”⁷³. Cevallos cita uma pesquisa da Universidade Autônoma do México (UAM) que aponta a existência de cinco grupos de narcotraficantes operando no país, auferindo lucros anuais entre 15 e 30 bilhões de dólares, dos quais 800 milhões são investidos em subornos pagos às autoridades mexicanas. Para ele, os assassinatos do Cardeal Juan Posadas Ocampo (24.05.1993), do candidato à Presidência do México nas eleições de 1994, Luis Donaldo Colosio (23.03.1994) e do Secretário Geral do PRI, Francisco Ruiz Massieu (28.09.1994), trazem em si “la hipótese de un complot fraguado entre políticos y narcotraficantes” (CEVALLOS, 1995).

Parece-nos que, no México, um processo de distanciamento cada vez mais profundo entre sociedade política e civil se consolidou no longo período de “ditadura perfeita” do PRI – partido representante de um Estado totalitário travestido de “democrático” – em cujo seio apresenta divisões que denunciam uma crise de hegemonia, após um período de três quartos de século no poder. Em seu interior desenvolve-se um confronto que contrapõe um setor conservador – que deseja a manutenção da atual

⁷³DEA: los carteles de la droga, una gran amenaza al gobierno de México. *La Jornada*, México, 15 jun. 1995.

estrutura de Partido – a outro liberal – que já não vê mais futuro nas mazelas do Partido-Estado. Ao se analisar a vigente crise política do PRI à luz da visão gramsciana, parece que esta continua muito atual quando diz que

a classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal preparado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia, com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas. Talvez faça sacrifícios, exponha-se a um futuro sombrio com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e serve-se dele para esmagar o adversário e desbaratar os seus dirigentes, que não podem ser muitos e adequadamente preparados (GRAMSCI, 1980, p. 55).

Além dos aspectos políticos que tais assassinatos envolvem, eles também trazem à tona a questão da violação dos direitos humanos no México. Segundo o *Informe Anual sobre Derechos Humanos*, de 1998, do Departamento de Estado estadunidense, as Forças Armadas e a Segurança Pública mexicanas continuam cometendo sérios abusos e violações dos direitos humanos, tais como sequestro, tortura, corrupção policial, assassinatos extrajudiciais de opositores políticos e desaparecimentos. O *Informe* cita os massacres de Acteal⁷⁴, El Bosque (hoje San Juan de la Libertad) e dos Estados de Chiapas⁷⁵ e Guerrero (locais da deflagração dos movimentos guerrilheiros EZLN e EPR⁷⁶), como o *locus* principal das violações.⁷⁷

⁷⁴Ocorrido em 22 de dezembro de 1997, no qual foram assassinados 45 indígenas (dos quais 36 eram mulheres e crianças), em Acteal, povoado do município de Chenalhó, Chiapas, México. Para o EZLN, “Acteal sintetiza el mejor ejemplo de la forma de hacer política del gobierno de Ernesto Zedillo. Los crímenes cometidos por el poder reciben garantía de impunidad y encubrimiento por parte de todo el aparato de Estado” (Quinta Declaração da Selva Lacandona). Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

⁷⁵Balboa afirma que “El incremento de los asesinatos violentos por problemas políticos, agrarios y de diferencias ideológicas ha provocado, según estadísticas oficiales, la muerte de media centena de personas en quince municipios chiapanecos” entre os meses de janeiro e julho de 1997. E conclui que “El 70 por ciento de las personas asesinadas en los primeros siete meses de 1997 son simpatizantes del EZLN o militantes de los partidos de la Revolución Democrática (PRD) y Revolucionario Institucional (PRI)” (BALBOA, 1997).

⁷⁶Exército Popular Revolucionário, surgido no México em 1996, pouco depois da emergência do EZLN.

⁷⁷*La Jornada*, México, 27 fev. 1999.

Crê-se poder afirmar, sem prejuízo para a verdade, que a crise econômico-financeira mexicana, o assassinato de Donald Colosio e o surgimento do EZLN são apenas alguns elementos do processo de desconstrução da estrutura econômica, social e política atualmente imperante no México. A economia de mercado emergiu como estopim das tensões sociais presentes historicamente naquele país, cujas políticas de Estado aprofundaram as discrepâncias socioeconômicas produzidas pela dominação do capital financeiro. Tal como acontecera no México de Porfírio Díaz, o país de estatísticas manipuladas, maquiado de primeiro-mundista e travestido de democrático foi desmascarado pelo surgimento do zapatismo em sua versão ezelenista a denunciar que, como antes da Revolução de 1910, o México continua “tão longe de Deus e tão perto dos EUA”⁷⁸.

1.7 CHIAPAS EM CHAMAS

Três quartas partes do planeta são Chiapas
(MONTALBÁN, 2001)

Estado situado no extremo sudeste mexicano, região mais antiga de povoamento e nascedouro da colonização espanhola, em Chiapas⁷⁹ ocorreu uma forte concentração da propriedade da terra em virtude da monocultura açucareira, cuja produção foi organizada no modelo denominado *plantation*⁸⁰.

Ao findar-se o século XVIII, os indígenas que haviam, forçosamente, perdido ou vendido suas terras tinham duas opções de sobrevivência: ou trabalhavam como *peones*⁸¹ nas terras privadas, ou se recolham à selva para tentar recomeçar a vida nos padrões tradicionais. Assim, aqueles que não se submeteram à nova economia viram-se impelidos às montanhas ainda não exploradas para garantirem sua sobrevivência nas formas ancestrais de suas culturas.

⁷⁸ Frase cunhada pelo presidente mexicano Porfírio Díaz (1876-1880; 1984-1911).

⁷⁹ Chiapas, na língua tapetchia, significa Serra da Batalha (MONTALBÁN, 2001, p. 14).

⁸⁰ Organização da produção agroexportadora em larga escala voltada para o mercado externo, utilizando mão de obra escrava, grandes unidades produtivas (latifúndio) no regime de monocultura.

⁸¹ Trabalhadores das fazendas dos oligarcas que recebiam um baixíssimo pagamento (na maioria em gêneros alimentícios ou roupas, mas nunca em dinheiro) por seus préstimos. Acerca, ver Ortiz (1996).

A separação de Chiapas da Guatemala (1823) e a sua inserção no território mexicano suprimiram a comunidade de um mesmo destino político sem anular sua unidade cultural (LE BOT, 1997, p. 32). Nesse contexto, o território de Chiapas foi anexado ao México pela sua oligarquia⁸², intento conseguido por meio de um plebiscito ocorrido em 14 de setembro de 1824. Segundo Maza (1994, p. 30), àquele momento o Estado contava com uma população de cerca de 200.000 habitantes; em 1930, um século depois, meio milhão; em 1960, 1.211.000; e, por fim, em 1990 o censo registrava 3.210.496 habitantes (distribuídos em 16.422 localidades, das quais 16.262 possuíam menos de dois mil habitantes)⁸³. É hoje o oitavo Estado mais populoso, entre os 32 da República do México.

Distante do centro de decisões políticas não só geograficamente, Chiapas ficou à margem das conquistas da Revolução Mexicana de 1910-1917, assim também da reforma agrária populista levada a cabo pelo cardenismo da década de 1930, mantendo sua secular estrutura fundiária. Foi, nesse contexto, gestado um movimento de resistência à Revolução, liderado por fazendeiros chiapanecos, conhecidos por *mapaches*, que, utilizando os camponeses pobres e os peões como tropa, acabaram por vencer o exército revolucionário, impondo as regras da inserção de Chiapas na nova organização federal. Em decorrência disso, manteve, em muitas regiões, a velha estrutura colonial de dominação clientelista conhecida no México por “caciquismo”. Assim, os grupos indígenas continuaram, historicamente, como um extrato subalterno às classes dominantes. Para Altmann (1998, p. 185), “esta peculiaridade chiapaneca se viu transformada ainda por um processo de entrada do capital no campo, acarretando o avanço do latifúndio de pecuária, que é altamente predador, pois destruidor de lavouras, bosque e fontes de água”.

Até a década de 1950, a Selva Lacandona, faixa chiapaneca que liga as terras baixas da região Leste do Estado e os Vales (conhecidos por *Las Cañadas*), eram habitadas por apenas algumas centenas de índios lacandones, além de forasteiros e peões que trabalhavam nas madeiras.

⁸²Composta de “terratenientes” (latifundiários), pecuaristas e produtores de café.

⁸³Somente 23 localidades superaram o número de 10.000 habitantes (MAZA, 1994, p. 31).

Década após década, as montanhas tornaram-se mães acolhedoras dos indígenas rejeitados pela sociedade capitalista mexicana. Uma mãe que não recusava nenhum de seus filhos, não se importando com a etnia a que pertencessem, com a língua que falavam, nem com a região de procedência. O seguinte quadro nos dá uma visão desse acolhimento marcadamente heterogêneo.

Quadro 3: Línguas faladas em Chiapas (%)

Tzeltal	36.0
Tzotzil	32.0
Chol	16.0
Tojolabal	5.0
Zoque	4.9
Outras	6.1

Fonte: Dados tomados de *Proceso*, p. 45, 10 jan. 1994.

Segundo Le Bot (1997, p. 27), da atual população da Selva Lacandona, nove décimos são índios de culturas tzeltal, tzotzil, chol, tojolabal, zoque, mames e lacandones, sendo hoje um lugar habitado por inúmeras etnias oriundas dos mais diversos rincões do México e também da Guatemala⁸⁴. Povos que falavam diversas línguas transformaram aquele acidente geográfico numa incrível Babel indígena, a negar a cultura capataz do “sombbrero” mexicano numa histórica resistência.

Com uma extensão territorial de 75.634.4 Km², Chiapas encontra-se dividido em nove regiões: Centro (22 municípios), Altos (16), Fronteriza (8), Frailesca (4), Norte (21), Selva (12), Sierra (9), Soconusco (16) e Istmo-Costa (3). Limita-se ao sul com o Oceano Pacífico, a oeste com o Estado de Oaxaca, a noroeste com o Estado de Veracruz, a norte com o de Tabasco e a leste com a Guatemala. Essa vizinhança com a América Central (58% de sua fronteira nacional) presenteia o Estado com uma situação geopolítica que lhe permite um razoável fluxo de capital, mão de obra e comércio, que o leva a ser reconhecido como

⁸⁴ No começo dos anos 80, milhares de indígenas guatemaltecos abrigaram-se na Selva Lacandona, fugindo das perseguições do Exército Federal daquele país, que vinha no encalço da guerrilha da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

“[...] la puerta de México a Centroamérica” (MARÍN, 1994, p. 331). Uma porta aberta a mais de cem mil centro-americanos que trabalham sazonalmente no Estado duas vezes ao ano, vindos de Guatemala, El Salvador e Honduras.

Chiapas é a unidade da federação de maior diversidade cultural⁸⁵; maior riqueza natural⁸⁶: variados recursos florestais, minerais e agrícolas; maior biodiversidade; maior potencial hidrelétrico – produz 63% da energia nacional (MARÍN, 1994, p. 362) – e petrolífero do país. E, paradoxalmente, encontra-se entre os Estados mexicanos de maior desigualdade social. Para que se tenha uma visão mais ampla do quadro social de Chiapas, os indígenas mexicanos – em especial os do sudeste – são citados no *Informe Anual sobre Derechos Humanos*, do Departamento de Estado estadunidense, de 1998, como cidadãos fora dos padrões de desenvolvimento econômico e social do país, fato levado à tona pelo conflito chiapaneco (CASON; BROOKS, 1999). Os índices denunciam uma discrepância profunda. No que se refere ao setor habitacional, 80% das casas têm piso de terra; no âmbito nutricional, 45% das crianças passam por problemas de desnutrição (URZÚA; TAULIS, 1994, p. 11). O PIB *per capita* – cuja média nacional é 14.200 Mex\$ – do Estado é de 6.400 Mex\$, o menor do país (PICCOLO, 1999, p. 12). Em termos de analfabetismo, Chiapas triplica a média nacional (12.44%) para a população acima dos 15 anos: 30.12%⁸⁷. Entre as mulheres, o analfabetismo é maior que entre os homens: 37.5%, em Chiapas, contra 22.4% da média nacional.

⁸⁵ Segundo Puig (1994, p. 172), as fontes da cultura contemporânea de Chiapas estão fundadas sobre três matrizes culturais: a dos povos indígenas originais, a europeia e a afroantilhana.

⁸⁶ Ver acerca, os detalhadíssimos ensaios de Maza (1994) e Salcido (1994).

⁸⁷ Os municípios tomados pelos zapatistas são, exceto San Cristóbal de Las Casas, os de maior analfabetismo (Altamirano, mais de 50% dos maiores de 15 anos; Las Margaritas, 48%; Ocosingo, quase 47%; San Cristóbal de Las Casas, 25%) (*Proceso*, México, p. 45, 10 jan. 1994) In: Mera (1994, p. 2). Nos municípios de Cancuc e Chamula, o analfabetismo chega a 65 e 71%, respectivamente (MARÍN, 1994, p. 334).

Quadro 4: Educação em Chiapas/México (%)

ÍNDICE	CHIAPAS	MÉXICO
Analfabetismo* (1990)	30.12 **	12.44 **
1.1 Mulheres*	37.50 **	22.40 **
1.2 Indígenas	54.00 ***	41.00***
1.3 Primário Incompleto	32.00 ***	s.d.
1.4 Atendimentos à demanda (1993)	40.00 ***	s.d.
1.5 Assist. Escolar Média 6-14 anos	71.00 ***	86.00 ***
1.6 Educação pós-primária	22.00 ***	s.d.
1.7 Educação secundária	18.00 ***	26.00 ***

* Referente ao analfabetismo da população acima de 15 anos, no Estado

** Dados tomados de *Proceso*, México, p. 45, 10 jan. 1994.

*** Dados tomados de Púa (1994, p. 310-313).

Quadro 5: Demografia Chiapas/México (%)

	CHIAPAS	MÉXICO
POPULAÇÃO (1990)	3.210.496	
Taxa Média de crescimento (ano)	4.511	2.02
População rural	99.2	
Faixa etária entre 1-19 anos	55.6	

Fonte: Dados de *Proceso*, México, p. 45, 10 jan. 1994.

A População Economicamente Ativa (PEA) de Chiapas, que, em 1990, era de 854.000 pessoas, contrastava com uma população economicamente inativa de 1.2 milhões no Estado. A distribuição ocupacional encontrava-se dividida entre uma maioria de trabalhadores agropecuários (58%), operários e artesãos (9%) comerciantes e dependentes (5%) e *oficinistas*⁸⁸ (4%) (MARÍN, 1994, p. 332).

Politicamente, Chiapas, apesar da miséria reinante – ou quem sabe por ela – sempre votou no PRI. Não entrando no mérito do clientelismo, da corrupção e da fraude⁸⁹ – unanimidade entre intelectuais, cientistas sociais, observadores internacionais e jornalistas – o Estado deu a este partido 97.7% de seus votos na eleição de 1976; em 1982, 92,2%; e, em

⁸⁸ Trabalhadores em escritórios particulares, repartições públicas, etc.

⁸⁹ Segundo o jornal português JÁ (1996b), “Numa só mesa da seção de Chiapas, por exemplo, o PRI recebeu todos os 3.535 votos, no ritmo de dez votos por segundo”.

1991, 76,2%. Segundo o Jornal JÁ (1996, p. 34), a queda nos números dos votos pró-PRI das últimas eleições se deve ao fato de mecanismos antifraude criados pela esquerda.

No que se refere aos movimentos sociais, o Estado de Chiapas, desde os tempos da colonização, foi palco de sublevações indígenas. Desde o final do século XVII, quando os espanhóis tratavam à mão de ferro os indígenas, estouravam rebeliões como a dos zoques, em San Marcos Tuxtla – atual Tuxtla Gutiérrez, capital do Estado – em 1693. Merecem também destaque rebeliões como a “Guerra de Castas”, na qual seu principal líder, o indígena Jacinto Uc-Canek, foi esquartejado e queimado após ser derrotado pela Coroa espanhola e pela Igreja, em 1712. E em 1868, estourava o movimento indígena tzotzil liderado por Pedro Díaz Cuscat, capturado um ano depois (ORTIZ, 1997).

Assim, a história de Chiapas é marcada pela opressão das oligarquias sobre o conjunto das comunidades indígenas ali estabelecidas, cuja origem vem da decomposição do regime servil de final dos anos trinta do século XX; da presença dos indígenas que não tiveram a sua organização socioeconômica destruída pelo modelo latifundiário de ocupação da terra, encetado pelos colonizadores; e por um movimento migratório intensificado nos anos setenta do mesmo século. Uma história que faz da

atual sociedade chiapaneca, com seus três milhões de habitantes, suas nove regiões geográfico-econômicas e seus 111 municípios, conformar uma sociedade culturalmente diversificada e complexa. O passado pré-histórico nos remete a Chiapas como parte de um amplo território abarcado pelos maias, povo essencialmente plural do ponto de vista lingüístico e cultural (PUIG, 1994, p. 18).

Chiapas, pelo simples fato de ser o epicentro do conflito e espaço geopolítico de manifestação de luta no seio da qual se manifestam os mais diferentes interesses de seus diversos grupos sociais, sofreria diretamente as consequências de um confronto entre revolução e contrarrevolução. Após a emergência dos zapatistas, uma ferrenha militarização do Estado seria a resposta do Governo à rebelião. A presença constante do Exército

Federal⁹⁰ e grupos paramilitares contrainsurgentes como os pistoleiros armados conhecidos por *Guardias Blancas*⁹¹ não deixam esquecer que ali se trava um histórico conflito envolvendo não só as comunidades indígenas chiapanecas, os latifundiários e corporações transnacionais, mas toda a sociedade mexicana e parte dos movimentos sociais internacionais. Segundo Montalbán (2001, p. 16), o equilíbrio pós-revolucionário levado a cabo pelo PRI tem como parte constitutiva uma série de jogos sujos repressivos que envolvem fundos de recursos para a sustentação da repressão estatal apresentada desde a forma virulenta do caciquismo armado até os grupos paramilitares.

⁹⁰Segundo León (1996, p. 51) entre 40 e 60 mil efetivos de tropas mobilizados.

⁹¹Trata-se de grupos mercenários, paramilitares, ligados aos círculos dominantes locais que operam nas regiões de maior concentração indígena, pagos pelos caciques tradicionais e por empresários agroindustriais. Em Chiapas, segundo o *Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas*, a *Coordinación de Organismos no Gubernamentales por la Paz* (CONPAZ) e a *Convergencia de Organismos Civiles por la Democracia*, ambos agem com a complacência e omissão, quando não com a cumplicidade, do Exército Federal e com o patrocínio de setores do PRI. No conjunto, são mercenários armados que promovem as ações que a instituição federal, os latifundiários e o Governo não se propõem a, explicitamente, empreender.

2 DA RESISTÊNCIA LATINO-AMERICANA

2.1 A TRANSNACIONALIZAÇÃO CAPITALISTA E O ADVENTO DAS NOVAS LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Somos tão grandes quanto o inimigo que escolhemos para lutar,
e tão pequenos quão grande for o medo que tivermos.
(apud DI FELICE; MUÑOZ, 1998, p. 107)

O que torna, na realidade, possível dividir um processo histórico em balizas temporais – marcos arbitrários por si próprios – quando estas não correspondem ao transcurso daquele? Como demarcar ruptura e continuidade no processo de desenvolvimento da própria sociedade em diferentes conjunturas e em diferentes instâncias: sociocultural, econômica ou política, entre outras? Essa é uma empresa por demais difícil para qualquer um que se aventure a trilhar caminhos movediços, que podem levar a aproximações incongruentes da realidade ou, quem sabe, a anacronismos grosseiros, já que a empresa é tão árdua quanto abrangente e complexa. Ademais, há muito se sabe, a mais brilhante das teorias é incapaz de abordar a grandeza e complexidade oferecidas pela realidade. Assim, falar de nosso próprio tempo – quando este se refere a uma época de incertezas e perplexidade como a atual – é especialmente perigoso por tratar-se “de uma empresa autobiográfica [na qual] falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de

diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas – por mais insignificantes que sejam nossos papéis” (HOBSBAWM, 1995, p. 13).

Esta deve ser uma preocupação imprescindível a qualquer um que se aventure a compreender a contemporaneidade de transnacionalização econômica, de ideologia neoliberal, e o surgimento de novos atores sociais, como é o caso do EZLN. Assim, necessário se faz uma revisita às principais transformações sociopolíticas, econômicas e culturais, às mudanças construídas e sofridas por homens e mulheres no desenvolvimento da atual sociedade burguesa.

Tomando como referencia as transformações sociais de maior vulto, dadas na esteira dos avanços capitalistas, podemos citar: o surgimento da sociedade de massas – que trouxe consigo a abertura de amplos mercados de consumo; a organização da produção em série e em larga escala; novos meios de transporte; um urbanismo rápido e crescente da população em nível mundial; os avanços nos meios de comunicação – que, entre outros aspectos, influenciaram os homens de então em seu inter-relacionamento social, incluindo aí a invenção da internet; a educação em massa, que veio formar mão de obra técnica especializada para saciar a fome de lucros da indústria; e a introdução da mulher como força de trabalho – subvalorizada em relação à masculina – que possibilitou ao capitalismo, entre outras coisas, garantir a extração da mais-valia no processo de produção nos momentos de suas crises. Implicação disso, a mulher, inevitavelmente, passou a partícipe ativa não só no campo da economia, mas também no social e político, evidenciando a atuação feminina nas lutas institucionais, cotidianas, até as lutas parainstitucionais dos inúmeros movimentos de resistência antissistêmica como as assumidas pela vanguarda de movimentos armados. Não por mero acaso, hoje quase metade das fileiras do EZLN é feminina, ostentando, as mulheres, postos de comando.

Outro aspecto também merecedor de destaque é o desenvolvimento técnico-científico, que abriu ao capital quase que infinitas possibilidades de manobra e, conseqüentemente, de expansão. As novas tecnologias reforçaram a estrutura de classe da sociedade imperial capitalista, permitindo aos grandes conglomerados maior controle das formas de exploração, garantindo modos de reprodução de suas relações mesmo

em momentos de crises profundas e duradouras, como a dos últimos quarenta anos.

As transformações porque passou a sociedade humana durante o século XX, inclusive a manifestação de suas crises e seus ajustes deve, pois, ser vistas como fatores intrínsecos ao capitalismo em sua forma de organização, reprodução, e resultante concentração de riquezas. Fruto dessa perversa dinâmica acumulativa, uma esteira de vidas e sangue (custos humanos, sociais e econômicos), se esvaiu em monumentais disputas interimperialistas que marcaram e continuam marcando (veja-se as *guerras preventivas* estadunidenses) a história. Avanços e retrocessos assinalam a trajetória histórica do capitalismo em seu processo de mundialização. Entre esses acontecimentos, contabilizam-se duas guerras mundiais, envolvendo não só as potências imperialistas de um mundo multipolar, mas arrastando atrás de si quase todas as outras nações; um terceiro conflito, denominado Guerra Fria, envolvendo as duas, então, maiores potências planetárias (URSS e EUA)⁹², quando a hegemonia mundial se tornara bipolar; inúmeros conflitos civis, dentre os quais a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a Guerra da Coreia (1950-1953), a Guerra do Vietnã (1963-1975), as guerras do Golfo (1980-1991), a Guerra da ex-Iugoslávia (1991-1999)⁹³, as guerras contra o Afeganistão (2001) e contra o Iraque (2003)...; revoluções em grande escala: Russa (1917) e Chinesa (1949); revoluções de âmbito nacional, como a Mexicana (1910), a Cubana (1959), a experiência socialista chilena da Unidade Popular (1970-1973), a Revolução Sandinista, na Nicarágua (1979), entre outras; rebeliões estudantis, como as de 1968, na França, e o Massacre de Tlatelolco⁹⁴, no

⁹² Ao irromper a II Guerra Mundial, a URSS era a terceira potência industrial do planeta (em primeiro estava os EUA, secundarizado pela Alemanha). Com a derrota desta última no conflito, a URSS acabou por assumir o segundo lugar enquanto potência industrial. Com os primeiros resultados dos *Planos Quinquenais*, o crescimento econômico soviético mais que dobrou em relação ao dos EUA, não sendo despropositado o medo que esta potência tinha de ser superada pela sua rival. Acerca da capacidade econômico-militar e política da URSS e dos EUA, nesse período, ver Sternberg (1962).

⁹³ Computando os três maiores conflitos civis (Croácia: 1991-1995); (Bósnia: 1992-1995); e (Kosovo: 1998-1999).

⁹⁴ Massacre deliberado de estudantes e trabalhadores na Plaza de *Las Tres Culturas*, na cidade do México, por parte do governo de Díaz Ordaz (1964-1970) onde, oficialmente, foram assassinadas vinte e oito pessoas, feridas 200 e mais de 1500 aprisionadas. Segundo Agee (1976, p. 566), provavelmente foram centenas os mortos e um número muito maior de feridos. O massacre foi batizado de *la noche de Tlatelolco*. Acerca, ver ANAYA, Marta. “*Doos de Octubre... Nooo se Olvidadaa*”. Excelsior, 19.12.1998. Uma crítica contundentemente política acerca do evento encontra-se em: <http://chiapas.indymedia.org/article_158965>. Acesso em: 03 out. 2008.

México; diversas rebeliões populares, dentre as quais a da Praça Celestial, na China de Deng Chiao Ping (1989). A todos esses acontecimentos de peso, somam-se outros de grandes proporções, como o aprofundamento de crises econômicas periódicas que têm forçado o capitalismo a tomar novos rumos; a crise de 1929 e outra, também profunda, das instituições democrático-liberais, deliberada pela deflagração do nazifascismo; a queda dos imensos impérios coloniais que foram a Ásia e a África.

A perplexidade e as incertezas trazidas por tais episódios foram ainda mais profundas para setores sociais inseridos no contexto de um presente carregado de problemas sociais históricos (como é o caso da classe trabalhadora latino-americana e, em maior profundidade, dos indígenas e povos nativos) que se agigantam numa sociedade que, apesar do salto tecnológico alcançado, não aponta alternativas possíveis de solução. Pelo contrário, o que se vê são problemas antigos, que se pensava já resolvidos pela sociedade do século XIX (miséria, fome⁹⁵, epidemias simples, superpopulação carcerária, violência urbana e o terror econômico do desemprego estrutural⁹⁶, entre outros tantos), presentes no cotidiano da sociedade humana no século XXI.

2.2 GUERRA DE GUERRILHA: DA LUTA ARMADA COMO ARMA POLÍTICA

[...] A la porra todos los sueños de opio sobre los grandes frentes electorales. Las grandes maquinarias de hombres resueltos, con las armas en la mano en condiciones más o menos favorables,

⁹⁵Estudo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), intitulado “La brecha de la equidad”, afirma que, apesar da taxa de pobreza ter diminuído de 41 para 39 por cento do total de domicílios latino-americanos e caribenhos entre 1991 e 1996, o número de pobres reais na região é de 210 milhões de pessoas, um recorde histórico. Segundo o documento, “[...] en buena parte de los casos, la estabilidad macroeconómica ha dependido excesivamente de elevados déficit en cuenta corriente, financiados a veces con capitales volátiles” (*La Jornada*, México, 7 abr. 1997). Pla (1996, p. 6) aponta dados sobre a fome que indicam um futuro estarrecedor. Segundo esses dados, hoje, no mundo, existem um bilhão de seres humanos vivendo abaixo da linha de pobreza e calcula, baseado em dados da FAO, que caso o ritmo da concentração continue, este número estará constando de dois bilhões em 2020 e de três bilhões em 2030. Tais estatísticas são apenas indicadores sociais dos agravantes da política capitalista em sua conjuntura neoliberal. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou no ano de 2004, que quase 14 milhões de brasileiros passaram fome. “Quase 14 milhões de pessoas passam fome no Brasil, diz IBGE”. *Folha Online* – Dinheiro, 17 maio 2006. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Manchete da BBC de Londres estampava em 08/09/2005: “Fome ameaça dez milhões no sul da África, alerta ONG” (cf. uol.com.br de 08/09/2005).

⁹⁶Acerca, ver Forrester (1997).

pueden hacer más por la revolución social que un gran partido de masas. Uno partido que sueña alcanzar el poder mediante espurias alianzas o pactos electoreros nada tiene que ver con la revolución⁹⁷.

De origem espanhola, a palavra guerrilha significa pequena guerra. Possui significado tático-militar que se refere ao confronto entre forças regulares e irregulares. Geralmente, constitui-se em embate entre forças repressivas oficiais e milícias populares insurgentes⁹⁸, entre frações de classe no poder. Sendo um fenômeno que conjuga ação política e militar (variando na intensidade adotada por sua linha tática), a guerra de guerrilhas pode ser uma prática de qualquer vertente política, tanto de esquerda quanto de direita. No sentido empregado aqui, no entanto, o termo se refere à ação armada de setores sociais de esquerda que não encontraram espaço de manifestação política no modelo de sociedade em que vivem ou não descobriram, na via institucional, o caminho para as transformações estruturais pretendidas.

Do ponto de vista da ação militar, a guerra de guerrilhas, segundo Marighela (1976), conjuga tática de ataque rápido e de surpresa e fuga num terreno conhecido, sendo de vital importância o domínio de informações adicionado a um forte poder de decisão por parte do grupo guerrilheiro. Esse tipo de ação deixa o moral do inimigo fragilizado, já que quem determina o local, a forma e o momento da ofensiva – processo contínuo de criação/recriação típica dessa tática de guerra – é a guerrilha, instalando o terror nas hostes inimigas.

Silenciosa em sua clandestinidade, a guerrilha tem por prática fustigar o inimigo sem travar combates convencionais (frontais), mediante incursões rápidas em ações de repercussão política bombástica, o que leva o inimigo à intimidação, explodindo num movimento aparentemente maior do que na realidade é. Não dispondo dos mesmos meios que o inimigo, a guerrilha calca seu movimento na astúcia, promovendo ações de impacto sem disponibilizar excessivos recursos materiais e humanos.

⁹⁷Palavras de Daniel Arturo “Che” Pereyra, um dos homens fortes do trotskismo argentino (CASTILLO, 1967, p. 36).

⁹⁸Para entender a guerrilha enquanto fenômeno de resistência, em seus aspectos conceituais, políticos, táticos e estratégicos, ver Saint-Pierre (2000).

Analisando a ação dos cangaceiros no nordeste do Brasil da década de 1930, sem adentrar no aspecto minuciosamente tecnológico – já que, nesse sentido, os guerrilheiros se apropriam de parte da tecnologia utilizada pelas forças armadas convencionais –, parece que o tempo não imprimiu à arte da guerra de guerrilha muitas modificações táticas. Com razão Machado (1969, p. 64) assim resume a tática guerrilheira desenvolvida pelos cangaceiros: “Na surpresa, sua maior arma, na rapidez, sua grande força”.

No âmbito político, no entanto, o processo é mais complexo, pelo fato de a luta ideológica desenvolver-se paralela à ação militar, o que pesa na correlação de forças confrontantes, geralmente um exército convencional, bem equipado e pleno de recursos bélicos e humanos *versus* uma força militar cuja maior disponibilidade é o idealismo, o instinto de sobrevivência e a vontade de resistência de seus componentes, aspectos aparentemente frágeis que, aliás, dão vantagem à ação guerrilheira perante as forças oficiais. Enquanto estas guerreiam por soldos, a guerrilha o faz por idealismo ou por razões muito mais próximas à população. Pode-se mesmo dizer que a ação guerrilheira tem uma penetração muito íntima no seio das camadas populares, o que lhe imprime legitimidade. Esse processo de “cumplicidade” se dá por duas vias principais: simpatia (identificação com os projetos, demandas ou estratégias guerrilheiras, ou, simplesmente, pela negação da ordem vigente) ou por medo de “justiciamento” (contração que funciona como uma espécie de tribunal revolucionário preventivo contra traição). Em ambos os casos, as duas vias representam garantias de sobrevivência do grupo rebelde no seio da população, apesar de não ser antídoto 100% eficaz contra possíveis delações.

Elementos que não podem ser negligenciados pelos insurgentes é o uso de uma linguagem acessível e própria dos setores sociais aos quais se dirige, assim como o respeito aos padrões éticos e culturais vigentes no âmbito da ação guerrilheira, fundamentais códigos de honra firmados entre guerrilheiros e população. No caso do EZLN, sua inserção no seio das comunidades indígena-camponesas foi levada a cabo com a condição *sine qua non* de subordinação de suas teorias e reflexões políticas ao cotidiano dos povos aos quais se dirigiam.

Outro mecanismo de valor inestimável, que marcou e marca a guerrilha latino-americana é o mimetismo. Exigido pelo caráter clandestino da luta guerrilheira, o característico anonimato dos guerrilheiros permitem-lhes, fora da ação militar, participar de sua vida cotidiana – ter família e atividade econômica, ir à escola, à feira ou à igreja – no seio de sua comunidade, manifestando-se politicamente em público, podendo mesmo encenar certo conservadorismo. Essa relação literalmente mimética com a população garante à guerrilha, além da preservação e sobrevivência de seus combatentes, apoio logístico (informações, alimentos, armas, munição, etc.) e recursos humanos (homens e mulheres para o exército guerrilheiro) para que possa continuar resistindo apesar das vicissitudes da luta. Isso sem sair do âmbito da comunidade em que atua. Outro benefício trazido à guerrilha pelo anonimato é o afastamento de possibilidades de personificação nas pessoas dos líderes, fato causador de problemas quando estes saem de cena. Em determinados momentos, no entanto, esse mecanismo falha e alguns personagens sagram-se heróis e mártires, mesmo aqueles sem rosto – como é o caso do Subcomandante Marcos –, acabando por tornarem-se a imagem própria do movimento. Exemplo disso foi a campanha contra a personificação do EZLN intitulada “Todos somos Marcos”.

Típica de sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais e grande concentração de riquezas, por violações dos direitos civis, pela não participação popular nos centros de poder político, a manifestação da guerrilha armada traduz a forma contestatória mais extremada dos setores oprimidos. Assim é que a América Latina, por suas características mais marcantes, tornou-se terreno propício à ação guerrilheira. No que tange ao aspecto econômico, o quadro latino-americano é um cenário invariavelmente marcado por exacerbada concentração de riquezas por parte de uma classe (em suas diversas frações), caracterizado por gritantes desigualdades sociais que excluem qualquer possibilidade de superação. Isso sem citar a imoral e impagável dívida externa, que impede qualquer possibilidade de progresso social no atual cenário de acumulação capitalista.

Esses fatores socioeconômicos e políticos, somados aos de ordem étnica e cultural (evidenciados, mais que nunca, no conflito chiapaneco) têm mantido viva a guerrilha como persistente reação dos setores populares durante todo o século XX, tendo se intensificado a partir de sua última metade, marcando, profundamente, a identidade política dos MSRs latino-americanos. Esse quadro manteve a tática de luta guerrilheira como forma de resistência manifestada na América Latina das décadas de 1950/1960 contra o Estado burguês e contra o sistema capitalista como um todo. Foi ele que deu frutos como a Revolução Cubana (1959), marco referencial de todos os movimentos guerrilheiros sucedâneos.

A propósito, a resistência guerrilheira passou a merecer especial atenção por parte dos movimentos de esquerda latino-americanos – e, conseqüentemente, dos de direita –, a partir, primeiramente, do processo da Revolução Cubana e, depois, da Guerra do Vietnã. Estes eventos alimentaram a esperança de avanços rumo a uma revolução continental pela tomada do poder via luta armada, fato corroborado pela derrota dos EUA – uma das duas potências dominantes no mundo da Guerra Fria – ante forças insurgentes populares. Esses dois marcos históricos acenderam a chama da guerrilha como forma de resistência e instrumento de uma possível revolução, chama que queimaria quase toda a América Latina dos anos 60/70. Esses acontecimentos evidenciaram a possibilidade de exércitos regulares serem vencidos por forças irregulares, bastando, para isso, canalizar as condições históricas do capitalismo, articulá-las com as condições geopolíticas locais e organizar a insatisfação das forças populares de tendência à esquerda, munindo-as de um mínimo de conhecimento político e treinamento militar. É fato que a maioria dos processos revolucionários nascidos daí, no futuro se tornaram revoluções inacabadas, mas isso é uma outra história.

As peculiaridades geopolíticas e econômicas latino-americanas impeliram a guerrilha desse continente a demarcar sua estratégia política num arraigado anti-imperialismo (às vezes levado à condição de anticapitalismo, como foram os casos da Cuba revolucionária e do Chile de Allende), pautado em correntes clássicas de pensamento guerrilheiro, tais

como o maoísmo e o castroguevarismo, entre outras (DRAPER, 1966). Daí que a tática guerrilheira foi apropriada por uma diversidade de organizações políticas de esquerda, facções de movimentos político-institucionais, dissidências militares e setores sociais subalternos, grupos clandestinos de resistência política e até por setores religiosos progressistas⁹⁹. No entanto, mesmo possuindo traços comuns, como o uso combinado de ação político-militar, a guerra de guerrilhas latino-americana apresenta diferenças profundas, fato demarcado pela linha teórica seguida, pela base social que adota, pela tradição de luta de cada povo, pela tática acionada, estratégia perseguida, pela correlação de forças estabelecida, conjuntura política e social em que se situa, e pela ideologia de que se apropria, redefine e recria. Consta-se, aqui, que a construção contra-hegemônica ezelecionista é marcada por todos estes aspectos.

2.3 DA BASE SOCIAL DOS MSRS LATINO-AMERICANOS

Muitos cientistas sociais têm acentuado o conservadorismo característico do campesinato como o maior empecilho para seu avanço político. No entanto, a prática histórica do camponês latino-americano tem contrariado alguns *experts*, mostrando as suas várias possibilidades de ação política no âmbito da atual conjuntura. A afirmação de que a opressão histórica exercida pelo grande capital sobre o camponês dificulta-lhe a constituição enquanto, classe por decorrência da sua atomização – característica peculiar do camponês clássico (acerca ver MARX, 1980) – parece não ter muito sentido se aplicada às comunidades indígena-camponesas¹⁰⁰ latino-americanas sem muito contato com o mundo capitalista, ou mesmo ao “novo” camponês, cidadão, instruído e “modernizado” que faz uso dos avanços tecnológicos na sua vida cotidiana.

⁹⁹No Brasil, na Colômbia, em El Salvador e na Nicarágua, assim como no México, a Igreja progressista, ligada à Teologia da Libertação, tem exercido um importante papel na resistência armada do continente. A respeito da participação de setores laicos e baixo-clero da Igreja no Brasil nos movimentos armados ver Ridenti (1993).

¹⁰⁰Como se percebe, a categoria indígena-camponês, utilizada neste trabalho, não trata do camponês clássico, isolado dos demais, atomizado, proprietário – jurídico ou não – de seu meio de produção, que controla seu processo de trabalho. Trata-se do agente social inserido em coletivos, componente de comunidades indígenas que vivem da produção agrária, ligado culturalmente por laços comunitários e enraizado em sua tradição étnica.

Estes mantêm laços comunitários que garantem fortes relações sociais arraigadas por raízes culturais e práticas políticas capazes de proporcionar-lhes um significativo papel nas forças de resistência da região, não só na luta política armada, mas também nas econômicas (salário, condições de vida, autogestão, condições de trabalho, etc.).

Um elemento que fez com que os indígenas-camponeses e os negros – os mais pobres entre os pobres –, marcassem histórica presença nos MSRs do continente desde os tempos coloniais foi a degradação geral “en los niveles de vida de las clases bajas en muchas regiones [que] hizo aflorar estas tensiones” (HAMNET, 1990, p. 13-14). Por outro lado, por tratar-se de indivíduos que produzem no seio de uma comunidade e que se inserem num plano coletivo ligado por raízes étnicas, os indígenas-camponeses acabaram por levar vantagem sobre o campesinato tradicional. Este, vulnerável à atomização provocada pelo grande capital, não se reconhece como classe social, tornando-se presa fácil do processo de sujeição/qualificação, no sentido atribuído por Therborn, para quem a formação dos seres humanos por qualquer ideologia - seja esta conservadora ou revolucionária, supõe um processo simultâneo de submissão/qualificação, no qual a reprodução de qualquer organização social, seja ela uma sociedade exploradora ou revolucionária, implica tal correspondência entre os dois elementos. Isso porque os indivíduos são interpelados a assumir e realizar papéis impostos pela sociedade, seja no sentido de reproduzi-la, seja para negá-la, cabendo sempre a possibilidade de surgimento de contradição que pode se manifestar através da renúncia, da oposição ou da revolta. Therborn (1991, p. 13-17) cita três modos fundamentais de interpelação ideológica, que versam sobre: 1) o que existe (e, conseqüentemente, o que não existe, já que são categorias relacionais); 2) o que é bom, correto, justo, belo, agradável...; 3) o que é possível (e, por conseguinte, o que é impossível). Esses elementos constituem, para Therborn, o conjunto da estrutura básica do processo ideológico de submissão/qualificação, tendo uma importância distinta em cada discurso ou estratégia discursiva.

Aplicando esse método à análise dos movimentos sociais cuja base é, predominantemente, indígena-camponesa, como é o caso do EZLN, vê-se que possuem características tais que lhes permitem apropriar-se de elementos e categorias inerentes a uma determinada ideologia e operar uma reinterpretação sob a ótica específica, no caso em evidência, de sua tradição cultural. Como forma de resistência ante a ideologia que pretende lhe submeter/qualificar, reinterpreta e recria suas categorias, processo presente na história dos movimentos sociais de todos os países latino-americanos de predominância indígena. O EZLN, em sua aceção étnica e de classe, cuja base social heterogênea aponta para demandas que permeiam o tênue limiar de um programa político heterodoxo, *versus* a ideologia dominante (processo sujeição/qualificação), identifica-se politicamente como um movimento reformista, mas dinâmico, no qual seu reconhecimento étnico-cultural não engessa ou mecaniza o movimento social. Pelo contrário, o *modus vivendi* do indígena-camponês facilita sua visualização.

Ao identificar-se enquanto sujeito coletivo étnico-cultural e de classe, o movimento ezelenista referencia-se afirmativamente no campo da ação política unificando a resistência dos indivíduos que o compõem. Dessa forma, a busca por identidade, no caso do EZLN, não deve ser concebida como estratégia final, como um fim em si próprio, mas como elemento tático contra a fragmentação de um conjunto de características mais ou menos consoantes de um movimento que busca resistir à alienação capitalista. Nesse contexto, tem sentido afirmar as diferenças (étnico-classistas, culturais, religiosas, sexistas, políticas, etc.) sem diluir a contradição social em oposição cultural, religiosa, política, étnica, sexista, etc., o que redundaria numa acomodação dessas diferenças.

Quando Engels (1971) – referindo-se à situação do campesinato alemão do século XIX, lapso de tempo que, apesar da distância não permite negar a atualidade de sua tese – dizia que as revoltas camponesas pré-industriais, assim como as indígenas, não tinham um projeto político articulado, alternativo às formas de dominação social vigentes, sua afirmação deve ser contemporizada, o que não faz Przeworski (1995). Ao atentar-se para a maioria dos movimentos sociais latino-americanos de

base camponesa – e indígena –, como os MSRs, vê-se que têm projeto de sociedade e demandas definidas e claras que transitam desde o crivo de simples reformas constitucionais à contestação antissistêmica. Sua conformação é fruto do *status* de agente social histórico – elemento indígena-camponês – como componente espoliado pelo capital burguês-latifundiário. Esta condição a que sempre esteve submetido na divisão social do trabalho é o elo que unifica esse segmento social enquanto agente histórico antissistêmico, embora muitas vezes isto não esteja muito claro em seu programa, mas suas demandas não negam tal caráter. Diferentemente do que muitos alegam, Engels não contestou o papel do camponês no conjunto das lutas sociais. Pelo contrário, deixou claro sua condição de coadjuvante no processo de luta de classes. Dizia ele, em 1874, que “em toda a parte, onde predomina a grande e a média propriedade, a classe mais numerosa do campo está integrada pelos trabalhadores agrícolas – aliados mais numerosos e naturais do proletariado urbano: os trabalhadores rurais” (ENGELS, 1971, p. 14).

Na realidade, os MSRs latino-americanos ainda vigentes, de maioria guerrilheira, expressam uma forte negação das teses eurocêntricas dos movimentos de base camponesa, marcada por um característico preconceito quanto à tática de luta armada. Przeworski, ao evocar Engels, afirma serem as insurreições armadas inviabilizadas pelas transformações tecnológicas na arte da guerra. Tal afirmação não leva em conta a Revolução Mexicana de 1910, a Revolução Russa de 1917, a Revolução Cubana de 1959, e mesmo a Guerra do Vietnã (1963-1975), vitoriosas por parte das classes trabalhadoras de marcante presença camponesa e eclodidas exatamente quando as forças produtivas galgavam grandes avanços tecnológicos. Negar isso é negar a própria história. Uma coisa é discutir a correlação de forças no âmbito da atual conjuntura; outra, no entanto, é negar as possibilidades de contraposição utilizando as mesmas armas do inimigo. Assim, as guerras – convencionais e irregulares – do século XX, levadas a cabo por agentes do capitalismo central, tinham o intuito do domínio de povos e de seus recursos minerais e energéticos, o que implicou a resistência dos movimentos políticos e sociais antissistêmicos organizados a partir desse *locus*.

Contrariando, porém, a história dos movimentos sociais, Przeworski (1995, p. 25) resgata a alternativa social-democrata europeia afirmando que “a participação parlamentar se constituía no único recurso disponível aos trabalhadores”. Tal leitura não leva em conta os fenômenos sociais armados ocorridos desde as mencionadas revoluções até as inúmeras guerras de guerrilhas latino-americanas, passando pelas guerras fratricidas da África e da Ásia, dos genocídios perpetrados contra os povos curdo, afegão e iraquiano por parte do capital monopólico e de tantas outras ações armadas ainda hoje existentes. Da mesma forma, equivoca-se também Hobsbawm quando anuncia a “morte” do campesinato na América Latina, apontando estatísticas desprovidas de uma boa base analítica. Diz ele que, no mesmo momento “em que esperançosos jovens esquerdistas citavam a estratégia de Mao Tsé-tung para fazer triunfar a revolução pela mobilização de incontáveis milhões de habitantes da zona rural contra os encastelados bastiões do *status quo*, esses mesmos milhões abandonavam suas aldeias e mudavam-se para as cidades” (1995, p. 285).

Apegando-se a uma análise quantitativista, Hobsbawm esquece-se de aspectos sociopolíticos e históricos contemporâneos e mergulha no velho eurocentrismo que só enxerga o camponês na sua condição social clássica. Quando analisa o camponês latino-americano, o faz como se visse o tradicional, cuja condição socioeconômica é atomizada, pequeno-burguesa e, portanto, conservadora. Trata-se de uma concepção eurocêntrica que ainda mantém forte ascendência sobre a historiografia mundial, capitaneada não só por historiadores de importância reconhecida, como também por analistas político-sociais do calibre de Przeworski. Analisando aspectos demográficos, o que Hobsbawm considera mais representativo do campesinato latino-americano é dado estatístico. Nesse sentido, afirma que na América Latina “a porcentagem de camponeses se reduziu à metade em vinte anos na Colômbia (1951-1973), no México (1960-1980) e – quase – no Brasil (1960-1980). Caiu em dois terços, ou quase isso, na República Dominicana (1960-1981), Venezuela (1961-1981) e Jamaica (1953-1981)” (1995, p. 285).

A crítica que aqui se evidencia não se refere aos dados estatísticos demonstrados, mas à sua apropriação para, daí, profetizar a morte do campesinato. Qualquer análise desse tipo, hoje, deve levar em conta aspectos balizares como:

- 1) A impulsão da agroindústria pelo *agrobusiness*¹⁰¹. Ao mesmo tempo em que cresce o número de assalariados agrícolas, também tem crescido o de camponeses na periferia do sistema capitalista, regiões cuja inserção na divisão internacional do trabalho pauta-se na produção primária como principal fonte econômica, concentrando ali essa atividade;
- 2) O desemprego crescente. Com as dificuldades sociais na área urbana advindas dos cortes de investimentos sociais por parte do Estado, tem-se desestimulado o êxodo rural, levando a certa tendência de retorno ao campo através de ocupações de terra e da incorporação de trabalhadores urbanos em ofícios rurais, induzindo ao que Petras (1997b, p. 7) denomina “recampesinato”. São ora trabalhadores oriundos das turbas de desempregados que povoam as *urbis*, ora da mineração, da construção civil, da agroindústria ou mesmo do trabalho semiescravo.

O incessante êxodo rural que arrastou milhares de famílias do campo para a cidade por décadas inteiras – em algumas regiões mais do que em outras – não extinguiu os camponeses da zona rural (pode parecer redundância, mas não o é), que passaram a viver em padrões nada modernos. Cremos poder-se mesmo falar de uma reversão do êxodo rural, fato manifestado através das ocupações de terras promovidas pelo Movimento dos Sem Terra [MST] (Brasil), pelo EZLN [Exército Zapatista de Libertação Nacional] (México), ou mesmo pela liberação de territórios promovida pelas FARC [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia] (Colômbia), o que levou a uma reincorporação de muitos trabalhadores urbanos à labuta rural. Assim, parte do atual campesinato

¹⁰¹O termo agronegócio constitui elemento do discurso ideológico surgido nos EUA em meados do século XX e difundido na América Latina na década de 1990, com o intuito de formatar uma imagem “moderna” da agricultura capitalista, que já se encontrava desgastada. No agronegócio, a mão de obra escrava do *plantation* colonial foi substituída pela assalariada em condições muito semelhantes, apesar de seu *status* jurídico.

é fruto desse processo, tratando-se de um camponês marcado por nova cultura, por uma experiência urbana e pela organização da produção em escala agroindustrial, enfim, metamorfoseado no contexto de capitalismo transnacionalizado. A outra parte desse campesinato vive ainda nos moldes tradicionais, entre relações semicapitalistas e agroindustriais.

Isso para esclarecer que o camponês atual não deve ser tratado tal qual o clássico, sem, contudo, deixar de ser camponês. Sua atual condição pode mesmo evidenciar um avanço na qualidade produtiva de seu trabalho, distanciando qualquer perspectiva de sua erradicação, contrariamente ao que pensa Hobsbawm quando crê que seu decréscimo numérico representa seu fim. Parte do equívoco de Hobsbawm consiste em não fazer a ponte entre as estatísticas e a representação social do camponês na atual conjuntura, ou seja, não relacionar quantidade/qualidade. Não o fazendo, não compreende o novo caráter do atual campesinato.

Petras, apesar de incorrer também na mesma generalização de Hobsbawm, se aproxima mais da realidade latino-americana quando faz a relação supracitada, extraíndo de sua análise a nova configuração desse elemento, concebendo-o como um “neocampesinato”. Para ele, trata-se de um novo camponês que não se limita a cultivar a terra, uma nova geração conectada com seu tempo, com “características muito diferentes do campesinato tradicional, com melhor educação, sofisticado conhecimento da política nacional e internacional e comprometido com a formação de quadros e dirigentes a partir das lutas no campo” (PETRAS, 1997b, p. 7).

Um fenômeno dessa importância – ainda mais se levando em conta a realidade econômico-social latino-americana – é portador de fortes evidências das mudanças ocorridas na periferia capitalista com a intensificação da transnacionalização capitalista. Esse processo impôs ao antigo camponês uma mudança de hábitos e exigiu sua adaptação política, social e cultural às exigências de seu próprio tempo, tatuando em seu cotidiano as marcas da acumulação capitalista contemporânea. No entanto, disso se deduzir, escatologicamente, seu fim pode parecer, no mínimo, uma análise precipitada, influenciada por aqueles que concebem

a “globalização”. Falta ainda muita estrada a ser transposta até que a sociedade atual seja, de fato, global, assim como para ser enterrado o campesinato latino-americano.

A história, afeita a ironias, mostra que, exatamente nos primeiros países citados por Hobsbawm (Colômbia, México e Brasil), encontram-se os mais importantes movimentos sociais da América Latina contemporânea, os quais, paradoxalmente, têm suas bases sociais representadas, sobretudo, pela massa camponesa. São os casos das FARC e do ELN (Colômbia), do EZLN (México) e do MST (Brasil) e destes, apenas o último não faz uso da tática de luta guerrilheira como forma de ação política, apesar de alternar luta institucional e para-institucional. Somando-se a estes casos, a resistência popular, tanto na Bolívia quanto no Equador, tem adquirido importância no seio dos movimentos sociais latino-americanos, ressaltando sua fisionomia histórica: indígena-camponesa e mestiça.

Caso as assertivas de Hobsbawm sejam atribuídas aos indígenas-camponeses ainda arraigados em suas tradições comunitárias, presente nos diversos países de maioria indígena da região se verá o quanto esse autor distancia-se da realidade atual do campesinato latino-americano. A presença do camponês como principal base dos movimentos sociais de maior envergadura da América Latina, hoje, afirma a importância desse segmento como força social de resistência no hemisfério sul do continente americano.

Ambos os fatos – a profecia do fim do campesinato e a concepção da atual fase de desenvolvimento como “globalização” – denunciam o ufanismo pós-modernista eurocêntrico e estadunidense, oriundo no mito da III Revolução Industrial¹⁰², sem, no entanto, explicar satisfatoriamente o problema.

A América Latina é uma região em que a condição da mão de obra, desde a conquista e colonização, continua semiescrava e sob o estigma da subvalorização (condição moderna e contemporânea); o desemprego estrutural e sua conseqüente disponibilização de força de trabalho garantem a espoliação dos trabalhadores na forma do salariato, elemento perpetuador da concentração de capital nas mãos de uns poucos e da

¹⁰² Acerca do mito da III Revolução Industrial, ver Almeida (2009).

miséria de uma imensa maioria, garantindo a reprodução do sistema; a produção continua atendendo às demandas e exigências do mercado externo, sem levar em conta o custo social que tais políticas implicam; e a Igreja Católica continua viva e forte em sua conservadora hierarquia, apesar de não mais ser a instituição religiosa oficial, e – talvez em decorrência disso – se dividir entre o apoio às lutas pela libertação dos explorados e a manutenção do atual panorama social.

Se, para as camadas sociais mais exploradas este é o cenário, para os indígenas as condições sociais se agravaram à medida que se espraiou o domínio branco, cristão, ocidental-capitalista nos últimos 500 anos. Do milênio que se findou, metade foi vivida pelos povos indígenas sob a condição de mão de obra escrava ou servil, o que os levou a ser concebidos como elemento descartável no sistema capitalista.

Não seria diferente em sua fase neoliberal, nem mesmo nos rincões do México, onde o modo de vida desses povos nega a lógica do consumismo e a subordinação das relações sociais à acumulação capitalista. A resistência milenar da cultura indígena tem-lhe custado a piora do atraso, para cuja superação se aponta políticas assistencialistas que garantem apenas a sua sobrevivência no âmbito das relações de produção impostas, nunca se reportando ao ponto nevrálgico do problema: o reconhecimento da sua capacidade de gestão de projetos alternativos de desenvolvimento autônomo.

Tendo em vista os limites da acumulação capitalista, investimentos na área social são negligenciados, buscando não só salvar a taxa de lucro, como também dificultar aos indígenas a manutenção de suas terras, facilitando, assim, a exploração das riquezas naturais ali localizadas e a expropriação de suas reservas, quase sempre ricas em minerais valiosos e fontes de energia. Fruto dessa lógica, renda e terra (poder e prestígio) concentram-se cada dia mais intensamente, provocando a máxima social capitalista da acumulação de uns e da miséria da maioria da população latino-americana, o que, no contexto mexicano refere-se à chiapaneca. Esta situação dá razão a Navarro (1995) quando afirma: “dos laços de sangue, terra e dinheiro, é feito o poder em Chiapas”.

Assim, os povos indígenas continuam a sofrer as mesmas pressões históricas do processo de colonização continental, pautadas na exploração, num integracionismo forçado à cultura branco-cristã-ocidental, simbioticamente vinculada ao modo de produção capitalista. Di Felice e Muñoz (1998, p. 15) lembram que se passaram mais de 90 anos da Revolução de 1910 e os mais de 10 milhões de indígenas mexicanos encontram-se imersos na pobreza, exploração e marginalização. Dizem eles que, atualmente, nove milhões de índios

vivem em condições de precariedade e mais de 75% destes sofrem de algum grau de desnutrição. Enquanto em nível nacional 87.5% das moradias mexicanas dispõem de energia elétrica, 79.4% de água e 63.6% de esgoto, no tocante às etnias indígenas estes índices se reduzem: apenas 54.3% das casas têm luz, 38.1% têm água encanada e 15.7% possuem esgoto.

Os mecanismos costumeiros da perpetuação dessas condições são a opressão e a agressão, física e moral, das tradicionais formas de organização sociocultural dos povos indígenas, forçando-os a viver vendendo sua força de trabalho por salários insuficientes, como condição de sobrevivência, entregando seu principal meio de produção: a terra. Assim, restam-lhes duas opções: a aceitação do etnocídio ou a resistência pela guerra. Os indígenas chiapanecos preferiram a última, fazendo valer o que diz Rouquié (1991, p. 291):

[...] a sede de terra, que se diz irracional e que é histórica, é a expressão de uma cultura camponesa e o inverso do açambarcamento e da concentração da propriedade. Basta que os desequilíbrios se agravem ou que uma conjuntura política propícia se apresente para que o limiar de ruptura seja atingido. O movimento camponês desponta. A tomada de consciência de uma injustiça secular se transforma em organização. A passividade tradicional dá lugar à explosão e à revolta, ou à reivindicação revolucionária.

O Prêmio Nobel de Literatura de 1998, José Saramago, vê, no conflito chiapaneco, algo de universal. Sua afirmação fala por si só:

Es que en el fondo Chiapas es la representación del mundo, porque es un lugar donde se encuentra prácticamente todo lo que es negativo en el comportamiento humano, como el racismo, la crueldad, la indiferencia, el desprecio contra una minoría. Es como si una parte de México estuviera diciendo “los indios están ahí, pero no cuentan”. Se ve al indio como alguien que está ahí, sólo como una traba, como un obstáculo que pone problemas por el hecho sensible de existir. Y si pensamos que Chiapas tiene petróleo, café, cacao, no resulta complicado entender que no es un problema entre los zapatistas y el gobierno mexicano, sino que es otro lugar en el que la ambición capitalista ha expandido sus garras (Apud VILLALOBOS, 1998).

A história testemunha que o camponês continua entre os principais agentes sociopolíticos da resistência no continente americano, apesar dos constantes esforços do grande capital em transformar a agricultura em atividade econômica cada vez mais periférica e desta passar, como toda e qualquer atividade produtiva, por um processo de incremento tecnológico infundido pelo domínio do capital. Tal cenário impõe-lhe uma condição socioeconômica cada vez menor no conjunto da economia global: aos camponeses, uma compulsória adesão ao *agrobusiness*.

De outra ótica, a redefinição do camponês, cobrada por esse processo de avanço das forças produtivas, atinge não somente a ele. A classe trabalhadora como um todo tem adquirido nova configuração, assim como tem sido com o imperialismo. Mas, apesar dessas – e também por essas – questões, o agente indígena e camponês, ou mesmo indígena-camponês continua sendo a principal base social não só da guerrilha latino-americana, mas dos principais movimentos sociais, representando setores historicamente marginalizados desde o regime de dominação colonial da América até os dias atuais. A propósito, é sua condição histórica o que torna fato a presença indígena-camponesa na luta armada de caráter popular na América Latina, caracterizando seu movimento guerrilheiro como basicamente rural, guardadas as devidas exceções (a do Tupamaros, no Uruguai, e a da Ação Popular, no Brasil, são algumas delas).

2.4 MOVIMENTOS SOCIAIS REVOLUCIONÁRIOS E REFORMISTAS NO MÉXICO INSURGENTE

Ser ou não ser, eis a questão! Que é mais nobre para o espírito: sofrer os dardos e setas de um ultrajante destino, ou tomar armas contra um mar de calamidades para pôr-lhes fim, resistindo?

(Shakespeare, *Hamlet*)

Para Hobsbawm (1995, p. 84), os revolucionários sociais do século XX descobriram o caminho da revolução através da guerra de guerrilha tardiamente, num cenário em que a própria palavra *guerrilha* não fazia parte do vocabulário marxista até a Revolução Cubana. Com razão. No entanto, a existência da guerra de guerrilhas independia do que concebiam os marxistas acerca delas, sendo prática político-militar na América Latina desde finais do século XIX, como atesta a História de Canudos (Brasil).

Em se tratando do México, desde o ano de 1967 registra-se a presença de grupos guerrilheiros nos Estados de Chiapas e Guerrero – assim também como de inúmeras organizações clandestinas revolucionárias por todo o país¹⁰³ – influenciados, do ponto de vista ideológico, pela Revolução Cubana de 1959, e, do ponto de vista social, pelas discrepâncias mexicanas aprofundadas pela crise intestina do modelo agroexportador¹⁰⁴.

Ao se retroceder na história, veem-se inúmeros registros de MSRs, nos quais a luta guerrilheira estava presente, mesmo antes da Revolução Cubana. Não se propondo historicizar esse processo anterior e atendo-se

¹⁰³ Associação Cívica Nacional Revolucionária (ACNR), comandada por Genaro Vásquez Rojas; Brigadas Cívicas de Ajusticiamento, comandadas por Lúcio Cabañas; Fuerzas de Liberación Nacional (FLN), que mantinham guerrilheiros na Região de Ocosingo; Frente Armado Revolucionário del Pueblo (FARP); Ejército Insurgente Mexicano; Comandos Armados del Pueblo, entre outros, que ali atuaram.

¹⁰⁴ O esgotamento do modelo agroexportador, em meados dos anos 60, levou a economia mexicana – baseada na mão de obra camponesa – a uma crise agrícola profunda, tendo como consequências diretas o desemprego e inflação alta. Além disso, a situação das comunidades indígenas chiapanecas foi agravada pela degradação ambiental – que acabou por proibir o abate florestal, uma das principais fontes de renda desses povos – e pelo incremento da atividade pecuária como contraposição à crise da agricultura interna (queda nos preços do café e da carne, principais produtos da economia chiapaneca). Completando o quadro, entre os anos 60-70 a dívida externa foi quintuplicada, passando de três bilhões para 20 bilhões de dólares, levando seus serviços a percentuais estratosféricos.

ao México dos anos 1965 a 1970, registramos diversas organizações de luta popular buscando a tomada do poder pela via armada. Segundo *El Machete* (1996, p. 11-13), depois do trágico 1968 (Tlatelolco), uma série de organizações mais ou menos urbanas e sem base popular surgiu no cenário político mexicano, como a *Frente Urbano Zapatista*, o *Movimiento Armado Revolucionario*, a *Frente Armado Revolucionario del Pueblo* e os *Comandos Armados del Pueblo*. Surgiram também nesse contexto, as *Fuerzas de Liberación Nacional* (FLN) oriundas do *Ejército Insurgente Mexicano*. Exemplos semelhantes aconteceram também na Argentina, Brasil, Uruguai, El Salvador, Colômbia, Nicarágua, Guatemala... Todas reprimidas e aniquiladas entre 1971 e 1974.

Ainda no México, nesse período marcaram presença organizações que se envolveram na luta guerrilheira de caráter anticapitalista e antiimperialista, e que tiveram suas origens ligadas ao movimento de massas: *Partido de los Pobres* (PDLP), *Asociación Cívica Nacional Revolucionária* (ACNR), *Fuerzas Armadas Revolucionárias* (FAR), *Fuerzas Armadas de Liberación* (FAL), *Movimiento de Acción Revolucionária* (MAR), *Comandos Armados Revolucionários de Morelos* (CARM), *Fuerzas Revolucionárias Armadas del Pueblo* (FRAP), *Partido Revolucionário Obrero Campesino Unión del Pueblo* (PROCUP), entre outras. Segundo Ramírez, essas organizações guerrilheiras do meio urbano “eram dirigidas por jovens universitários radicais e profundamente apegados a um marxismo dogmático e careciam de base social. Esperavam construir a árvore e depois suas raízes, isto é, desenvolver a organização guerrilheira e depois sua base social, ao calor das ações militares” (1996, p. 166). Para ele, esses grupos seguiam a linha do estrategista Giap¹⁰⁵, que concebia a guerrilha como a continuação da política por outros meios.

Diferentemente das demais organizações do período, as FLN construíram uma rede guerrilheira em Ocosingo, cidade localizada nos Altos de Chiapas e atual zona de ação do EZLN. Segundo a polícia mexicana, originou-se aí a guerrilha chiapaneca atual.

¹⁰⁵ Referência a Vo Nguyen Giap, general vietnamita, exímio estrategista militar e político, fundador e comandante supremo do Exército do Povo do Vietnã. Suas estratégias militares levaram o Vietnã a derrotar o Exército francês, em 1954, dando fim ao domínio europeu no país.

Ao se retomar, no entanto, a história das ações guerrilheiras no México, vê-se que estas se proliferaram no pós-Tlatelolco, a partir de 1971. O marco explosivo de difusão do fenômeno guerrilheiro no México se deu quando, nesse ano, a Frente Urbano Zapatista (FUZ) sequestrou o então diretor de *Aeropuertos y Servicios Auxiliares* e pôs os assaltos a bancos na ordem do dia (RAMÍREZ, 1996, p. 71). Naquele ano, foi publicado *El Guerrillero*, boletim semiclandestino mimeografado. Em 1972, o comando da *Asociación Cívica Guerrerense* (ACG)¹⁰⁶, liderado por Genaro Vázquez Rojas, sequestrou o homem mais rico do Estado de Guerrero, o dono da engarrafadora da Coca-Cola. Por esse feito Vázquez foi assassinado pela repressão. Naquele mesmo ano, as *Brigadas Cívicas de Ajusticiamiento* encetam uma série de emboscadas contra o Exército. Em 1974, o *Partido de los Pobres*¹⁰⁷ (PDLP) sequestrou Rubén Figueroa¹⁰⁸.

O governo de Echeverría preparou, então, um forte programa contrainsurgente, logrando aniquilar essas duas organizações, começando por assassinar Lúcio Cabañas em dezembro do mesmo ano (EL MACHETE, 1996, p. 10). No entanto, apesar de todo o arsenal repressivo do Estado de Guerrero, outros grupos atuaram naquele ano, como foram os casos das *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FAR), da *Frente Armado Del Pueblo* –(FAP)¹⁰⁹ e das *Fuerzas Armadas de Liberación* (FAL).

No tocante ao surgimento de organizações reformistas, estas se inseriram nas comunidades, buscando a promoção de interesses pontuais. Nesse sentido, em 1974 aconteceu o *Congreso Indígena*, do qual surgiria a *União de Ejidos – Quiptic ta Lecubtesel*. Fundada em 1975, esta organização reagruparia a maioria das comunidades de *Las Cañadas*. Dali por diante, as organizações políticas ligadas às causas indígenas se proliferariam, de forma que, de 1975 a 1993 surgiram, entre outras, a *Organización Camponesa*

¹⁰⁶ De seu caráter meramente político, a ACG passou a encetar ações militares após a prisão de Genaro Vázquez Rojas, vindo a se intitular *Asociación Cívica Nacional Revolucionária* (ACNR), ampliando seu programa de transformação social no âmbito nacional.

¹⁰⁷ Liderado por Lúcio Cabañas, tinha como estratégia a instauração de um governo revolucionário.

¹⁰⁸ Referência ao sequestro do engenheiro Rubén Figueroa Figueroa, em 30 de maio de 1974, nas serras do Estado de Guerrero, fato desencadeador de forte repressão na região por parte do Exército Federal. Nessa mesma região surgiria o Exército Popular Revolucionário (EPR), em 28 de junho de 1996. Acerca deste episódio, ver Castellanos (1998).

¹⁰⁹ Antiga Vanguardia Armada Revolucionaria (VAR).

Emiliano Zapata (OCEZ), a *Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos* (CIOAC), a *Asociación Rural de Interés Colectivo* (ARIC – *Unión de Uniones*)¹¹⁰ e a *Alianza Nacional Campesina Independiente Emiliano Zapata* (ANCIEZ), cuja origem vem da decomposição da OCEZ.

Foi nesse contexto que certas organizações clandestinas, originárias das lutas de resistência dos anos 60/70, voltaram à ativa e buscaram organizar, através da tática de luta guerrilheira, os setores subalternos da sociedade chiapaneca para enfrentar a opressão social capitalista. Entre os anos 1970 e 1982, período no qual passaram por um bombardeio ideológico que aportou novos elementos culturais, tais organizações foram impelidas a sair de uma atitude meramente reformista ante a situação de pobreza em que se encontravam a maioria dos povos indígenas para uma de busca de solução para os seus problemas históricos que os afligiam. Foi também o período em que os tzeltales consolidaram a colonização da Selva Lacandona (DÍAZ, 1997, p. 55).

Uma vez deflagrada a sublevação zapatista de Chiapas, após um refluxo de cerca de duas décadas, a luta armada no seio dos movimentos sociais passou a receber maior importância por parte dos ativistas políticos – mesmo em se tratando dos defensores de outros tipos de ação, incluindo aí parte da própria direita, que não hesitou em reconhecer os méritos dos neozapatistas. Tanto no âmbito internacional quanto no nacional, a sublevação passou a receber o apoio de boa parte dos movimentos organizados da sociedade mexicana¹¹¹, tendo, nesta conta, um ex-presidente, tal qual noticiou a *Folha de S. Paulo*: “O ex-presidente mexicano Miguel de la Madrid reconhece que o Exército Zapatista de Libertação Nacional, movimento guerrilheiro que surgiu em 1994, contribuiu para avanços sociais em seu país”.¹¹²

¹¹⁰ Consta de um agrupamento indígena independente, representante dos interesses econômicos dos produtores agrícolas comunitários da região da Selva (URZÚA; TAULIS, 1994, p. 10). Segundo Díaz, a *Unión de Uniones* foi uma “de las organizaciones más amplias y democráticas que se hayan desarrollado en México entre los sectores indígenas y campesinos” (1997, p. 55).

¹¹¹ No Encontro Intercontinental Contra o Neoliberalismo e em Defesa da Humanidade, acontecido na Selva Lacandona, Chiapas, México, estiveram presentes, segundo Machado (1996, p. 32), 700 representantes de todas as regiões do México e milhares de indígenas das comunidades zapatistas, sem contar os participantes de todos os continentes.

¹¹² *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 dez. 1996. Caderno Mais, p. 12.

2.5 A SUBLEVAÇÃO

[...] quizá en el fondo todos conspiramos
 sencillamente das la señal de fervor
 la bandera decente con el asta de caña
 pero en el fondo todos conspiramos
 y no sólo los viejos que no tienen
 con qué pintar murales de protesta
 conspiran el cesante y el mendigo
 y el deudor y los pobres adulones
 cuyo incienso no rinde como hace cinco años.
 La verdad es que todos conspiramos ¹¹³
 (BENEDETTI, 1995)

A origem do EZLN está, inequivocamente, ligada às implicações históricas do capitalismo, em especial no que tange ao México e, no contexto mais específico, ao Estado de Chiapas, sendo sua trajetória pautada em divisões no seio das comunidades indígenas e em dissidências no âmbito dos grupos políticos atuantes na organização das demandas indígenas das comunidades ali existentes. Aos problemas estruturais têm se agregado crises conjunturais a reforçar os anseios populares por reformas ou transformações mais profundas.

Década perdida para a economia latino-americana, os anos 80 foram também, para o México, o decênio da radicalização de alguns grupos na luta pela terra, promovendo ocupações cujas consequências culminaram em soluções parciais e pontuais para os conflitos. Foram os anos da crise política da *Unión de Uniones* (1982-1983), que passaria a chamar-se, em 1988, *Asociación Rural de Interés Colectivo* (ARIC). Segundo Le Bot (1997, p. 38), é do encontro entre a ARIC (que chegou a reunir perto de 6.000 famílias de cerca de 130 comunidades) e a guerrilha, que surgiu o zapatismo ezelenista.

Se, por um lado, a ARIC concentraria a linha legalista e economicista do movimento, por outro, surgiria uma nova organização camponesa, a ANCIEZ, que serviria de unidade de recrutamento de quadros entre os indígenas-camponeses na formação do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional*. A ANCIEZ teve uma breve existência, mas cumpriu seu papel de aglutinadora dos futuros quadros da guerrilha ezelenista. Com a sua

¹¹³ Poesia intitulada “Todos conspiramos”, dedicada ao guerrilheiro Raúl Sendic, líder da guerrilha tupamara do Uruguai.

desintegração, os futuros dirigentes do EZLN – dentre eles ex-militantes dos movimentos armados dos anos 70, que sobreviveram à repressão priísta –, passaram a organizar, no interior da Selva Lacandona, em novembro de 1983, seu primeiro núcleo, só entrando em contato com as comunidades na segunda metade dos anos 80 (LE BOT, 1997, p. 40). Portanto, o surgimento do EZLN como organização clandestina de fato, se deu no início da implementação do projeto neoliberal no México, ainda no governo de Miguel de la Madrid (1982-1988).

Apesar do novo contexto, não é equívoco afirmar que o surgimento do ezelenismo encontra-se, em se falando da formação política de seus principais dirigentes, vinculado à tática de luta de movimentos de esquerda das décadas de 1960-70, com algumas diferenças básicas. Os guerrilheiros ezelenistas não combatiam o poder de fogo do Estado opressor, como as guerrilhas clássicas, mas “uma realidade oposta aos dogmas inerentes à prática foquista, ao conceito vanguardista. Subordinaram sua vocação eminentemente militar à vontade eminentemente política das comunidades, e o resultado foi um estalido grande em rebeldia” (URZÚA; TAULIS, 1994, p. 8).

Inicialmente, os zapatistas atuaram em organizações legais, depois partiram para a clandestinidade, onde viriam combinar, no intuito de formar seu exército guerrilheiro, três formas de luta: a política, a ideológica e a militar. A opção pela tática da luta armada foi tomada sem muita preocupação com o contexto nacional, de hegemonia das ideias neoliberais; regional, caracterizado pela falta de apoio moral, político e material por parte dos movimentos guerrilheiros centro-americanos, que tinham no Estado de Chiapas uma válvula de escape, o que, por sua vez, fez com que estes tecessem contundentes críticas ao movimento; continental, marcado pela derrota eleitoral dos sandinistas, na Nicarágua dos anos 90; refluxo da guerrilha guatemalteca; e negociação entre guerrilha e governo com vistas à deposição de armas, em El Salvador, em 1992; e, por fim, internacional, distinguido pela derrocada dos regimes do leste europeu, fato que limitava, ainda mais, as perspectivas da luta armada.

Entre a chegada dos ativistas da FLN e a preparação ideológica, política e militar de seu futuro exército, passaram-se dez anos, uma história que, segundo o Subcomandante, passou por sete etapas:

- 1) Recrutamento dos militantes (por volta de 1982), após 15 anos de espera daqueles cinco homens e uma mulher, que originariam o EZLN;
- 2) Fundação do EZLN, um grupo de seis pessoas (três mestiços e três indígenas), elementos iniciais do futuro Exército Zapatista de Libertação Nacional, num ponto qualquer da Selva Lacandona. Essa proporcionalidade étnica, no entanto, não mais se repetiria na composição do grupo¹¹⁴. Preocupação com reconhecimento do terreno, topografia, orientação, sobrevivência (calcada na coleta de frutos, pesca, caça), estudo de táticas e estratégias, etc.;
- 3) Chegada de Marcos, juntamente com uma mulher chol e um homem tzotzil, nove meses depois da constituição daquele núcleo;
- 4) Contato com as comunidades indígenas, o que acabou mudando a primeira concepção de exército revolucionário dos insurgentes recém-chegados;
- 5) Explosivo crescimento e expansão do EZLN, saindo do raio da Selva Lacandona e chegando a Los Altos e norte de Chiapas;
- 6) Aprovação da guerra e preparativos. Primeiro conflito, denominado de “Batalha de Corralchén”, em maio de 1993, contra o Exército Federal;
- 7) Primeira manifestação pública do EZLN, enquanto força beligerante, na véspera de 1994. Preparativos para a ocupação de sete municípios chiapanecos, e declaração de guerra ao Governo Federal.

Na sistematização do Subcomandante Marcos, estas foram as etapas de gênese e desenvolvimento do EZLN, mas, como ele próprio diz, existem muitas maneiras de se contar uma história. Na que aqui se recomeça, volta-se a janeiro de 1993, quando foi fundado o *Partido de las Fuerzas de Liberación Nacional* (PFLN). Tinha este – entre outros – o objetivo de desencadear a luta revolucionária contra a burguesia, utilizando, para isso, a luta político-militar. Nos anos 90, intensificou-se a ação político-social de grupos de táticas mais radicais no apoio a organizações camponesas,

¹¹⁴ Segundo Marcos (2003, p. 3), no aniversário de 20 anos do EZLN, sua composição étnica passava pelo crivo de 98,9% do componente indígena, sendo que o percentual de participação feminina estava em torno de 45%.

indígena-camponesas e populares, sem, no entanto, desviarem-se de sua trajetória política da tática armada, emergindo em ações violentas.

O fato de ser Chiapas um Estado fronteiriço com a Guatemala e de sua proximidade com El Salvador, país centro-americano de tradição de movimentos guerrilheiros, sugeriu à *Gobernación* – polícia política mexicana – que o movimento zapatista chiapaneco era marcado por ingerência de elementos estrangeiros. Entendia este órgão mexicano que, nas fileiras ezelenistas, havia a presença de guerrilheiros oriundos da *Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional* (FMLN), de El Salvador que, por motivo dos rumos tomados por este movimento (deposição de armas e negociação de paz em troca de espaço na institucionalidade), teriam emigrado para Chiapas. Afirmava também *Gobernación* que a *Unidad Revolucionária Nacional Guatemalteca* [URNG] (Guatemala) e a *Frente Sandinista de Liberación Nacional* [FSLN] (Nicarágua), teriam treinado os principais comandantes do EZLN, inclusive o Subcomandante Marcos. O CCRI-CG¹¹⁵ do EZLN, prevendo tais especulações, se antecipou. Na *Primeira Declaração da Selva Lacandona*, declarou: “Rechazamos de antemano cualquier intento de desvirtuar la justa causa de nuestra lucha acusándola de narcotráfico, narcoguerrilla, bandidaje u otro calificativo que puedan usar nuestros enemigos. Nuestra lucha se apega al derecho constitucional y es abanderada por la justicia y la igualdad”.¹¹⁶

Não obstante, o EZLN não ficou imune à campanha de mentiras e intimidações por parte do Governo Federal e de suas forças, sendo acusado de receber apoio militar e financiamento estrangeiro. Tais acusações buscavam macular a legitimidade do movimento, diluindo a problemática nacional na local-indígena. As incriminações partiam das costumeiramente atribuídas a todos os movimentos insurgentes: suposta ingerência externa como forma de descaracterização e desqualificação destes.

Trata-se de produto de contrainformações geradas por mercenários intelectuais da reação, tecelões de conjecturas, como semelhantemente aconteceu em setembro de 1995, no Brasil, quando, de forma oficiosa,

¹¹⁵ Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral, núcleo composto por seis comandantes indígenas hierarquicamente acima do cargo de Marcos. Ver quadro contido no subitem “Matriz filosófica ocidental moderna e contemporânea”.

¹¹⁶ Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/lacandona1.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

a maioria da imprensa burguesa estampou em suas manchetes uma suposta articulação internacional para sublevar o campo envolvendo o MST e o Sendero Luminoso (movimento guerrilheiro maoísta peruano). A grande imprensa brasileira reproduziu acriticamente a informação gerada, convenientemente, pelas agências governistas, sem se preocupar com a veracidade do fato de tamanha importância (LEITE, 1995). O que restou das informações, definitivamente, não foi diferente do caso mexicano aqui aludido: a justificativa de uma intervenção do aparelho repressivo do Estado nos dois movimentos citados (MST e EZLN). Esta, aliás, é uma prática da repressão estatal estendida ao Estado de Chiapas, onde há exemplos históricos do clássico argumento da interferência externa nos movimentos populares com registro desde o século XIX, servindo de mote para desviar o foco da sublevação. Exemplo clássico desta tática repressiva ocorreu na região de Chiapas em 1869, com a eclosão da rebelião de San Juan Chamula, ocasião em que o argumento principal da reação para reprimir os indígenas foi o de que estes eram manipulados por anarquistas.

No que diz respeito ao EZLN, o fato foi veementemente negado pelo CCRI-CG, na voz de seu Subcomandante. Segundo Marcos (1995, p. 15), a prática guerrilheira zapatista chiapaneca é fruto das lutas revolucionárias no México, resultado da “historia militar mexicana, de Hidalgo e Morelos, Guerrero, Mina, de la resistencia a la invasión yanqui en 1846-1847, de la respuesta popular a la intervención francesa, de las gran gestas heroicas de Villa y Zapata, y de las luchas de resistencia indígena a todo lo largo de la historia de nuestro país”. Fato é que, pela conjuntura supracitada (local, regional, nacional e internacional), o EZLN ficou praticamente sozinho no que se refere à ajuda externa. Aliás, o próprio Marcos lamenta o fato de nenhuma organização ter se disponibilizado a

a ajudar o zapatismo, nem no aspecto do armamento, nem do treino militar, nem do financiamento. [...] apoiar um movimento armado aqui significaria destruir-lhes [as organizações armadas] a retaguarda estratégica, o que era impensável. Ninguém

nos ajudou, pelo contrário, recebemos críticas muito severas (MARCOS, 1995 apud LE BOT, 1997, p. 80).

Paradoxalmente, nem mesmo de Cuba o EZLN recebeu apoio. Parece que a conjuntura internacional fez com que esse país abrisse mão de seu internacionalismo histórico em troca das relações especiais que envolvem México e Cuba. Em nove de janeiro de 1995, o *Granma Internacional* – porta-voz oficial do governo cubano – noticiava a presença de Fidel Castro na posse de Ernesto Zedillo, um dos principais promotores das reformas neoliberais do México contemporâneo. No porta-voz cubano, realçando aspectos do discurso do novo presidente mexicano, afirmava Fidel que o governo Zedillo

defenderá os direitos humanos dos mexicanos, além das suas próprias fronteiras. Disse [referindo-se ao discurso de Zedillo] que o desafio mais importante é garantir condições de vida digna a cada família, através do crescimento da economia e do aumento da produtividade, bem como do desenvolvimento do comércio e dos investimentos que gerem novos empregos [...]. Ao referir-se aos acontecimentos no México neste ano, assevera que se poderá encontrar uma solução pacífica em Chiapas, e afirmou que o exército cumprirá o cessar-fogo na região.¹¹⁷

Nenhuma palavra de solidariedade ao movimento chiapaneco por parte do órgão oficial da República de Cuba. A relação institucional México-Cuba sobrepassou-se aos princípios revolucionários do internacionalismo classista talvez em reconhecimento do papel do Estado mexicano em quase meio século de solidariedade com o Estado Revolucionário cubano. Em entrevista, Fidel, ao referir-se às relações entre os dois Estados, comparava a de México e Cuba à dos demais Estados latino-americanos dizendo que “Todos nos atacaban y nosotros los atacábamos a todos. La única y absoluta excepción fue México”¹¹⁸. A relação de gratidão intraestado superara a classista. No entanto, equivocara-se o Comandante-em-chefe cubano com respeito ao Governo Zedillo, a história o mostrou.

¹¹⁷ *Granma Internacional*, Havana, 9 jan 1995, p. 1 e 16.

¹¹⁸ Cuba y México. *Proceso*, Ciudad de México, maio 2004.

2.6 A EMERGÊNCIA DO EZLN

Quando explodiu, espetacularmente, a rebelião chiapaneca do EZLN, o governo mexicano vendia a imagem de um país estável para os investidores internacionais. Era um momento crucial para o governo Salinas de Gortari e para a burguesia nacional, que apostavam tudo na inserção do México no NAFTA, acreditando ser esse o passaporte de entrada no chamado “primeiro mundo”, apesar da profunda crise que assolava o país. No entanto, o ano de 1994 passaria à história do México não por sua adesão ao tratado de livre-comércio norte-americano – alguma coisa que, na memória histórica (ou subconsciente) das camadas baixas da população mexicana, assemelha-se a uma reedição do Destino Manifesto¹¹⁹, agora sob a forma de controle direto sobre seu mercado de mão de obra e recursos minerais¹²⁰. De fato, a data ficaria mais conhecida no mundo pela explosão da revolta indígena de milhares¹²¹ de milicianos zapatistas (composta de seis etnias que habitam o Estado de Chiapas: tzeltal, tzotzil, chol, mame, tojolabal e zoque, todas pertencentes à nação maia, exceto a última). Uma rebelião que se estenderia a San Cristóbal de las Casas – ex-capital do Estado –, Ocosingo, Altamirano, Chontal e Las Margaritas, municípios participantes do cinturão de miséria da República Mexicana, que, juntamente com o Estado de Guerrero, têm uma longa tradição de luta guerrilheira.

Surgido do seio da Selva Lacandona, o grupo guerrilheiro poria em cheque o discurso neoliberal em vigência, fazendo aflorar as mazelas históricas às quais estão submetidos os setores pauperizados da sociedade

¹¹⁹ Doutrina-mãe da expansão das 13 Colônias que concebia que os colonos anglo-saxões da América estavam fadados a levar a civilização ao continente. Depois, seu plano expansionista foi se estendendo ao mundo. Na obra de Nye (2002), este é um sentimento constante.

¹²⁰ O México possui significativas reservas de petróleo, carvão e gás natural, além de ouro, urânio e prata (do que é hoje o maior produtor mundial). Segundo a revista *Sem Fronteiras* (julho/agosto de 1997, coluna Notícias Aliadas, p. 32), citando o jornal *El Comercio*, de Lima, Peru, o petróleo é o produto mais lucrativo para 4 países da América Latina, tendo rendido à região, em 1996, US\$ 15 bi à Venezuela, US\$ 10,7 bi ao México, US\$ 2,8 bi à Colômbia e US\$ 1,5 bi ao Equador. Em maio de 1998, as exportações de petróleo equatoriano teriam totalizado US\$ 61,5 milhões.

¹²¹ Os números são destoantes: três mil, para o JÁ (1996); novecentos para Fuser (1995b, p. 48) e, ainda para o mesmo, alegando fontes mais confiáveis, dois mil e duzentos na ocupação de San Cristóbal de las Casas, e que “outros quatro mil milicianos ficaram na selva, para ações de retaguarda” (FUSER, 1995c, p. 117); Uns mil e quinhentos para o Governo de Chiapas (HERNÁNDEZ; VICTORIO, 1994); entre dez e quinze mil para Zibechi (1977, p. 15). Fato é que ainda não se sabe, ao certo, o número exato ou aproximado dos revoltosos.

mexicana. Sobre esse episódio escreveria, seis meses após, Unamuno (1995): “El primero de enero del 94 los enmascarados de Chiapas desenmascararon la realidad de la nación”. Mais que isso, a espetacular manifestação de descontentamento e repúdio contra a situação de sujeição, humilhação e esquecimento a que foram relegados os indígenas mexicanos afirmava ter o sentido de luta “para la libertad, la justicia y la democracia” (HERNÁNDEZ; VICTORIO, 1994), trazendo à tona um sentimento antigo, vivenciado desde séculos atrás pelos dominados. Para Le Bot (1997, p. 11), quando o EZLN surgiu, os “brancos e os mestiços de Chiapas reviveram o medo ancestral da vingança índia”.

Durante a ocupação, tomaram quartéis militares – de onde expropriaram armas¹²² – e prisões em que libertaram 234 detentos. Prédios públicos, rádio¹²³, bancos e empresas privadas de grande porte foram ocupados. Ações de expropriação contra o Exército¹²⁴ e a Polícia Militar foram levadas a cabo, o que resultou na aquisição de mais de 20 veículos de transporte, um número indeterminado de aparelhos de rádio. Também foram expropriadas armas de grupos paramilitares a serviço dos latifundiários e do PRI no Estado.

Segundo declarações posteriores do CCRI, estas foram as primeiras fontes dos armamentos adquiridos pelos ezelenistas. Assim, o balanço final do aparato bélico do EZLN no pós-ofensiva tratava-se de um punhado de armamento disforme: “fuzis-metralhadoras Kalashnikov soviéticos, M-15 americanos, minimetralhadoras Uzi israelenses, fuzis SKS chineses, armas dos mais diferentes tamanhos e calibres” (FUSER, 1995b, p. 118).

Para que a operação bombástica do 1º de janeiro de 1994 fosse possível, os neozapatistas tomaram medidas prévias, como a destruição de todas as pontes que ligavam as cidades ocupadas (exceto a de Ocosingo, erro pelo qual pagou o alto preço do massacre de guerrilheiros

¹²² Duzentas e sete armas de distintos calibres (M-16, G-3, M-2), lança-granadas, escopetas e pistolas, 1266 kg de dinamite e dez mil detonadores de TNT, segundo comunicado do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena de 06/01/94, publicado no periódico mexicano *La Jornada* do mesmo dia.

¹²³ Foi levada ao ar, através da radiodifusora Xeoeh, a *Primeira Declaração da Selva Lacandona*, assim como mensagens previamente gravadas pela Comandância do EZLN, dando conta do que estava acontecendo e o que reivindicavam.

¹²⁴ “Pilar básico da ditadura que padecemos, monopolizada pelo partido no poder”, segundo o EZLN (HERNÁNDEZ; VICTORIO, 1994).

ali ocorrido, única das frentes de batalha em que o EZLN foi derrotado pelo Exército Federal Mexicano). Segundo Ramos (1996, p. 31), o balanço da primeira batalha, travada por nove dias consecutivos, registrou um rastro de 145 mortos.

Como se vê, os ezelenistas incorporaram elementos do movimento guerrilheiro latino-americano, no entanto, transcenderam-nos em suas propostas e métodos. No que concerne à aquisição de armamentos, não fizeram uso das práticas tradicionais de seus antecessores (assaltos a bancos, sequestros de membros da burguesia, etc.), mas utilizou-se de meios “correntes” (ora utilização de armas de propriedade dos próprios indígenas-camponeses, ora comprados de policiais corruptos ou no mercado negro centro-americano¹²⁵ e, sobretudo, botim de guerra). Esses “meios correntes” teriam permitido ao EZLN um maior tempo de preparação militar sem que fosse detectado pela repressão, como relatado em seu comunicado do dia 06/01/1994. Na versão oficial, no entanto, o Governo já sabia da existência do grupo guerrilheiro desde a sua formação, no interior da Selva Lacandona, mas negava-o pensando na repercussão do fato e nos danos que isso poderia trazer às negociações com o NAFTA.

Fato é que, quando insurgiu publicamente o EZLN, o neoliberalismo andava a largos passos no México, tendo o PRI, aparentemente, garantido a sucessão presidencial com o aval dos setores empresariais e financeiros, apesar da crise política e econômica que assolava o país. A aparente estabilidade, mascarada de “modelo de economia para a América Latina”, como o fazia crer a ideologia neoliberal, se tornaria insustentável a partir de 01 de janeiro de 1994. Nesta data, a história do México, marcada por ironias e anacronismos, aprontaria mais uma das suas, fazendo emergir outra face contundente da mesma moeda: a social. Era o dia em que o

¹²⁵ Segundo o *Exélsior* (24.07.1998), existem rumores de que, por intermédio de Honduras e Nicarágua, fuzis AK-47 e outros tipos de armas, oriundas dos conflitos armados da década anterior na América Central, adentraram o México através de pontos fronteiriços entre esses países, alimentando o EZLN. Os rumores apontam para a existência de um sólido tráfico de armas no qual participaram compradores de vários países. Tais rumores foram dementidos pelo subcomandante Marcos, que afirmou em entrevista ter conseguido a maioria das armas “naquela madrugada, quando ocupamos algumas cidades de Chiapas e ‘limpamos’ as ‘guardias blancas’, grupos paramilitares de fazendeiros que comemoravam o Ano Novo se embriagando. Dalí saiu nosso armamento principal. Não recebemos armas nem treinamentos de nenhum outro grupo” (apud ORTIZ, 1996, p. 41).

México assinava, como diziam os ideólogos neoliberais, seu passaporte – o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) – para o “primeiro mundo”.

No entanto, contrariando a perspectiva neoliberal, as lentes da imprensa burguesa internacional captaram um movimento “suspeito” àquela conjuntura, surpreendendo-se e surpreendendo o mundo ao proclamar a notícia insólita do YA BASTA!

Em plena “pós-modernidade”, quando ainda se faziam ouvir os sussurros de “fim da história” e “fim das ideologias”, ressurgia, no Estado mais pobre do país, um grupo de resistência armada autodenominado *Ejército Zapatista de Liberación Nacional*, declarando YA BASTA! Ao mesmo tempo em que o mundo presenciava a ascensão do neoliberalismo¹²⁶, assistia também, perplexo, aos prenúncios de sua negação: a um só tempo e num mesmo espaço geopolítico realizava-se o NAFTA e publicava-se a *Primeira Declaração da Selva Lacandona*¹²⁷. Tese e antítese emergiam paralelamente na complexa história mexicana.

Tudo isso era revelado ao mundo pela imprensa internacional, que apontava o foco de suas câmeras para um dos Estados mais pobres do México. Uma revelação decepcionante para a burguesia mundial, a mostrar o quanto estava viva a história e que a luta de classes não era um processo descartado no “mundo globalizado”. Tal revelação atrairia, também, os olhos ávidos por referenciais políticos alternativos de toda a esquerda mundial.

2.7 EZLN: RUPTURA E CONTINUIDADE¹²⁸

Vivimos la antesala de nuevas épocas revolucionárias, pero con la enorme falencia, por outro lado, de que no nos encontramos con protagonistas alternativos. ¿Podrán serlo más adelante

¹²⁶ Entende-se aqui por neoliberalismo o conjunto de políticas econômicas encetadas por organismos multilaterais no mundo inteiro, marcadas por liberalização dos fluxos de mercadorias e de capitais, desregulação de mercados e mão de obra, leis de patentes, entre outras medidas contidas no Consenso de Washington (acerca, ver BATISTA, 1994).

¹²⁷ Primeiro documento publicado pelo EZLN. Trata-se da sua declaração de guerra ao Governo e ao Exército Federal Mexicano. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

¹²⁸ As ideias mais gerais deste capítulo foram publicadas em: ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. EZLN: ruptura e continuidade. *Revista Brasil Revolucionário*, Rio de Janeiro, n. 26, nov./dez. 1999, jan./fev. 2000.

movimientos del tipo EZLN de México o los del Movimiento de los Sin Tierra de Brasil? (PLA, 1996, p. 14).

Acontecimento inusitado¹²⁹, na atual conjuntura, o novo movimento guerrilheiro desnudou a crua e ocultada face da economia de mercado mexicana. Sua emergência marcou a paradoxal imagem do México neoliberal, denunciando o grande contraste entre a imagem que faziam do país e apresentavam ao mundo como paradigma de sociedade e a sua realidade histórica no momento da adesão mexicana ao *North American Free Trade Agreement*.

Contrariando as previsões dos profetas do neoliberalismo, que elegiam a organização capitalista com base na economia de mercado orientada pelo regime de democracia representativa burguesa como forma definitiva de organização econômica e política da sociedade global (como apregoado por Fukuyama (1992), ressurgia¹³⁰, com veemência e importância, a luta guerrilheira no continente americano como forma de negação profética e secular, afirmando possibilidades fora daquele contexto: a sociedade humana não estava fadada à profecia neoliberal.

Num contexto aparentemente adverso ao do surgimento das tradicionais guerrilhas, em que já se falava em “pós-modernidade”, “globalização”, “sociedade pós-industrial” – termos que, por si só, não explicam o universo que propõem explicar¹³¹; quando a hegemonia neoliberal já se pensava posta e o fim da história decretado pela queda do muro de Berlim (“último estertor do comunismo”, apregoavam alguns), a guerra de guerrilha reaparecia no cenário latino-americano como um “fantasma” travestido de personagens historicamente espoliados, os quais a história não se permitiu esquecer. Personagens que encarnam sentimentos

¹²⁹ O surgimento de grupos armados como forma de resistência política não é um evento estranho à história da América Latina ou um acontecimento inédito na história do México. O que torna singular seu surgimento é a conjuntura de hegemonia neoliberal e a escassez de novos projetos políticos no campo dos movimentos sociais predominante em escala planetária.

¹³⁰ Não se pode negar a permanência da tática de luta guerrilheira, embora com teor diferenciado da do EZLN, no resto da América Latina, como a dos movimentos já citados anteriormente, apesar do refluxo de muitos deles.

¹³¹ Chesnais (1996, p. 24), citando R. Barnett e J. Cavanagh crê que “Esses termos não são neutros [...] cada qual pode empregá-los exatamente no sentido que lhe for conveniente, dar-lhes o conteúdo ideológico que quiser”. Assim, as terminologias usadas aqui vão no mesmo sentido proposto por Almeida (1998), que entende o processo de “globalização” como a expansão do capital comercial; e “transnacionalização” quando se refere às mudanças atuais ocorridas no seio do sistema capitalista, o que inclui o processo de hegemonia do capital financeiro.

e anseios de amplos setores marginalizados do sistema capitalista, a pleitear transformações substanciais no âmago da sociedade. Anacronismo histórico ou ironia da resistência dos oprimidos na comemoração do aniversário de outro “espectro” que, um século e meio atrás, rondava a Europa?

Foi nesse contexto que o EZLN apresentou-se ao mundo, não como mais um movimento guerrilheiro nascido no seio da latino-América, mas como um Movimento Social Revolucionário¹³² com demandas próprias de um novo reordenamento social a atualizar e reinventar a guerra de guerrilhas como manifestação política, num contexto de profunda crise sistêmica. Um MSR que surge com nova roupagem, com uma base social distinta, com discurso redefinido, enfim, em trajes de seu próprio tempo.

Todavia, o surgimento do fenômeno EZLN não se deu por mera casualidade. Tem razão e significado históricos. Não se trata, apenas, de mais uma guerrilha indígena-camponesa com demandas étnicas, apesar de sua principal base social centrar-se nesse agente. Sua pauta de reivindicações traz à tona uma discussão profunda dos problemas históricos da sociedade mexicana – e, por extensão de toda a América Latina – na qual estão inseridos não só os indígenas, mas todos os segmentos sociais que compõem as classes subalternas no seio do capitalismo mundial, como é o caso das demais minorias sociais (negros, mulheres, homossexuais...). Suas demandas, de caráter coletivo, de âmbito nacional e internacional, ampliam seu raio de influência ao apontar para a necessidade de construção de uma alternativa ao neoliberalismo. Essas demandas dispensam-lhe o rótulo de movimento meramente étnico – como buscou enquadrá-lo a *Procuraduría General de la República* (PGR) mexicana – tendo como principal aliado político a sociedade civil¹³³ a emprestar-lhe uma feição heterogênea e urbana. Ciosos do papel histórico reservado aos indígenas-camponeses pelo imperial-capitalismo, e o que representa o neoliberalismo como aprofundamento do genocídio em curso há quinhentos anos, os ezelenistas aliaram-se aos mais diversos setores sociais.

¹³² Os MSR são concebidos aqui como movimentos sociais de esquerda, cuja estratégia é a construção de um reordenamento social alternativo, através de organizações autônomas em relação ao Estado e que não se restringem à luta institucional, realizando ações de caráter armado e clandestino.

¹³³ Quando o EZLN nomeia a Sociedade Civil à qual se dirige, afirma tratar-se do conjunto dos setores populares que não participam do bloco no poder. Num comunicado de 06/08/1994, o subcomandante insurgente Marcos (1996, p. 51) define-a como um conjunto de “quase todos os sem-partido e os não organizados, grandes e pequenos, do confuso leque da sociedade civil mexicana, em diversas épocas”. É esta a concepção de Sociedade Civil que aqui se apropria.

Ao se analisar essa ampla aliança à luz dos ensinamentos gramscianos, vê-se que o fato de um determinado grupo social aliar-se a outro e utilizar-se de armas comuns no enfrentamento de um adversário comum, trata-se apenas de uma questão de método. Dizia Gramsci (1980, p. 40) que,

se a união de duas forças é necessária para derrotar uma terceira, o recurso às armas e à coerção (desde que haja disponibilidade) é uma pura hipótese de método, e a única possibilidade concreta é o compromisso, já que a força pode ser empregada contra os inimigos, não contra uma parte de si mesmos que se quer assimilar rapidamente e do qual se requer o entusiasmo e a “boa vontade”.

Quem sabe o EZLN não tenha aprendido dos movimentos guerrilheiros que o antecederam que “uma guerrilha não pode lograr vitórias se estiver completamente isolada dos atores sociais que compõem uma nação. Desvencilhada do apoio dos trabalhadores e partidos, e em menor escala de outros setores da sociedade, como estudantes e intelectuais, está fadada inevitavelmente ao fracasso” (PERICÁS, 1998, p. 153-154).

2.7.1 A controversa “Sociedade Civil”

Quando o EZLN pressentiu que a repressão armada dominava o teatro da guerra, acionou um elemento estratégico: a complexa e escorregadia “sociedade civil”. Boa parte dos comunicados, cartas e até declarações seriam endereçados a ela. Mas, como concebe o EZLN tal categoria e como, historicamente, foi construída? O conceito de sociedade civil foi popularizado pelos estudos de Gramsci, no entanto, Marx e Engels (1996, p. 53) já o haviam esboçado, mesmo que superficialmente, n’*A ideologia Alemã*. Ali afirmavam que a

sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase e, neste sentido, ultrapassa o Estado e a nação, se bem que, por outro lado, deve se fazer valer frente ao exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado.

Gramsci retomou a abordagem marxiana de sociedade civil, dando-lhe corpo¹³⁴. Para Portelli (1977, p. 20), “o que se pode chamar de sociedade civil reúne o conjunto dos organismos vulgarmente ditos ‘privados’ correspondentes à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” .

No entanto, a categoria Sociedade Civil a que se reporta o EZLN parece ter um caráter muito heterogêneo, não se enquadrando, *strictu sensu*, no conceito marxiano nem no gramsciano. Quando nomeia indivíduos e instituições, o EZLN o faz como se estes pairassem acima das contradições sociais ou como se não estivessem sujeitos às influências político-ideológicas e culturais da classe dominante. Ao nomear a Sociedade Civil à qual se dirige, afirma tratar-se do conjunto dos setores populares que não participam do bloco no poder (nisso consiste a originalidade do conceito na versão ezelenista). Nesse sentido, mesmo a fração de classe dominante que conjunturalmente foi afastada do poder aí se inclui? Num comunicado de 06/08/1994, o Subcomandante Marcos (1998, p. 51) define a sociedade civil como um conjunto de “quase todos os sem-partido e os não organizados, grandes e pequenos, do confuso leque da sociedade civil mexicana, em diversas épocas”. Esta seria, segundo a *Primeira Declaração da Selva Lacandona*, uma “fuerza superior a cualquier poder político o militar”¹³⁵.

A projeção da sociedade civil zapatista no âmbito da sociedade mais geral aproxima-se da concebida pelos clássicos (referência a Marx, Engels e Gramsci) no que diz respeito ao seu antagonismo à sociedade política (o Estado *strictu sensu*) e à sua amplidão, mas diferencia-se radicalmente deles no que diz respeito ao expurgo dos que participam do bloco no poder. Como extirpar os interesses daquele conjunto de organismos aludidos por Gramsci dos interesses dos que fazem parte do bloco no poder? Se a sociedade civil, tal qual concebida pelo EZLN, conglomera desde os meios de comunicação de massa, os movimentos sociais diversos, a solidariedade internacional até a Igreja Progressista, como negar o papel desta, das

¹³⁴ Para certos autores, dentre estes Portelli (1977, p. 20), o conceito de sociedade civil gramsciano é original, sendo “radicalmente diferente”. Para Santos (1980, p. 148), “[...] a centralidade [do conceito gramsciano] está mais na dimensão do privado do que sobre o seu caráter estrutural [característica do conceito marxista]”.

¹³⁵ Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

ONGs, dos partidos políticos e dos sindicatos em geral como coadjuvantes – diretos e indiretos – da ordem vigiada e mantida pelo Estado burguês, seja de forma coletiva, organizada, ou individual e voluntária – como se fez a solidariedade internacional no conflito chiapaneco?

Por outro lado, ao retomar a trajetória do Estado na América Latina, desde a implementação das medidas neoliberais, vê-se que a retórica de sua não intervenção no âmbito econômico tem sido realmente levada a cabo no que concerne à área social. Os fatos têm mostrado que, desde esta estratégica retirada, a sociedade civil tem sido chamada a preencher a lacuna deixada pela ausência estatal no setor social, por sua vez arcando com os custos sociais dos efeitos colaterais da acumulação capitalista. Assim, boa parte da chamada “sociedade civil” tal como concebida pelo EZLN tem assumido um significativo papel paralelo ao Estado burguês no processo de acumulação capitalista. A propósito, este pode ter sido o intuito burguês do chamamento dos movimentos populares – e da sociedade civil como um todo – a assumirem as responsabilidades sociais inerentes ao Estado, convite prontamente aceito por muitos dos “*novos personagens que entraram em cena*” na década de 1980. Estes acabaram por imergir-se numa militância espontânea e ampla no espaço das chamadas reivindicações cidadãs (organizadas nas associações de bairros, grupos religiosos, sindicatos, ONGs, etc.), assumindo o encargo voluntarista de agente social.

Para que se tenha uma ideia do que representou a dinâmica expansão – assim como os investimentos financiados por organismos financeiros internacionais – das ONGs no período aqui evocado, na América Latina, basta citar os exemplos do Uruguai, da Argentina e do México. No primeiro, pelo menos cem mil pessoas (importante atentar para o fato de que se trata de uma população total de pouco mais de 3.1 milhões de habitantes) trabalhavam regularmente em quase mil ONGs. Na Argentina, o Centro Nacional de Organizações da Comunidade era integrado por 4.200 associações civis¹³⁶. E, no México, entre fins de 1989 e inícios de 1992, o país viveu uma grande proliferação de ONGs. Segundo Zermeño (1997, p. 88), Carlos Salinas de Gortari propiciou a criação de cerca de 150

¹³⁶ Informações de *Sem Fronteiras*, Taboão da Serra (SP), n. 259, abr./maio 1998, p. 28.

mil comitês de solidariedade – do tipo Comunidade Solidária do governo FHC, no Brasil – no México, passando a manejar 10 bilhões de dólares, em 1992, quando manobrava dois bilhões em 1989.

Segundo o *Informe Anual sobre os Direitos Humanos*, de 1998, do Departamento de Estado estadunidense, o número de ONGs no México foi incrementado: das 5.076 registradas em 1995, passou a mais de 8.000 em 1998, “prova da abertura política do México” (CASON; DAVID, 1999). Desses comitês de solidariedade e ONGs, a maioria foi (e é) financiada pelo capital estrangeiro, parte está ligada à Igreja e outra à esquerda institucional. Todos, no entanto, cumprindo o papel de amenizar as explícitas contradições sociais de um país que, paradoxalmente, era tido como modelo de economia para a América Latina. Nesse sentido, como dissociar essa “sociedade civil” dos interesses do Estado burguês?

Subsidiadas por grandes instituições financeiras – como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial, entre outras – as ONGs atuam, na prática, como apêndices dos negócios políticos dos seus financiadores, agentes do capitalismo que atuam no âmbito do poder local. Ao contrário de representarem fonte de cidadania – como querem os ideólogos neoliberais – o que, essencialmente, fundamenta o papel das ONGs é “transformar a ‘solidariedade’ em colaboração e subordinação à macroeconomia do neoliberalismo, desviando-se a atenção dos recursos estatais das classes ricas para a auto-exploração dos pobres” (PETRAS, 1996, p. 18).

Além de minar a democracia interna dos países em que atuam, já que seus programas mais importantes são ditados com base em sua matriz externa, as ONGs representam uma forte ofensiva contra os movimentos sociais, promovendo rivalidade e competição em seu seio, o que favorece a manutenção das estruturas sociais estabelecidas. Salinas de Gortari soube usufruir desse mecanismo. Utilizando-se de recursos originados para este fim, levou a cabo ações assistencial-reformistas na tentativa de amenizar as tensões e potencialidades conflitivas das comunidades indígena-camponesas envolvidas no conflito chiapaneco. Segundo Fuser (1995c), em apenas cinco

anos o governo de Salinas investiu, através do PRONASOL¹³⁷, cerca de 88 milhões de dólares somente em Chiapas, quantia superior à investida em qualquer outro Estado da República. Os danos para os movimentos sociais advindos dessa política – entre eles a cooptação de lideranças locais – só não foram maiores porque os recursos advindos delas passaram pelas vias tortuosas da burocracia corrupta do Estado e por redes clientelistas que os filtraram, desviando-os, em parte, de seus fins. Segundo Le Bot (1997, p. 44), o que chegava às comunidades indígenas o faziam pelas mãos das lideranças políticas tradicionais e pelos caciques¹³⁸, nem de longe compensando as drásticas implicações das políticas neoliberais ali implantadas, causando um déficit social de largo alcance. Petras (1996, p. 26) conclui não ser mera coincidência o aumento dos fundos do neoliberalismo para as ONGs e o aprofundamento, paralelo, da pobreza¹³⁹.

Nessa perspectiva, entende-se que a sociedade civil articula e difunde, internamente, a ideologia dominante através de organismos (meios de comunicação de massa, Igreja, Escola, etc.) que interagem em seu interior, ratificando, em última instância, o *status quo*. Ao se constatar isto, soam perguntas que não querem calar: como articular organizações que têm, por essência, a manutenção, direta e/ou indireta, da ordem estabelecida com a sua supressão? É possível conciliar, nessa configuração, a sociedade civil com a transformação social, quebrando as estruturas históricas de exploração das classes trabalhadoras mexicanas e dos indígenas, mais especificamente?

¹³⁷ Programa Nacional de Solidariedade, cujo lema era “unidos para progredir”. Como todos os programas dessa dimensão, tinha origem em recursos do Banco Mundial.

¹³⁸ O termo cacique designa, historicamente, a liderança que exerce influência fundada em relações de cunho pessoal cujo prestígio permite-lhe conceber-se como dono e senhor de todo o território e do destino de seus habitantes, no âmbito local ou regional. Segundo Casanova (1967, p. 36-37), uma “geografia política do México durante a década de vinte teria incluído todos os Estados da República entre os governados por caudilhos e caciques regionais. [...] Mesmo em princípios dos trinta, o poderio dos caciques ainda era enorme”. O termo, hoje, designa os líderes – indígenas e não indígenas – das comunidades que atuam no interior destas a partir de interesses pessoais e externos, sempre aliados às classes dominantes, exercendo influências político-econômicas sobre seu conjunto. Instituições estatais – inclua-se aqui o *Solidaridad* e o partido oficial – têm fomentado o caciquismo político como mecanismo de controle da população.

¹³⁹ Ver também acerca, Amador (1995) e seu informe intitulado *América Latina y la crisis mexicana: nuevos desafíos*, em que denuncia que, nos últimos 15 anos anteriores a 1995, a população mexicana em situação de pobreza e pobreza extrema cresceu de 20.5 milhões a 31.03 milhões, representando um significativo aumento de mais de 51% no período. Ver “En 15 años creció 51.36% el total de quienes viven en pobreza, dice el organismo internacional”. *La Jornada*, México, 26 jun. 1995.

2.7.2 O EZLN e a questão da legitimidade

Aqui estou eu, que nada mais sou do que tudo.
O espírito do todo a que nos transformamos a cada dia.
Pela simples razão de que precisamos juntos viver
E ser uma só coisa nessa transformação a que nos submetemos.
Tu te confundes comigo porque és fruto de mim... E eu de ti
Porque me transformas, e eu a ti¹⁴⁰.

A polêmica acerca da legitimidade – ou não – do movimento ezelenista ganhou corpo, primeiramente, em torno da escolha da tática de luta armada como manifestação política. A sociedade mexicana, ao mesmo tempo em que questionava a manifestação política desse caráter, interrogava-se acerca da legitimidade de seu uso, desde que revolucionária. Ou seja, aquela violência cuja ação tratasse de resposta a uma situação-limite de opressão, como foi o caso histórico da Revolução Francesa – burguesa, diga-se de passagem – e o exemplo histórico da própria Revolução Mexicana de 1910. Era legítima a articulação de alianças para equilibrar a correlação de forças no processo de luta de classes, tendo como ponto de partida a sua realidade material¹⁴¹? Não seria legítima a ação ezelenista, redimensionada em suas demandas seculares por autodeterminação e pelo reconhecimento à diversidade, no atual contexto da transnacionalização capitalista?

Para Mera (1994, p. 2), constituiu-se um consenso nacional no qual a população mexicana mostrava-se reticente no que concerne aos meios, mas concordava no que dizia respeito às causas. Para Petras e Vieux, no entanto, a legitimidade da luta zapatista “tem a ver não só com as condições que originaram o descontentamento senão com a natureza das organizações, do programa e da liderança envolvida na luta contra estas condições” (1998, p. 57). Assim, entendendo a guerra de guerrilhas como parte constitutiva da identidade dos MSRs latino-americanos, sua persistência constitui-se denúncia contundente da perpetuação das condições sociopolíticas e econômicas a que estão sujeitas as classes

¹⁴⁰ Poema intitulado “La ciudad”, de autoria de Enzo Merino/Oscar Segovia/Frederico Goes, cantado por Raíces de América. In: “Seleção de ouro”, CD 946.006, produzido por Estúdio Eldorado.

¹⁴¹ Ver subtítulo: “Chiapas em chamas”.

subalternas no continente, o que contribui para a legitimação da luta armada como forma de resistência. A presença dos elementos indígena e camponês – enquanto representantes dos setores mais empobrecidos da América Latina – nas lutas político-sociais da região não se faz por acaso, mas diz respeito à inserção desses segmentos sociais no sistema capitalista. No que concerne a esse aspecto (inserção das minorias sociais e uso da tática guerrilheira como forma de manifestação política), o EZLN é apenas mais um agente social no conjunto das lutas políticas da esquerda para-institucional, fazendo com que raros sejam os países latino-americanos que não tenham, em sua história, registrada uma manifestação política armada de esquerda.

Com isso, não se quer afirmar uma possível homogeneidade nas formas de resistência antissistêmica na América Latina, ou mesmo que a resistência política se dê apenas no campo da luta armada. Seria um enorme equívoco assegurar a inexistência de uma multiplicidade de formas de sublevação e de resistências que se agregam em ações negadoras do sistema social vigente. Os movimentos sociais latino-americanos não prescindem de suas lutas sindicais, partidárias, comunitárias, assim como das organizações populares e operárias, e não renunciam à resistência difusa – esta no sentido atribuído por Bruit (1988, p. 1-15) – manifestada nas formas mais diversas: nos costumes, no cotidiano, na cultura¹⁴² dos setores oprimidos do subcontinente. Afirma-se, sim, que a resistência política na América Latina opera nas mais diversas formas e conteúdos, e que a guerra de guerrilhas ocupa um importante lugar nesse contexto. A homogeneidade pode ser encontrada, com exceções, no âmbito estratégico – marcado, na maioria das vezes, pela tentativa de conquista do poder político e pela construção de uma ordem sociopolítica e econômica alternativa. Não obstante, há também os que capitulam no meio do caminho e cedem à miragem da socialdemocracia e do neoliberalismo.

Fato é que a emergência do EZLN veio desmascarar o México “moderno” imaginado pelos ideólogos neoliberais, exibindo sua face

¹⁴² Cultura aqui entendida como toda produção de significado de um povo ou de um grupo social, sua ciência, suas artes, suas práticas cotidianas, suas crenças...

social marcada por pobreza, disparidade social, alta concentração de riquezas e corrupção política: a outra face do México, caracterizada pela conjuntura histórica de seu tempo, o tempo da transnacionalização capitalista, e, conseqüentemente, da opressão e da marginalidade dos setores subalternos da economia mundial sob a hegemonia do grande capital. Para os dirigentes do Exército Zapatista de Libertação Nacional, o surgimento da atual guerrilha chiapaneca veio dividir a história do México em “antes e depois do EZLN”¹⁴³. Sua deflagração, no exato momento em que o governo mexicano festejava a entrada do país no NAFTA, expressa uma contundente revelação política contra o domínio socioeconômico engendrado pela burguesia no México, vindo a caracterizar o EZLN como um movimento não só regional ou de uma minoria étnica, mas de extensão mundial.

Por outro lado, o zapatismo, sob as vestes da guerra de guerrilha – forma de insubordinação histórica da América Latina – constitui incisiva denúncia das condições básicas de vida social e política do continente americano, marcadas por seus principais traços sociais (pobreza¹⁴⁴, miséria, analfabetismo, epidemias, fome...); étnicos¹⁴⁵ (negros e índios se encontram discriminados sócio, econômica e politicamente); políticos (falta de acesso às instâncias de poder, corrupção, patrimonialismo, nepotismo, clientelismo, etc.); e econômicos (profunda concentração de renda, desemprego estrutural, entre outros).

Sem dúvida, no contexto mexicano, Chiapas representa a face mais contundente das disparidades sociais daquele país, e isso, mesmo nos marcos da democracia burguesa, justifica e convalida a resistência

¹⁴³ Segundo discurso do Comando Geral do EZLN, no Encontro Intercontinental contra o Neoliberalismo e em Defesa da Humanidade. *La Realidade*, Chiapas, México, de 26/07 a 03/08/1996. Arquivo do autor.

¹⁴⁴ Segundo Martín (1997) nas zonas com menor proporção de povoamento indígena concentram-se as posses materiais como televisores, refrigeradores e automóveis, assim como os serviços de água tratada e encanada, eletricidade e telefone.

¹⁴⁵ Na Bolívia, os níveis de escolaridade da população indígena são, aproximadamente, três anos menos que a média do resto da população. A Guatemala é outro exemplo de que a maioria da população autóctone não tem acesso à escola, e, os que tiveram receberam apenas o ensino primário. A média latino-americana da população indígena tem apenas 1.3 anos de escolaridade e só 40% sabe ler e escrever. No que diz respeito ao México, de seus 32 Estados, Chiapas é o segundo em número de habitantes indígenas e um dos que possui maior diversidade étnica. Aqui, pertencer a algum grupo étnico indígena implica estar em desvantagem e atraso socioeconômico. Existe uma correlação muito forte entre os alcances educativos e a situação de precariedade em que vivem os povos indígenas em toda a América Latina (MARTÍN, 1997).

contra o opressor. Vem daí a legitimidade da luta armada no continente como um todo e, nela, a da ação ezelenista. Para o EZLN, a necessidade premente de superação do caos social estrutura e conjuntural aponta aos movimentos sociais a necessidade de construção de um novo projeto sociopolítico capaz de unir heterogêneas forças, tais como movimentos ecológicos, étnicos, de gênero, operário, sexista, camponês e trabalhador em geral. Dentre os novos projetos, alguns propõem uma via neossocialista – com toda a indefinição que o termo possa configurar – como contraponto à via neoliberal.

Num contexto em que, após a desagregação do Leste Europeu, os movimentos sociais passaram a buscar um paradigma capaz de apontar para a construção de um projeto alternativo que respondesse plausivelmente aos problemas de ordem social, que envolvesse o campo individual e coletivo, levando em consideração a problemática geopolítica proporcionada pela atual conjuntura, a emergência ezelenista constitui uma grande contribuição à luta sociopolítica. Essa foi a lição primordial do Primeiro Encontro contra o Neoliberalismo e pela Humanidade, acontecido no México, em 1996, marco de um conjunto de categorias sociopolíticas oprimidas pelo capitalismo. Esses grupos, inseridos no sistema de forma semelhantemente explorada, redundam numa nova categoria, ampla o bastante, denominada por Löwy (1998a, p. 97) de “pobretariado”. Diz ele que

hoje, a massa dos trabalhadores assalariados explorados pelo capital – operários, independentes, trabalhadores dos serviços precários, trabalhadores agrícolas – é a maioria da população do globo. É, de longe, a força principal no combate de classe contra o sistema capitalista mundial, o eixo em torno do qual podem e devem se articular outras lutas e outros atores sociais.

Para Löwy, tais sujeitos podem, hoje, desequilibrar a correlação de forças em confronto no mundo capitalista, fato comprovado pelo ressurgimento da guerra de guerrilha numa conjuntura na qual se julgava consolidada a hegemonia capitalista e justamente num espaço geopolítico e geoeconômico considerado pelos ideólogos da burguesia

liberal conservadora como modelo para a América Latina. Essa forma de resistência, descredibilizada atualmente quanto à sua eficácia contra o poder de fogo convencional burguês reaparece, como fênix, das cinzas desse conjunto de coisas. Sem cair no exagero, pode-se dizer que, no seio do neoliberalismo brota a sua antítese: O EZLN. Seria ele o seu cozeiro?

2.7.3 A repressão

Quando se estabelecer a Nova República, não mais haverá exércitos no México. Os exércitos são os maiores apoios da tirania. Não pode haver ditador sem seu exército¹⁴⁶ (PANCHO VILLA [1877-1923]).

Uma revolta que escapa à repressão escapa à história (CARDOSO, 1983, p. 384).

Logo depois da espetacular aparição pública do EZLN, o governo federal mexicano lançou cerca de 12.000 soldados do Exército, tanques de guerra, aviões-caça suíços e helicópteros de origem estadunidense sobre os rebeldes. Tratava-se de uma reação – ainda atordoada pela emergência do conflito – de um Estado belicoso e autoritário travestido de democrata que não podia mais contornar a situação. A ostensiva presença do Estado burguês, através de seu arsenal bélico-militar e aeronáutico, mostrava que a luta ali travada não se tratava apenas de um enfrentamento local. Neste aspecto, a luta local é também internacional e atendia a interesses para além dos do Estado de Chiapas e mesmo do país: estava em jogo interesses do grande capital internacional.

A ostensiva militarização do sudeste mexicano estampou-se nas estradas, nos pedágios, nas pontes, nas comunidades autônomas¹⁴⁷ e nas barricadas, nos acampamentos e comboios militares, nos desalojamentos e expulsões, nos constantes e provocadores “voos de reconhecimento” (rasantes por sobre as comunidades indígenas) com o intuito de aterrorizar simpatizantes e comunidades zapatistas.

¹⁴⁶ Citado por Reed (1968, p. 143).

¹⁴⁷ No auge do conflito existiam 32 comunidades rebeldes (conhecidas, contrariamente à vontade dos zapatistas, como Municípios Autônomos) no Estado de Chiapas. Sua estrutura contempla setores responsáveis pela saúde, vigilância e educação, sendo seus funcionários eleitos por assembleias comunitárias. Cada comunidade tem um líder, eleito por assembleia, para um período administrativo de três anos (PICCOLO, 1999, p. 15).

Segundo denúncia de Cason e Brooks (1995), correspondentes do diário *La Jornada*, entre os anos 1993 e 1994 o México importou dos Estados Unidos mais equipamentos especializados para controle de distúrbios civis do que o total adquirido durante os doze anos anteriores. Segundo os jornalistas, documentos do Departamento de Comércio registraram, naqueles anos, a aprovação de noventa e nove licenças (entre 1980 e 1992 foram aprovadas trinta e três) solicitadas por empresas estadunidenses para a exportação de equipamentos que incluem artigos que a Anistia Internacional (AI) considera como típicos da prática de tortura. Dentre os aparatos listados encontram-se algemas, escopetas, chaves de polegar, apetrechos de choque elétrico e “equipamentos especialmente utilizados para tortura”.¹⁴⁸ Para *El Machete* (1996, p. 14), “ao mesmo tempo em que o Estado criminaliza todas as verdadeiras lutas sociais, utiliza a via armada, entendida como a repressão seletiva e massiva da população e o emprego do exército [...] para manter o poder através da guerra suja que leva a cabo, hoje, contra o povo mexicano”.

As denúncias da AI e os informes do Departamento de Comércio estadunidense mostram que o conflito chiapaneco expôs não só as contradições sociais mexicanas, mas também as de seu autoritário e fraudulento sistema político, a divisar uma tênue fronteira entre o moderno e o arcaico, entre o democrático burguês e o tirânico – também burguês. Ao passo que produz uma imagem de sociedade democrática, reforça os mecanismos de controle autoritário das manifestações políticas, vivendo, no dizer de Mera (1994, p. 2), num estado de “esquizofrenia política” em que o confronto é ainda uma ideia persistente no seio dos interesses reacionários da sociedade chiapaneca e do governo priísta, ao mesmo tempo em que desenha uma busca de solução pacífica do conflito por parte dos organismos populares de defesa dos direitos humanos e do próprio

¹⁴⁸ O encarregado da Anistia Internacional para assuntos da América Latina, em Washington, informou que, em 1994, sua organização havia documentado o uso de equipamento de choque elétrico em casos de tortura de civis no México. Segundo Cason e Brooks (1995) “El informe sobre derechos humanos en México, publicado por el Departamento de Estado hace unos meses, señala que, aunque prohibida por la Constitución, la tortura es aún utilizada por miembros de las fuerzas de seguridad a pesar de una creciente conciencia pública y algunas condenas penales a los violadores. Los métodos de tortura más comunes fueron amenazas, golpizas, asfixia y choque eléctrico”.

EZLN. Para manter uma imagem de coerência ante o senso comum, o governo encena a retomada do diálogo com os neozapatistas enquanto, contraditoriamente, aumenta a pressão militar sobre as comunidades indígenas envolvidas no conflito. Os discursos zedillistas passaram, explicitamente, a desdizer o que, na prática, acontecia: ao mesmo tempo em que falava de solução pacífica e diplomática para o impasse, militarizava cada vez mais a região e fomentava a ação de grupos paramilitares, induzindo a sociedade a crer que a violência ali revelada era produto de uma condição endêmica e oriunda do interior das próprias comunidades indígenas. Assim buscava justificar a militarização do conflito.

O cenário sugere uma análise mais profunda quanto ao enfoque das causas da violência no Estado de Chiapas, levando em conta aspectos endógenos e exógenos do problema. No que se refere aos primeiros, é fato que as agressões – que os funcionários governistas insistem seja endêmica – surgem, segundo Navarro (1996), de um contexto preciso: o esgotamento da região como reserva de mão de obra indígena para a produção agrária de outras províncias. Isto tem agravado a miséria e a falta de emprego para a mão de obra ali existente, que passou à ociosidade. Outros aspectos levantados por Navarro (1996, p. 55) dizem respeito a uma falta de vontade política por soluções adequadas para o problema agrário que envolve a região e a longa história de humilhações por parte dos latifundiários, entre outros. Assim, contrariamente aos argumentos dos setores governistas, a violência manifestada no seio de algumas comunidades indígenas de Los Altos e Selva de Chiapas é a expressão de uma ação exterior. Se forem enumerados os crimes cometidos em Acteal, por exemplo, ver-se-á que as vítimas – em sua maior parte – eram pessoas perseguidas pelas ações do Exército e de paramilitares, bases de apoio zapatistas desalojadas, simpatizantes ou militantes de organizações pró-autonomistas. No caso dos desalojados, todas as casas atingidas pelos atentados terroristas do Exército Federal são de famílias dos municípios autônomos e, dentre os mortos, vítimas militantes do PRI, do PC e dos ideais de autonomia. Existe, realmente, uma violência interna que não é nova, porém esta se manifesta distintamente da atual. O município de

Chenalhó ilustra bem isso. Apesar das expulsões não serem registradas desde 1989 neste município, os conflitos religiosos têm-se intensificado nos últimos oito anos com o aumento do número de grupos evangélicos que vieram dividir espaço com os católicos, tanto nas atividades religiosas quanto nas produtivas.

Um segundo aspecto da violência ali existente diz respeito à formação e incremento da ação armada das *Guardias Blancas* e dos grupos paramilitares, que fomentam, em muito, esse apelo à violência. O massacre de indígenas tzotzil em Acteal, Chenalhó, em 1997, segundo denúncias do EZLN, de organismos civis, da diocese de San Cristóbal de Las Casas, de organizações de defesa dos direitos humanos e ONGs, constituiu parte de uma estratégia contrarrevolucionária desencadeada pelo Governo Federal através da Secretaria de Defesa Nacional (SEDENA), aplicada pela Polícia Militar (Sétima Região) do Estado de Chiapas. Assim, o atentado terrorista de Acteal, atribuído ao grupo paramilitar *Máscara Roja* – formado notadamente por militantes e simpatizantes do PRI e da Frente Cardenista –, tendo a ofensiva o objetivo de minar as bases de apoio zapatistas, tratou-se de uma ação do Estado burguês mexicano. O serviço de inteligência da Polícia Militar foi o responsável pelo recrutamento, entre civis, pecuaristas, pequenos proprietários e indivíduos isolados, dos elementos que passaram a desenvolver o trabalho sujo que as forças institucionais não executavam diretamente. Ao Exército Federal competiu o papel de instrutor e assessor desses grupos criminosos. Assim, no governo de Carlos Salinas de Gortari, contando com recursos humanos e logísticos por parte do Estado – e com subsídios financeiros dos latifundiários, cuja impunidade era assegurada pela ala política conservadora do próprio PRI –, os grupos paramilitares de direita e as *Guardias Blancas* foram incrementados, obedecendo à estratégia da SEDENA de criar “grupos de autodefesa”, nomenclatura eufemística para bandos cuja prática é o extermínio de pessoas que se rebelam contra a ordem estabelecida.

Um simples e ilustrativo exemplo do envolvimento pessoal de setores governistas nos massacres da região – centenas deles poderiam recheiar uma extensa lista – é o fato gerador da denúncia do *Centro de Derechos Humanos Fray*

Bartolomé de las Casas (CDHFBDLC), registrada em seu relatório intitulado *Información sobre la masacre de San Pedro Nixtalucum*, dando conta de que altos funcionários do governo estatal reconheceram o Procurador Geral de Justiça de Chiapas, Jorge Enrique Hernández Aguilar, quando este viajava a bordo de um helicóptero que participara, em 14 de março de 1997, do massacre de San Pedro. Lembra o documento o assassinato de quatro camponeses militantes da OCEZ-CNPA pela Segurança Pública e por *guardias blancas* a mando de pecuaristas, em 10 de janeiro de 1995. Relata: “No sería la primera vez que el procurador participa directamente en un operativo de esta naturaleza” (BELLINGHAUSEN, 1997).

As ações paramilitares referidas pelo relatório incluem a destruição de moradias, confisco de bens, execuções extrajudiciais, violações de menores, assassinatos, sequestros e desterros. Segundo denúncias do *Centro*, das muitas ações perpetradas por esses grupos, os autores intelectuais e materiais são conhecidos das autoridades. Na *Quinta Declaración da Selva Lacandona*, o EZLN afirma que “La activación de grupos paramilitares constituye la columna vertebral de la guerra sucia del gobierno de Zedillo en contra de los indígenas mexicanos”.¹⁴⁹

Verdadeiros esquadrões da morte, tais grupos têm a função de executar o trabalho sujo que os representantes legais do governo federal e da classe dominante não podem fazer no âmbito da política institucional: acabar com a guerrilha zapatista a todo custo, não importando se para isso tenha que igualar pobreza à criminalidade, ações legais e ilegais, lei e crime. Prova disto é que os mortos e feridos pelas ações das *Guardias Blancas* são civis das bases de apoio do EZLN, que sofrem as ações criminosas dos corpos armados parainstitucionais com a complacência – quando não com o patrocínio¹⁵⁰ – de instituições estatais. Para Ramírez (1997), dos bandos paramilitares conhecidos em 1995, alguns se destacam mais, tendo inserido em suas fileiras os priístas que atuam nas zonas indígenas do conflito. Vejamos o quadro a seguir.

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

¹⁵⁰ O prefeito municipal priísta de Chenalhó, Jacinto Arias Cruz, e outras 24 pessoas foram indiciadas pelo massacre de Acteal. Segundo a PGR, Arias Cruz admitiu haver entregado as armas aos matadores e reconheceu-se um dos instrutores do grupo paramilitar.

Quadro 06: Grupos paramilitares e respectivas áreas de ação

Grupos paramilitares	Áreas de ação (Municípios)
Paz e Justicia	Tumbalá, Tila, Vajalón, Salto de Agua e Palenque.
Los “Chinchulines”	Chilón.
Máscara Roja	San Andrés Larrainzar e Chamula.
Alianza San Bartolomé de los Llanos	Venustiano Carranza.
Movimiento Indígena Revolucionario Antizapatista (MIRA)	Oxchuc, Ocosingo e Huixtán.

Fonte: Ramírez (1997).

Entre os indígenas chiapanecos simpatizantes da causa zapatista, o medo de sofrer uma agressão terrorista por parte dos grupos paramilitares é tão grande quanto o de uma ameaça de ataque do Exército Federal. Na *Quinta Declaração da Selva Lacandona*, o CCRI denuncia que os

grupos paramilitares constituem a coluna vertebral da guerra suja do governo de Zedillo contra os indígenas mexicanos. Desde fevereiro de 1995, quando fracassou a ofensiva militar desatada pela traição governamental, Ernesto Zedillo conheceu, aprovou e aplicou a estratégia paramilitar para resolver, mediante o uso da força, a luta zapatista.¹⁵¹

A existência desses grupos ganhou maior incentivo após o fracasso da ofensiva militar governamental de fevereiro de 1995. Ao passo que dizia negociar com o EZLN, quando os *Acordos de San Andrés* pareciam andar, o Governo Federal encetou uma ofensiva com o intuito de pegar o EZLN despreparado para a luta, num ato de traição. Uma vez fracassada a ofensiva, o governo passou a fomentar a tática de incitação da população civil, buscando desgastar o Exército Zapatista pelo uso da força. Ainda na *Quinta Declaração da Selva Lacandona*, o CCRI afirmava que, embora

el Partido Revolucionario Institucional (PRI) ponía la mano de obra de esta empresa de muerte y el Ejército federal daba armamento, municiones, equipos, asesoría y entrenamientos, el

¹⁵¹ Citado por Piccolo (1999, p. 16). Também disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

gobierno de Zedillo iniciaba la simulación de un diálogo y una negociación que no buscaban ni buscan la solución pacífica del conflicto. Por el contrario, los distintos equipos “negociadores” del gobierno han tenido y tienen una sola consigna: “Simular disposición al diálogo y posponer continuamente el logro de acuerdos y su cumplimiento, e impedir la firma definitiva de la paz”.¹⁵²

Esses “grupos de autodefesa” passaram a agir na região deixando um longo rastro de sangue, medo e terror. Além das ações de maior porte, uma série de outras foram encetadas cotidianamente, como parte da estratégia eufemisticamente denominada, no jargão militar, de *Guerra de Baja Intensidad*¹⁵³. São ações do tipo: fechamento e queima de igrejas em Tila (Los Chinchulines); provocações nos Valles Centrais (Alianza Fray Bartolomé de los Lhanos); sabotagens a serviço dos rancheiros (Brigada Tomás Munzer), entre outros atos terroristas. O conjunto dessas e outras ações desenham a tática militar do Governo Mexicano no combate aos ezelenistas. Os objetivos da ofensiva constam em desarticular as organizações de massa que atuam na área do conflito, romper a relação entre população civil/guerrilha, destruir a estrutura do EZLN e suas atividades.

Paralelo à ação paramilitar, foi desencadeada uma censura ferrenha aos meios de comunicação de massa (MARÍN, 1998) e uma campanha difamatória organizada pelo Governo contra a *Comisión Nacional de Intermediación* (CONAI), presidida pelo Arcebispo de San Cristóbal de Las Casas, D. Samuel Ruiz García¹⁵⁴, através da imprensa liberal, do alto clero da Igreja Católica, da *Secretaría de Gobernación* e do Instituto Nacional de Migração.

Enquanto o Governo Federal declarava, publicamente, que a solução do conflito deveria ser pacífica¹⁵⁵, o que na prática se viu foi a

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Ver, a respeito, o excelente documento *Militarización y violencia en Chiapas*, organizado pela Coordinación de Organismos no Gubernamentales por la Paz (CONPAZ), pelo *Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas* e pela *Convergencia de Organismos Civiles por la Democracia*.

¹⁵⁴ Pertencente ao setor progressista da Igreja Católica do México, postulado a Prêmio Nobel da Paz de 1995. É tratado pelos indígenas, carinhosamente, por “tatic”.

¹⁵⁵ “El Gobierno Federal no está, ni puede estar, de acuerdo con la violencia. La violencia nunca resuelve problemas; solamente los agrava”. *Nexos*, n.º 242, p. 92, fevereiro de 1998.

militarização ostensiva do Estado de Chiapas e a paramilitarização da contrainsurgência enquanto realidade gritante, tanto no governo de Salinas de Gortari quanto no de Ernesto Zedillo. A violência institucional ali aplicada (ocupação militar das comunidades e destruição de víveres, prisões ilegais, assassinatos extrajudiciais de civis, presença ostensiva, expulsões, etc.) não era legítima, visto as pesquisas feitas nas áreas envolvidas no conflito¹⁵⁶. Para Marcos (apud ORTIZ, 1996, p. 42),

[...] a atual distribuição de tropas federais na zona de conflito é um dispositivo ofensivo, não defensivo. Não é para conter um possível avanço zapatista, mas para um ataque rápido [...]. É um cerco de fome que impede o ciclo normal das pessoas na zona de conflito. Não permite o cultivo da terra e a colheita. [...] Além disso, há um bloqueio a todo tipo de apoio, como crédito e abastecimento para as comunidades identificadas como zapatistas. Também não recebem nada em termos de saúde. A única ajuda vem das ONG's, da sociedade civil e da solidariedade internacional.

A leitura que se pode fazer do conflito chiapaneco, no que diz respeito à ação contrainsurgente no Estado, é que a burguesia não precisa legitimar o uso da violência e esta não se incompatibiliza com a “democracia” burguesa, apesar da retórica liberal e do questionamento da sociedade quanto ao uso da luta armada como forma de manifestação política por parte dos movimentos sociais. Exemplo disso foi o fato de – entre começos de 1997 e meados de abril de 1998 – mais de duzentos estrangeiros que se encontravam em Chiapas terem sido expulsos do país, ação que buscou evitar a presença de “testemunhos incômodos” dos atos de desrespeito aos direitos humanos¹⁵⁷ e à democracia, impetrados pelo Estado. Uma “democracia” de duas faces: uma eleitoral, mantida mediante fraudes e corrupção, geralmente financiadas pelos narcotraficantes e pelos

¹⁵⁶ Segundo Fuser (1995b), no auge do seu prestígio, o EZLN obteve o respaldo de 61% do povo mexicano. Para ele, “a derrocada econômica, a partir de dezembro [1994], reergueu o prestígio do EZLN como a força mais claramente identificada com a rejeição ao modelo neoliberal. [...] Pesquisas efetuadas logo depois mostram uma clara maioria a favor do diálogo e contra uma solução militar em Chiapas”.

¹⁵⁷ Em 03/12/1998, *La Jornada* publicava denúncia da *Human Right Watch*, acerca de constantes violações de direitos humanos no México (CASON, 1998).

Estados Unidos; e outra, marcada por um autoritarismo personalista, corporativo e clientelista, financiado por setores conservadores do PRI, numa espécie de caudilhismo¹⁵⁸ – marca frequente na cultura política do México – estilo século XX. Parece que, no que se refere ao Partido-Estado mexicano, Gramsci tinha muita razão quando afirmava que

as relações internacionais reagem positiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos). Quanto mais a vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, mais um determinado partido representa esta situação e explora-a para impedir o predomínio dos partidos adversários. [...] Frequentemente, o chamado “partido estrangeiro” não é propriamente aquele que vulgarmente é apontado como tal, mas exatamente o partido nacionalista, que, na realidade, mais do que representar as forças vitais de seu país, representa a sua subordinação e a servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas (GRAMSCI, 1980, p. 44).

Gilly, escritor, historiador e professor da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) concebe a democracia nesse país como passível de duas visões: uma que idealiza a atual situação política do país como uma transição à democracia; e outra, que sustenta que o México segue imerso numa crise prolongada da forma de Estado. O historiador da UNAM opta pelo último argumento como o que mais se aproxima da realidade política mexicana, no entanto, em nenhuma das duas visões evocadas enxerga-se democracia no México. Diz ele que

por un lado, el poder del Estado nacional – es decir, el poder político – sigue en manos del partido de Estado, entrelazado con el poder económico en manos del capital financiero. [...] Por el otro, aun sin contar con esas intenciones negativas, la crisis de ese Estado en sus múltiples dimensiones, más allá de toda voluntad humana, rodea de dificultades y de factores de descontrol la tarea de afirmar un gobierno democrático (GILLY, 1997, p. 3-5).

¹⁵⁸ O termo caudilho designa o líder carismático, personalista, que comandava hostes armadas, exercendo influência político-militar num amplo raio de ação.

Parece, no entanto, que o Estado mexicano não só tem fomentado os grupos paramilitares, como também tem investido em atividades de contrainsurgência em larga escala. No diário *La Jornada*, de 20 de setembro de 1996, estampa-se manchete que denuncia oficiais das forças armadas mexicanas que tomavam cursos de contrainsurgência com os famosos *kaibils*¹⁵⁹ guatemaltecos. E não para por aí. Denúncias de envolvimento militar dos Estados Unidos no conflito de Chiapas, feitas pelo deputado Gilberto López y Rivas (PRD), foram acatadas pela *Comisión Permanente del Congreso de la Unión*. A Comissão teve acesso a dados e cifras contidos numa investigação realizada por Bryan Wilson¹⁶⁰, na qual explicitava a intervenção das forças armadas e de inteligência estadunidenses, cujo intuito era apoiar a contrainsurgência do governo mexicano contra o EZLN. A intervenção materializa-se na presença de assessores estadunidenses na zona do conflito e no uso de aparelhos destinados, teoricamente, à luta contra o narcotráfico, mas que, na prática, são utilizados em ações contra os zapatistas. O documento elaborado por Bryan Wilson cita nomes de agentes militares dos Estados Unidos, dentre os quais o tenente-coronel Alan Hassam Sánchez, o major John Kevin Kord e o tenente-coronel Propp (URRUTIA; BECERRIL, 1998). López y Rivas realça a participação de agências estadunidenses de inteligência (FBI e CIA), como também do Exército desse país, oferecendo apoio ao governo mexicano para suas ações contrainsurgentes, na forma de treinamento de grupos paramilitares, não só em Chiapas, mas também nos Estados de Guerrero e Oaxaca.

A guerra, no entanto, não cobra apenas custos de ordem social, mas também material e política. No que diz respeito aos custos políticos, contabiliza-se a interferência externa nos problemas de ordem nacional no México. No que diz respeito aos custos materiais, León (1996) levanta questões cruciais, através de cálculos, que poderiam ser minimizadas caso o Estado estivesse disposto a resolver o problema imediato da guerra, com ganhos para a sociedade. Nas suas estimativas, os gastos totais da guerra em Chiapas, desde o ano de 1994, são da astronômica

¹⁵⁹ Corpo de elite contrainsurgente do exército guatemalteco, famoso por suas ações truculentas na guerrilha da Guatemala. Acerca, ver PETRICH, Blanche. Oficiales mexicanos han asistido a cursos de los kaibiles. *La Jornada*, México, 20 set. 1996.

¹⁶⁰ Soldado veterano da Guerra do Vietnã.

cifra de 200 milhões de dólares anuais. Este custo refere-se a alojamentos, alimentação, salários, combustíveis e manutenção de veículos e aparatos de patrulha, manutenção de estradas e pistas de pouso e obras de engenharia. Tal contabilidade ainda deixa de fora gastos com a aquisição de novos aviões, tanques e helicópteros e munições (durante a gestão de Carlos Salinas de Gortari), as perdas de aparatos repressivos, salários de assessores estrangeiros, funcionários e legisladores da PGR, Gobernación e Comisión de Concordia y Pacificación (COCOPA), ou assessores da Aric-Unión de Uniones inseridos nos planos de contrainsurgência. Ademais, contabiliza-se também gastos com hospitais, encarceramento, espionagem e... vidas... León (1996, p. 51) chega à conclusão de que, com as cifras anuais gastas na guerra em Chiapas, poderia ser levado a cabo um plano de desenvolvimento como uma reforma agrária integral, caso o governo buscasse, realmente, uma solução não-militar para o conflito. O Estado burguês, no entanto, preferiu o caminho mais árduo para não ferir os interesses econômicos dominantes. Uma reforma agrária na região incluiria a preservação dos numerosos recursos minerais há tanto tempo almejados pelo grande capital.

Com respeito às lutas por reforma agrária, a partir de 1974, as tentativas de sindicalização dos trabalhadores rurais na região de Los Altos, Selva e Norte do Estado, e, por outro lado, a existência de Municípios Rebeldes desestabilizou as bases do poder tradicional dos antigos proprietários rurais. Este aspecto é um dos que influenciam na oposição estatal pela reforma agrária. Os territórios livres implantados pelos zapatistas fazem parte das deliberações do *Diálogo de San Andrés de Larráinzar*¹⁶¹, mantido entre o Governo Federal e o EZLN, apesar da política militar governista. Mesmo restrita ao interior mais remoto da Selva Lacandona, a demanda por autonomia¹⁶² por parte dos zapatistas é apontada como solução do conflito.

¹⁶¹ San Andrés de Larráinzar é o nome do Município que, posteriormente, foi rebatizado pelos guerrilheiros zapatistas de *San Andrés Sacamb'en de los Pobres*, onde se deu o diálogo entre o Governo e o EZLN.

¹⁶² Entendida pelos ezelenistas como o direito dos povos indígenas a governar e governar-se segundo sua razão e vontade (*Terceira Declaração da Selva Lacandona*). Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

Uma vez pressionada pelo avanço das lutas comunitárias, a rede de poder construída no seio das comunidades e dos municípios da região viu-se diante da possibilidade de perda do controle da situação. A resposta desses setores conservadores do Estado veio em formas que variam desde movimentos pacifistas até as raiais da violência crua e selvagem. A primeira manifestação anti-zapatista se deu pouco mais de três meses depois do levantamento, a 7 de março de 1994, na cidade de San Cristóbal de Las Casas. Liderados pela direção local do PRI, os chamados “autênticos coletos” fizeram uma série de reivindicações que iam desde a erradicação violenta do EZLN, a expulsão do bispo D. Samuel Ruiz e religiosos ligados à Teologia da Libertação, até a limitação do acesso a órgãos de defesa dos direitos humanos e à imprensa (JÁ, 1996, p. 35).

A pressão dos latifundiários chiapanecos e dos setores mais reacionários da sociedade mexicana, por um lado, e os compromissos políticos e econômicos assumidos com o NAFTA, por outro, forçaram o governo a não cumprir os *Acuerdos de San Andrés Sacam'ché de los Pobres*. Dentre os compromissos firmados encontrava-se a não-revogação do artigo 27 da Constituição Federal, que dava garantias legais à propriedade comunal da terra, os *ejidos*. Herança da reforma agrária mexicana levada a cabo pela Revolução de 1910-1917, sua revogação visou o aquecimento do mercado da propriedade rural e a destruição do que restava do regime de propriedade coletiva da terra.

Outro aspecto relevante para se entender o fenômeno repressivo anti-zapatista em Chiapas é o entrelaçamento entre as estruturas regulares do aparelho de Estado e o narcotráfico. A circulação profusa de armas em Chiapas se faz tão eficientemente sob o olhar complacente da *Secretaría de Gobernación*, quando o Exército Federal controla rigidamente a região, vasculhado completamente o território em “busca de marijuana”¹⁶³. Esse controle, no entanto, é seletivo, tendo, na prática, o intuito de manter o EZLN circunscrito ao seu *lócus* e, ao mesmo tempo, permitir que o tráfico de armas continue alimentando de recursos bélicos o crescente número

¹⁶³ As operações militares em busca de maconha e outras drogas, no território de Chiapas contam com recursos até mesmo da DEA, como o demonstram os videodocumentários “Chiapas: diálogo bajo amenaza”, produzido pelo Canal 6 de Julio, México, 1995, 47 min, colorido, VHS, e “Contra insurgencia”, produzido e dirigido por Rócio Reza A., México, 1996, colorido, VHS.

de grupos paramilitares. Tal tutela, por sua vez, fortalece bélica, política e moralmente os setores reacionários mexicanos, que agem impunemente em Chiapas sem que as autoridades interfiram.

O *establishment* busca reduzir o conflito chiapaneco à ação paramilitar e sua expansão em Chiapas, apontando para uma suposta crise interna das comunidades. Há outros elementos que envolvem o conflito, como a existência desse poder paralelo que funciona como parceiro do serviço sujo das forças coativas e coercitivas dominantes, jogando um importante papel na correlação de forças, explicitando as complexas e contraditórias relações da sociedade mexicana e seus diversos grupos sociais. Para Fernández (1996), a violência social (perpetrada desde fontes endógenas e exógenas) imperante hoje em Chiapas, em particular na sua porção setentrional, é fruto de uma série de mazelas, a contar: impunidade dos crimes cometidos contra as comunidades; disputas agrárias e controle de recursos naturais promovidas, muitas vezes, pelo próprio governo; discriminação racial secular; extensa militarização sob o pretexto de luta contra o narcotráfico; instabilidade política; extrema miséria, fome, enfermidades e morte entre os indígenas. Na opinião de Gilly (1997, p. 6), apesar de toda repressão, “tenazmente, el zapatismo cercado en Chiapas sigue afirmando su capacidad de representar mejor que nadie la rebelión y la protesta de los más oprimidos, despojados y excluidos en esta sociedad de la desigualdad y de la infamia”. Chiapas, hoje, faz eco ao romantismo do velho Antônio¹⁶⁴: “Se não podes ter a razão e a força, escolhe sempre a razão e deixa a força para o inimigo. A força pode dar a vitória em muitas batalhas, mas só com a razão se ganha uma guerra. O poderoso não poderá nunca ir buscar razão na sua força, enquanto que nós poderemos sempre ir buscar força na nossa razão” (MARCOS, 1997, p. 41).

Refletindo sobre a não repressão imediata em larga escala contra o EZLN em seu surgimento, pelo Governo Federal mexicano, entende-se que isto pode ser explicado pelo fato deste último entender que o movimento não evoluiria como um complicador dos progressos da “modernidade”, sendo apenas mais um grupo atemporal que se dissiparia em curto prazo. Outra perspectiva aponta para o entendimento de que,

¹⁶⁴ Personagem criado pelo subcomandante Marcos, acompanhante de seus comunicados e cartas.

o reprimindo, não o poderia fazer sem que os olhos dos investidores internacionais o percebessem, provocando fuga de capitais especuladores da economia mexicana. Por fim, pode-se mesmo elencar uma série de fatores que buscam explicar a não repressão definitiva e imediata do EZLN por parte do Estado mexicano, dentre os quais:

- 1) Abertura de novos canais de comunicação, por parte do EZLN, estabelecendo uma relação muito próxima à população civil, numa experiência nova em termos de movimentos sociais que nenhum congênera latino-americano havia conseguido estabelecer. Para Ortiz, “a tentativa de uma experiência de democratização da informação valendo-se de novas tecnologias como as redes eletrônicas de comunicação” criou um circuito de solidariedade em torno dos zapatistas e “ajudou a evitar uma solução militar do conflito por parte do governo e exército mexicanos” (1997, p. 10).
- 2) Alto custo da intensificação de desgaste do governo Salinas de Gortari – frente à opinião nacional e internacional¹⁶⁵ e aos olhos do mercado financeiro – já provocadas pelas medidas antipopulares que teve de tomar para manter em andamento o projeto neoliberal frente à crise econômica;
- 3) Forte apoio urbano¹⁶⁶ ao EZLN que poderia levar ao desencadeamento de uma onda de rebeliões armadas em todo o país;
- 4) Falta de condições políticas favoráveis a uma ação militar de “alta intensidade”, uma vez que as pesquisas mostravam uma forte simpatia popular (e por parte dos segmentos da esquerda mundial) por uma solução pacífica do conflito. Para Fuser (1995b, p. 122), “pelo menos a metade dos mexicanos simpatiza, em maior ou menor grau, com as reivindicações da guerrilha. Acham que sua causa é justa, embora nem todos apoiem a luta armada”.

¹⁶⁵ Comenta-se, extraoficialmente, no México, que militares mexicanos e estadunidenses se reuniram e entregaram a Ernesto Zedillo um plano de destruição do EZLN e de suas comunidades num prazo de 15 dias. O governo teria recusado a proposta pela repercussão na opinião pública, nacional e internacional, já que o mundo havia se inteirado da ação ezelenista em tempo real, através da internet e da imprensa.

¹⁶⁶ Ver, a respeito, Fuser (1995c, p. 122).

Assim, Salinas – e depois Zedillo – viu-se numa encruzilhada: se partisse para o confronto definitivo contra os guerrilheiros zapatistas, alarmaria os investidores, causando uma fuga em massa de capitais estrangeiros – fato ocorrido posteriormente –, trazendo-lhe sérios problemas de ordem econômico-financeira e complicando as negociações com o TLC. De qualquer forma, no final de 1994, ao voltar à cena, o EZLN fez-se acompanhar por uma fuga espetacular de capitais, acelerando o processo de degradação da economia mexicana, o que forçou o governo a tomar medidas de emergência, como desvalorizar o peso, aumentar tarifas públicas e congelar salários. Segundo Ramos (1996, p. 30), em

nove dias, a cotação da moeda caiu 40% e oito bilhões de dólares em investimentos estrangeiros abandonaram o país. Numa reação em cadeia, a crise abalou a confiança internacional no Brasil e Argentina, principais mercados emergentes da América Latina. Estados Unidos e FMI anunciaram, então, um pacote de US\$ 47 bilhões em ajuda emergencial ao México, evitando que uma crise de liquidez, sem precedentes, abalasse as relações transnacionais do capital. Como garantia ao “empréstimo”, exigiram a renda das exportações mexicanas de petróleo.

Por outro lado, se o governo retirasse suas tropas do território chiapaneco, como reivindicavam os zapatistas, correria o risco de desmoralizar-se política e militarmente. Temendo pelas consequências, o Estado recuou ante uma solução armada em larga escala, mesmo contando com o favorecimento na correlação de forças. Manteve-se a uma distância segura, na tática da GBI, mas permaneceu irreduzível no propósito de desgastar o EZLN mediante uma repressão amiúde, constante e persistente, restringindo seu campo de ação à Selva Lacandona, na tentativa de que, pelo cansaço, as negociações se dessem nos parâmetros impostos por ele.

No entanto, a retórica dos discursos zedillistas, de que o NAFTA representaria a porta de entrada para o mundo capitalista desenvolvido não se sustentaria por muito tempo. O primeiro empecilho era a própria condição em que o México havia sido inserido no TLC. Como economia periférica, as negociações com seus sócios não possibilitavam

ver como a economia mexicana poderia ingressar, num passe de mágica, no rol dos países desenvolvidos, ou mesmo se subsistiria às condições desfavoráveis em que fora incorporada; segundo, a assinatura no NAFTA apenas ratificava o tipo de relação já existente entre os EUA e o México, mantendo sua inalterabilidade. O setor agropecuário é exemplo disso. Mesmo quando o próprio governo assume que, apesar de se encontrar no campo “... los más pobres de los pobres de nuestro país y a pesar de todos los esfuerzos, subsisten condiciones de marginalidad alarmante”, nas atuais circunstâncias o setor não pode suprir as necessidades básicas de reprodução dos 30% da população nacional que vive no campo (PÉREZ, 1995). Estranha sociedade essa na qual os parceiros/concorrentes entram no negócio com vantagens diferenciais no que diz respeito à tecnologia¹⁶⁷, comércio e políticas econômicas e alfandegárias. Apesar disso, o governo de Zedillo (1994-2000) não teve intenções de revisar a nova *Ley Agrária* e as mudanças no artigo 27 da Constituição Federal, mesmo sendo pressionado pelas lideranças de movimentos camponeses – representadas pelo *Congreso Agrario Permanente* (CAP) – que reivindicam um programa de emprego permanente para os 12 milhões de camponeses em estado de extrema pobreza no país (PÉREZ, 1995).

Fato é que o Governo mexicano não teve, em momento algum depois de deflagrado o conflito, muito a oferecer nas mesas de negociações. A abertura de mercado provocou um profundo desequilíbrio em sua balança comercial e, para tentar reverter o quadro, teve que expor, ainda mais, a economia ao capital especulativo, gerando insegurança e instabilidade pelo caráter volátil dos investimentos ali aportados. Além do mais, o processo de privatização consumiu as empresas estatais e os bens de reserva do Estado, responsáveis pela atração que exercia o México sobre esses capitais, não restando mais muitas fontes potenciais de renda. Ademais, por essência, a economia de mercado não tem interesse em atender às demandas sociais pelo simples fato de que estas reduzem a taxa de lucro.

¹⁶⁷ Enquanto a produção de milho em Chiapas se faz a uma média de duas toneladas por hectare, nos EUA e Canadá, parceiros do México no NAFTA, se faz numa média de 7.0 ton/ha e 6.0 ton/ha, respectivamente (MARÍN, 1994, p. 356). Outro aspecto relevante a ser ressaltado é o contingente da população rural entre os dois parceiros: enquanto a população camponesa mexicana representa cerca de 30% da população nacional, a dos EUA não passa dos 10%.

No plano político, o governo passou a encontrar-se entre os interesses dos seus partidários – latifundiários, empresários e banqueiros, nacionais e estrangeiros – e os das camadas mais pobres do México, que não mais hipotecavam apoio político ao projeto neoliberal. Já sem recursos para concessões e para firmar qualquer acordo que tivesse que cumprir, teria que romper com um desses setores sociais. A decisão governamental foi previsível: buscou apoio na estrutura do Partido-Estado, viciada em fraude, corrupção e repressão a opositores e marcada por um autoritarismo digno das mais ferrenhas ditaduras. Entre apostar num processo de democratização do país e na sua entrada no NAFTA, a segunda opção pareceu-lhe mais promissora. Fruto desse dilema, os acordos propostos pelo governo em San Andrés ganharam um tom teatral de sua parte. Primeiro, porque não tinha intenção de cumpri-los; segundo, pela impossibilidade de fazê-lo por motivo de sua opção política e econômica.

2.7.4 O papel da Igreja

Viajando poderás encontrar cidades sem muros e sem caracteres: sem rei e sem casas (!), sem riquezas e sem o uso da moeda, sem teatros e sem ginásio (palestras). Mas uma cidade sem templos e sem deuses, que não faça preces, nem juramentos, nem divinizações, nem os sacrifícios para obter o bem e afastar o mal, ninguém a viu nem a verá jamais (PLUTARCO apud GRAMSCI, 1980, p. 349).

O Estado de Chiapas tem uma história secular na qual a presença dos indígenas e da Igreja, em nenhuma hipótese, pode ser esquecida. Trata-se de uma relação estabelecida desde os tempos coloniais, quando Ciudad Real – antiga capital da província e atual San Cristóbal de Las Casas¹⁶⁸ – era o centro administrativo da colonização espanhola e palco de ferrenhas lutas envolvendo, por um lado, a oligarquia latifundiária que dominava a

¹⁶⁸ Situada no planalto de Chiapas e epicentro do conflito chiapaneco de 01/01/94, San Cristóbal é a terceira maior cidade do Estado, tendo sido sua capital até 1892, quando, por decisão do então governador do Estado, passou o posto para Tuxtla Gutiérrez. Sua população conta, hoje, com mais de 100 mil habitantes.

região, tendo representação significativa do alto clero católico e do Estado; e por outro, indígenas e setores então progressistas da Igreja mexicana. Lá se encontra a sede da diocese do Frei Bartolomé de Las Casas¹⁶⁹, frade reconhecido mundialmente pela sua dedicação aos índios daquela região durante o processo de colonização do espaço geopolítico hoje denominado México. Sócia da Coroa espanhola na cruzada colonizadora, a Igreja viu-se envolvida em contradições de ordem ética no que respeita à forma em que o colonizador tratava o indígena, principal fonte de mão de obra do México colonial. Bartolomé de Las Casas foi o primeiro dentre os colonizadores a se manifestar contra as atrocidades praticadas pela brutal exploração desenvolvida por seus conterrâneos contra os nativos, tendo dedicado os últimos anos de sua vida ao que considerava “defesa dos índios”.

É fato que a dissidência de Bartolomé incomodava a relação colonizador/colonizado. A dominação necessitava forjar um símbolo religioso que pudesse, a um só tempo, representar uma ligação católico-indígena, uma referência religiosa a ser apropriada pelos movimentos rebeldes, mas que estivesse sob o controle da Santa Sé. Após forte resistência da oligarquia conservadora mexicana, a Virgem de Guadalupe foi transformada nesse elo. Assim, o baixo clero colonial-progressista construiu, em torno da Virgem, um sentimento unificador mestiço-nacionalista¹⁷⁰, marcado pelo ódio aos europeus, pejorativamente conhecidos por *guachupines*.

Processou-se uma divisão no seio da Igreja desde os remotos tempos de Bartolomé, tomando corpo de forma crescente, ao mesmo tempo em que cresciam as contradições entre os interesses das oligarquias regionais e os da Igreja, até tornar-se patente noutro movimento que minava a hierarquia eclesial fomentando uma fissura interna entre a alta hierarquia

¹⁶⁹ Frei dominicano que veio ao México com os colonizadores tornando-se, mais tarde, defensor dos índios e bispo de San Cristóbal de Las Casas entre os anos 1544-1546. Ameaçado de morte em Chiapas pelos “coletos” – grupo reacionário ligado aos interesses oligárquicos, foi dali expulso e mandado de volta à Espanha, onde ganhou o título de “Protetor dos Índios”, vindo a morrer em 1566. É referência histórica para os movimentos sociais defensores das causas indígenas em toda a América Latina. Sua ação o transformou em ícone da luta dos movimentos de insurgência indígenas não só do México, mas de toda a América Latina. Inúmeros e valorosos foram os sermões e relatos que deixou à história do continente. Mais sobre, ver LAS CASAS, Bartolomé de. *História de las Indias*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. v. 1, 2 e 3.

¹⁷⁰ Acerca do tema, ver Lafaye (1977), Hamnett (1990) e Quevedo (1997).

e o baixo clero. Essa condição permitiria à instituição marcar presença nos dois pólos da luta social: no seio da classe dominante – como sócia da colonização, grande escravocrata e maior proprietária de terras do século XIX¹⁷¹ – e dos dominados – como aliada nos movimentos de libertação e de defesa das condições elementares de vida. Nesse sentido, “La religión no sólo proporcionó dirección eclesiástica, sino una justificación moral a la rebelión” (HAMNETT, 1990, p. 14).

No imaginário mestiço-popular, a Virgem de Guadalupe (aparecida ao indígena e miserável da região de Tepeyac, Juan Diego (1474-1548)) se tornaria a divindade que contraporía à Virgem dos Remédios (invocada por Cortez na fuga de “la noche triste”), deidade defensora das prerrogativas espanholas do período colonial. Assim, a Senhora de Guadalupe foi incorporada ao movimento de resistência mestiço-indígena, proporcionando à Igreja a conversão de milhares de nativos ao cristianismo, que não percebiam que a cruz carregada ao colo pela Virgem era a mesma usada pelos frades e conquistadores europeus. Tal identificação religiosa permitiu ao baixo clero – destaque para o padre Hidalgo¹⁷² – recrutar, através da invocação da Virgem, os indígenas-camponeses mexicanos para lutar no processo independência do México (1810) contra os espanhóis. As fileiras dos insurgentes eram precedidas pelo estandarte de Nossa Senhora de Guadalupe. A Igreja, através do baixo clero, havia conseguido coroar os intentos religiosos seculares da colonização que a alta hierarquia eclesial não havia conseguido: criar uma ponte de acesso pacífico do cristianismo à religiosidade indígena.

Um século depois, a Igreja Católica enquanto instituição se sentiria ameaçada pela Revolução de 1910, paradoxalmente referenciada nas ações de um sacerdote católico. Esta marca mimética de sua história nos chegaria aos dias de hoje alternando relações ora de consenso, ora de dissenso com o poder secular, mas nunca contestando, essencialmente, o *status quo*. Para Casanova (1967, p. 45), “de todos os fatores tradicionais de poder pode dizer-se que a Igreja é o único que sobreviveu às grandes transformações

¹⁷¹ A respeito, ver Chevalier (1976).

¹⁷² Miguel Hidalgo, sacerdote americano dissidente, foi reitor do famoso *Colégio de Valladolid de San Nicolas Obispo*. Para Hammet (1990, p. 25), Hidalgo era um representante da burguesia provinciana do México colonial. Sua participação no processo de Independência do México, em 1810, teve uma importância incomensurável para que obtivesse êxito ao final.

sociais do México contemporâneo e que inclusive recuperou e incrementou parcialmente sua força”.

No Estado de Chiapas, assim como em todo o país, a Igreja Católica reinou absoluta por vários séculos até ter de compartilhar terreno com as igrejas evangélicas (adventistas, pentecostais, etc.), que invadiram o espaço geográfico em que se encontravam as comunidades indígenas, disputando hegemonia em cada palmo daquele território. Passando por cima de princípios, crenças, práticas e conhecimentos seculares, essas religiões representavam, em 1997, segundo Le Bot, 20% da população chiapaneca, o mais alto percentual do México (1997, p. 27).

Hoje, a Igreja Católica mexicana mantém uma hierarquia majoritariamente conservadora, apesar de ter parte de seu baixo clero envolvida nos movimentos de emancipação dos índios. Sua ala progressista, marcada pela corrente da *Teologia da Libertação*, tem agora a figura exponencial do Monsenhor Samuel Ruiz – sucessor histórico de Las Casas – como defensor das demandas socioeconômicas das populações indígenas daquelas paragens mediante projetos humanísticos que buscam amenizar o sofrimento causado pela exploração capitalista no seio daquelas comunidades. Para Mera (1994, p. 1), “[...] se ha ido conformando una teología india que, desde el núcleo de la fe en Jesucristo, reclama una iglesia autóctona y universal, una iglesia que, desde los valores de aquellas culturas, haga realidad los valores del Reino de Dios: Justicia, paz, verdad, amor”. Como exemplo, *La Realidad*, a maior das comunidades rebeldes zapatistas, com aproximadamente 800 habitantes, conta com a celebração de uma missa aos domingos, rezada na língua tojolabal, idioma corrente deste “Estado Rebelde”.

Foi a Igreja Católica – em sua ala libertária – que promoveu, a convite do Governo, o “Primer Congreso Indígena Fray Bartolomé de Las Casas”, entre os dias 12 e 15 de outubro de 1974, na cidade de San Cristóbal de Las Casas. Um dos organizadores foi o bispo Samuel Ruiz, que aceitou o convite sob a condição de que o congresso não fosse turístico ou folclórico. A data do evento remetia ao aniversário de 400 anos do nascimento da histórica figura de Bartolomé de Las Casas, tornando-se um

marco para os movimentos sociais ligados à esquerda, às causas indígenas de Chiapas e para o movimento religioso da Teologia da Libertação.

O convite não veio por acaso. O evento buscava discutir a problemática indígena, mas o fato de o Estado não ter legitimidade no seio dessas comunidades forçou o governo a buscar o apoio da instituição que preenchia os requisitos necessários para o intento. Segundo Le Bot, o papel das Igrejas em Chiapas, especialmente o da católica, veio mesmo substituir o do Estado, por seu peso e inserção no seio das comunidades, fato exposto pelo citado congresso. E foi essa inserção nos organismos populares que levou a Instituição a inter-relacionar (e defrontar-se) com as mais diversas correntes políticas que, por intermédio de suas organizações, passaram a ter acesso às populações indígenas, aí se encontrando os futuros zapatistas, então ainda imbuídos, ideologicamente, pelo maoísmo.

Com o Concílio Vaticano II, o então bispo de San Cristóbal, D. Samuel Ruiz, passou à ação religiosa de uma Igreja que ratificava a sua *opção preferencial pelos pobres*, tendo estes em Chiapas um rosto indígena. Renascia a teologia de Las Casas, ainda não uma teologia índia, mas preocupada com as reivindicações indígenas. Espalhando seus catequistas no seio das comunidades, a instituição milenar teve um papel essencial na formação das novas lideranças voltadas para a causa indígena, ou seja, os mais pobres entre os pobres da sociedade mexicana. Como consequência, tal inserção – não só da Igreja Católica, mas de todas as demais – forçou, por conseguinte, uma transformação na organização comunitária tradicional. Para Le Bot, a tendência para substituir

um novo comunitarismo pelo antigo é muito forte, quer se trate de comunidades católicas homogêneas, de grupos evangélicos ou seitas. [...] A nova comunidade organiza-se numa base religiosa e afasta-se dos costumes antigos, sem abandonar, contudo, a dimensão étnica, que se transforma profundamente e dá lugar a uma etnicidade que incorpora elementos da antiga (língua, etc.), mas que se alimenta de misturas, trocas, casamentos inter-comunitários e inter-étnicos, e procura estabelecer relações mais igualitárias com a sociedade global (LE BOT, 1997, p. 35).

Le Bot entende o processo de aculturação das comunidades indígenas como se este se desse de forma passiva, na qual elas apenas assimilassem o novo contorno de organização por meio de elementos alienígenas. No nosso entender, o papel da religião nesse processo é parcial, servindo de mediadora de uma troca entre formas antigas de organização e contornos ditos “modernos”. As silhuetas “fechadas” e “hiper-hierarquizadas” de organização comunitária – como Le Bot denomina a organização comunitária tradicional – são apenas parcialmente redefinidas, havendo um “afrouxamento” em sua hierarquia e uma ampliação do seu horizonte político. Mesmo sob coação, a dominação se dá de forma parcial, permitindo a sua superação ou, no mínimo, a quebra de certos elos de sua cadeia dominante. Tese avalizada pela rebelião neozapatista.

Ao se analisar mais detidamente a problemática da aculturação, vê-se que ela se deu de formas variadas. Num primeiro momento, foi marcada pela violência física; num segundo, de maneira difusa e sutil, disseminada nas práticas habituais dos elementos componentes da complexa estrutura de poder que atuam no seio das comunidades, dentre eles a Igreja. Mecanismo de poder, esta também se encontra permeada de conflitos ideológicos, já que não é uma instituição que flutua acima das lutas de classes e de suas consequentes contradições. Apesar do conflito intrínseco a esta instituição, ela atua no seio da sociedade como moderadora dos impulsos rebeldes, exercendo um papel importante no convencimento, através da consonância – ao passo que o Exército, por seu lado, atua pela coerção e coação – das populações rebeladas. Agindo no seio das comunidades ela exerce importante papel na manutenção do *status quo*.

2.7.5 Marcos: o mito e o homem

Aquilo que veio ao mundo para nada incomodar
não merece respeito, nem paciência
(René Chanp).

As especulações acerca do mito Marcos são inúmeras: desde histórias míticas advindas da cosmogonia indígena até conjecturas às vezes lendárias tecidas pela polícia política mexicana, a *Secretaría de Gobernación*.

No início, a busca desenfreada pela identificação daquele primeiro e enigmático líder, cujo rosto se escondia para aparecer, era uma questão de curiosidade universal. Dizia-se que aquele pasamontañas escondia ora um padre, ora um guerrilheiro centro-americano, ora um terrorista de procedência alemã... Ortiz contabiliza nove conjecturas tecidas pelo governo mexicano entre 01.01.1994 e 09.02.1995:

Primeiro disse que seria o biólogo venezuelano Peter Bischeer, que trabalhava em Chiapas num programa de proteção aos pássaros da selva Lacandona. Depois acusou o padre Joel Padrón, pároco de Simojovel, de ser o Sub-comandante Marcos. Também surgiram como prováveis “identificados” um filho da ativista de direitos humanos Rosario Ibarra, desaparecido político na década de 70; o jesuíta Gerónimo Hernández; o economista Hugo Trujillo Fritz; um filho do ex-governador Manuel Velasco Suárez; o advogado Walter Félix Meade Treviño; o perredista Gonzalo Rojas e um dirigente sindical (MARCOS, 1997, p. 456).

Após tantas ilações, a PGR chegou à última delas, atribuindo a origem do subcomandante como vinculada às *Fuerzas Armadas de Liberación Nacional* (FALN), fundada em agosto de 1969 e esmagada em 1974 (no município de Ocosingo, uma das bases da organização) pela repressão priísta dos anos 70/80. Parte dos militantes da FALN que não havia sido assassinada pelo Estado teria se abrigado em outras organizações, e parte viria a reconstruir seus antigos movimentos em outras paragens. Setores desse agrupamento teriam se reunido numa nova organização, de nome *Fuerzas de Liberación Nacional* (FLN), daí saindo os seis primeiros membros (três mestiços e três indígenas) do embrionário EZLN. Segundo Marcos, esta foi a trajetória comum de alguns dos militantes maoístas que chegaram a Los Altos de Chiapas no início dos anos 80 e passaram a desenvolver atividades políticas no meio sindical e em organizações populares e, notadamente, no movimento religioso católico.

A versão mais cogitada atualmente – já que a polícia política deixou de tecer conjecturas acerca do enigma Marcos – pela PGR é que o *subcomandante* trata-se de um professor universitário (teria ministrado aulas na Universidade Autónoma Metropolitana – UAM), formado pela

Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM) na Faculdade de Filosofia e Letras, onde obteve aprovação, em outubro de 1980, ao defender tese intitulada “Filosofía y educación: prácticas discursivas y prácticas ideológicas – Sujeto y cambio históricos en los libros oficiales para la educación primaria en México” (ORTIZ, 1997, p. 410). Para Le Bot (1997, p. 13), trata-se de “uma dissertação impregnada de um marxismo estruturalista algo estereotipado [...] denotando uma influência de Althusser e de Poulantzas, matizada por uns pozinhos de Foucault”. Nascido em Tampico (Estado de Tamaulipas), em 1957, teria o nome de Rafael Sebastián Guillén Vicente, 38 anos, oriundo de uma família católica e bem situada economicamente. No entanto, nada confirmado, não passando de mera conjectura.

Carismático e misterioso, atrás de um pasamontañas a cobrir-lhe a maior parte do rosto, olhos claros, cachimbo à boca, fuzil AR-15, broche com brasão mexicano ao peito e dois relógios: um a marcar a hora oficial mexicana e o outro a hora “sur-oriental” – o tempo branco e o tempo maia-indígena –, uniforme composto de calça preta e camisa de manga comprida cor de café, carrega dois cinturões de balas sobre os ombros. Seu uniforme indica que é um zapatista insurgente, ou seja, que tem atividade militar¹⁷³. Marcos é uma pessoa que, ainda muito jovem, veio para as montanhas após o término de seus estudos universitários, tendo passado pelo menos um ano em Paris. Domina fluidamente o inglês e o francês (ZIBECHI, 1997, p. 16). O codinome Marcos refere-se a uma homenagem ao segundo mestiço que fazia parte do núcleo inicial do EZLN e que morreu no processo.

Marcos, segundo Ortiz (1997, p. 440), como porta-voz e chefe militar do EZLN, passaria a uma espécie de “tradutor” entre o universo camponês-indígena chiapaneco e o lado urbano e ocidental. É Marcos o responsável por dar voz às demandas neozapatistas. A função que se-lhe atribuem é mais que a de um mero porta-voz, a do intelectual do EZLN. No entanto, esta é uma questão bastante controversa, pelo menos na concepção gramsciana, que afirma serem todos os homens intelectuais, apesar de nem todos terem essa função na sociedade. Nesse sentido, dizia Gramsci que, quando

¹⁷³ O zapatista militante de atividade administrativa usa calça verde-oliva e camisa café.

se distingue entre intelectuais e não intelectuais, na realidade referimo-nos apenas à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais. [...] Cada homem, enfim, fora da sua profissão exerce uma certa atividade intelectual, isto é, é “filósofo”, artista, homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, tem uma consciente linha de comportamento moral, contribui, portanto, para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é para suscitar novos modos de pensar (GRAMSCI, 1974, p. 194-195).

Fato irrefutável é que Marcos – como o EZLN – não se enquadra nos esquemas tradicionais dos movimentos político-sociais nem no tipo tradicional de intelectual, o qual se caracteriza pela eloquência advinda dos momentos emotivos e apaixonados. Além de um habilidoso comunicador e conhecedor dos meios de comunicação, é dirigente, no sentido gramsciano do termo ““persuasor permanente” porque não puro orador – e, todavia superior ao espírito abstrato matemático; da técnica-trabalho atinge-se a técnica ciência e a concepção histórica humanística, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político)” (GRAMSCI, 1974, p. 196). O papel dos intelectuais nos movimentos sociais é de uma sólida simbiose, a ponto de, e aqui se concorda com Gramsci (1974, p. 202), não se poder compreender

a vida coletiva dos camponeses e dos germes e fermentos de desenvolvimento que nela existem, se não se toma em consideração, se não se estuda em concreto e se não se aprofunda, esta subordinação efetiva aos intelectuais: cada desenvolvimento orgânico das massas camponesas está ligado, até um certo ponto, aos movimentos dos intelectuais e deles depende.

A habilidade do Subcomandante Marcos no uso dos poucos recursos materiais, enriquecido em suas qualidades (exímio comunicador, domina fluentemente vários idiomas, tem formação intelectual e política), impulsionou a circulação das reivindicações zapatistas em escala global, partindo do centro da selva, mesmo estando cercado pelo Exército Federal, fato gerador de um invejável efeito midiático. Porta-voz e chefe militar,

parece que a sua primeira função sobressai em relação às demais. A guerra de informações travada desde o sudeste mexicano, mais que o insuficiente armamento do EZLN, não conhece fronteiras nem trincheiras, apesar de tratar-se, do ponto de vista militar, de uma guerra de guerrilhas¹⁷⁴. O sociólogo francês Touraine (1996) ao que parece, é quem melhor sintetiza o ilustre personagem:

Marcos es hoy por hoy la figura emblemática de la acción por la democracia en su sentido esencial: la defensa de los oprimidos por medio de la libertad política [...] sociólogo a caballo, mestizo entre los indígenas, patriota mexicano y militante revolucionario mundial, que arriesga su vida para unir de nuevo, en América Latina y en otras partes, la lucha revolucionaria y la libertad política.

Na concepção de Le Bot (1997, p. 14-15), no entanto, talvez seja preciso levar em conta o fato de que Marcos

já não o é, que Marcos nasceu do sonho dos zapatistas e que lhes pertence. [...] No início dos anos 80, juntou-se a um grupo de companheiros e assentou arraiais em Chiapas. Submersos na miríade de dogmas e lugares-comuns dos revolucionários latino-americanos das décadas precedentes, esforçaram-se, como outros antes deles, por os meter à força na cabeça dos índios. Hoje é o único branco (ou mestiço) entre os dirigentes do exército zapatista. No entanto, Marcos não procurou transformar-se num índio. O seu carisma e a confiança que adquiriu no seio das comunidades também lhes advêm do distanciamento que soube conservar. É talvez isto que lhe permite ser uma janela, uma ponte entre os dois mundos.

¹⁷⁴ Acerca da guerra de informação travada no conflito chiapaneco ver Ortiz (1997).

3 DA IDEOLOGIA

3.1 A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DOS SUJEITOS SOCIAIS

Toda visão global da história constitui uma genealogia do presente
(FONTANA I LAZARO, 1998, p. 9).

Até recentemente, o estudo do passado levava em conta quase que exclusivamente a história das classes dominantes. O que se referia à trajetória das classes subalternas, a “outra história”, no dizer de Rudé (1982), não nos chegava. A história dos movimentos sociais, das pessoas comuns, dos populares, das revoltas e das lutas coletivas não merecia apreciação por parte das Ciências Sociais Humanas, dos meios de comunicação e da academia em geral, sendo ignorada ou vista com relativa restrição através de documentos produzidos pelo *establishment*, preocupado tão somente com as façanhas e epopeias das classes dominantes. E, uma vez não chegando ao conhecimento público, acabava-se por reproduzir a história tal qual difundida pelos mecanismos de dominação. Na realidade, no âmbito acadêmico raramente teve lugar uma história que desse conta da vida, das aspirações e da subjetividade das pessoas comuns, dos coletivos sociais, dos pobres, dos “dominados”, o que deixou uma lacuna profunda na trajetória desses segmentos – em especial dos movimentos antissistêmicos – no que diz respeito à forma pela qual os coletivos sociais vivenciam, concebem, interferem e interagem no âmbito da sua

realidade, transformando-a e sendo transformado por ela. Faltava, enfim, uma história concebida por meio da ótica dos espoliados, predominando a história oficial, cuja principal característica era a excludência. A lei geral a nortear o que pensavam e vivenciavam os dominados circunscrevia-se ao que pensavam os dominadores que aqueles pensavam. A história contada de cima pra baixo, da academia para a *práxis*. Paradoxal, mas não estranho. Estranho seria se diferente fosse.

Não seria lógico pensar os meios de comunicação, instrumentos por excelência dominados pelas classes dominantes, como propagandistas dos movimentos contestatórios, subversivos, das sublevações, das rebeliões e, muito menos, das revoluções sociais. Ilógico seria esperar do sistema a publicidade das ações antissistêmicas, por não interessar aos meios de comunicação a publicidade dos juízos contidos nos discursos contra-hegemônicos dos revolucionários e seus programas alternativos, e tampouco a forma com que as camadas sociais exploradas organizam-se e confrontam a ordem estabelecida, projetando suas demandas para além de seus discursos. Isso tudo não deve constar da historiografia ou, se constar, deve sê-lo sob outra ótica, a ótica dos que dominam.

Interessava – e interessa – à classe dominante apregoar o “inconveniente”, o “atraso”, a “atemporalidade”, “a barbárie” e o despropósito de qualquer manifestação antissistêmica por ser “arcaica” e promovida por setores que “negam e obstruem o progresso humano”. A tática é calar-se acerca para que o anonimato deposite na lixeira do tempo aquilo que busca contestar e esgotar o potencial dominador. Isto também aconteceu com os movimentos revolucionários dos anos 1960-70, na América Latina. O cientista político mexicano, Castañeda (1994, p. 30), por exemplo, dissolve a importância dos movimentos da esquerda armada latino-americana desse período, negando-se a reconhecê-los enquanto atores relevantes no cenário continental. Partindo de casos específicos afirma ele que

[...] a esquerda armada latino-americana dos anos 60 e começo dos 70 nunca foi o ator principal na zona do espectro que desejava ocupar; e praticamente todos os seus membros ativos desse

período foram eliminados. Mas a geração de latino-americanos afetada pela luta armada e que não morreu nem desapareceu nas selvas, serras ou câmaras de tortura, abriu caminho aos atuais ativistas, jornalistas, dirigentes sindicais e ecologistas de meia-idade, todos esses que agora buscam votos, trabalham pelos meninos de rua nas favelas do Rio de Janeiro.

A tese de Castañeda trata de parte da verdade, não dela inteira. Os rumos da ordem internacional, redirecionados por resistências antiimperialistas como a da Guerra do Vietnã e da Revolução Cubana – para citar apenas esses exemplos – mudaram a forma de pensar a política internacional e tornaram-se escolas para os movimentos sociopolíticos não só do continente americano. Sader (1988)¹⁷⁵ analisou essa dinâmica ao apontar mudanças nos movimentos sociais da década de 1980, afirmando que não haviam se esgotado – como depois veio a insistir o autor de *Utopia desarmada* –, apenas mudado de forma. No entanto, apesar de mais consistente que a tese de Castañeda – a história o mostrou – a tese de Sader precisa ser relativizada no que diz respeito aos movimentos revolucionários latino-americanos de caráter armado. Enquanto alguns abriram mão da luta guerrilheira em troca de espaços na política institucional¹⁷⁶ – estes sim se enquadram nas teses aqui citadas – outros se mantiveram nos moldes tradicionais de ação político-militar¹⁷⁷, e outros, ainda, se retiraram do cenário político¹⁷⁸. Isso sem se referir àqueles que surgiram *a posteriori*, com novas formas, novas demandas político-sociais, estratégia e táticas diferenciadas e nova composição de sua base, como é o caso do EZLN. A propósito, a ausência deste em ambas as obras não pode ser imputada como falta, já que elas os antecederam. No entanto, se o EZLN representa ruptura, as FARC e o ELN (na Colômbia) e o EPR

¹⁷⁵ O fato de recorrermos aqui a Sader não significa adesão integral às condições teórico-metodológicas do autor quando da publicação da obra aqui citada. No entanto, é inegável sua contribuição para a compreensão dos movimentos sociais latino-americanos, sujeitos coletivos que questionaram as estruturas de dominação, oferecendo pistas importantes acerca do fenômeno.

¹⁷⁶ A exemplo da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), na Nicarágua; da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), em El Salvador; e da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), na Guatemala.

¹⁷⁷ É o caso das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), movimento guerrilheiro majoritário deste país, e do Exército de Libertação Nacional (ELN), ambos da Colômbia; do Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA) e Sendero Luminoso, ambos no Peru.

¹⁷⁸ Caso do Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR), chileno, entre outros.

(México) representam continuidade no que se refere à tática, à estratégia e à ideologia concernentes aos movimentos armados clássicos do continente.

Discordâncias à parte, a obra de Sader (1988) é de singular importância como referência para o estudo das mudanças ocorridas no seio dos movimentos sociais na década de 1980. Ela não apenas afirma a existência de Movimentos Sociais na América Latina, mas aborda questões acerca dos fatores socioeconômicos, políticos e culturais que os rodeiam e busca conhecer como se relacionam e se fundem. Nesse sentido, segundo Sader, constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados. Apropriando-nos do exemplo histórico da Paris revolucionária, quando os artesãos e pequenos comerciantes sublevaram-se, fizeram-no absorvendo e redefinindo as ideias de seus mentores políticos, a burguesia, permeada de influências de iluministas como Locke, Montesquieu e, particularmente, Rousseau. Nesse sentido, afirma Rudé (1982, p. 95) que

assim como os revolucionários ingleses do século XVII foram inspirados pela Bíblia e pela afirmação tradicional do Parlamento de suas “liberdades” contra o rei, assim os revolucionários franceses de classe média tiraram sua ideologia de uma fonte puramente secular: os escritos dos *philosophes* do século XVIII, particularmente os de Rousseau e Montesquieu, de cujos ensinamentos aprenderam a proclamar os princípios do Contrato Social, dos Direitos do Homem e Soberania Popular. E esses princípios, através de todas as mudanças e vicissitudes da revolução, continuaram sendo as linhas mestras básicas da burguesia revolucionária.

Esse tipo de contradição tem presença, também, no contemporâneo exemplo do EZLN. Na *Primeira Declaração da Selva Lacandona*, na qual diz estar em guerra contra o governo mexicano, os ezelenistas evocam nada menos que a própria Constituição Federal. Diz trecho da Declaração:

como nuestra última esperanza, después de haber intentado todo por poner en práctica la legalidad basada en nuestra Carta Magna, recurrimos a ella, nuestra Constitución, para aplicar el Artículo 39 Constitucional que a la letra dice: “La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo el poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno.”¹⁷⁹

Segundo o autor de *Ideologia e protesto popular*, nas ideias dos dominados três fatores devem ser considerados: “o elemento ‘inerente’ que, como dissemos antes, era a base comum; o elemento “derivado”, ou externo, que só podia ser efetivamente absorvido se o terreno já estivesse preparado; e as circunstâncias e a experiência que, em última análise, determinavam a natureza da combinação final” (RUDÉ, 1982, p. 32-33). Os casos EZLN e EPR mostram que a ideologia subjacente aos dois movimentos, tendo uma mesma base, obteve resultados distintos.

O processo de apropriação/decodificação/reinterpretação de que se fala aqui, no entanto, não se constitui uma operação aritmética na qual dois mais dois são quatro. Caso o fosse, tanto o EZLN quanto o EPR teriam uma mesma conotação, programa e tipo de ação, o que não é verdade. São condições de organização cujas trajetórias levam a táticas e estratégias diferentes por tratar-se de envolvimento com fatores diferenciados. O resultado, portanto, obtém-se da equação de todos os fatores que interferem no processo. Assim, julga-se condição *sine qua non* para que um grupo social se subleve, a constituição de uma forma lógica de pensar a realidade sob o prisma de sua coletividade e que aponte, nas condições objetivas em que vive e atua, a possibilidade de transformar essa construção numa arma capaz de explicar, coerentemente, o mundo concreto com o qual esse grupo se relaciona. Essa construção ideológica diz respeito a um processo social de interpelações, no sentido apontado por Therborn quando diz que “las ideologías no sólo someten a la gente a un orden dado. También la capacitan para una acción social consciente, incluso para las acciones orientadas a un

¹⁷⁹ Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

cambio gradual o revolucionario. Las ideologías no funcionan como un mero ‘aglutinante social’”(THERBORN, 1991, p. 11).

Porém, mais que uma forma discursiva, tal construção ideológica precisa estar acompanhada de uma prática política que tenha expressão própria e que se contraponha à ideologia dominante: trata-se de construir uma ideologia contra-hegemônica, no sentido gramsciano do termo, ou seja, uma forma própria de pensar a realidade segundo a ótica dos setores subalternos. Diz Gramsci (1980, p. 33) que o fato da hegemonia

pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionem com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.

Ao se buscar, na história, paralelos do que diz Gramsci, encontramos, entre tantos exemplos, o da Revolução Francesa, especialmente em dois de seus momentos cruciais: primeiro, quando o agente hegemônico – a burguesia –, no ímpeto de deflagrar sua revolução, apropriou-se das formulações políticas e filosóficas iluministas (como a teoria da soberania popular e do contrato social), sustentáculos ideológicos arregimentadores de amplos setores sociais. Ao desfraldarem tais bandeiras como se elas representassem os anseios de libertação das camadas oprimidas do Antigo Regime, engrossou as fileiras que derrotariam a nobreza e sua forma política de dominação, o despotismo real. O segundo momento diz respeito ao “Terceiro Estado”, as hostes “inferiores” mais radicais como os *sans-culottes* que, uma vez tendo apreendido a lição da *práxis* revolucionária, adaptaram-na aos seus interesses contra a própria burguesia. Ao se pensar a construção dessa contraideologia como manifestação político-ideológica da classe dominada, é essencial atentar-se para o fato de como, historicamente, é composta em seus fundamentos. Isso implica

levar em conta não somente as elaboradas doutrinas dos intelectuais de determinado movimento social, com seus discursos estruturados, ética e esteticamente construídos, mas as manifestações cotidianas particulares de seus atores sociais. Aplicando esse raciocínio à análise do movimento zapatista, cabe indagar: o que levou centenas de indígenas-camponeses a se rebelarem? Quais os motivos e objetivos que os impeliram a tal ação? Sob que ótica fundaram sua “nova” concepção da realidade e que condição objetiva os impeliram à luta?

Buscando responder a essas questões, partimos do pressuposto de que não bastou a condição histórica de pobreza, miséria, esquecimento – como os próprios ezelenistas concebem – e de extrema exploração para que os indígenas chiapanecos viessem a sublevar-se em armas. Essas condições objetivas podem ter sido o ponto de partida para a construção de uma leitura própria do sistema social em que se encontram inseridos, impregnando-a de um caráter libertador. A *conditio sine qua non* da sublevação é a junção da condição histórica do sujeito social com a leitura ideológica que constrói. É nesse sentido que se deve ler a *Primeira Declaração da Selva Lacandona* quando afirma:

Hermanos mexicanos: Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la Guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria.¹⁸⁰

O texto mostra o sujeito coletivo EZLN imerso em sua história, sua gênese, marcada por um conjunto de necessidades, desejos, anseios, medos e motivações advindas da rede de relações sociais, na qual ele se

¹⁸⁰ Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

constitui e se insere, calcado num discurso marcado por um profundo campo de significados, mais que complexo, conflitivo. Tem razão Eagleton (1997, p. 96) quando diz que a ideologia

é um domínio de contestação e negociação em que há um tráfego intenso e constante: significados e valores são roubados, transformados, apropriados através das fronteiras de diferentes classes e grupos, cedidos, recuperados, reinfletidos. Uma classe dominante pode “viver sua experiência” em parte por meio da ideologia de uma classe previamente dominante [...] ou pode modelar sua ideologia, parcialmente, em termos das crenças de uma classe subordinada. [...] Não existe uma correspondência exata, ponto a ponto, entre classes e ideologias, como é evidente no caso do socialismo revolucionário.

O discurso, necessariamente, revela a identidade coletiva dos atores sociais, com toda a subjetividade dos indivíduos que o compõem/constroem e com o peso das instituições culturais que permeiam o seu universo. A relação discurso/prática, mais que coerência, deve apresentar uma simbiose. Esta é que promoverá a unidade do grupo social a que se destina, levando-se em conta a heterogeneidade de seus indivíduos, já que um coletivo não é homogêneo em sua forma de conceber a realidade que o cerca. Ao contrário, por refletir as contradições sociais típicas do universo em que situam seus indivíduos, o coletivo é permeado de uma pluralidade de visões conflitantes acerca do concreto, mas que apresenta uma linha básica como eixo que lhe dá unidade: a luta por uma estratégia comum. É assim que, na *Quarta Declaração da Selva Lacandona*, o CCRI ezelenista nomeia os principais atores sociais aos quais se dirige e pelos quais são dirigidos, pelo princípio do “mandar obedecendo”:

Quiere el soberbio apagar una rebeldía que su ignorancia ubica en el amanecer de 1994. Pero la rebeldía que hoy tiene rostro moreno y lengua verdadera, no se nació ahora. Antes habló con otras lenguas y en otras tierras. En muchas montañas y muchas historias ha caminado la rebeldía contra la injusticia. Ha hablado ya en lengua náhuatl, paipai, kiliwa, cúcapa, cochimi, kumiai, yuma, seri, chontal, chinanteco, pame, chichimeca, otomí, mazahua,

matlazinca, ocuilteco, zapoteco, solteco, chatino, papabuco, mixteco, cuicateco, triqui, amuzgo, mazateco, chocho, izcateco, huave, tlapaneco, totonaca, tepehua, popoluca, mixe, zoque, huasteco, lacandón, maya, chol, tzeltal, tzotzil, tojolabal, mame, teco, ixil, aguacateco, motocinteco, chicomucelteco, kanjobal, jacalteco, quiché, cakchiquel, ketchi, pima, tepehuán, tarahumara, mayo, yaqui, cahíta, ópata, cora, huichol, purépecha y kikapú. Habló y habla la castilla. La rebeldía no es cosa de lengua, es cosa de dignidad y de ser humanos.¹⁸¹

Nesse processo, ao exprimir-se, o sujeito, ao mesmo tempo em que comunica algo aos outros também o faz a si mesmo. É precisamente no discurso que cada um manifesta a sua forma de ver e relacionar-se com o fenômeno no qual se encontra envolvido. Assim, os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem podem inventar, instantaneamente, seus sistemas de comunicação. Eles recorrem a matrizes constituídas e, em primeiro lugar, à matriz da própria cultura, reproduzida mediante uma pluralidade de agências sociais (SADER, 1988), apropriando-se delas e dando-lhes uma compreensão coerente com os interesses dos segmentos que compõem tal coletivo. As matrizes discursivas devem ser, pois, entendidas como modos de apreensão e abordagem da realidade em que os agentes que as constroem se encontram inseridos. Implicam diversas atribuições de significado, assim como de incorporações, uso de determinadas categorias de nomeação/interpretação/redefinição (das situações, dos temas, dos atores) de determinados valores e objetivos práticos. Sua produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas. Nesse sentido, se os atores coletivos são plurais, cada movimento cria suas próprias representações, seus próprios simbolismos, já que partem de referenciais que têm origem em sua realidade, composição social, seus símbolos e sua linguagem. Aliás, a própria linguagem identifica o movimento social através dos valores que perpassa, caracterizando, no discurso e na prática, a classe social à qual pertence. É o caso de ir à origem da ideologia que permeia os setores sociais subalternos.

¹⁸¹ Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

Em primeiro lugar, ressalta-se aqui que a história tem negado a retórica de que exploração exacerbada, pobreza e miséria extrema sirvam de caminho para a revolução, não sendo mais que o ponto de partida para a organização da resistência política contra a opressão. Concorde-se, assim, com Therborn (1991, p. 11) quando afirma que exploração

não implica *per se* resistência à exploração, resistência dos exploradores à resistência dos explorados ou luta em torno à exploração enquanto tal. [...] O que há que explicar, no entanto, é como os membros das diferentes classes chegam a definir de uma determinada forma o mundo e sua situação e possibilidades dentro dele.

Para que um setor social insurja é necessário um elemento mais que uma situação de miséria. O estado de profunda pobreza, por si só, não leva à insurreição, como pensavam algumas correntes políticas de esquerda no passado. Se a história não negasse esse pressuposto, a situação de extrema pobreza em que, historicamente, viveu e vive a maioria da população mundial (aqui incluídas as comunidades indígenas da América Latina), há séculos o sistema capitalista já teria sido varrido por uma revolução social da face do planeta, o que não exclui as tentativas por parte de incontáveis movimentos sociais e políticos. Apesar da obscura tendência à precarização das condições de vida para cada vez mais amplos contingentes sociais, as perspectivas não apontam para uma revolução a partir daí. Para uma noção, mesmo que vaga, das perspectivas para o início do novo milênio, basta uma olhadela no que diz o relatório *La estrategia del Banco Mundial para reducir el hambre y la pobreza*, de 26 de abril de 1998:

El Banco Mundial estimó que si las actuales condiciones de crecimiento económico se mantienen, para el año 2000 habrá unos mil 317 millones de personas pobres en el mundo viviendo con menos de un dólar de renta al día, casi 200 millones más que a comienzos de esta década. De éstos, el 45 por ciento se concentrarán en África.¹⁸²

¹⁸² Padecen hambre 750 millones; podrían ser 1,300 a fin de siglo: BM. *La Jornada*, México, 26 abr. 1998.

Pelo que se sabe, a África não vive nenhuma efervescência pré ou mesmo revolucionária. Isso sem descartar as possibilidades que se abrem para o surgimento de movimentos político-sociais em toda a parte do mundo, inclusive os de maior procedência conservadora. Os exemplos são numerosos, como visto, bastando mirar a própria história do México contemporâneo.¹⁸³ Em síntese, crê-se que, para que um ator social insurja contra uma determinada ordem é imprescindível que construa uma lógica e coerente forma de pensar e exprimir a realidade sob o prisma de seu grupo social e que aponte as condições objetivas em que vive, a possibilidade de reversão do quadro, lógica e plausível de concretização, mesmo quando parte de uma utopia; coerente, no que diz respeito ao discurso e à sua ação política (mesmo porque toda ideologia se materializa, se corporifica); que tenha expressão própria e que se contraponha à ideologia dominante. Enfim, uma ideologia contra-hegemônica construída na ótica do espoliado. E, como toda construção ideológica, deve representar a materialidade das relações sociais, ou seja, a forma de pensar, de movimentar, de agir de um determinado agente em seu tempo e lugar histórico. Assim, para que uma ideologia contra-hegemônica se consolide, deve representar a materialidade das relações sociais ao reverso.

3.2 A IDEOLOGIA DOS OPRIMIDOS

E vás ver meu filho – a isso venho –, que os espantalhos feitos de canas secas de milho e trapos velhos, unicamente se punham a cercar o milharal, não para espantar os pássaros. [...] Se vestiam de farrapos, simplesmente, para espantar a miséria para longe das terras nossas, os naturais. Verdadeiramente.¹⁸⁴

Existem inúmeras, incontáveis e escorregadias definições e interpretações da categoria ideologia. Não sendo pretendido aqui entrar no âmbito dessa discussão, ideologia é entendida como um conjunto de ideias

¹⁸³ Segundo Ramírez (1996), o período 1965-1976 caracterizou-se pela emergência de vários grupos e organizações que tentaram a tomada do poder no México. Dentre estes podem ser citados a Asociación Cívica Guerrerense, o Partido de los Pobres (PdP), a Frente Urbano Zapatista, o Movimiento Armado Revolucionário (MAR), a Frente Armado Revolucionário del Pueblo (FARP), os Comandos Armados del Pueblo, as Fuerzas de Liberación Nacional (FAR), e mesmo o EZLN e o EPR.

¹⁸⁴ Conto nahuatl narrado por D'ávila (1991, p. 77).

materializadas nas relações sociopolíticas e econômicas de determinada sociedade, voltadas para a manutenção ou criação de uma determinada ordem social. Nesse entendimento, o ideário dominante que permeia qualquer sociedade corresponde às relações preponderantes, sendo crucial para a sua reprodução. Assim, as ideias e valores que dominam uma sociedade de classes são ideias e valores da classe que domina. É delas que o senso comum está calcado, o que dá a ideia da instauração de um consenso no seio dessa sociedade.

Reconhecendo a categoria ideologia como elemento próprio de dominação social, vê-se que, com esta conotação, teve origem em Marx (1996, p. 24), que restringe seu contexto à sociedade de classes, em que “quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida desta história (a história dos homens), ou a uma abstração completa dela. A ideologia não é senão um dos aspectos desta história”. Marx restringiu a ideologia aos conceitos da classe dominante, particularmente da burguesia, e a viu como uma arma de dominação de classe, como um meio importante através do qual a classe dominante exercia seu poder sobre as classes subordinadas. Para ele, “as ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação” (MARX, 1996, p. 72).

Partindo dessa premissa, chega-se à conclusão de que a dominação de classe imposta pelas relações de produção capitalistas necessita, evidentemente, além do uso direto da força, de uma elaborada ótica da realidade capaz de impor – mascarada por um suposto acordo – sua dominação. Não entraremos, aqui, na discussão do caráter – se “verdadeiro” ou “falso” – da concepção, nos detendo no seu reflexo enquanto visão de uma classe que detém o poder, afirmando as incongruências expressas pela ideologia dominante, imagem das contradições sociais concretas inerentes a tal sociedade. Uma vez não correspondendo, concretamente, à realidade social tal qual concebem as classes dominadas, mas a apenas uma visão parcial e idealista, a ideologia

dominante não está isenta das contradições – entendidas como “falsidade” por muitos cientistas políticos - sociais. As incoerências inerentes a este tipo de ideologia são oriundas da condição da classe social da qual emana, que não permite desvendar a concretude das relações sociais que regem o mundo capitalista. Diz Lukács (1989, p. 84), a respeito, que “a ‘falsa consciência’ da burguesia, através da qual ela se engana a si própria está, pelo menos, de acordo com a sua situação de classe, apesar de todas as contradições dialéticas e da sua falsidade objectiva”. Se, efetivamente, se tratasse de uma “falsa consciência”, de que forma se concretizaria seu domínio no âmbito das classes subalternas?

Assim, a ideologia não se trata da invenção do real, mas de sua distorção. Pela peculiar incapacidade de explicitar as verdadeiras relações sociais engendradas no mundo material, a ideologia dominante mascara as relações sociais, desvirtuando-as. Assim sendo, essa consciência não é falsa em si, mas reflexo de uma visão distorcida da realidade e favorece a dominação de uma determinada classe porque parte de uma materialidade que lhe garante uma relativa lógica concreta. Mais uma vez recorrendo a Lukács (1989, p. 84), vemos que tem razão quando afirma que essa “falsa consciência, se não pode por certo salvá-la [a burguesia] do declínio e da intensificação contínua das suas contradições, pode, no entanto, dar-lhe possibilidades internas de continuar a luta, condições internas prévias para ir tendo alguns sucessos, ainda que de forma passageira”.

Eagleton (1997, p. 99), apesar de criticar o “historicismo” de Lukács, concorda com este no que diz respeito à polêmica da falsa consciência, apontando esta como “uma espécie de pensamento que se vê frustrado e impedido por certas barreiras, antes na sociedade que na mente, e que, portanto, apenas pela transformação da própria sociedade poderia ser dissolvido”. Althusser (1996), por sua vez, compreende a ideologia como mecanismo institucional de dominação, no mesmo sentido de Eagleton (1996, p. 126-128), entendendo o conceito marxiano de ideologia como “uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. [...] O que é representado na ideologia, portanto, não é o sistema das relações reais que regem a existência dos

indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais em que vivem”.

As classes subalternas, ao lutarem contra a sua sujeição às estruturas de dominação, buscam elaborar uma visão de classe que lhe seja peculiar, que expresse, de algum modo, sua ótica da realidade. Concentrando nessa “ação contra-hegemônica” por parte dos dominados, Gramsci (1974, p. 191) entende a construção de uma “contraideologia” como necessidade básica das classes subalternas¹⁸⁵ para a tomada do poder de Estado. Insistia ele na conveniência de se atentar para as necessidades ideológicas das classes “tradicionais”¹⁸⁶ – e não somente das “fundamentais” – da sociedade capitalista. Dizia ele que

é de notar que a massa dos camponeses, muito embora desempenhe uma função essencial no mundo da produção, não elabora os próprios intelectuais “orgânicos” e não “assimila” nenhum grupo de intelectuais “tradicionais”, muito embora outros grupos sociais tirem da massa dos camponeses muitos dos seus intelectuais, e grande parte dos intelectuais tradicionais sejam de origem camponesa.

Assim, defendia a necessidade de se atentar para os conceitos mais simples e menos estruturados que circulavam entre as pessoas comuns, com frequência contraditórios e/ou confusos, compostos de uma mistura de folclore, mito, lenda e experiência popular cotidiana. Para ele, faz-se necessário incorporar certos aspectos até então negligenciados quando se pensa a construção dessa contra-hegemonia, como costumes, hábitos e valores. Esse corpo poderia vir a constituir parte vital dessa “contraideologia”. Dizia:

¹⁸⁵ Refere-se Gramsci às classes subalternas quando a dominação de classe se dá não só baseada na coerção, mas quando existe uma direção ideológica do processo de dominação, caso em que a classe dominante torna-se hegemônica. Nesse sentido, o domínio teria a concordância do dominado.

¹⁸⁶ Gramsci referia-se a dois grupos sociais no seio da dominação burguesa: os “essenciais” (assim denominados pelo seu papel na direção da tomada do poder político), formado pelas classes burguesa e proletária; e os “tradicionais”, formados por camponeses e artesãos que, apesar do importante papel exercido por estes, não seriam capazes de assumir o poder e tomar a direção das outras classes. Quando aqui nos apropriamos do conceito, estendemos-lhe também a todas as classes e setores sociais que não somente os essenciais.

Ignorou-se ainda outra proposição da filosofia da práxis: aquela segundo a qual as “crenças populares” têm a validade das forças materiais. [...] Neste campo, a luta pode e deve ser conduzida desenvolvendo o conceito de hegemonia, da mesma forma como foi conduzida praticamente no desenvolvimento da teoria do partido político e no desenvolvimento prático da vida de determinados partidos políticos (GRAMSCI, 1980, p. 37-38).

A construção da ideologia dos dominados, tal qual aqui se concebe, dá-se por meio de um processo de apropriação/decodificação/reinterpretação por parte das classes subalternas, através da assimilação de elementos tais como ideias, costumes, crenças, ciência, conceitos e valores codificados pela ideologia dominante. Uma vez interpretados e reelaborados sob a ótica de sua classe, são articulados num discurso unificador relativamente lógico e coerente, agregado de novos significados e nova simbologia, constituindo em discurso anti-hegemônico de estratégia libertária (no sentido de libertação social).

Por outro prisma, se a contraideologia característica das classes subalternas é capaz de se constituir por meio da apropriação/decodificação/reinterpretação de valores, categorias e elementos diversos da ideologia hegemônica, em contrapartida tal prerrogativa não é exclusiva das classes dominadas. Da mesma forma as classes dominantes têm também utilizado dessa prática de adaptação/reconstrução ideológica numa contraofensiva na qual tenta inverter o processo a seu favor, buscando confundir os movimentos antissistêmicos. Assim, a burguesia tem se apropriado de conceitos, valores, categorias, crenças e opiniões cujos significados foram atribuídos pela esquerda. A título de exemplo, podem ser citadas as atuais “reformas” e “ajustes estruturais”, nomenclaturas apropriadas pelos ideólogos neoliberais e desprovidas do sentido anterior, sofrendo uma ressignificação em caráter profundamente antagônico, num (ar) roubo ideológico.

O termo reforma social, por exemplo, que antes tinha o sentido de ação cuja estratégia final era a superação do sistema capitalista, teve sua conotação transmutada na perpetuação das relações de produção desse

tipo. O fato denota que a ideologia é reflexo do mundo material – cuja representação se dá numa esfera imaginária e simbólica – no qual todos os sujeitos (individuais ou coletivos) estão submetidos às contradições das relações sociais ali estabelecidas. Poulantzas (1971, p. 268) dizia que “se é certo que as classes dominadas vivem necessariamente sua relação com suas condições de existência no discurso da ideologia dominante, não é menos certo, por outro lado, que esse discurso apresenta com frequência elementos tomados de outros modos de vida que o da classe dominante”. Por sua vez, Eagleton (1997, p. 95-96) concorda com Poulantzas no que diz respeito ao aspecto relacional entre as classes sociais ao afirmar que, assim

como não pode haver uma classe burguesa sem um proletariado, ou vice-versa, a ideologia típica de cada uma dessas classes é construída até as raízes pela ideologia de sua antagonista. As ideologias dominantes têm que se engajar eficazmente na experiência vivida das classes subordinadas e à maneira como essas classes subalternas vivem seu mundo será tipicamente moldada e influenciada pelas ideologias dominantes.

Nessa ótica, nenhuma contradição de ordem da ação política.

Partindo do pressuposto de que não só existem classes sociais, mas que elas são protagonistas de um confronto contínuo na existência histórica do sistema capitalista, entende-se que a ideologia (construção de uma visão política de classe) permeia as relações sociais, não se circunscrevendo somente à alocação (linguagem e simbologia), mas também à prática social dos agentes históricos, sem a qual o discurso perderia a sua validade e legitimidade. Assim, a luta de classes envolve a existência não simplesmente das duas classes “fundamentais” da sociedade industrial – a burguesia e o proletariado – mas também outros segmentos sociais, os quais Gramsci denomina “tradicional”, tais como os camponeses, pelo importante papel que tiveram e têm a desempenhar no processo de construção de uma ideologia contra-hegemônica. A América Latina é um eloquente exemplo desse processo: o EZLN e o MST, entre outros, o afirmam. Nesse sentido, a *Terceira Declaração da Selva Lacandona*, concebe como necessária uma pluralização das forças sociais

para a deflagração das lutas mais gerais de implantação de um governo provisório no México:

Llamamos a todas las fuerzas sociales y políticas del país, a todos los mexicanos honestos, a todos aquellos que luchan por la democratización de la vida nacional, a la formación de un movimiento para la liberación nacional incluyendo a I Convención Nacional Democrática y a todas las fuerzas que, sin distinción de credo religioso, raza o ideología política, están en contra del sistema de partido de estado. [...] Llamamos a los obreros de la republica, a los trabajadores del campo y de la ciudad, a los colonos, a los maestros y estudiantes de México, a las mujeres mexicanas, a los jóvenes de todo el país, a los artistas e intelectuales honestos, a los religiosos consecuentes, a los militantes de base de las diferentes organizaciones políticas a que, en su medio y por las formas de lucha que consideren posibles y necesarias, luchan por el fin del sistema de partido de estado incorporándose a la convención nacional democrática si no tienen partido, y al movimiento para la liberación nacional si militan en alguna de las fuerzas políticas de oposición.¹⁸⁷

Ao se analisar tal declaração, vê-se que tem razão Eagleton (1997, p. 109), quando afirma que “uma ideologia “orgânica” não é simplesmente falsa consciência, mas uma consciência adequada a um estágio específico do desenvolvimento histórico e a um momento político particular”. Ao considerar que, da mesma forma que a classe dominante subjuga o espectro político global, a ideologia hegemônica o faz sobre a ideologia das classes subalternas, reafirmando sua essência de “realidade imaginária”. Trata-se de um processo relacional e dialético, inda que o Subcomandante Insurgente Marcos negue (veja-se a epígrafe a seguir). Os ezelenistas de Chiapas estão construindo, a preço de sangue, teoria e prática, uma forma própria de pensar a sua realidade no contexto da luta de classes em que se encontram inseridos e segundo sua indianidade. Reafirmando tudo o que já foi mencionado aqui, o construto social do EZLN trata-se de uma ideologia, aqui nomeada de *ezelenista*.

¹⁸⁷ Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

3.3 MATRIZES IDEOLÓGICAS EZELENISTAS

O zapatismo não é uma ideologia política nem um cozido de novas ideologias. O zapatismo não é, não existe. Só serve, como servem as pontes, para atravessar de um lado para outro. [...] Não há receitas, linhas, estratégias, táticas, leis, regulamentos ou palavras de ordem universais. Há apenas um anseio: construir um mundo melhor, isto é, novo (SUBCOMANDANTE MARCOS, 1998, p. 160).

O EZLN construiu sua identidade enquanto sujeito político num quadro em que os indígenas-camponeses são, historicamente, ignorados nos cenários públicos instituídos, não sendo concebidos como agentes de coletivos sociais com modalidades particulares de elaboração das experiências vividas por eles próprios, mas enquanto empecilhos ao desenvolvimento das forças produtivas, num mundo utilitarista e consumista no qual não cabem culturas que não concebam a reprodução das relações capitalistas.

O “anonimato” a que se impôs o EZLN, parece, propiciou tempo e parte das condições necessárias para que os ezelecionistas reelaborassem os experimentos político-sociais locais – enquanto parte das experiências regionais, nacionais e até internacionais dos MSR’s que o antecederam – sob a ótica das culturas comunitárias dos indígenas chiapanecos. Com isto não afirmamos que o EZLN reciclou fórmulas do passado, mas que se apropriou dos ensaios politicossociais anteriores, aprendendo das lições de seus congêneres e aplicando-as aos experimentos históricos dos povos indígenas daquela parte da Selva Lacandona. Pelas características mais gerais que compreendem sua identidade, pode-se afirmar que o EZLN apresenta-se aos movimentos sociais não como um modelo a ser seguido, mas como um novo ator social, com características *sui generis*. A ver.

A primeira característica a identificar o EZLN é a ruptura compreendida por seu discurso. Partindo do princípio que afirma a linguagem como parte identificadora de um movimento social, pelos valores que perpassa, entende-se aqui que a forma discursiva em que o EZLN fundiu, linguisticamente, as referências coletivas dos povos

indígenas, desaguou num discurso plural cuja origem se encontra permeada de diversas concepções político-ideológicas mescladas à tradição indígena. Sua linguagem é nova e portadora de uma estética que foge totalmente à do discurso tradicional da esquerda clássica, que não atentava muito para a forma, mas mais para o conteúdo (muitas vezes construído sob um contorno hermético, dogmático e permeado de palavras de ordem dirigidas a um restrito grupo social ou político). O EZLN usa uma construção metafórico-literária de fundo indígena, que lhe permite atingir um vasto campo de abrangência interdisciplinar, heterogênea e pluricultural. Este atributo propicia-lhe um estilo original que abarca amplos segmentos sociais sem, no entanto, descaracterizá-lo enquanto típica construção contra-hegemônica das classes subalternas, marcada por uma resistência cultural difusa – mas não só – típica de seu elemento predominante (o indígena). É cirúrgica – no sentido figurado –, com um discurso marcadamente irônico e portador de um gosto quase excessivo por jogos verbais em que predominam

sobre todo una larga experiencia vital, que lo condujo a una verdadera conversión y a crear un pensamiento en el que se unen la defensa comunitaria, la lucha social y el proyecto político. Reemplaza un lenguaje que se reducía a la crítica del sistema dominante por otro, el de los derechos de todo sujeto humano. Al objetivismo leninista, lo sustituye con la política del sujeto, su dignidad y su diferencia. En vez de oponer lo universal a lo particular, busca que el arraigo indígena de su acción lleve al reconocimiento del valor que tiene la defensa de todas las identidades y todos los excluidos, contra una economía financiera “desocializada”, en el mejor de los casos indiferente a las demandas personales y colectivas, y que destruye de hecho la libertad de cada quien y su capacidad para ser un actor social (TOURAINÉ, 1996).

O discurso ezelenista opera, assim, uma interação dialética que tem, por um lado, as tradições locais de solidariedade comunitária e, por outro, a influência marxista de uma dinâmica revolucionária marcada pela perspectiva de construção de uma sociedade alternativa (PETRAS;

VIEUX, 1998, p. 58). Sua configuração programática combina demandas de caráter local (étnicas, peculiares dos indígenas chiapanecos: autonomia e autodeterminação); nacional (democracia, representada sobretudo por um fazer político marcado pela diversidade étnico-cultural – “um mundo onde caibam todos os mundos”); e internacional (luta pela construção de uma alternativa antineoliberal)¹⁸⁸. Articula, nesse contexto, os elementos sociopolíticos, culturais e econômicos da conjuntura histórica de tempo/ espaço em que atua com amplos segmentos étnicos, sociais, nacionais e internacionais. Assim sendo, mesmo ao negar que o ezelenismo seja uma ideologia, Marcos o afirma quando renomeia categorias, retomando o seu sentido concreto anterior – antes de serem apossadas e destituídas de seu sentido original pelos que dominam. Vejamos o que diz:

Lo que queremos es darle a la palabra otro uso. No más allá del que tiene pero sí retomar el uso que había perdido. La palabra en política, y sobre todo en México, en la política mexicana había sufrido un desgaste continuo. Conceptos como patria, nación, revolución, cambio, justicia social, libertad, democracia estaban completamente vacíos. Lo que decidimos es darles un nuevo contexto y volverlos a nombrar (apud MONTALBÁN, 2001, p. 196).

O que significa essa retomada do sentido original das categorias (mais que palavras) citadas acima senão o regresso ao caráter primeiro de significação destas, processo não isento da concepção subjetiva que as geraram? As categorias analíticas são construtos sociais, e, por sê-lo, constituem a formulação de determinados agentes cuja percepção da realidade é própria de suas condições sociopolíticas, culturais e econômicas. A constituição original de toda e qualquer categoria é produto da visão ideológica dos setores formuladores dessas categorias. O resgate do sentido original das palavras por parte dos ezelenistas, ou seja, a reinterpretação

¹⁸⁸ “Este año que termina, 1994, acabó de mostrar el verdadero rostro del sistema brutal que nos domina. El programa político, económico, social y represivo del neoliberalismo ha demostrado su ineficacia, su falsedad y la cruel injusticia que es su esencia. El neoliberalismo como doctrina y realidad debe ser arrojado, ya, al basurero de la historia nacional” (*Terceira Declaração da Selva Lacandona*). Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

através de um retrospecto ao seu sentido anterior é parte constitutiva da própria construção contra-hegemônica, que passa pelo procedimento de reapropriação/reinterpretação anteriormente aludido. O que é esse sentido concreto referido pelo subcomandante senão a visão etnoclassista típica dos setores que permeiam o EZLN? O que significa essa releitura, esse resgate e essa reconstituição desveladora de novos/velhos significados da realidade concreta dos agentes sociais que a efetuam, constituindo/reconstituindo novas/antigas categorias representativas da reflexão dos agentes políticos, senão ideologia? Não é o que afirma, a seguir, o discurso do próprio subcomandante?

No pensamos que la palabra vaya produciendo una revolución, no le apostamos tanto. Pero sí pensamos que la palabra puede producir reflexión, puede producir conciencia de lo que esta ocurriendo. Cuando reutilizamos palabras como patria, democracia, libertad e justicia, conceptos que se manejan en el discurso del poder y en cualquier discurso convencional, los hicimos tal como las sienten y interpretan las comunidades indígenas respaldadas por la acción del EZLN. Se da paso a un nuevo significado, como se la palabra “patria” fuera nueva y en ese juego más tarde coinciden los sectores urbanos que se acercan al zapatismo (apud MONTALBÁN, 2001, p. 196-197).

A segunda peculiaridade ezelenista diz respeito às bandeiras que desfraldam. Elas trazem reivindicações básicas de qualquer “cidadão comum”, tais como direito ao trabalho, à terra, à alimentação, à educação, à saúde, e bandeiras políticas como pátria, nação, revolução, transformação, justiça social, liberdade, paz, democracia... Bandeiras, aliás, contidas em qualquer carta constitucional, desde a Constituição Mexicana de 1917, herdeira da Revolução agrária de 1910, como das lutas históricas das classes subalternas mexicanas dos séculos XIX e XX. A isso adicionou demandas por direitos civis das minorias sociais como negros, índios, homossexuais, mulheres...

No entanto, se o resgate dessas demandas pode representar uma continuidade dos movimentos que o antecederam, não remete a um simples retorno a elas. Constitui uma tentativa de fazer cumprir promessas

históricas e direitos adquiridos pelos segmentos sociais subalternos da sociedade e, ao mesmo tempo, resgatar o sentido primeiro de tais reivindicações. Isso abriu ao EZLN possibilidades de atração de uma base heterogênea, esfera na qual a mulher transformou-se num de seus importantes agentes. Aspecto equivocadamente concebido por Ortiz (1997, p. 463) como de ruptura – entre o EZLN e os demais movimentos guerrilheiros latino-americanos, pois a história tem testemunhado que as mulheres latino-americanas, por sua condição de tripla marginalização e exploração (sexual, étnica e social), têm tido um extraordinário papel, não só nos processos de lutas institucionais, mas também nos de caráter armado, parainstitucionais. Movimentos sociopolíticos de Nicarágua, Guatemala, El Salvador, República Dominicana, entre outros, ressaltam bem o papel delas nas lutas politicossociais. E o México não foge à regra. Inserida nesse contexto, a mulher indígena mexicana tem exercido um papel de grande relevância na guerrilha deflagrada em Chiapas. O videodocumentário *El EZLN e las mujeres: las siempre olvidadas*¹⁸⁹ registra o movimento de mulheres indígenas do Estado de Chiapas em torno da *Ley revolucionária de Mujeres*, mesmo antes da emergência pública do EZLN. Segundo esta fonte, o EZLN tem, em suas fileiras, um terço de mulheres¹⁹⁰, as quais ocupam os mesmos cargos que os homens e exercem liderança dentro da organização. Nomes como os das comandantes Ramona e Trinidad, no âmbito político, e da capitã Irma ou da major Ana Maria, no âmbito militar, não deixam esquecer o importante papel exercido pelas mulheres no seio da guerrilha chiapaneca.

Uma terceira característica ezelenista é a recusa a ser herdeira de qualquer vertente ideológica clássica, distinguindo-se tática e estrategicamente dos movimentos guerrilheiros tradicionais. No que respeita à tática, recusa o ortodoxo clandestinismo distintivo dos movimentos armados que o antecederam, ampliando a guerra de guerrilha ao plano político, usando-a como pressão para reivindicar avanços sociais

¹⁸⁹ Videodocumentário produzido e dirigido por Las Brujas/La Guillotina. Colorido, 20 minutos, espanhol, VHS. México, 1995.

¹⁹⁰ No comunicado de comemoração dos 20 anos do EZLN, em 2003, o Subcomandante Marcos fala num percentual de 30% de participação feminina no CCRI. Acerca ver “Hay un tiempo para pedir, otro para exigir y otro para ejercer”. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/2003/2003_10.htm. Acesso em: 25 abr. 2009.

e políticos, fazendo entender que a guerrilha ezelenista é a política em armas. É o que afirma a *Segunda Declaração da Selva Lacandona*:

Reiteramos nuestra disposición a una solución política en el transito a la democracia en México. Llamamos a la Sociedad Civil a que retome el papel protagónico que tuvo para detener la fase militar de la guerra y se organice para conducir el esfuerzo pacífico hacia la democracia, la libertad y la justicia. El cambio democrático es la única alternativa a la guerra. [...] Detrás de nuestras armas de fuego hay otras armas, las de la razón.¹⁹¹

Seu plano estratégico marca, mais que nunca, uma ruptura quando inova na sua concepção da relação de poder, apesar de não deixar claro como isso, na prática, se dará. Diferentemente das tradicionais organizações armadas latino-americanas, declara não almejar a derrota militar do governo nem a tomada do poder político como alternativa de implantação de um novo projeto de sociedade, restringindo seus objetivos à estratégia da construção de uma nova cultura política que revolucione a relação de poder entre o Estado e a Sociedade Civil (SUBCMANDANTE MARCOS, 1998, p. 160) para que se criem as condições para uma revolução mais ampla¹⁹²: “Hagamos una revolución para abrir el espacio que haga posible la revolución” (Subcomandante Marcos apud MONTALBÁN, 2001, p. 197). O elemento mandar-obedecendo, representante-mor de sua cultura política está intimamente ligado ao poder-fazer (HOLLOWAY, 2003) que deságua diretamente no processo de autogestão¹⁹³.

Porém, se a estratégia ezelenista traz, por um lado, mais dúvidas que certezas quanto à tomada do poder, por outro aciona a perplexidade e a

¹⁹¹ Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

¹⁹² Ao declarar que não almeja tomar o poder, o EZLN criou um problema aparentemente insolúvel no campo da política: como pensar uma revolução sem pleitear a tomada do poder? Questão por demais controversa, problematizada magistralmente por Bensaid (1998, p. 15-16) e por Holloway (2003). Na *Segunda Declaração da Selva Lacandona*, o EZLN dá a receita: “Replantear el problema del poder en este marco de democracia, libertad y justicia obligará a una nueva cultura política dentro de los partidos. Una nueva clase de políticos deberá nacer y, a no dudarlo, nacerán partidos políticos de nuevo tipo”. E conclui: “No estamos proponiendo un mundo nuevo, apenas algo muy anterior: la antesala del nuevo México. En este sentido, esta revolución no concluirá en una nueva clase, fracción de clase o grupo en el poder, sino en un espacio libre y democrático”. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

¹⁹³ Acerca de uma análise desses elementos na obra de Holloway, ver Almeida (2004, p. 237-242). Acessível também em <http://www.uesb.br/politeia/v4.asp>.

incerteza de estar diante de novas perspectivas políticas que necessitam ser construídas pelos atuais agentes históricos. O EZLN, certamente, é um deles, por tratar-se de uma organização político-militar que

conduz suas ações a partir do exercício prático de democracia e da tradição das comunidades indígenas e camponesas e suas organizações representativas. Um movimento insurgente que não defende a tomada do poder, mas a radicalidade da prática democrática, que dialoga com amplos setores civis, que ultrapassa seus limites e inspira outras lutas em diversos países e suas conexões, inaugurando um novo marco de relações políticas e de solidariedade (ORTIZ, 1997, p. 449).

A *Quinta Declaração da Selva Lacandona*, ao insistir que a meta insurgente não é a tomada do poder, mas o reconhecimento dos direitos indígenas, parece ir no mesmo sentido da posterior obra de Holloway, ressaltando a autonomia (ou autogestão) dos povos indígenas, sua principal demanda. Diz que,

a cinco años del inicio de nuestro alzamiento, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional repite: nuestro objetivo no es hacernos del poder, tampoco obtener puestos gubernamentales ni convertirnos en un partido político. No nos alzamos por limosnas o créditos. No queremos el control de un territorio o la separación de México. No apostamos a la destrucción ni a ganar tiempo. Nuestras demandas principales son el reconocimiento de los derechos de los pueblos indios y democracia, libertad y justicia para todos los mexicanos y mexicanas.¹⁹⁴

Na concepção ezelenista, para que se materialize essa nova relação Estado/Sociedade Civil, o pressuposto é o fim do sistema de partido-Estado no México. Afirmar a *Segunda Declaração da Selva Lacandona*: “Por suicido o fusilamiento, la muerte del actual sistema político mexicano es condición necesaria, aunque no suficiente, del tránsito a la democracia en nuestro país. Chiapas no tendrá solución real si no se soluciona México”¹⁹⁵.

¹⁹⁴ Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/lacandona1.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

¹⁹⁵ Idem.

Nesse contexto, o recurso às armas tem uma função tática, e seu sentido é o de fazer política. O CCRI acredita que, “se mudarmos a maneira de ver o poder, afirmando que não queremos tomá-lo, isto produzirá outra forma de fazer política e outro tipo de político, diferente dos que sofremos hoje em todo o espectro, esquerda, centro, direita e as variações que haja” (MACHADO, 1996, p. 32).

A quarta característica peculiar ao EZLN é a composição de sua base social. Heterogênea, marcada por aliança com vários segmentos sociais, étnicos, de gênero, inclui também os chamados *setores secundários* da sociedade, como o indígena-camponês¹⁹⁶ (predominantemente), e a chamada “sociedade civil”, considerada como importante força social no processo de desgaste do sistema capitalista. Composição que, por um lado, exige um suscetível jogo de cintura capaz de satisfazer sua pluralidade; por outro, sugere enriquecimento e ampliação das demandas de seu programa. Desse arranjo emerge uma construção antihegemônica de caráter plural: popular e não exclusivamente camponesa, indígena ou operária.

A quinta característica do movimento ezelenista é a mais marcante de sua identidade. Mesmo sendo anti-institucional e antipersonalista por excelência, o EZLN conseguiu desenvolver uma ação propagandística que faz uso dos mais modernos meios de comunicação: fax, antenas parabólicas, telões, telefone celular, incluindo aí a internet. Ao construir tão vasto campo de interação entre a política e a mídia, atingiu um raio de propagação que nenhuma outra guerrilha jamais conseguiu, travando neste campo uma verdadeira guerra eletrônica. O Subcomandante Marcos (1998, p. 228) chega mesmo a declarar, numa carta aos povos e governos do mundo – e também endereçada à Secretaria de Governo do México, datada de 29/12/97:

A arma principal dos zapatistas, e a que mais incomoda o governo federal, é a palavra. Para “desarmar-nos” da palavra têm tentado de tudo: comprá-la, encarcerá-la, assassiná-la, emudecê-la, diminuí-la, ignorá-la, deformá-la e, como agora faz de novo o

¹⁹⁶ O que não podia ser diferente, já que o movimento se diz herdeiro das ideias de Hidalgo e Morelos, de Zapata e de Villa, líderes, respectivamente, do processo de Independência de 1810 e da Revolução de 1910, os quais tiveram profunda conotação agrário-camponesa, indígena por essência.

governo, ameaçá-la. Tudo tem sido inútil; continuamos falando, isto é, seguimos lutando.

A propósito, a prática difusora de ideologias dos movimentos sociopolíticos tem como característica a inovação. Ao voltarmos os olhos para a Alemanha do século XVI, encontraremos um líder popular de nome Joss Fritz, da *Conspiração do Bundschuh* (Conspiração dos botas com correias), que percorria vastas regiões difundindo as ideias do Movimento (ENGELS, 1971). Guardadas as devidas proporções, nunca se chegou, na história dos movimentos sociais a tão vasto raio de alcance como tem chegado o EZLN. A internet permitiu aos ezelenistas organizarem uma rede de informações em tempo real, que forçou o governo mexicano, apesar de controlar a megarrede de televisão *Televisa*, a maior da América Latina, a reconhecer o poder de comunicação do EZLN. Segundo Ortiz (1997, p. 9),

os comunicados zapatistas e as denúncias dos organismos humanitários circulavam pelo “ciberespaço” quase em tempo real, abastecendo os ativistas de direitos humanos em todo o mundo e a imprensa internacional antes que os comunicados oficiais do governo. [...] Até a poderosa Televisa, que por suas ligações com o governo mexicano inicialmente foi proibida pelos rebeldes de entrar com suas equipes no território controlado pelo EZLN, teve que noticiar as reivindicações zapatistas durante as tentativas de negociações de paz entre fevereiro e março de 94, em San Cristóbal de Las Casas, porque todos os principais meios de comunicação, nacionais e estrangeiros, estavam lá e davam a notícia.

A forma de conexão entre a origem dos comunicados ezelenistas e o seu destino passa por uma tática milenar na qual os indígenas chiapanecos têm longa experiência. Para “vazar” o cerco militar, o EZLN utilizou uma rede de simpatizantes investidos em sua condição de camponeses que têm trânsito livre pelos povoados e estradas, que faz chegar as informações ao seu destino. O mimetismo típico da guerra de guerrilha dificulta às forças da repressão a identificação dos guerrilheiros, que passam despercebidos

pelas ruas como homens comuns. Ortiz (1997, p. 14) lembra que “os zapatistas são o primeiro movimento armado que não precisa imprimir seus panfletos na clandestinidade, a ‘la mimeógrafo’, nem tomar de assalto emissoras de rádio ou sequestrar figurões para ter suas mensagens veiculadas publicamente. Sinal dos tempos...”.

Assim, a guerra midiática suscitada pelo EZLN deu forças à emergência de um fantasma que ronda a democracia burguesa atual: o da democratização dos meios de comunicação. Ideólogos historicamente ligados aos centros de decisão do mundo capitalista, como Nye Jr. (2002, p. 75-82), preocupam-se, hoje, com os dois lados do contemporâneo processo de avanço tecnológico que distribui (diria ele democratiza) os meios de comunicação de forma que a crescente privatização e os avanços tecnológicos da informação e comunicação disseminam poder fora dos sistemas de governo e capacita indivíduos e grupos a um papel na política mundial.

Em toda a história da América Latina, permeada de movimentos de resistência revolucionária, nenhuma outra experiência de MSR conseguiu inovar tanto e em tantos aspectos. O EZLN vem confirmar, quase que profeticamente, a tese de Bruit (1988, p. 1-15) de que a história da América Latina é uma experiência sempre presente, a quebrar o tempo cronológico e recortes espaciais, o que nos permite conceber a possibilidade de estarmos vivendo o tempo da conquista sem deixar de viver a modernidade.

Não só nos aspectos acima abordados o discurso zapatista inovou. Os elementos ideológicos burgueses são evocados numa leitura diferenciada de seu significado corrente, sendo decodificado, interpretado e reconstruído em contraposição à própria ideologia dominante, tornando-se importante arma na guerra de informações que caracteriza o conflito chiapaneco. No entanto, seria irresponsável relegar a plano menos importante a elaboração ideológica permeadora do discurso e da prática ezelenista, constituída, na nossa leitura, de **quatro outros centros básicos** de onde irradiam sua alocação: a cultura maia, a filosofia ocidental moderna e contemporânea, o marxismo e o zapatismo.

3.4 MATRIZ CULTURAL MAIA

Um índio preservado em pleno corpo físico.
 Em todo sólido, todo gás e todo líquido.
 Em átomos, palavras, alma, cor, em gesto e cheiro.
 Em sombra, em luz, em som magnífico.
 Num ponto equidistante entre o Atlântico e o Pacífico [...]
 E as coisas que eu sei que ele dirá, fará,
 não sei dizer assim, de um modo explícito.
 (“Um índio”. Caetano Veloso)

A cosmogonia indígena do espaço geográfico e geocultural denominado América Latina é calcada num substancioso simbolismo que resistiu, historicamente, ao assédio das diversas conjunturas capital-imperialistas, mantendo-se viva no cotidiano das comunidades chiapanecas. Assediada, a cosmovisão maia é um elemento essencial da ideologia ezelenista, imortalizada no *Po Pol-Vub*¹⁹⁷ e na tradição indígena de resistência¹⁹⁸, passada à posteridade através da história oral.

O EZLN reconhece-se portador da cultura maia, e não poderia ser diferente, já que sua principal base social é composta por indígenas desta etnia. Para exprimir sua leitura da realidade, o EZLN utiliza sempre expressões metafórico-literárias geralmente de matriz maia. Esse é o caso, por exemplo, do mito formativo dessa matriz (epígrafe deste livro), em que a filosofia maia busca explicar a gênese de seu universo e a relação de poder que nele se estabeleceu, assim como sua concepção ideal de mundo. Mas esse exemplo é apenas um aspecto do universo que recobre o discurso maia-ezelenista. Ao analisar os discursos ezelenistas, encontramos histórias mil, a ampliar seu raio de alcance, atingindo os mais diversos setores sociais, principalmente o indígena.

Tomando como exemplo a *História dos sete arco-íris*, nela o EZLN apresenta sua visão do que poderia ser, ou se tornar, o *Diálogo de San Andrés*. Nessa história encontra-se um forte apelo à ancestralidade, sempre simbolizada em seu panteão de deuses cujas principais responsabilidades

¹⁹⁷ Trata-se do livro sagrado dos maias, um compêndio de histórias, lendas e tradições dos povos Maia-Quéchua. Acerca, ver Recinos (1992).

¹⁹⁸ Inclua-se a resistência aos colonizadores espanhóis, passando pelas lutas de Independência e pela Revolução de 1910, cujas referências maiores são as ideias de Hidalgo e Morelos no caso primeiro, e de Emiliano Zapata e Pancho Villa, no segundo.

dizem respeito a elementos da natureza e aos espíritos – entidades ligadas a seus ancestrais, que os acompanham; ao valor cultural que tem a terra, elemento mais significativo de sua tradição, lugar histórico e pressuposto de sua existência; aos elementos naturais (sol, lua, chuva, frio, ar, vento, céus, relâmpago, dia e noite, tarde, nuvens, luz...) tudo desenha um arco-íris e a acidentes geográficos (montanhas) que fazem parte do seu cotidiano; aos alimentos (milho e animais, por exemplo) que historicamente saciaram a fome de milhares dos seus; e à morte, ponte entre os que estão e os que já se foram. Contada pelo Subcomandante Marcos na Plenária do Foro Nacional Indígena San Cristóbal de Las Casas, em Chiapas, México, em 7 de janeiro de 1996, diz a lenda que

Muy en el principio de los mundos que luego caminaron nuestros más grandes abuelos, los más grandes dioses, los que nacieron el mundo, los primeros, se bajaron a platicar con los hombres y mujeres de maíz. Era una tarde como ésta, de frío, lluvia y sol que parpadea. Se sentaron los más primeros dioses a platicar con los hombres y mujeres de maíz para hacer los acuerdos de los caminos que debían caminar los hombres y mujeres verdaderos. Porque estos dioses, que eran los más primeros, los que nacieron el mundo, no eran mandones como los dioses que fueron llegando luego. No eran mandones los primeros dioses, buscaban el buen acuerdo entre ellos y con los hombres y mujeres de maíz. Buscaban siempre llegar al buen camino juntos, con buen acuerdo y buena palabra. Y entonces estaban esta tarde, que era de las primeras del mundo más primero, platicando los dioses más grandes con los hombres y mujeres de maíz, con sus iguales.

Acuerdo hacían de buscar los acuerdos buenos con otros hombres y mujeres, con otras lenguas y con otros pensamientos. Tenían que caminar los hombres y mujeres de maíz hasta muy lejos adentro de su corazón para buscar las palabras que otros hombres y mujeres, que otros colores, que otros corazones entendieran.

Y entonces sacaron acuerdo de los trabajos que debían hacer los hombres y mujeres de maíz para hacer un mundo bueno¹⁹⁹.

¹⁹⁹ Conteúdo parcial. Para leitura completa, disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/07/la-historia-de-los-7-arcoiris/>. Acesso em 28/04/2009.

Na relação que se estabelece entre homens e seres inanimados ou antropomorfos, típicos da cosmogonia dos povos de etnia maia, encontra-se incrustada toda uma concepção de vida, da realidade que os cerca, de sua cultura, de suas tradições políticas e sociais, de sua ética e moral. Nessa relação encontra-se a sua história, o respeito aos mais velhos e às crianças, o sentimento de igualdade entre homens e mulheres, sua democracia direta, o reconhecimento da diversidade, o saber (sua ciência). É também aí que se localizam seus medos, figurados nas entidades espirituais que fazem o contraponto de sua concepção dualista de realidade sempre marcada pelo maniqueísmo do bem e do mal. É aí, também, que se manifestam dor – opressão e não reconhecimento da diversidade – e alegria – festas e bailes cotidianos, sorrisos e sonhos. Protagonistas e figurantes também fazem parte dessa cosmogonia maia-ezelenista. O Velho Antônio é um, entre tantos.

3.5 MATRIZ FILOSÓFICA OCIDENTAL MODERNA E CONTEMPORÂNEA

Outro centro de elaboração ezelenista que encontramos nas leituras dos discursos zapatistas trata-se da matriz filosófica ocidental moderna e contemporânea, que permeia quase todo seu discurso, numa releitura de categorias iluministas tais como democracia, liberdade, igualdade, justiça e pluralismo religioso, político, filosófico e cultural entre outros, noções básicas de referência da Revolução Burguesa de 1789. São elementos traduzidos numa linguagem literário-filosófica humanista que permitem aos ezelenistas incorporarem outros, extraídos do seu cotidiano, renomeando sujeitos e recriando símbolos, conceitos e valores.

Matéria constitutiva da ideologia burguesa, o Estado-Nação, em defesa do qual o EZLN se posiciona, é evocada no manifesto *A Quarta guerra mundial já começou* (SUBCOMANDANTE MARCOS, 1997) sendo-lhe atribuída a responsabilidade pela manutenção da diversidade cultural contra a homogeneizante “globalização”. Em seus discursos, os neozapatistas reivindicam sua nacionalidade mexicana: são indígenas, camponeses, chiapanecos, mexicanos, registrando enfaticamente isso na *Segunda Declaração da Selva Lacandona*: “Rechazamos la manipulación y el tratar de desligar

nuestras justas demandas de las del pueblo mexicano. Somos mexicanos y no dependremos ni nuestras demandas ni nuestras armas si no son resueltas la democracia, la libertad y la justicia para todos”.²⁰⁰

A categoria *nação* marca profundamente a identidade do EZLN (aliás, sua nomenclatura traz, em destaque, a palavra “nacional”), inserindo-o no conjunto dos projetos de resistência social dos MS latino-americanos. Diz o manifesto, publicado pelo EZLN, publicizado pela imprensa do mundo inteiro, em outubro de 1997, que os capitalistas neoliberais

servem para atacar os territórios (Estado-Nação), destruindo as bases materiais de sua soberania e produzindo seu despovoamento qualitativo – a exclusão de todos os inaptos à nova economia (por exemplo, os índios). Mas, simultaneamente, os centros financeiros operam uma reconstrução dos Estados-nações e os reorganizam segundo a nova lógica: o econômico prevalece sobre o social. [...] O neoliberalismo impõe a destruição de nações e de grupos de nações, ao fundi-los num único modelo (SUBCOMANDANTE MARCOS, 1997).

Juntamente com o Estado-Nação, o EZLN apropriou-se de grande parte do universo simbólico-institucional que envolve o nacionalismo burguês (bandeira, hino, território, a carta magna...). Nesse sentido, afirma a *Terceira Declaração da Selva Lacandona*:

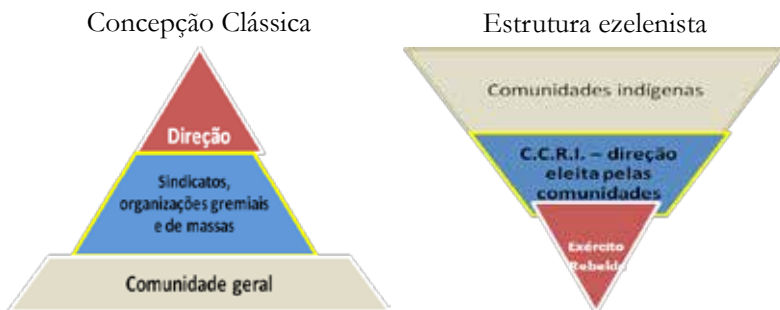
La Bandera de México, la ley suprema de la Nación, el Himno Mexicano y el Escudo Nacional estarán ahora bajo el cuidado de las fuerzas de la resistencia hasta que la legalidad, la legitimidad y la soberanía sean restauradas en todo el territorio nacional. [...] Se declara válida la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos original, expedida el 5 de febrero de 1917, incorporando a ella Las Leyes Revolucionarias de 1993 y los Estatutos de Autonomía incluyente para las regiones indígenas, y se decreta el apego a ella hasta que se instaure el nuevo constituyente y se expida una nueva carta magna.²⁰¹

²⁰⁰ Disponível em: <<http://www.radiomundial.com.ve/yvke/noticia.php?t=16995>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

²⁰¹ Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/lacandona1.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

Assim, o discurso do EZLN foi construído e fundado em categorias apropriadas da ideologia dominante, impondo-lhes redefinições e reconstruções substanciais, tendo como referência o cotidiano indígena e camponês, as condições objetivas dos setores sociais mais pobres do Estado de Chiapas, e fazendo uma ponte com a realidade nacional mexicana. Com isso, a rebeldia ezelenista reabriu espaços políticos de manifestação não exercitada no âmbito da democracia burguesa. A propósito, espaço de exercício democrático no seio da própria sociedade civil, fazendo ver que aquela democracia (burguesa, representativa e parlamentar) como valor universal leva à manutenção da ordem burguesa e seu *status quo*.

Os indígenas, historicamente explorados por todo o contexto da história mexicana, ressurgiram da selva para reivindicar ao mundo novas formas de gestão da democracia (para eles, tão antigas quanto a sua própria existência). Fizeram mais, numa lição prática de pluralismo, incorporaram aspectos da democracia burguesa, revelando a possibilidade de exercício de uma democracia plena (política e social), que leve em consideração a existência da diversidade universal que permeia a “comunidade humana” (PETRAS, 1998). Fundamentada no lema “mandar-obedecendo”, o fazer político do EZLN inverte a relação de poder da democracia clássica ocidental. Na concepção ezelenista, o topo da hierarquia reverencia sua base, ou seja, aquele que manda, o faz obedecendo. Vejamos a figura a seguir.



Fonte: Construída a partir de Zibechi (1997).

Ao se comparar a estrutura organizacional do EZLN com a das organizações clássicas de esquerda, encontramos mais um elemento de ruptura. Ela (a estrutura organizacional ezelenista) inverte os valores atinentes à democracia interna. Quando as organizações tradicionais têm como concepção em vigor uma sólida verticalidade, o EZLN, apesar de ser uma organização militar – antidemocrática por excelência – inverte o sentido de democracia, dando ao movimento uma estrutura cuja linha de poder é horizontal, na qual as comunidades indígenas – e não a alta hierarquia do Exército Insurgente – são o polo de decisões.

3.6 MATRIZ ZAPATISTA

Aquí estamos. No nos rendimos. Zapata vive y, a pesar de todo, la lucha sigue.
(*Quarta Declaração da Selva Lacandona*)²⁰²

É corrente no México, entre indígenas-camponeses, a lenda de que Zapata não morreu em Chinameca, tendo sido visto cavalgando nos campos do sul. Parece que, no imaginário das camadas populares da sociedade mexicana, Zapata continua vivo, em particular no seio dos movimentos sociais que encampam lutas agrárias. Assim, não por acaso o EZLN, como a própria nomenclatura indica, é zapatista, quer dizer, tem suas raízes fincadas no movimento agrário-camponês de início do século XX, do qual Emiliano Zapata foi a expressão maior. No zapatismo deparamos com mais uma importante matriz ezelenista, quando o movimento se reivindica herdeiro da luta de

Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarlos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estebamos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin importarles que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de

²⁰² Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/lacandona1.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos.
Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!²⁰³

Fruto da história política mexicana no âmbito das classes subalternas, em especial no que concerne aos indígenas-camponeses, o lema “terra e liberdade”²⁰⁴ é inspirados no discurso zapatista de início do século XX, contido no *Plan de Ayala* e depois incorporados ao discurso liberal. Nesse sentido, num manifesto do Partido Liberal Mexicano, de 1911, este lema se mistura a categorias de origem iluminista, apropriadas por Zapata:

¡Arriba todos como un solo hombre! En las manos de todos están la tranquilidad, el bienestar, la libertad, la satisfacción de todos los apetitos sanos; pero no nos dejemos guiar por directores; que cada quién sea el amo de sí mismo; que todo se arregle por el consentimiento mutuo de las individualidades libres. ¡Muera la esclavitud! ¡Muera el hambre! ¡Vida, Tierra Y Libertad! (HERZOG, 1995, p. 250).

Nascido nas primeiras décadas do século XX, o zapatismo expressava as ideias propagadas pelos padres Hidalgo e Morelos, quando das lutas pela independência política do México e contra o colonialismo europeu. As influências históricas do iluminismo sobre os processos de independência política da América não deixariam isento, cem anos depois, o zapatismo, que herdaria muitos elementos desse movimento filosófico que radicalizaria a luta anticolonialista e antiimperialista travada pelas camadas baixas da sociedade mexicana, tendo à frente figuras históricas como Pancho Villa e Emiliano Zapata. Com demandas de caráter libertador, a reivindicar uma profunda reforma agrária, eclodia, no interior das sublevações, uma contundente luta de classes. Dizia Zapata num de seus discursos, marcado também por profunda conotação maia:

Que sigamos luchando y no descansemos y propiedad nuestra será la tierra, propiedad de gentes, la que fue de nuestros abuelitos, y que dedos de patas de piedra que machacan nos ha arrebatado,

²⁰³ *Primeira Declaração da Selva Lacandona*. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/lacandona1.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

²⁰⁴ Terra e Liberdade era o lema de Zapata frente à estrutura latifundiária vigente no México e fortalecida na ditadura de Francisco Madero.

a la sombra de aquellos que han pasado, que mucho mandan: que nosotros juntos pongamos en alto, con la mano en sitio elevado y con la fuerza de nuestro corazón, ese hermoso que se toma para ser visto, se dice estandarte de nuestra dignidad y nuestra libertad de nosotros trabajadores de la tierra²⁰⁵.

Desde as guerras de independência do México, as lutas agrárias travadas nesse país tiveram sempre uma nítida conotação classista, propondo levar a cabo reformas de caráter político e socioeconômico, o que raramente ocorreu nos demais processos de emancipação política latino-americanas, com exceção do Haiti. A Revolução Mexicana de 1910 veio nessa direção, desenhando-se na primeira manifestação de um importante levante social num país agrário, processo no qual a classe trabalhadora, nitidamente camponesa, teve uma participação crucial. Apesar de se tratar de uma luta de caráter classista no interior das lutas anticolonialistas e anti-imperialistas, isso não quer dizer que ali estava presente o marxismo enquanto corrente político-filosófica. Pelo contrário, no contexto da Revolução de 1910, a luta de classes não tinha, ainda, uma conotação marxista, sendo marcadamente agrarista. Concordamos com Casanova (1998, p. 19) diz que escapava ao marxismo inacessível,

uma luta de classes inserida no movimento libertador, anticolonial e anti-imperialista, em que a dialética das reformas e da revolução, da política e do poder, do nacionalismo e do internacionalismo ocorria nas malhas de um capitalismo dependente, de origem colonial, que começava a ser transformado pelos monopólios e pelos “marines”, combinando as velhas e novas formas de exploração e dominação.

3.7 MATRIZ MARXISTA

Por fim, identifica-se também no discurso ezelenista a presença do pensamento marxista como um dos pilares de sua ideologia. Tanto na construção de seu discurso quanto na sua prática político-militar a percepção dialética do materialismo histórico está presente. Também é

²⁰⁵ *Quarta Declaração da Selva Lacandona*. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

explícita, no seu interior, a concepção da realidade como uma totalidade²⁰⁶, na qual se referencia sempre que abstrai dela um determinado elemento, sem perder de vista o referencial da diversidade cultural²⁰⁷. Como afirmado anteriormente, as ideias marxistas que hoje permeiam o EZLN não são inerentes ao zapatismo, mas foram adquiridas das novas vertentes que se incorporaram ao movimento em sua origem, na década de 1980. Mesmo porque, como afirma Casanova (1998, p. 19):

Quando estourou a Revolução Mexicana de 1910-1917, não existia ainda um ideólogo marxista que pudesse expressá-la. Os revolucionários passaram do anarquismo ao trabalhismo e ao nacionalismo. Só na Segunda década do século XX começaram a levar em conta o pensamento e as categorias marxistas, ou a desenvolvê-las, como as de Lênin, no incipiente movimento comunista.

Assim compreendendo, o nacionalismo do qual se apropriou o Exército Zapatista de Libertação Nacional é de caráter leninista, no sentido que nos fala Lênin (1986b, p. 566) de uma “pátria dos oprimidos, dos explorados, dos despossuídos e que o amor pela pátria se expressa na luta contra a opressão”. Trata-se de um nacionalismo que, contemporizado, vai além da independência política ressaltando um amor pela pátria que busca romper os limites e as contradições da nação burguesa pela contraposição à exploração de classe, à segregação social e étnica e ao imperialismo. Um nacionalismo cujo sentido de nação é o de um lugar onde se processam as lutas de determinado povo. Desse modo, a *Quarta Declaração da Selva Lacandona* dá o tom da pátria perseguida pelo EZLN: “En el mundo que queremos nosotros caben todos. El mundo que queremos es uno donde quepan muchos mundos. La Patria que construimos es una donde quepan todos los pueblos y sus lenguas, que todos los pasos la caminen, que todos la rían, que la amanezcan todos”²⁰⁸. Portanto, a construção

²⁰⁶ No sentido da categoria marxista da totalidade, compreendida como uma “percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (LÖWY, 1998a, p. 16).

²⁰⁷ A composição étnica mexicana tem 55% de mestiços, 30% de índios, 14% de brancos e 0.5% de negros (RAMOS, 1996, p. 31).

²⁰⁸ *Quarta Declaração da Selva Lacandona*. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

ideológica do EZLN, além de apropriar-se do nacionalismo e imprimir-lhe uma conotação de espaço de luta social, é também permeada por um internacionalismo revolucionário²⁰⁹, evocado contra a ordem neoliberal, conclamando todos os oprimidos a formarem uma rede contra a opressão globalizada, como indica passagem da declaração final do Primeiro Encontro Intercontinental contra o Neoliberalismo e pela Humanidade, convocado e realizado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México, no Estado de Chiapas, entre 27 de julho e 3 de agosto de 1996:

Faremos uma rede coletiva de todas as nossas lutas e resistências. Uma rede intercontinental de resistência contra o neoliberalismo e pela humanidade. Reconhecendo diferenças e semelhanças, essa rede buscará encontrar-se com outras resistências em todo o mundo, será o meio pelo qual se apoiarão umas às outras. Não será uma estrutura organizativa, não tem centro dirigente nem decisório, não tem comando central nem hierarquias. A rede somos todos os que resistimos. Faremos uma rede de comunicação entre todas as nossas lutas e resistências. Uma rede intercontinental contra o neoliberalismo, uma rede intercontinental de comunicação alternativa pela humanidade (MACHADO, 1996, p. 33).

Sem dúvida, não se trata do internacionalismo proletário das internacionais comunistas – e quem pode negar as distinções e concepções de internacionalismo que as distinguiu? – mas da viabilização de um internacionalismo possível ao momento histórico vivido pelos movimentos sociais de novo tipo, a envolver igualitarismo, solidariedade... Um internacionalismo que não passa somente pelas forças sociais e políticas protagonizadas pelos movimentos operários. Um “novo internacionalismo”, baseado nas mudanças das demandas e organização dos novos movimentos sociais, tal qual aludido por Löwy (1998b, p. 105), no qual novas

²⁰⁹ Herdado da tradição zapatista e do marxismo. A propósito, Zapata, uma vez tendo conhecimento da tomada do poder na Rússia pelos bolcheviques, escreveu a Lênin felicitando-o pelo evento.

sensibilidades internacionalistas surgem também nos movimentos sociais com vocação planetária, como o feminismo e a ecologia, nos movimentos anti-racistas, na teologia da libertação, nas associações de defesa dos direitos humanos ou em solidariedade com o Terceiro Mundo. [...] Uma amostragem dos representantes mais ativos dessas diferentes tendências, vindos tanto do norte como do sul do planeta, da esquerda radical ou dos movimentos sociais se juntou, num espírito unitário e fraterno, ao seio da Conferência Intergaláctica pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, no México, em julho de 1996, pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional... Trata-se de um primeiro passo, ainda modesto, mas que vai na boa direção: a reconstrução da solidariedade internacional.

Por outro lado, é inegável a presença, na estrutura do EZLN, de agentes marxistas – entre os quais o Subcomandante Marcos – oriundos de organizações revolucionárias da década de 1960. Foi tal presença, sem dúvida, que imprimiu elementos dessa ideologia na dinâmica própria da ação política das comunidades indígenas, incorporando novos elementos e reconstruindo seu modelo discursivo, sem, no entanto, alterar o funcionamento das suas matrizes culturais. Petras e Vieux (1998, p. 58) afirmam, não sem razão, que “cada um complementava o outro: as comunidades indígenas ensinaram aos intelectuais urbanos o caráter específico das condições e necessidades das comunidades locais, ao passo que os intelectuais aportaram um conhecimento internacional, nacional, estratégico e político-militar”.

Contemplando a presença de influências marxistas na construção ideológica do EZLN, percebe-se uma nova vertente antropológica, surgida da manifestação política de intelectuais ligados às lutas das classes subalternas, sensíveis às demandas dos povos indígenas, despontando na sociedade mexicana: trata-se da corrente autodenominada *etnomarxista*. Surgido em 1980, no México, o etnomarxismo tem questionado a atuação da antropologia tradicional, sob a alegação de estar a serviço do Estado e dos grupos que o hegemonizam. Tendo como expoentes teóricos Héctor Díaz Polanco, Gilberto Lopez y Rivas, Felipe Bates, Alicia Castellanos Guerrero, entre outros, um grupo em torno de 100 antropólogos fundou,

naquele ano, o Conselho Latinoamericano de Apoio aos Povos Indígenas, lançando um manifesto no qual expuseram suas preocupações com os problemas cruciais que dizem respeito aos indígenas do México, tais como autonomia e autodeterminação. Do ponto de vista teórico, essa corrente tem buscado

esclarecer conceitos carregados de ambigüidade, como é o caso de “nação” confundido pelos aliados dos índios com “grupo étnico” e pelos militares com “Estado”. [...] [Procura] avançar na compreensão acerca da necessidade de ampliar as alianças entre os povos indígenas e os movimentos populares nas lutas pela construção de uma nova sociedade, onde o elemento principal será o povo e não o Estado das classes dominantes. No lugar do Estado-Nação, o Povo-Nação (LOPEZ Y RIVAS, 1995, p. 27-30).

Enquanto o nacionalismo burguês explica as contradições sociais baseado na institucionalidade, negando a exploração de classe, a segregação social, cultural e étnica, no contraponto o etnomarxismo entende a questão nacional como ponto de partida para a afirmação do que o sentido burguês essencialmente nega. A concepção etnomarxista de nacionalismo entende nação tal qual ideava Lênin, como um espaço de luta pela libertação e não no sentido burguês, ou seja, puramente geopolítico e administrativo, cujo discurso hegemônico identificava-se mais com os interesses das classes dominantes internacionais que com os das subalternas, circunscritas ao espaço geográfico em que configurava seu nacionalismo. Na compreensão etnomarxista, o elo de ligação do tipo nacionalista é pensado pela ótica dos interesses de classe, quer se trate da esquerda, quer da direita, num nacionalismo que ultrapassa os limites impostos pela geografia física, representando mais uma identidade cultural que territorial. Nele encontra-se a defesa de uma identidade nacional (nação entendida enquanto espaço de luta social), com características antiimperialistas (não por acaso o momento histórico de sua emergência se dá na data de assinatura do NAFTA), o que dá ao nacionalismo ezelenista um caráter revolucionário se levada em conta a trajetória histórica dos países latino-americanos.

Em Lênin (1986, p. 566), o sentido do nacional faz parte de uma tática de luta anti-imperialista²¹⁰ (levada às últimas consequências, ou seja, ao anticapitalismo), apreendendo nação como um lugar onde se processam as lutas de um determinado povo. Afirmava ele:

E nós, operários grão-russos, penetrados pelo sentimento de orgulho nacional, queremos, aconteça o que acontecer, uma Grã-Rússia livre e independente, autônoma, democrática, republicana e orgulhosa, que assente as suas relações com os vizinhos no princípio humano da igualdade, e não no princípio feudal do privilégio, que humilha uma grande nação.

Tal qual o leninista, o nacionalismo ezelenista implica um passo além da independência política, onde o “[...] desenvolvimento da nação teria que romper com os limites e com as contradições da nação burguesa” (LOPEZ Y RIVAS, 1995, p. 27).

Outro marco do discurso ezelenista – e que é ponto de honra do etnomarxismo – é a autonomia, concebida enquanto ideia que nega o exclusivismo étnico e afirma a inserção do indígena como – tanto quanto o mestiço ou o branco – parte visível da identidade mexicana. Engana-se, no entanto, quem pensa essa autonomia no sentido apenas de inserção do indígena no sistema capitalista, sujeito a todas as suas decorrências. Acompanha-lhe a autogestão, exigindo o respeito à pluralidade por meio da indianidade, desaguando numa concepção que leva em conta a luta de classes, por entender que a diversidade é fator intrínseco às contradições sociais no seio da sociedade capitalista. Se atentarmos para o processo de negociação entre o EZLN e o Governo Federal, veremos que o *nó górdio* dos *Acordos de San Andrés* é, justamente, essa autonomia nos termos em que se encontra posta e que, na opinião de De la Madrid (1998, p. 9), consiste no fato de que

as comunidades se organizem livremente seguindo práticas e tradições próprias (como exemplo, a eleição de representantes

²¹⁰ Este é o contexto em que se desenvolveu a ideologia do nacionalismo e ao qual foi direcionada. Encontramos esse sentido se atentarmos ao exemplo histórico da tentativa de invasão da Ucrânia e da Polónia pelo império russo dos Romanov.

e autoridades indígenas). [...] Isto é, a criação de órgão de governo independente do município, cuja competência teria uma territorialidade específica, e que estaria constituído, fundamentalmente, por indivíduos pertencentes a um grupo etnicamente homogêneo²¹¹.

A *Terceira Declaração da Selva Lacandona* explicita o caráter nacional da luta ezelenista e sua conexão com a questão indígena, não concebendo o âmbito local da problemática chiapaneca sem uma inter-relação com a nacional. O EZLN declara que a

cuestión indígena no tendrá solución si no hay una transformación RADICAL del pacto nacional. La única forma de incorporar, con justicia y dignidad, a los indígenas a la Nación, es reconociendo las características propias en su organización social, cultural y política. Las autonomías no son separación, son integración de las minorías más humilladas y olvidadas en el México contemporáneo. Así lo ha entendido el EZLN desde su formación y así lo han mandado las bases indígenas que forman la dirección de nuestra organización. Hoy lo repetimos: NUESTRA LUCHA ES NACIONAL.²¹²

²¹¹ De la Madrid (1998). No artigo, o autor aponta a complexidade que é definir um grupo humano, por tal processo passar sempre por critérios arbitrários. Além do mais, o próprio conceito de autonomia requer uma análise sistemática que, por não ser objeto dessa discussão, não será discutido aqui.

²¹² Destaques nossos. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatisimo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

4 CONSIDERAÇÕES NÃO CONCLUSIVAS

A América Latina conviveu – e convive –, intensamente, com vários movimentos armados durante todo o século XX. No rol destes, a prática política guerrilheira foi integrada à trajetória da maioria dos partidos de esquerda e organizações não institucionais latino-americanas, permeando a história desse período com movimentos de caráter ora reformista, ora revolucionário.

Os movimentos guerrilheiros que marcaram esse século na América Latina surgiram, por regra, de conjunturas ditatoriais ou em que as vias democrático-burguesas não permitiram a manifestação das forças populares no âmbito institucional. Suas bandeiras sempre foram amplas: defesa de uma sociedade sem classes, pelo socialismo, contra o imperialismo..., quase sempre marcadas por arraigado nacionalismo, justificado pela posição geopolítica em que se encontram os países latino-americanos no capitalismo mundial.

Quanto à sua estratégia política geral, a guerrilha latino-americana comungava com as correntes clássicas – como a maoísta e a castro-guevarista – que pensavam a luta armada então, como forma de tomada do Estado, pressuposto *sine qua non* para a implantação de uma sociedade socialista.

A sublevação ezelenista, no entanto, veio mudar a concepção de movimento guerrilheiro que se tinha desde os anos 50 na América Latina, além de desmistificar afirmações modistas de desuso da luta armada como forma de denúncia e resistência política e, por outro lado, desmascarar a escatologia “fukuyamesca” de fim da história.

No entanto, ressalvas devem ser levadas em conta para não se incorrer em análises que apontem para um regresso anacrônico da luta armada tal qual foi o imediato pós-Revolução Cubana. Ao se tecer analogias entre o movimento chiapaneco atual e os movimentos armados de seus vizinhos centro-americanos, rupturas e continuidades são expostas, definindo o perfil do atual movimento social. Em primeiro lugar, apesar da conjuntura desfavorável, os mecanismos acionados pelo EZLN fizeram com que o movimento conseguisse, em poucos dias de luta, ser reconhecido como força beligerante – fato que lhe permitiu negociar com o poder instituído, pelo menos teoricamente, em pé de igualdade, desnudando as contradições estruturais do capitalismo operante no México que já não suporta mais suas fissuras históricas, travestidas nas máscaras conjunturais. Tal façanha seus congêneres não conseguiram em anos de luta.

Como não pleiteia lugar na institucionalidade, é lógico deduzir que o EZLN não pretende ceder espaços na luta para-institucional em troca de integração à vida política convencional, quer seja no jogo político-burocrático da legalidade, quer na barganha de cargos, como fizeram alguns de seus congêneres latino-americanos. Além do mais, a sua postura anti-institucional se torna óbvia pelo simples fato de que, para isto seria desnecessário o alçamento em armas. Mesmo resguardadas a correlação de forças e a conjuntura adversa em que o conflito chiapaneco dos anos 90 e as demais guerrilhas latino-americanas se processaram, a história mostra que tal direcionamento tratou-se de erros cometidos pelas guerrilhas guatemalteca, salvadoreña e nicaragüense, para citar apenas alguns exemplos. A posição política inovadora do EZLN mostra que a guerrilha chiapaneca aprendeu com os erros dos movimentos guerrilheiros anteriores e resgatou seus acertos²¹³.

O neozapatismo ezelenista não crê na democracia burguesa como possível via política solucionadora dos problemas históricos dos indígenas mexicanos, simplesmente porque ela é incapaz de satisfazer seus anseios

²¹³ Perguntado acerca dos ensinamentos das experiências históricas de outras guerrilhas latino-americanas, Marcos (apud ORTIZ, 1996, p. 42) responde: “Não justificamos ataques à população civil, quaisquer que sejam seus fins. [...] não enfrentaremos outras forças sociais, políticas ou militares que lutam pelas mesmas mudanças, para disputar a vanguarda ou hegemonia”.

por liberdade, justiça e democracia. Crê sim, que a via institucional exclui a alternativa de luta revolucionária – não concebendo esta nos termos apenas da luta armada –, além de ser um dos mecanismos de reforço da ordem social existente, já que o poder econômico é o principal eleitor dos “representantes das massas” e que a sua participação em processos eleitorais implicaria, negativamente, numa perda de alternativas táticas de luta.

Assim, para o EZLN, uma coisa é exigir políticas estatais e outra é institucionalizar-se. Quando se manifesta por políticas estatais, o faz prevendo o uso dos recursos demandados por parte dos atores sociais envolvidos: esta é a condição imposta pelo princípio de autonomia reivindicado pelos ezelenistas. Assim, a participação política do EZLN trata-se de projeto de uma nova institucionalidade. Pode-se mesmo afirmar que é diferente ser do Exército Zapatista e ser da Frente Zapatista de Libertação Nacional: o primeiro é insurgente, ao passo que a Frente atua como braço civil (o EZLN nega tal ligação).

Elementos outros demonstram fatores de continuidade e ruptura como: a apreensão das lições dos movimentos guerrilheiros que o antecederam (a exemplo de poupar a população civil dos ataques militares; não confrontar por hegemonia ou vanguarda contra outras forças sociais, políticas ou militares que lutam pelas mesmas estratégias; não deixar-se personificar, preocupando-se em que o movimento chiapaneco seja concebido enquanto processo; usar do mimetismo guerrilheiro/camponês, o que lhe garante segurança contra a repressão, além de permitir-lhe mobilidade no espaço geopolítico em que atua²¹⁴). Aprendeu também – e isso o difere dos demais grupos armados latino-americanos – que devia ampliar a aliança povos indígenas-camponeses/movimentos populares, inovando na composição das forças sociais que atuam em seu seio, abrangendo amplos setores da sociedade civil mexicana. Com isso, conseguiu somar importantes forças sociais, além de enriquecer e ampliar as demandas do movimento, emergindo daí um programa político anti-

²¹⁴ O uso do *pasamontañas* e do *paliacate*, além do sentido utilitário traduzido no anonimato, passou a elemento simbólico de insurreição popular a identificar os oprimidos dos diferentes setores sociais mexicanos, adorno apropriado pelos ezelenistas na campanha *Marcos somos todos nós*. Este aspecto do movimento neozapatista de Chiapas ratifica a hipótese de que todo movimento social constrói seus próprios símbolos e representações.

hegemônico de caráter popular e não especificamente camponês, indígena ou operário.

É evidente, por outro lado, que o dilema acerca do caráter revolucionário – ou não – do movimento ezelenista não mais é um imperativo, no entanto, ainda divide opiniões entre os cientistas políticos, sem fechar posições. De um lado do confronto, o mexicano Castañeda (1994), com sua tese de “reformismo armado” não vê centralidade nesses atores sociopolíticos latino-americanos; e do outro, cientistas políticos como James Petras, Pablo Casanova e Eduardo Galeano, entre outros, que defendem o caráter revolucionário da guerrilha chiapaneca.

Uma coisa certa, no entanto, é o fato de que suas bandeiras trazem reivindicações básicas que podem ser enquadradas nos padrões da cidadania burguesa, tais como direito ao trabalho, à terra, à alimentação, à educação, à saúde, assim como reformas sociais e reivindicações políticas como democracia, liberdade e justiça, bandeiras reformistas contidas em todas as constituições nacionais latino-americanas e que a sociedade burguesa não se incumbe de fazer cumprir.

Todavia, o caráter reformista destas bandeiras não permite negar aspectos revolucionários contidos na estratégia política ezelenista quando conjuga à problemática local (segregação étnica e social dos índios mexicanos, o rechaço ao TLC e à ditadura institucional do PRI, entre outras) com a problemática mais global (marginalização socioeconômica, exploração desenfreada dos recursos minerais, negação do neoliberalismo²¹⁵, desemprego estrutural, etc.), negando a atual configuração capitalista.

Sem dúvida, o fazer político ezelenista é um fazer novo, proveniente de uma organização de novo tipo que faz uso de tática e estratégia revolucionárias a encampar demandas dos dois tipos (revolucionárias e reformistas). Esse mérito da questão não foi discutido no interior deste trabalho, por ser julgado periférico em relação à sua proposição central.

²¹⁵ A *Quinta Declaração da Selva Lacandona* afirma que “el modelo económico neoliberal es criminal e ineficaz no sólo en el interior. De los puntos más lejanos de la geografía mundial llegaron, una tras otra, oleadas de crisis financieras que terminaron de arruinar la empresa nacional, devaluaron el peso mexicano y angostaron más aún las ya raquíticas expectativas de recuperación”. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/zapatismo/04lacandona.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

Diante dos problemas socioeconômicos citados, do “canibalismo” cultural implícito na homogeneização circundante do pensamento único neoliberal e da crescente desumanização das relações sociais, aprofundadas pelo capitalismo na sua atual fase, os neozapatistas entendem que lhes cabe, enquanto agentes sociais de seu tempo histórico, o resgate do sentido humano de se viver. Para isso, buscam construir uma ofensiva contra o individualismo exacerbado, introjetado pelo liberalismo e aprofundado pelo neoliberalismo, como uma alternativa de sobrevivência ética (com dignidade) para os setores subalternos da sociedade capitalista global frente à atual conjuntura.

No campo ideológico, seu discurso utiliza uma roupagem carregada de representações e simbolismos indígenas que denunciam sua resistência cultural, numa construção contra-hegemônica que busca forjar uma unidade no seio da classe subalterna. Não obstante, seu conteúdo encontra-se marcado por um humanismo cristão e fundamentado politicamente na filosofia política moderna e, economicamente, na análise marxista.

Assim, ponderamos que o EZLN trouxe consigo a perspectiva de mudança na cultura política dos movimentos sociais latino-americanos, subvertendo as relações estruturais destes nessa conjuntura, apresentando-se como um paradigma histórico no seio das lutas sociais da América Latina, com práticas utópicas e políticas oriundas de seu próprio tempo. Um tempo de denúncia histórica da espoliação sofrida por seus agentes sociais num presente que não aponta futuro caso não seja negado. Seu surgimento diz respeito à tentativa de manutenção da identidade e sobrevivência dos agentes sociais que representa.

O futuro do movimento, no entanto, ainda é incerto, por vários fatores. Primeiro, a paz na região é um processo mais complexo do que pode imaginar nossas vãs conjeturas, por aglutinar elementos originais da realidade mexicana que até hoje não mereceram tratamento relevante por parte dos que pensam a sociedade e seus movimentos sociais, implicando uma dívida social inestimável para com os indígenas. Segundo, por não ser intenção do governo federal propiciar uma paz na qual não tire proveitos

políticos e que ratifique demandas de um movimento social da envergadura do EZLN, tratando de ilhá-lo numa zona cada vez mais restrita, a fim de desgastá-lo cada vez mais até que se dêem as condições propícias de um ataque final sem maiores perdas para o sistema político hegemônico já em decomposição. Assevera-se, no entanto, que, mesmo que se desfeche tal possibilidade, o EZLN já terá cumprido um papel importante no conjunto da resistência latino-americana, sendo referência obrigatória para qualquer pessoa que se aventure a estudar as lutas sociais do século XX na região e, mais importante ainda, terá mostrado ao mundo – isso ninguém pode negar – outras possibilidades de construção do novo, um caminho entre as pedras. E, por fim, que, mais que nunca, a história está viva e o que está em franca degeneração é a afirmação de sua morte.

O EZLN aponta, em formato de denúncia, que o (re) surgimento do fenômeno da guerra de guerrilha – forma de insubordinação histórica inerente ao quadro estrutural do capitalismo latino-americano – denuncia, contundentemente, as condições básicas de vida social, política e econômica no continente americano como historicamente concentradora e desigual e que não é mais possível sustentar tal situação. Acusa também que, nesse processo, o elemento social indígena-camponês representa o setor historicamente marginalizado da América, o que o leva a envolver-se, umbilicalmente, nos movimentos sociais, revolucionários e populares, do continente.

Ponderamos, finalmente, que a prática política do EZLN constitui uma síntese das experiências guerrilheiras da América Latina de final do século XX e início do novo milênio. A conjuntura neoliberal forçou o movimento a agregar novos elementos políticos, econômicos, sociais e culturais que o condicionaram numa nova roupagem, fazendo com que extrapolasse as reivindicações do movimento zapatista original da Revolução de 1910. A atual estrutura agrária do México deu margem a uma associação das reivindicações históricas ao conjunto das demandas de setores sociais submetidos às mesmas condições de cem anos atrás na sociedade não só mexicana, mas latino-americana. Por sua prática política *sui generis*, consideramos que o EZLN reinventa a cartografia identitária

dos movimentos sociais latino-americanos, nega o fim da história e renomeia atores sociais dos processos revolucionários contemporâneos do continente num tempo de recrudescimento das desigualdades.

Para finalizar, ressaltamos uma questão que sempre nos perseguiu no processo de investigação presente, que é o “fim” dos “tradicionais” movimentos armados da América Latina. É salutar um aprofundamento no exame dos motivos que levaram determinados movimentos ao “fracasso”. Sob quaisquer aspectos, os desfechos não inviabilizaram as alternativas criadas pelos movimentos que vislumbraram outras perspectivas, quer tenham sido institucionais ou não. A história é taxativa quanto a isso: onde e quando o âmbito institucional não oferece perspectiva política ou social de resolução das demandas mais prementes das camadas sociais menos favorecidas, o âmbito para-institucional transforma-se no principal campo de ação dos movimentos sociais. Assim, podemos afirmar que os possíveis fracassos da guerrilha latino-americana devem ser vistos dentro de um contexto mais geral do fracasso das demais manifestações políticas da esquerda internacional, quer sejam armadas, clandestinas, parainstitucionais, quer atuem na institucionalidade. Trata-se de vitórias e derrotas parciais tanto do capitalismo, na condição de sistema, quanto dos movimentos políticos e sociais que a ele se contrapõem. O balancete contemporâneo dos confrontos induz a afirmar o inegável acréscimo político que as lutas pontuais travadas agregaram às antissistêmicas mais gerais, quer tenham logrado êxito suas estratégias, quer tenham fracassado. A dialética nega que tenham chegado ao fim. Cabe, aqui, reformular a questão ordenada por Gott (1971, p. 457), ao “reformismo desarmado”: de que fracassos e derrotas foram culpados os movimentos guerrilheiros? De não criar as condições necessárias à revolução? De estarem equivocados quanto à tática? E que tática da esquerda institucional tem tido êxito na transformação da sociedade contemporânea?

Nosso ponto de chegada é também o da partida: a indefinição.

REFERÊNCIAS

- AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”* – Diário da Cia. São Paulo: Circulo do Livro, 1976.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ, 1995.
- _____. Exorcismo ideológico e abuso das noções de “globalização” e “governabilidade”. *Lutas Sociais*, São Paulo: PUC-SP, v. 13/14, 2005.
- ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de; ALMEIDA, Lucio Flávio Rodrigues de. Império/imperialismo & América Latina. In: MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; ALVES, Ana Elizabeth Santos; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. *Lugares e sujeitos da pesquisa em história, educação e cultura*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.
- ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. *De pasamontañas e paliacates: a luta dos homens sem rosto (processo de construção da contra-hegemonia do Exército Zapatista de Libertação Nacional)*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- _____. Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje. *Politéia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista: Edições UESB, v. 4, n. 1, p. 237-242, 2004.
- _____. *Globalização: a nova retórica do velho imperialismo (uma abordagem do imperialismo dos séculos XX e XXI)*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALTMANN, W. A rebelião indígena de Chiapas: o antineoliberalismo orgânico da América Latina. In: BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. *América Latina: história, ideias e revoluções*. São Paulo: Xamã, 1998.

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

AMADOR, Roberto González. En 15 años creció 51.36% el total de quienes viven en pobreza, dice el organismo internacional. *La Jornada*, México, 26 jun. 1995.

ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILE P. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as práticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANUÁRIO ECONÔMICO E GEOPOLÍTICO MUNDIAL
1995/1996. São Paulo: Ensaio, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AVILÉS, J. Main basse. *Le Monde Diplomatique*, Paris, ago. 1996.

BALBOA, Juan. En siete meses, 75 asesinatos en ese municipio y en Sabanilla. *La Jornada*, México, 3 ago. 1997.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1997*. Washington, 1997. p. 225 e 247.

BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Economistas).

BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 2. ed. São Paulo: Peres, 1994.

- BELLINGHAUSEN, Hermann. Más testimonios: el procurador de Chiapas participó en Nixtaluctum. *La Jornada*, México, 6 abr. 1997.
- BENEDETTI, Mario. *Antología poética*. São Paulo: Casa de las Américas, 1995.
- BERGER, J. Una historia de garzas y águilas en la selva Lacandona. *La Jornada*, Ciudad de México, 3 jun. 1995.
- BLISCHENKO, Igor; ZHDANOV, Nicolai. *El terrorismo como crimen internacional*. Moscú: Editorial Progreso, 1983.
- BORÓN, Atilio. *Império e imperialismo*. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- BRUIT, Héctor H. *Revoluções na América Latina*. São Paulo: Atual, 1988.
- CARDOSO, C. F.; PEREZ BRIGNOLI, H. *História econômica da América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CASANOVA, P. González. *A democracia no México*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. Os pioneiros do marxismo na América Latina. In: BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. *América Latina: história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.
- CASON, Jim; BROOKS, David. Intensificó México en 93 y 94 sus compras a EU de equipo antimotines. *La Jornada*, México, 25 jun. 1995.
- _____. EU documenta abusos y violaciones a los derechos humanos en México. *La Jornada*, México, 27 fev. 1999.
- CASON, Jim. Incesante violación de derechos en México: Human Rights Watch. *La Jornada*, México, 1998.
- CASTAÑEDA, J. G. *A utopia desarmada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTELLANOS, Laura. Três décadas de contrainsurgência em Guerrero. *La Jornada*, México, 25 jan. 1998.
- CASTILLO, G. A. *Historia secreta de las guerrillas*. [S.l.]: Más Allá, 1967. p. 36.

CEVALLOS, Diego. Narcotráfico: marco al sistema político. *Quinzena*, São Paulo, n. 207, 15 maio 1995.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (Coord.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

CHEVALIER, François. *La formación de los latifundios em México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza*. São Paulo: Moderna, 1999.

_____. *Guerra e globalização: antes e depois de 11 de setembro de 2001*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CONTE, Arthur. *Yalta ou a partilha do mundo*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.

CUÉLLAR, Mireya; SILVA, Ciro Pérez. Ortiz: México vive la peor crisis económica de su historia. *La Jornada*, México, 9 dez. 1998.

D'ÁVILA, Lionel Mendez. *Histórias de nabuales y despojos: relatos quichés para jóvenes de una época infame*. Habana: Casa de las Américas, 1991.

De la MADRID, R. R. La pugna por las autonomías. *Nexos*, México, n. 242, p. 9-11, 1998.

DI FELICE, M.; MUÑOZ, C. *A revolução invencível: cartas e comunicados*. São Paulo: Boitempo, 1998.

DÍAZ, María del Carmen Legorreta. Política y guerrilla. *Nexos*, México, n. 229, p. 55, jan. 1997.

DOS SANTOS, Theotonio (Coord.). *Hegemonia e contra-hegemonia*. São Paulo: Loyola, 2003-2004. 4 v.

DRAPER, Theodore. *Castrismo: teoria e prática*. Buenos Aires: Marymar, 1966.

- EAGLETON, T. De Lukács a Gramsci. In: EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: Edunesp/Boitempo, 1997.
- EDITORIAL EL MACHETE. Apresentação. In: RAMÍREZ, A. M. *El otro rostro de la guerrilla*. México: Editorial El Machete, 1996.
- ENGELS, F. *La guerra de campesinos en Alemania y el problema de la vivienda*. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1971.
- FERNÁNDEZ, David. Una guerra no declarada. *El Universal*, México, 26 jun. 1996.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo; GRIFFITH-JONES, Stephany. *Os fluxos financeiros na América Latina: um desafio ao progresso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FONTANA I LAZARO, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.
- FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- FUKUYAMA, F. *El fin de la historia y el último hombre*. Colômbia: Planeta Colombiana Editorial, 1992.
- _____. *Construção de estados: governo e organização do século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- FUSER, Igor. *México em transe*. São Paulo: Scritta, 1995a.
- _____. A revolta de Chiapas. *Caderno Premissas*, Campinas, n. 11, dez. 1995b.
- _____. Guerrilheiros do século XXI. *Teoria & Debate*, n. 25, mar./abr./maio 1995c.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza*. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1983.
- GALEANO, E. La escuela del crimen. *Brecha*, Montevidéu, 1996.

- GARCIA, Adermeval. NAFTA: o sombrero norte-americano. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 25 ago. 1992.
- GILLY, Adolfo. Agravio y justicia. *Viento del sur*, México, n. 11, p. 3-6, 1997.
- GOTT, R. *Las guerrillas en América Latina*. Santiago de Chile: Editorial Universitária, 1971.
- GRAMSCI, António. Teoria. In: _____. *Obras escolhidas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974. v. 2.
- _____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- HABERMAS, Juergen. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- HAMNETT, Brian R. *Raíces de la insurgencia en México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Livraria o Globo, 1946.
- HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paideia, 1987.
- HERNÁNDEZ, Leticia; VICTORIO, R. Toma el EZLN 4 poblados de Chiapas; cordura, pide la SG: exigen un “Gobierno de Transición”. *Excélsior*, Chiapas, 1º jan. 1994.
- HERZOG, J. S. *Breve historia de la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1995.
- HINKELAMMERT, Franz J. *A dívida externa: o automatismo da dívida*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- HOBSBAWM, E. *A era dos impérios (1875-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOBBSAWM, E. *A Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBSON, John A. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viamundo, 2003.

IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

JÁ JORNAL. A vingança de Montezuma. *Atenção*, São Paulo, ano 2, n. 8, 1996.

LAFAYE, Jacques. *Quetzalcóatl y Guadalupe*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

LE BOT, Yves. *O sonho zapatista*. Lisboa: Asa, 1997.

LEITE, Rogério César de Cerqueira. A redescoberta da roda. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 jan. 1995.

LÊNIN, V. I. Acerca do orgulho nacional dos grão-russos. In: _____. *Obras escolhidas*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986a. v. 1.

_____. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. In: _____. *Obras escolhidas*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986b. v. 1.

LEÓN, Antonio Garcia de. El costo de la guerra. In: CONPAZ (Coordinación de Organismos no Gubernamentales por la Paz), Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas & Convergência de Organismos Civiles por la Democracia (ORG). *Militarización y violencia en Chiapas*. México: Impreitei, 1996.

LOPEZ Y RIVAS, Gilberto. *Autonomia, a pedra básica*. Entrevista ao jornal *Porantim*, transcrita pelo *Boletim Quinzena*, São Paulo, n. 207, p. 27-30, 15 maio 1995.

- LÖWY, M. *Ideologias e Ciências Sociais*: elementos para uma análise marxista. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998a.
- _____. Por um novo internacionalismo. *Lutas Sociais*, n. 5, São Paulo: PUC-SP, 1998b.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Portugal: Elfos, 1989.
- MACHADO, C. M. *As táticas de guerra dos cangaceiros*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- MACHADO, João. Um brasileiro em Chiapas. *Atenção*, São Paulo, ano 2, n. 8, 1996.
- MAGDOFF, Harry. *A era do imperialismo*: a economia da política externa dos Estados Unidos. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MARIGHELLA, C. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. 2. ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 1976.
- MARÍN, Carlos. Plan del Ejército en Chiapas, desde 1994: crear bandas paramilitares, desplazar a la población, destruir las bases de apoyo del EZLN.... *Proceso*, México, n. 1105, 4 jan. 1998.
- MARÍN, Sergio Mota. Estrutura económica de Chiapas. In: ARMENDÁRIZ, M. L. (Comp.). *Chiapas, una radiografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- MARTIN, Monica. Analfabeto, uno de cada cinco jóvenes chiapanecos: estudio. *Excelsior*, Ciudad de México, 8 jan. 1997.
- MARX, Karl. *O Dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MAZA, Roberto Ramos. Chiapas: geografia de la transición. In: ARMENDÁRIZ, M. L. (Comp.). *Chiapas, una radiografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

MERA, Carlos Zarco. *Los hombres sin rostro: dossier sobre Chiapas*. México: CEE/SIPRO, 1994.

MÉSZAROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

MONTALBÁN, Manuel Vázquez. *Marcos: el señor de los espejos*. Espanha: Suma de Letras, 2001.

MORAES, Antônio C. O projeto neoliberal e o mito do “Estado mínimo”. *Lutas Sociais*, São Paulo: PUC-SP, n. 1, 1996.

NAVARRO, Luís Hernández. Los señores de la tierra. *La Jornada*, México, 2 jun. 1995.

_____. Chiapas: cosecha sangrienta. In: Coordinación de Organismos no Gubernamentales por La Paz (CONPAZ), Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas & Convergência de Organismos Cíviles por La Democracia (ORG). *Militarización y violencia en Chiapas*. México: Impretei, 1996.

NYE JR., Joseph. *O paradoxo do poder americano: por que a única potência do mundo não pode seguir isolada*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

O’CONNOR, James. *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OFFE, Claus. A “ingovernabilidade”: sobre o renascimento das teorias conservadoras da crise. In: _____. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

ORTIZ, P. Ya Basta! *Atenção*, São Paulo, ano 2, n. 8, p. 40-45, 1996.

_____. *Z@patistas on-line*. 1997. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – São Paulo, PROLAM-USP, 1997.

PÉREZ, Matilde et al. Rechaza Zedillo un viraje en el campo. *La Jornada*, México, 18 maio 1995.

- PERICÁS, Luiz Bernardo. Guevarismo e os caminhos da revolução. In: BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. *América Latina: história, ideias e revoluções*. São Paulo: Xamã, 1998.
- PETRAS, James. Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas. *Lutas Sociais*, São Paulo: PUC-SP, n. 1, 1996.
- _____. Fundamentos do neoliberalismo. In: OURIQUES, N. D.; RAMPINELLI, W. J. (Org.). *No fio da navalha – crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997a.
- _____. As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina. *Lutas Sociais*, São Paulo: PUC-SP, n. 2, 1997b.
- PETRAS, James; VIEUX, S. Mitos e realidades da sublevação de Chiapas. *Lutas Sociais*, São Paulo: PUC-SP, n. 5, 1998.
- PICCOLO, Gabriela. Visitando Chiapas. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 22, p. 12-15, 1999.
- PLA, A. J. *Capitalismo, trabajo y rebeldía social a fines del siglo XX*. Escuela de Historia de la Universidad de Rosario, Argentina, outubro, 1996. Mimeografado.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, N. *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. México: Siglo Veintiuno, 1971.
- PRÍA, M. Análisis sobre la educación básica en Chiapas: situación actual y prospectiva. In: ARMENDÁRIZ, M. L. (Comp.). *Chiapas, una radiografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PUIG, A. F. Los pueblos de Chiapas. In: ARMENDÁRIZ, M. L. (Comp.). *Chiapas, una radiografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

- QUEVEDO, Oscar G. *Nossa Senhora de Guadalupe*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- RAMÍREZ, A. M. *El otro rostro de la guerrilla*. México: Editorial El Machete, 1996.
- RAMÍREZ, Jesús. La Acción de nuevos grupos paramilitares confirman ofensiva silenciosa contra los zapatistas. *Tiempo*, México, 27 out. 1997.
- RAMONET, I. *Geopolítica do caos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- RAMOS, J. S. O século não podia acabar sem essa. *Atenção*, São Paulo, ano 2, n. 8, 1996.
- RECINOS, A. (Org.). *Popol Vuh*. México: FCE, 1992.
- REED, John. *México rebelde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.
- ROSSI, Jorge. *Militarismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é História).
- ROUQUIÉ, A. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- _____. *O Extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1991.
- RUDÉ, G. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política em armas: fundamentos da guerra revolucionária*. 2000. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SALCIDO, Ramón Pérez Gil. Chiapas: recursos naturales y problemática ambiental. In: ARMENDÁRIZ, M. L. (Comp.). *Chiapas, una radiografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

- SAMPSON, Anthony. *Os credores do mundo: os banqueiros internacionais que financiam a dívida externa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- SANTOS, João de Almeida. *O princípio da hegemonia em Gramsci*. Lisboa: Veja, 1980.
- SCHNEIDER, Patrício. Preparando la guerra. *Brecha*, Uruguai, 5 dez. 1997.
- SCHWARTZ, Gilson. Boom latino foi só uma bolha especulativa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 nov. 1995.
- STERNBERG, Fritz. *A revolução militar e industrial do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- SUBCOMANDANTE MARCOS. Aquí estamos nosotros, los muertos de siempre, murieron otra vez, pero ahora para vivir. *Quinzena*, São Paulo, n. 207, 15 maio 1995.
- _____. *A quarta guerra mundial já começou*. Porto: Companhia das Letras, 1997.
- _____. Pela humanidade e contra o neoliberalismo. In: DI FELICE, M.; MUÑOZ, C. (Org.). *A revolução invencível: cartas e comunicados*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- THERBORN, G. *La ideología del poder y el poder de la ideología*. México: Siglo Veintiuno, 1991.
- TOURAINÉ, Alain. Marcos, el demócrata armado. *La Jornada*, México, 22 dez. 1996.
- UNAMUNO, Miguel de. De escultores que no de sastres es la tarea. *La Jornada*, México, 9 jun. 1995.
- URRUTIA, Alonso; BECERRIL, Andrea. La Permanente indagará presunta presencia militar de EU en Chiapas. *La Jornada*, México, 25 jun. 1998.
- URZÚA, Guido Camú; TAULIS, Dauno Tótoro. *EZLN: el ejército que salió de la selva – la historia del EZLN contada por ellos mismos*. México: Editorial Planeta, 1994.

VILLALOBOS, Juan Manuel. Chiapas, representación del mundo: Saramago. *La Jornada*, México, 3 dez. 1998.

VITALE, Denise. El Barzón: a revolta da classe média. *Atenção*, São Paulo, n. 8, p. 38-39, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

ZACCAGNINI, Lívio. Superiorem non recognoscens. “LIMES” – *Revista Italiana di Geopolítica*, Roma: Gruppo Editoriale L’espreso, n. 2, p. 239-246, 2004. “L’impero senza impero”.

ZERMEÑO, S. O levante zapatista. *Praga – Revista de Estudos Marxistas*, São Paulo: Boitempo, n. 2, p. 87-108, jun. 1997.

ZIBECHI, Raúl. *Los arroyos cuando bajan: los desafíos del zapatismo*. 3. ed. Montevidéo: Editorial Nordan-Comunidad, 1997.

ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.